

Jorge Lucas Simões Minella

**Pan-Americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir  
do Estado Novo**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do grau de  
Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz  
Duarte.

Florianópolis  
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Minella, Jorge Lucas Simões

Pan-Americanismo no Brasil : uma abordagem conceitual a  
partir do Estado Novo / Jorge Lucas Simões Minella ;  
orientador, Adriano Luiz Duarte - Florianópolis, SC, 2013.  
241 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Pan-Americanismo. 3. Estado Novo. 4.  
História dos Conceitos. 5. Política de Boa Vizinhança. I.  
Duarte, Adriano Luiz. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

# **Pan-Americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo.**

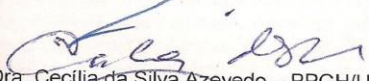
**Jorge Lucas Simões Minella**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

## **Banca Examinadora**


  
Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (Presidente e Orientador) – PPGH/UFSC

  
Profa. Dra. Cecília da Silva Azevedo – PPGH/UFFr

  
Prof. Dr. Alexandre Busko Valim – PPGH/UFSC

  
Prof. Dr. Mergio Roberto Voigt – HST/UFSC

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli (suplente) – PPGH/UFSC

  
Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari  
Coordenadora do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 30 de agosto de 2013.



## **Agradecimentos**

Agradeço ao professor Adriano Duarte por sua fundamental orientação, presente não apenas durante a elaboração deste trabalho, mas também durante meu processo de transição para o campo de História, passo importante de minha trajetória pessoal e acadêmica. Sua orientação foi marcada pelo equilíbrio entre sugestões e demandas, por um lado, e, por outro, profundo respeito pelos rumos que resolvi seguir durante a pesquisa. Agradeço, também, aos professores Alexandre Valim e Ricardo Silva pelas valiosas e cuidadosas indicações da banca de qualificação, à professora Cecília Azevedo e ao professor Márcio Roberto Voigt, que aceitaram o convite para compor a banca de defesa. Foram imprescindíveis os apoios do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, e do CNPq.

Sem a ação prestativa dos funcionários da Biblioteca Nacional e da sala de consulta do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), este trabalho não teria sido realizado. Agradeço especialmente a Anna Naldi, do primeiro, Renan Marinho de Castro, Bianca de Magalhães Oliveira e Mariana Zelesco, do segundo.

Agradeço às colegas Maria Gatti e Livia Lopes Neves, pela frequente troca de leituras e ideias que ajudaram na pesquisa e na composição desta dissertação.

Aos amigos Pedro e Paulo e à amiga Sara, sem os quais estes dois anos e meio teriam sido muito mais – ou muito menos! – conturbados; obrigado pelas aventuras e diálogos intelectuais, existenciais, e afetivos. Obrigado, Maiara, por mostrar que em poucos segundos a vida pode tornar-se ainda mais bonita e uma dissertação mais fácil de ser, finalmente, concluída.

Termino expressando minha profunda gratidão pelo infalível apoio familiar; meu irmão, Diego; minha mãe e meu pai, Luzinete e Ary, que, muito além do apoio material, que nunca deixaram faltar, compartilham comigo seus anos de experiência de vida e de universidade, de cuidado e dedicação à pesquisa e aos alunos. Suas trajetórias sempre me servirão como referência e inspiração.



O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil.

Odorico Paraguaçu/Juracy Magalhães





## **Resumo**

Esta dissertação objetivou investigar o conceito de pan-americanismo no Brasil, suas repercussões, ressignificações e práticas políticas a ele associados durante o período que culminou com o envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial, enfatizando as aparentes contradições entre uma ideia de pan-americanismo e o discurso de sustentação do Estado Novo. Como história de um conceito político, apoiada nas considerações de Reinhart Kosselleck e Quentin Skinner, a busca pelos antecedentes do pan-americanismo no Brasil se fez necessária, de modo a elucidar as maneiras com que o conceito repercutiu no país desde suas origens nos Estados Unidos, e os desdobramentos posteriores das Conferências Pan-Americanas e das atividades da União Pan-Americana. Tal busca serviu para elucidar os elementos de um “pan-americanismo brasileiro”, ou seja, de um conceito externo que foi apropriado em um diferente contexto com diferentes fins políticos durante as três primeiras décadas do século XX. Isso faz a ligação entre a “ideia pan-americana” e a política externa brasileira do período Vargas e, mais especificamente, do Estado Novo, quando o Brasil foi para a guerra. Foi visto, assim, que o Estado Novo utilizou o pan-americanismo como instrumento de aproximação aos Estados Unidos, com objetivos de premência sobre a América do Sul durante um período de crise mundial, e ao mesmo tempo viu-se obrigado a reajustar o discurso da “ideia pan-americana” aos princípios antiliberais que sustentavam o regime, sofrendo as consequências políticas desta tentativa de ajuste.

**Palavras-chave:** Estado Novo; Pan-Americanismo; História dos Conceitos Políticos.



## **Abstract**

This dissertation aimed to investigate the concept of pan Americanism in Brazil, its repercussions, meanings and political uses associated to it during the period that culminated with the involvement in the Second World War, emphasizing the apparent contradictions related to a pan American idea and the ideas that sustained the Brazilian Estado Novo regime. As a history of a political concept, supported by the considerations of Reinhart Koselleck and Quentin Skinner, the search for the previous history of pan Americanism in Brazil was necessary. It elucidated the ways which the concept reverberated in Brazil since its origins in the United States, and its later results at the Pan American Conferences and the activities of the Pan American Union. This search helped in elucidating the elements of a “Brazilian pan Americanism”, i. e., a foreign concept which was reframed to a different context with different political aims during the first three decades of the 20<sup>th</sup> century. From this on, it was possible to establish a connection between the “pan American idea” and the Vargas regime foreign policy, mainly, the Estado Novo, when Brazil went to war. It was found that the Estado Novo used pan Americanism as an instrument for approach towards United States, aiming a South American prevalence during the period of world crisis, and, at the same time, was obliged to adjust the pan American discourse to the anti-liberal principles that sustained the regime.

**Keywords:** Brazilian Estado Novo; Pan Americanism; History of Political Concepts.



## Sumário

Introdução.....	15
Capítulo I – Uma genealogia histórica do conceito de Pan-Americanismo .....	33
1.1 A América Unida: 3ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas .....	33
1.2 A 1ª Conferência Pan-Americana, 1889-1890: primórdios do sistema interamericano .....	43
1.3 Um Intervalo sobre a Autoimagem Estadunidense: Doutrina Monroe e Destino Manifesto.....	49
1.4 As Conferências Pan-Americanas até a Crise de 1929 e a Política do <i>Big Stick</i> .....	61
1.5 A União Pan-Americana: democracia e civilização .....	73
1.6 O Pan-Americanismo e a República Velha .....	91
Capítulo II – Um Pan-Americanismo de Crise .....	109
2.1 1929-1933: período de transição .....	109
2.2 Oswaldo Aranha: O Pan-Americanismo Brasileiro a partir da Massachusetts Avenue .....	119
2.3 Alemanha e Estados Unidos: os acordos comerciais de 1934 e 1935 e o contexto de disputa entre centros hegemônicos.....	127
2.4 1936: a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz .....	135
Capítulo III – O Xadrez Pan-Americano e o Estado Novo ...	155
3.1 As Negociações Navais: o equilíbrio pan-americano..	155
3.2 O Estado Novo e o primeiro impacto nas relações continentais.....	161
3.3 A Convergência Pan-Americana .....	175
3.4 Da Missão Aranha ao Alinhamento: a efetivação de um	

pan-americanismo Brasil-Estados Unidos .....	185
3.5 Muito além dos encontros diplomáticos: A União Pan- Americana, o Office, e a Americanização do Brasil .....	201
Considerações Finais a partir do <i>Pensamento da América</i> e do <i>Autorretrato</i> do Estado Novo .....	217
Referências Bibliográficas .....	227
Anexo I – Comércio Internacional do Brasil .....	237
Anexo II – Imagem do Destino Manifesto.....	241

## Introdução

Na manhã de 7 de dezembro de 1941, a base estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí, foi atacada por forças japonesas, que deram o que pareceu ser um duro golpe na capacidade naval dos Estados Unidos no Oceano Pacífico. Quatro dias depois, a Alemanha Nazista declarou guerra à potência do continente americano. Estes dias, resultantes de um longo processo de escalada da guerra, marcaram o destino não apenas dos Estados Unidos, mas de todo o globo, quando sua última região não conflagrada, a América, viu-se diretamente envolvida no conflito. Digo a América, e não somente os Estados Unidos, porque, de algum modo, ou melhor, de alguns modos, todo o continente americano esteve profundamente envolvido no desenrolar dos eventos antes e depois do ataque a Pearl Harbor.

A guerra que acontecia não tinha precedentes na história e foi o ápice de uma crise geral, a Era da Catástrofe, que tem como marco o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e que durou até o fim da Segunda Guerra. Esta, porém, superou a anterior porque

Era, de ambos os lados, uma guerra de religião, ou, em termos modernos, de ideologias. Foi também, e demonstravelmente, uma luta de vida ou morte para a maioria dos países envolvidos. O preço da derrota frente ao regime nacional-socialista alemão, como foi demonstrado na Polônia e nas partes ocupadas da URSS, e pelo destino dos judeus, cujo extermínio sistemático foi se tornando aos poucos conhecido de um mundo incrédulo, era a escravidão e a morte. Daí a guerra ser travada sem limites. A Segunda Guerra Mundial ampliou a guerra maciça em guerra total (HOBSEAWM, 1995, p. 50).

Nesta guerra total, “o maior empreendimento até então conhecido do homem” (HOBSEAWM, 1995, p. 52), uma improvável aliança entre comunistas da União Soviética e o liberalismo capitalista – ainda que lutando para responder as contradições internas que resultaram na catástrofe – dos Aliados ocidentais determinou o desfecho de uma história global que, a partir de 1947, entraria em uma nova fase. Esta breve aliança foi possível porque ainda que antagônicos quase em sua totalidade, as ideias do comunismo e do liberalismo em reforma compartilhavam um arcabouço originário comum – este justamente que

estava em crise – das teorias humanistas e racionalistas presentes desde fins do século XVIII com a Revolução Francesa (HOBSBAWM, 1995, p. 20).

A entrada dos Estados Unidos na guerra arrastou todo o continente americano, ainda que de forma tímida e em casos importantes, como os de Argentina e Chile, tardia. De algum modo a chamada América Latina se vinculou ao bloco liberal-capitalista da aliança contra o nazi-fascismo. Como periferia do mundo capitalista, geográfica e economicamente ligada ao gigante continental do norte, em relações de poder significativamente desproporcionais, esta parte do globo talvez tivesse poucas opções de posicionamento no conflito. Ainda assim, a ascensão da Alemanha como potência econômica e militar, combinada com sua crescente penetração na América Latina nos anos 1930, parece ter permitido certa margem de barganha aos países periféricos diante de um contexto de disputa por hegemonia entre as grandes potências, como veremos adiante<sup>1</sup>.

Fato é que além das relações econômicas e políticas particulares do continente americano – que foram abaladas pelo avanço alemão – um elemento que *por ora* chamaremos apenas de *discursivo*, o pan-americanismo, esteve marcadamente presente no processo de envolvimento dos Estados americanos na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos. O pan-americanismo, portanto, parece constituir um subconjunto discursivo pertencente à parte liberal-capitalista da aliança contra o nazi-fascismo neste contexto de ampla disputa em diversos níveis, incluindo o ideológico. Este é o primeiro endereçamento conceitual que dou ao pan-americanismo.

O Brasil, após manter uma política de *equidistância pragmática* (MOURA, 1980) entre as potências concorrentes, Alemanha e Estados Unidos, alinhou-se definitiva e indubitavelmente ao segundo em janeiro de 1942, na 3ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, quando rompeu relações com os países do Eixo. Em agosto do mesmo ano, após uma série de ataques de submarinos alemães a navios brasileiros, iniciada em fevereiro, o Governo Vargas, então já profundamente envolvido no esforço de guerra aliado, declarou guerra à Alemanha e Itália.

Pouco depois, nas comemorações do 7 de setembro, no estádio São Januário, o discurso tradicional do Presidente Vargas teve como tema principal a situação de beligerância em que o Brasil estava envolvido. Após afirmar seus esforços anteriores para manter o país fora

---

<sup>1</sup> No item 2.3.



do conflito, Vargas falou em “deveres continentais”<sup>2</sup>. Mais adiante, colocando o conflito como “um choque de poderios, mentalidades e culturas”<sup>3</sup>, Vargas disse que

A causa que defendemos desperta o sentimento de justiça das consciências livres, trazendo-nos a solidariedade dos povos do continente, através de seus governos e homens representativos. Todas as nações americanas compreendem que estão sob ameaça de idênticos perigos e sujeitas a idênticos atos de brutalidade e violência. [...] A união nacional e a união continental são imperativos da hora presente, e, por isso, só temos motivos para regozijar-nos diante das manifestações de simpatia e apoio recebidas dos outros povos americanos em hora de tamanhas apreensões e responsabilidades.

Foram os Estados Unidos a primeira nação do continente a sofrer o golpe da insídia e o ataque armado; e a solidariedade que lhe demos, então, sem hesitações, nós sentimos retribuída, agora, de forma inequívoca, no apoio fraternal de seu valoroso povo e na colaboração para repelir pelas armas a agressão à nossa soberania. Tudo isso significa a existência de um movimento unânime de repúdio e adesão nos povos americanos.

[...] Combatendo até a vitória decisiva, seremos dignos da América, continente de homens livres, e do Brasil, pátria grande e gloriosa, merecedora de todas as renúncias e todos os sacrifícios<sup>4</sup>.

Além disso, ao referir-se à presença no Brasil do general Augustin Justo, ex-Presidente da Argentina, ele sintetiza a fala sobre solidariedade continental em termos dos “ideais americanistas”<sup>5</sup>. Embora Vargas não use neste discurso o termo “pan-americanismo” (enquanto o utiliza em diversos outros que veremos), ao mencionar a

---

<sup>2</sup> Discurso do Presidente Getúlio Vargas, 7 de setembro de 1942, Estádio São Januário, Rio de Janeiro, p. 450. Disponível em D’ARAUJO, 2011, p. 449-453.

<sup>3</sup> Discurso do Presidente Getúlio Vargas, 7 de setembro de 1942, Estádio São Januário, Rio de Janeiro, p. 450. Disponível em D’ARAUJO, 2011, p. 452.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 452-453.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 453.

solidariedade continental e os ideais americanos, é a ele que se refere. O envolvimento do Brasil na guerra aparece, no discurso, como um evento substancialmente ligado ao continente americano. Notamos que não há referência alguma ao esforço dos *Aliados*, e sim à situação *continental*, aos Estados Unidos e ao continente dos “homens livres”. Este é o discurso pan-americanista do período da Segunda Guerra Mundial, enquanto, como sugiro de maneira heurística, subconjunto discursivo do bloco liberal-capitalista na luta contra o Eixo.

Mas, afinal, o que significa pan-americanismo? Quais são os elementos que o constituem conceitualmente? Esse discurso de Vargas aponta para alguns deles: certo grupo de *ideais* supostamente compartilhados pelo continente, e a ideia de um ambiente continental de “homens de consciência livres”.

Moniz Bandeira, tratando não especificamente do contexto de envolvimento do Brasil na guerra, mas sim das relações entre Brasil e Estados Unidos nas duas primeiras décadas da república brasileira, caracteriza o pan-americanismo como uma cobertura ideológica que serviu para reservar a América como zona de influência exclusiva dos Estados Unidos, o que, ao longo dos anos (incluindo a Segunda Guerra Mundial) serviu para consolidar seu “sistema de exploração” (BANDEIRA, 2007, p. 289).

Já Kratochwil traz uma definição mais ampla, em verbete de um dicionário de ciências sociais<sup>6</sup>, com a importante indicação de que

pan-americanismo é a designação que se dá a um conjunto de valores que orientam ações interamericanas de vários setores sociais. Segundo a posição dos atores no sistema das interações no continente, significa realidades sociais distintas. O significado surge em cada caso específico (KRATOCHWIL, 1987, p. 860).

Basicamente, as realidades sociais distintas afirmadas na definição de Kratochwil são duas: a dos Estados Unidos e a da América Latina. Do primeiro, enquanto uma ideologia que prega a cooperação, a união moral e a igualdade jurídica entre as nações continentais. Para o segundo, é este mesmo discurso, acompanhado, porém, pela prática da dominação política e econômica dos Estados Unidos sobre si,

---

<sup>6</sup> SILVA, Benedito; et al (orgs). **Dicionário de Ciências Sociais**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

configurando-se, portanto, também como uma ideologia, no sentido de que esconde relações reais e desproporcionais de poder. Diante desta última, as nações latino-americanas, dependendo dos contextos locais e globais, teriam se comportado de maneira ambígua. Assim, o pan-americanismo aparece como expressão ideológica “com a qual os governantes norte-americanos, secundados pelos latino-americanos, procuram apresentar e despolitizar as ambiguidades, controvérsias e contradições próprias às suas relações recíprocas” (IANNI, O.; KAPLAN, M., 1973 *apud* KRATOCHWIL, 1987, p. 860).

Voltando ao contexto do Brasil e de sua adesão ao esforço de guerra estadunidense, Gerson Moura finalmente declara quais seriam os valores desta *unidade moral* americana ao colocar o pan-americanismo como um elemento *ideológico político* resgatado pelos Estados Unidos como um apelo à solidariedade continental pautada por supostos ideais comuns das nações americanas, a saber, o ideal de liberdade, do governo republicano, da democracia, do respeito aos direitos individuais, do respeito à soberania dos outros Estados e à lei internacional, e da solução pacífica dos conflitos (MOURA, 1980, p. 137). Enfatizando as limitações estruturais da ação do Brasil enquanto Estado membro da periferia do capitalismo e a aliança subordinada do país com os Estados Unidos, entender o pan-americanismo como ideologia política significa, para Moura, que ele serviu para convergir interesses de dominados e dominadores, de modo que a relação de dominação permanecesse convenientemente oculta, assim, o Brasil adere ao esforço de guerra por “solidariedade continental” e os Estados Unidos opõem um continente “democrático e solidário” ao Eixo nazista (MOURA, 1980, p. 46).

Essas definições oferecem apenas respostas parciais para os questionamentos iniciais, e abrem, por sua vez, uma série de novas perguntas que conduzirão o decorrer do trabalho. A primeira caracterização, fornecida por Bandeira, peca por definir o pan-americanismo como um elemento exclusivamente estadunidense, tal como se sua simples existência enquanto fator de dominação pressupusesse uma passividade absoluta dos dominados, no caso, a América Latina. Ignora-se, deste modo, um lado que podemos chamar, inicialmente, de receptor, que reinterpreta e dá novos usos ao discurso pan-americano. A segunda definição, elaborada por Kratochwil no dicionário de ciências sociais, avança com dois elementos importantes, ao colocar a possibilidade de ao menos duas interpretações do pan-americanismo – uma dos dominadores e outra dos dominados – considerando os últimos não apenas como sujeitos passivos, mas também como participantes, isto é, como Estados que assumem posições

quanto à ideologia pan-americana de acordo com diferentes situações históricas. Além disso, a definição faz importante referência à questão de uma moral e um conjunto de ideais envolvidos no conceito.

Moura indica, ainda que brevemente, quais são os “ideais” que estão em jogo em um conceito de pan-americanismo. Assim como a definição de Kratochwil, ele destaca o caráter não exclusivo do conceito como algo simplesmente emanado de um centro de poder, mas também de algum modo assumido pela periferia, no caso, o Brasil da década de 1940, em torno de interesses próprios. Este ponto diz, em suma, que de algum modo o pan-americanismo precisa encontrar algum tipo de *repercussão* nos contextos nacionais específicos para que se torne parte, no mínimo, de uma política externa. Tal consideração é absolutamente fundamental e orientará a argumentação da dissertação, enquanto sugere que o pan-americanismo não pode simplesmente ser um discurso no vazio. Ao mesmo tempo em que indica a existência de um receptor, tanto a definição de Moura quanto a presente no dicionário, pecam por não questionarem como é dada essa recepção<sup>7</sup> e, mais ainda, *como é possível* que ela ocorra, principalmente se for considerado o caso do Estado Novo brasileiro.

A partir desta genealogia das questões da pesquisa, caberia indagar agora quais seriam as especificidades locais que fizeram com que o pan-americanismo, emanado dos Estados Unidos, encontrasse resposta e acolhimento em alguns países da América Latina, dependendo das suas conjunturas. Como aqui pergunto pelo caso brasileiro: quais estas especificidades no Brasil? Porque e em que sentido, no processo de envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial, o discurso pan-americano, marcado pelos ideais expostos por Moura, esteve tão presente? Quais usos foram feitos do conceito na política brasileira do período?

No caso brasileiro das décadas de 1930 e 1940 as perguntas

---

<sup>7</sup> Uso o termo “recepção” em sentido específico, isto é, não como “recepção cultural” (CHARTIER), mas apenas enquanto leitura e apropriação do conceito por sujeitos diretamente envolvidos nas questões políticas que estamos aqui tratando. Neste sentido, apesar de não me referir a um conceito de “recepção cultural” – e sim de uma recepção intelectual e política mais estrita – cabe a observação de que o que está em jogo é uma sorte de equilíbrio entre um texto ou ideia recebido e uma leitura e interpretação feita por seus leitores a partir de certo contexto, de modo que o pan-americanismo não é uma ideia todo-poderosa, e, por outro lado, o receptor não é plenamente livre e “produtor inventivo de sentidos não pretendidos e singulares” (CHARTIER, 1990, p. 121).

ganham ainda outra dimensão, em vista das contradições fundamentais entre o discurso do pan-americanismo e os princípios defendidos pelo regime do Estado Novo, instalado em momento crucial do processo de escalada da guerra. O Estado Novo, afinal, é em certo sentido uma resposta à crise geral do liberalismo e dos princípios expostos do pan-americanismo. A Constituição de 1937, escrita por Francisco Campos, demoliu as instituições liberais, instalando o Estado corporativo, a partir da “convicção de que a contemporaneidade se afastara de modo definitivo do mundo da democracia liberal clássica” (JASMIN, 2007, 229). Para Jasmin, esta demolição se deu em dois sentidos; primeiro em uma interpretação da realidade nacional por parte dos intelectuais ligados ao regime (Francisco Campos, Azevedo Amaral, entre outros) que determinava a cultura brasileira como inadequada às práticas da chamada “democracia liberal”. A realidade nacional exigia, portanto, um novo regime político. Mais do que isso, porém, é o sentido *anacrônico* dado à democracia liberal: um regime e um conjunto de valores não apenas inadequado ao caso específico do Brasil, mas também superado pelo próprio tempo. O discurso do novo regime, portanto, “se trata de fundar a novidade de uma nova institucionalização a partir de uma retórica que quer persuadir da inadequação temporal dos institutos tradicionais da democracia liberal para um mundo totalmente novo” (JASMIN, 2007, p. 232).

Por que, então, o Estado Novo eventualmente assume o discurso pan-americano, pautado pelos valores que tanto critica? Neste caso, porém, mais do que o porquê, é interessante perguntar *como*, uma vez que o primeiro modo de questionamento pode nos conduzir a uma resposta simplista: assumiu o discurso para aliar-se aos Estados Unidos. A pergunta é, então, sobre como o Estado Novo assumiu o pan-americanismo, e por que o fez de tal forma e não de outras. É preciso fazer uma consideração importante: as repúblicas americanas, incluindo os Estados Unidos, estavam muito longe de serem democracias de fato (no caso dos Estados Unidos basta lembrarmos a institucionalização da segregação racial), mas de modo geral, os discursos fundadores destes estados pautavam-se pelo liberalismo e pela ideia de república democrática, ainda que suas práticas muitas vezes os contradissem. O caso do Estado Novo é diferente: seu próprio discurso de fundação e legitimação é contrário a estes valores. Assumir o pan-americanismo, portanto, pode ter minado a sua autolegitimação, e é por isso que a contradição se destaca. Além do porquê da adesão, é preciso saber *como* o Estado operou com essa contradição; de que modo o regime significou o pan-americanismo para servir a seus próprios fins; quais as

consequências disso, tendo em vista que a queda do regime em 1945 esteve substancialmente relacionada à participação do Brasil na guerra ao lado dos Aliados.

Das três definições<sup>8</sup> de pan-americanismo que expusemos antes, é possível que as perguntas aqui propostas sejam invalidadas a partir de uma resposta que parece derivar destas definições. Todas elas trazem consigo uma noção de *ideologia* que define o pan-americanismo, e possibilitam, caso não tratemos de estabelecer um entendimento básico de ideologia, invalidar as perguntas ao afirmar que, enquanto ideologia, o pan-americanismo foi apenas um elemento discursivo usado ao bel-prazer de certos agentes, sem conexão com práticas e políticas reais além do fato de constituir um discurso que as escondem. Deste modo, a questão da contradição se tornaria irrelevante, ao dizer, por exemplo, que, diante de interesses de poder, o regime simplesmente abraça o discurso, sem maiores problemas.

Concordo com Moura quando ele diz que o pan-americanismo, como ideologia política, ajusta interesses de dominadores e subordinados de modo que a relação de dominação permaneça oculta, mas não é apenas isso. A questão de ideologia precisa ser tratada a partir de uma perspectiva que a retire de um mundo puramente ideal, como se não fosse fruto e, simultaneamente, não agisse sobre as decisões dos agentes políticos. Isto é, o pan-americanismo, enquanto ideologia, não pode ser entendido simplesmente como um discurso que cai de paraquedas quando se torna necessário para o estabelecimento de um projeto de poder internacional.

A ideologia engendra e sistematiza um conjunto de crenças e atitudes que, de fato, orientam as políticas nacionais e internacionais (CASSELS, 1996, p. xi), e influem no desenrolar dos eventos, não somente como discurso para esconder relações reais de poder, mas que também influencia nessas relações. Como poderíamos entender, em um exemplo intimamente relacionado com a ideia de pan-americanismo, como sugerirei adiante, a expansão para o oeste dos Estados Unidos considerando apenas sua busca material, e ignorado a crença inabalável de seu Destino Manifesto, ou vice-versa? Ambos estão relacionados, assim como o discurso pan-americanista no Brasil está relacionado, enquanto elemento ideológico, à adesão do Brasil aos Aliados, junto

---

<sup>8</sup> Algumas variantes das definições apresentadas aqui serão mencionadas ao longo do texto, como a presente em MOURA, 1984b (item 3.5) e a da *US Foreign Policy Encyclopedia*, que basicamente reflete o discurso oficial dos Estados Unidos sobre o tema.

com elementos econômicos e políticos, conjunturais e estruturais.

No que se refere à ideologia, não podemos nos furtar a pensar o caráter histórico temporal do pan-americanismo. Um dos elementos fundamentais atribuídos à ideologia desde Marx e Engels é sua particular relação com a história, enquanto a primeira distorce ou abstrai-se completamente da segunda (ENGELS; MARX, 1977, p. 23). Considerando o pan-americanismo como um *conceito no tempo* (o que não é propriamente feito nas três definições expostas), que adquiriu, portanto, diferentes nuances ao passar dos anos e nos diferentes espaços sobre os quais influenciou, veremos que em sua própria passagem pelo tempo, como ideologia, de fato seu discurso entra como um dos elementos que manipularam a história. Esta manipulação, porém, é sempre parte da própria história em duplo sentido: mesmo ao abstrair ou distorcer a história, ela é fundamentalmente parte da última e, portanto, também a influencia. Assim, o pan-americanismo deve ser considerado ideologia enquanto busca legitimar-se historicamente, como quando, em um dos documentos do período do Estado Novo, suas raízes brasileiras são atribuídas a Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, ainda em tempos coloniais<sup>9</sup>. Outro exemplo deste tipo de operação está em *Estado Novo: um auto-retrato* (SCHWARTZMAN, 1983), uma coletânea de textos do regime escrita em seu ocaso, na qual a parte sobre a política externa afirma uma linearidade e coerência pró pan-americanismo, ignorando completamente outros elementos (como as relações comerciais com a Alemanha Nazista antes de 1942), tais como se o alinhamento pan-americano (isto é, a realidade na época em que o texto foi escrito, entre 1943 e 1945) tivesse sempre se configurado deste modo, e a equidistância pragmática nunca houvesse ocorrido.

É preciso ter em mente que a própria manipulação da memória, esta enquanto um *campo de disputa* intimamente ligado com uma questão de legitimação de certas práticas, é ela mesma histórica e ligada ao contexto como produto da atividade social, e não simples manipulação. Em suma, o contexto limita o campo de manipulação ideológica, que, ainda que esconda elementos políticos reais, sustenta-se sobre outros, e não simplesmente no nada. Este movimento histórico do pan-americanismo ao longo do tempo nos remete constantemente a uma disputa de memória, que envolve, também, projetos futuros, seja um projeto de nação, como no caso do pan-americanismo antes da Segunda

---

<sup>9</sup> No livro de Carlos Maul, de 1941, *As Fontes Brasileiras do Pan-Americanismo*. (MAUL, 1941).

Guerra Mundial, ou uma projeção continental de poder<sup>10</sup>, no caso do alinhamento com os Estados Unidos.

É nesta movimentação histórica que serão encontradas algumas respostas para estas questões acerca do pan-americanismo, e, mais especificamente, o pan-americanismo brasileiro no Estado Novo. Esta é uma história deste conceito, tratando de sua origem nos Estados Unidos, e sua recepção no Brasil em, ao menos, duas fases: na República Velha, uma vez que o conceito posterior é indissociável de seu passado no Brasil, e na Era Vargas com ênfase no Estado Novo, quando ele adquire fundamental importância devido ao contexto mundial.

A pergunta acerca do pan-americanismo no Estado Novo, que suscita, por sua vez, a pergunta pelo conceito de pan-americanismo historicamente orientado, nos leva a refletir sobre uma *história dos conceitos*. Nesta tentativa de escrever a história do conceito de pan-americanismo no Brasil, tenho como exemplo de trabalho inspirador o livro *História do Conceito de Latin America nos Estados Unidos*, de João Feres Jr. (2005). Em seu prefácio, revela-se uma preocupação que compartilho em relação ao campo semântico variante na história de um conceito, e à ligação deste campo semântico com determinadas práticas relacionadas<sup>11</sup>. É de Feres que utilizo o termo “semântica histórica”, querendo me referir não apenas às mudanças de significado de um termo ao longo do tempo, mas também a uma semântica ligada ao contexto histórico, embora não simplesmente por ele sempre absolutamente determinada.

Mais adiante, Feres sintetiza o que ele entende por essa história do conceito de América Latina, e, novamente, me aproprio de suas considerações sobre a possibilidade de uma história dos conceitos – neste caso, o conceito de pan-americanismo – quando ele afirma, ao refletir sobre os múltiplos significados pejorativos atribuídos ao termo

---

<sup>10</sup> O projeto de poder do governo brasileiro sobre o subcontinente sul-americano, por exemplo, não é explorado nas definições de pan-americanismo que criticamos até aqui. Como procuraremos mostrar adiante, o uso do discurso pan-americano pelo Brasil está intimamente ligado a uma prática de política internacional que visava projetar o Brasil como potência militar e econômica sul-americana associada aos Estados Unidos.

<sup>11</sup> “Neste livro examino com detalhe os significados atribuídos ao termo, tanto na linguagem comum como nos textos produzidos por especialistas das ciências sociais. Paralelamente a essa análise da semântica histórica da *Latin America*, mostro como essas percepções estiveram diretamente ligadas ao tratamento que os americanos dispensaram aos seus vizinhos do sul” (FERES Jr., 2005, p. 10).



“América Latina”<sup>12</sup>, que

mais interessante e revelador não é saber que eles lá estão [os significados pejorativos], mas compreender em que momento histórico eles aparecem ou são deixados de lado, entender as conexões entre uma determinada definição histórica de *Latin America* e as ações dos homens que dela se serviram, verificar quais significados resistiram o passar do tempo e através de qual retórica, e saber quais as implicações do uso do termo no passado e nos dias de hoje. São esses conhecimentos que o percurso do trabalho presente pretende revelar (FERES Jr., 2005, p. 27).

Este trabalho segue no mesmo sentido: é permeado por uma preocupação com o conceito e a ação humana relacionada a este conceito, ou seja, o conceito e seu *uso*, historicamente orientado. Seu campo de ação são as relações interamericanas e, mais especificamente, aquela entre Brasil e Estados Unidos no momento crucial do fim dos anos 1930 aos primeiros anos da década de 1940.

A conexão fundamental entre uma história dos conceitos e as relações sociais é posta por Koselleck quando diz que “sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política” (KOSELLECK, 2006, p. 98). Isto significa que “ao mesmo tempo em que o conceito reflete linguisticamente a realidade extralinguística, ele também opera no próprio processo de constituição da realidade social e política” (SILVA, 2009, p. 305).

Este trabalho é, portanto, uma investigação acerca da *história de um conceito político*. Metodologicamente, proponho uma combinação de elementos de duas tradições diferentes de investigação, sem abraçar totalmente qualquer uma delas: a abordagem da Escola de Cambridge, exposta principalmente por Quentin Skinner; e a

---

<sup>12</sup> É importante considerar, porém, uma limitação do trabalho de Feres que aparece na própria citação indicada; sua preocupação é voltada exclusivamente para os sentidos pejorativos dados à América Latina. Mesmo ao perguntar sobre os momentos em que o caráter pejorativo é “deixado de lado”, sua pergunta continua sendo sobre ele, o que o direciona para a não consideração de sentidos diferentes e opostos que possam ter aparecido nos Estados Unidos sobre o subcontinente, especialmente entre setores progressistas, que serão mais adiante muito brevemente mencionados como exemplo nesta dissertação (p. 94).

*Begriffsgeschichte* de Reinhart Koselleck. Ainda que as abordagens se distingam fundamentalmente quanto ao próprio objeto de inquirição, – os atos linguísticos no primeiro caso e os conceitos no segundo – consideramos que alguns modos de questionamentos resultantes das abordagens podem ser conciliados<sup>13</sup>.

A possibilidade do uso das de elementos das duas abordagens se dá a partir da consideração de suas diferenças, que de modo introdutório (e fundamental) se caracteriza por uma questão de foco:

Enquanto Koselleck, com sua *Begriffsgeschichte*, focaliza o conteúdo semântico dos conceitos sociais e políticos, a metodologia contextualista de Skinner concentra-se no estado da dimensão pragmática do discurso político (SILVA, 2009, p. 302).

A interseção dos dois autores é possível, defendendo, na medida em que considero que o estudo da dimensão pragmática do discurso político, se orientada historicamente, isto é, considerando os diferentes *usos* de certos discursos ao longo do tempo, exige também um foco semântico: diferentes usos de um termo, por exemplo, requerem mudanças em seu significado, de onde o conteúdo semântico torna-se fundamental. Em certo sentido, a abordagem sobre a semântica histórica de uma palavra, que se torna conceito por agregar “a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”<sup>14</sup> (KOSELLECK, 2006, p. 109), nunca

---

<sup>13</sup> Em certo sentido, as diferenças entre as duas perspectivas são repercussões centrais de um debate bastante amplo sobre o que deve ser uma boa História Intelectual, o que escapa ao foco dessa dissertação. Por isso me permito o uso instrumental das considerações de ambos os lados para resolver as questões apontadas acerca do pan-americanismo, enquanto um conceito político. Existem defensores da possibilidade de uso das duas tradições, mas o assunto continua polêmico. Para indicações iniciais de autores que trataram da polêmica, ver SILVA, 2009, p. 306. Para indicações iniciais das críticas elaboradas ao contextualismo linguístico de Skinner, e, principalmente, acerca da crítica fundamental e específica de que Skinner não trata de modo distinto os atos de fala e os textos escritos, o que é uma distinção fundamental para o historiador. Ver FERES Jr., 2005b.

<sup>14</sup> O que nos remete a uma importante questão: “Por que somente numa determinada época certos fenômenos são reunidos em um conceito comum?” (Koselleck, 2006, p. 117).

será capaz de definir um conceito, pois ele está sempre em modificação, uma vez que está no tempo, e, fundamentalmente, é objeto de disputa política. Assim, não conseguirei falar de *um* pan-americanismo, mas de alguns, na medida em que a polissemia do conceito é resultado de uma disputa política constante em torno dele, seja ela, neste caso, entre uma significação tipicamente estadunidense do conceito e outras latino-americanas, ou, como veremos, relacionada à própria inserção do conceito do termo “pan-americanismo” nos debates acerca da modernidade no Brasil dos anos 1910 e 1920.

Se a pergunta pelo *uso* do conceito provém da perspectiva de Skinner, preciso apontar que as origens dela no pensamento do próprio teórico britânico não serão aqui abraçadas por completo. Para Skinner, compreender o pensamento político (dentro da história intelectual), não significa compreender somente o conteúdo semântico do que é dito, mas também a intenção do autor ao dizê-lo (FERES Jr, 2005b, p. 658). É deste ponto que surge, em sua perspectiva, a pergunta pelo *uso*, uma vez que é através da investigação do uso dos termos, dentro de um *contexto linguístico* específico, que inclui, por exemplo, as perguntas que determinado termo/conceito/ideia estava tentando responder em seu tempo, que as intenções de certo autor podem ser recuperadas (SKINNER, 1969, p. 49). Como nossa preocupação, aqui, não é desvendar com precisão a história intelectual de certo autor ou grupo de autores, e sim investigar um conceito em uso por diferentes atores históricos ao longo do tempo, nossa preocupação com as intenções difere sensivelmente da preocupação de Skinner: se para ele investigar o uso é algo subordinado à descoberta de uma intenção autoral que, por fim, visa estabelecer o sentido completo de determinada ideia, escapando dos problemas por ele muito bem apontados dos métodos textualista e contextualista em história intelectual (SKINNER, 1969), a história dos conceitos que aqui desenvolvo contenta-se com a investigação do uso do conceito e sua relação com aspecto semântico ao longo da história em determinado lugar. Certamente, ao investigar o uso estamos também investigando algum tipo de intenção, mas uma intenção política, mais específica, um “para que serviu?” e não voltada para a determinação precisa do significado em sentido skinneriano (semântica e intenção).

Enquanto declarado *história de um conceito político*, este trabalho possui uma particularidade em relação a seus “atores” históricos, isto é, quanto aos sujeitos que serão seguidos pela investigação. O sujeito é o próprio conceito, e os demais elementos surgem enquanto servem para investigar este conceito. Assim, para

momentos diferentes da investigação, diferentes elementos serão chamados à baila. Isso tem implicação direta na divisão do trabalho – além da divisão dos capítulos – em duas partes: uma primeira mais geral e focada nas origens do conceito de pan-americanismo de um ponto de vista mais abrangente, nos termos de suas ideias originárias e de seu uso inicial, na qual, muitas vezes um historiador social pode sentir a “ausência de sujeitos sociais”. Esta parte é, na verdade, subordinada à segunda, que, por sua vez, constitui a busca mais precisa pelas questões colocadas e é, então, o momento em que outro método é utilizado: seguirei um personagem político, Oswaldo Aranha, na medida em que segui-lo, conforme será defendido em momento oportuno, ajudará a responder, cotejado com outros elementos, às questões propostas. Assim, este trabalho afunila-se gradualmente de uma perspectiva mais geral até um aprofundamento em maiores detalhes acerca dos eventos no Estado Novo.

Neste ponto é fundamental apontar a relação possível entre uma história de conceitos e uma história social. Embora tratando de conceitos mais abrangentes e de longa duração<sup>15</sup> as considerações de Koselleck sobre o tema são esclarecedoras. Segundo ele

A investigação do campo semântico de cada um dos conceitos principais revela um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração da constituição social e originários do passado. [...]. Os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico (KOSELLECK, 2006, p. 101).

Ora, o que um estudo conceitual do pan-americanismo pode trazer é exatamente a identificação da condensação de elementos de um tempo histórico em um termo específico. Isto é, de uma confluência em direção ao termo, naquele presente (o presente da época do pan-americanismo, que para nós é passado), de uma *experiência* (passado), que aparecerá principalmente pelo apelo a uma *tradição* pan-americana e pela apropriação do passado de modo a corroborar o pan-americanismo presente, e de uma *expectativa* (futuro), que indica um

---

<sup>15</sup> Como *revolução*, *modernidade*, ou *classe*. Nosso caso, ao contrário, trata-se de um conceito bastante específico e de curta duração.

projeto político a ser realizado com vistas a determinados fins. Em suma, também está nos conceitos a capacidade de indicar transformações políticas e sociais de significado histórico. A “batalha semântica” (KOSELLECK, 2006, p. 102) em torno de um termo, identificada, como proponho, também através do estudo do *uso* do conceito ao longo do tempo, indica mudanças políticas, sociais e culturais significativas. Ao mesmo tempo, nota-se que uma história dos conceitos terá que lidar, necessariamente, com um recorte temporal amplo e com as dificuldades por isso impostas, já que é somente na amplitude do tempo que podemos observar as mudanças conceituais.

Reforço, portanto, que uma interpretação do pan-americanismo como mero elemento discursivo, separado do social, e que simplesmente esconde relações de poder interamericanas assimétricas, não é suficiente. Sim, este discurso “esconde” essas relações, mas ao mesmo tempo tem impacto na formulação delas. Um estudo sobre seus significados, usos e consequências ao longo do tempo pode iluminar essas questões, e ajudar na solução do problema da relação do pan-americanismo liberal-democrático com o Estado Novo corporativo.

No primeiro capítulo, partindo da 3ª Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (Rio de Janeiro, janeiro de 1942), são aprofundadas as perguntas que orientam essa pesquisa e que foram heurísticamente expostas acima. Este passo, levando em conta as considerações feitas sobre história dos conceitos, remete à busca pela história anterior a 1942 do conceito de pan-americanismo, pelo que se desenvolve, partindo de 1889<sup>16</sup>, uma análise dos pontos discutidos nas Conferências Pan-Americanas, até 1928, quando ocorreu a 6ª Conferência, em Havana. Junto a isso, é necessária uma breve análise da política externa dos Estados Unidos para a América Latina no período, marcada pelo *big stick*, e considerações sobre dois princípios que se revelarão fundamentais para uma conceituação histórica de pan-americanismo: a Doutrina Monroe e a ideia do Destino Manifesto. Será exposta uma relação fundamental entre estes ideários e a produção editorial da União Pan-Americana, órgão executivo das Conferências, responsável pela distribuição de extenso material pan-americano pelo continente. Esta parte do trabalho é fundamental para estabelecer o conceito de pan-americanismo emanado

---

<sup>16</sup> Em 1889 ocorreu a primeira Conferência Pan-Americana. Esta não é propriamente a origem do conceito, que remete ainda a eventos mais antigos, mas utilizamos este marco como referência inicial pela qual elementos passados, conforme a necessidade, serão trazidos à baila.

dos Estados Unidos. Finalmente, concluo o capítulo posicionando as ideias pan-americanas no Brasil antes de 1930, entrando na recepção e releitura do conceito dentro do contexto brasileiro, marcado pelo estabelecimento da República e pela questão da modernidade.

O segundo capítulo é marcado por três eventos: a crise de 1929, o Movimento de 1930 no Brasil, e a Política da Boa Vizinhança dos Estados Unidos a partir de 1933, ano em que ocorre a 7ª Conferência Pan-Americana, em Montevideo. Desta contextualização, é analisada a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, que ocorreu em Buenos Aires, em 1936, a pedido do Presidente Roosevelt. A partir deste ponto, utilizo como guia a figura de Oswaldo Aranha, enquanto um dos mais destacados defensores do pan-americanismo e personagem de grande importância política na chamada Era Vargas.

A figura do embaixador e Ministro continuará presente conforme entramos pelo Estado Novo no terceiro capítulo. O processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, na medida em que foi permeado pelo conceito de pan-americanismo, será revisitado<sup>17</sup>, até a última Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em 1942. Diante disso, elementos como *Office of Interamerican Affairs* entram como instituições fundamentalmente participantes na elaboração do “pan-americanismo de guerra”, e, portanto, assim como a União Pan-Americana, é abordada nas considerações conceituais.

Como conclusão, cotejo os elementos trabalhados do pan-americanismo, como discurso e prática diplomática, com uma visão oficial do Estado Novo, que procurou dirimir as contradições existentes entre a “aliança com as democracias” e o discurso (e sua prática política consequente) do regime instalado em 1937. Para isso, utilizo textos selecionados do suplemento *Pensamento da América*, do jornal *A Manhã*, voz oficial do Estado Novo, e o texto de política externa presente em *Estado Novo: um auto-retrato*<sup>18</sup>, obra “autobiográfica” do regime que nunca chegou a ser publicada, devido a sua queda em 1945, evento que tem relação direta com o envolvimento do Brasil na guerra

---

<sup>17</sup> Esta parte do trabalho é uma combinação de revisão bibliográfica e trabalho nas fontes. As fontes de arquivo principais são os acervos Oswaldo Aranha (OA) e Getúlio Vargas (GV), consultados no CPDOC/FGV, que contém vasta documentação relacionada ao pan-americanismo e às Conferências e Reuniões de Consulta.

<sup>18</sup> SCHWARTZMAN, Simon (org). **Estado Novo: um auto-retrato**. Brasília: Ed. UnB, 1983.

ao lado dos Aliados.





## **Capítulo I – Uma genealogia histórica do conceito de Pan-Americanismo**

### **1.1 A América Unida: 3ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas**

Nero, o Imperador romano, certa vez ordenou a seus cortesãos um desfile de figuras femininas que representariam cada uma das terras conquistadas e dominadas pelo seu poder, que julgava, erroneamente, eterno. A primeira figura, subjugada e empobrecida, representava a Gália, que se curvou humilhada diante de Nero; foi seguida pela Grécia, outrora grande berço da civilização ocidental, suplicando por um punhado de trigo; e assim, uma após outra, desfilaram cabisbaixas diante do Imperador a Bretanha, a Lusitânia, a Ibéria. Eis então que surge após o desfile de figuras decrépitas e subjugadas uma mulher vestida de branco, “linda e bela, como não conhecera antes a beleza romana outra igual”. “Quem és tu?”, indagou o Imperador, enfurecido. E a resposta segura: “o teu domínio é efêmero. Eu sou a esperança que surge num mundo desfeito pelos erros da tirania. Eu sou a América, terra de infinitos, de luz e de liberdade, onde nunca dominará o teu poder”.

\* \* \*

23 de janeiro, 1942. No Palácio Tiradentes, praça XV de Novembro, Rio Janeiro, Capital Federal, realizava-se a 3ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, presidida, não por acaso, pelo Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha. Naquele dia, o nono do encontro, encerravam-se as atividades da Comissão de Defesa do Hemisfério, e o Ministro brasileiro discursou na reunião plenária desta comissão que marcou a recomendação, por unanimidade, da fórmula relativa ao rompimento de relações diplomáticas, comerciais e financeiras das nações americanas com o Japão, a Alemanha e a Itália.

No dia 7 do mês anterior uma das Repúblicas Americanas, os Estados Unidos, fora atacada por forças japonesas em Pearl Harbor, oficializando a entrada daquele país na guerra contra o Eixo. O ataque desencadeara a convocação para esta 3ª Reunião de Consulta. O discurso de Aranha na Comissão de Defesa Hemisférica sintetiza muitos aspectos também presentes nos seus discursos de abertura e encerramento da Reunião de Consulta, que ele proferiu como presidente

no dia 15, o primeiro da Reunião, e no último, dia 28 de janeiro<sup>19</sup>.

O discurso do dia 23, na Comissão de Defesa, sustentava que a agressão não fora somente aos Estados Unidos, mas à América. A soberania que havia sido violada não era nacional, mas continental. Mais do que uma agressão material às instalações militares estadunidenses no Havaí, o ataque era simbólico; a América “foi agredida no próprio símbolo da soberania continental, nos largos e profundos e superiores princípios, em torno dos quais nasceram, cresceram e se formaram os povos americanos”<sup>20</sup>. Essa soberania continental, então, sustentava-se por certos princípios que uniam os povos americanos, em torno de um passado (uma experiência) e um destino (um futuro) comuns. A soberania continental pautava-se pela ideia de uma América harmoniosa:

A agressão foi feita, ciente e conscientemente, àquelas vinte e uma nações que, desde a sua independência, se viram formando juntas, vivendo juntas, numa grande fraternidade humana, exemplar e sem precedentes e que, neste mundo subvertido pelas comoções e violências, falou sempre a linguagem da solidariedade, da união e da paz<sup>21</sup>.

Há um apelo para uma suposta tradição harmoniosa do convívio entre os países americanos, uma tradição de paz e entendimento que naquele momento delicado, em que o *líder*, como Aranha classifica os Estados Unidos no discurso, havia sido atacado, serve como sustentáculo da ideia de solidariedade continental. A ameaça não era a um país, mas a um modo de vida, uniformizado neste discurso pelo mito América. A solidariedade continental visava preservar um *espírito* americano, que, convenientemente, ignorava a diversidade de situações vividas no continente, os inúmeros conflitos existentes entre nações e dentro dos Estados. Para a soberania continental a América tinha que ser construída como um corpo homogêneo, com a existência ameaçada pelos seus antagonistas.

Queremos manter nossas tradições, queremos conservar nossa religião, queremos, em todos os territórios da América, assegurar a livre existência

---

<sup>19</sup> Os três discursos estão disponíveis em CPDOC/OA pi 1942.01.15.

<sup>20</sup> CPDOC/OA pi 1942.01.15; discurso do dia 23 de janeiro de 1942, p. 2.

<sup>21</sup> CPDOC/OA pi 1942.01.15; discurso do dia 23 de janeiro de 1942, p. 3.

de todas as raças e, mais do que isso, queremos defender o nosso patrimônio espiritual, que é, sem dúvida, comparável, para nós, senão muito superior à imensidade de todas as nossas terras<sup>22</sup>.

O discurso de Aranha termina com a estranha parábola de Nero, em que a América aparece para um Imperador romano, que ele aponta talvez ter lido em José Henrique Rodó (1872-1917), famoso escritor uruguaio. Tendo ou não lido em Rodó, é curioso e ilustrativo que este escritor tenha sido citado. Ele era, na verdade, forte crítico do que chamava utilitarismo mercantil estadunidense, e foi um dos intelectuais cuja preocupação era discutir a identidade latino-americana por caminhos diversos daqueles determinados por Europa e Estados Unidos; um modernista latino-americano.

Rodó fez parte de uma geração de escritores hispano-americanos da virada do século, como Rubén Darío, cuja preocupação foi o expansionismo (territorial e intelectual) estadunidense agindo sobre a América Latina; e que confrontava outros intelectuais que viam no norte um exemplo civilizatório a ser seguido. Neste sentido, a obra de Rodó *Ariel*, de 1900, inspirada em *A Tempestade*, de Shakespeare, opõe Caliban, preocupado com a conquista material, a Ariel, o sujeito voltado para o espírito, para o esclarecimento. Nesta leitura de Rodó, o Caliban é identificado com a América saxônica, e Ariel com a “outra América” (ALVARADO, 2003).

No contexto intelectual em que sobressaíam discussões sobre a identidade da América, *Ariel* teve grande repercussão, e, sendo símbolo do contraponto em relação a uma aproximação do modelo de desenvolvimento material dos Estados Unidos, “frutificou o ‘arielismo’, corrente de pensamento associada ao idealismo e contrária ao ‘mercantilismo utilitário’ dos Estados Unidos” (VILLAÇA, 2011, p. 70).

Essas informações, é claro, não aparecem no discurso de Aranha: um crítico dos caminhos estadunidenses é citado para sustentar a adesão da América como um todo ao destino dos do norte. A oposição histórica foi açambarcada pelo discurso oficial. Esta citação, muito bem posta por Aranha, não podia ser mais ilustrativa do processo de construção da aliança americana. Para Rodó, o Nero da parábola podia muito bem ser os Estados Unidos e a bela mulher pode representar os países do sul do Rio Grande.

O que está por trás desse discurso? Como é possível que ele

---

<sup>22</sup> CPDOC/OA pi 1942.01.15; discurso do dia 23 de janeiro de 1942, p. 5.

tenha feito sentido em 1942? Como se construiu, antes, essa América mitológica para que a fala do Ministro tenha feito sentido? Fora de seu contexto ele nos parece, no mínimo, estranho, mas naquele momento, por mais ardiloso que tenha sido, o discurso foi aclamado, e a figura de Aranha e trechos do discurso eram presença constante nos jornais. Que projetos de poder estavam por trás dele? Como opera o conceito que sustenta essa fala, o pan-americanismo?

O dia 28 de janeiro, data de encerramento da 3ª Reunião de Consulta, marca, em certo sentido, o ápice de um longo processo. Como disse o Ministro Aranha no discurso de encerramento naquele dia, pondo fim aos trabalhos, foi a primeira vez “em face de um caso concreto, positivo e definitivo” que se pôs à prova a “estrutura do pan-americanismo”, resultando na união da América em torno de uma causa comum<sup>23</sup>. Ele opôs uma América solidária e pautada no suposto respeito mútuo entre os Estados, à violência existente nos demais continentes.

Como veremos, a democracia é um dos pontos fundamentais do conceito de pan-americanismo, e não poderia faltar no discurso de encerramento da reunião referências a ela. É importante que façamos uma consideração sobre o termo “democracia”. O utilizaremos durante o texto com o mesmo sentido dado a ele, em geral, pelas figuras das quais trataremos, isto é, a democracia entendida como um regime parlamentar com representantes eleitos ao menos por parte da população e a existência efetiva de alguma liberdade de imprensa, e nada mais. Não poderíamos, de modo algum, dizer que qualquer dos países americanos eram uma democracia em sentido pleno do termo, seja ele qual for. Menos ainda poderíamos dizê-lo do seu grande baluarte, os Estados Unidos, enquanto país que, dentre as suas muitas mazelas, mantinha um regime de segregação racial violento e muito distante daquilo que consideraríamos hoje ser uma democracia.

Quanto ao tema do regime democrático, porém, o Ministro parece ter sido cauteloso. Eram evidentes as contradições do regime do Estado Novo com a democracia americana, como foi sugerido antes e será trabalhado ao longo deste texto. Assim, a referência de Aranha ao tema teve uma sutileza: não tratou de regimes internos, o que exporia a contradição a ser omitida, mas sim do *sistema interamericano* como algo democrático: um ambiente em que os Estados do continente podiam, dizia, discutir amigavelmente os problemas americanos e tomar decisões consensuais, sem pressões e sem imposições de uma nação sobre as outras. Assim, a aparente pedra fundamental do pan-

---

<sup>23</sup> CPDOC/OA pi 1942.01.15; discurso do dia 28 de janeiro de 1942, p. 4.

americanismo (o regime democrático) dá as caras no encerramento da Reunião, mas de modo um tanto quanto constrangida, uma vez que o discurso da união de regimes democráticos contra o totalitarismo não podia ser explicitado, ao menos pelo representante do Estado Novo brasileiro.

A primeira resolução que aparece na Ata Final da 3ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas é emblemática e inicia-se assim:

As Repúblicas Americanas reafirmam a declaração que considera qualquer ato de agressão de um Estado não-Americano a um Estado Americano, uma agressão contra todo o continente, constituindo uma ameaça imediata à liberdade e independência da América.<sup>24</sup>

Na Reunião de Consulta anterior, realizada na cidade de Havana, em julho de 1940, após a queda da França, portanto, e da invasão alemã aos países neutros na Europa, havia sido aprovada a Resolução XV<sup>25</sup>, que é a resolução que foi assim reafirmada pela reunião do Rio de Janeiro. Em Havana a soberania nacional fora substituída por uma soberania continental de contornos esquizofrênicos, na época como uma salvaguarda da neutralidade dos países do continente; no final de 1941 o ataque a Pearl Harbor, levando em consideração os acordos de 1940, não havia sido, portanto, apenas aos Estados Unidos, mas ao continente. Colocava-se, assim, não apenas a reafirmação do princípio de solidariedade continental, mas a necessidade de se tomarem medidas práticas diante do ataque ao continente. Com isso, o terceiro parágrafo da primeira resolução de 1942 *recomendava* o rompimento de relações das Repúblicas Americanas

---

<sup>24</sup> “The American Republics reaffirm their declaration to consider any act of aggression on the part of a non-American State against one of them as an act of aggression against all of them, constituting as it does an immediate threat to the liberty and independence of America”. Final act of the Third Meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics: Rio de Janeiro, Brazil, January 15 to 28, 1942, p. 4. Todas as atas das Reuniões Consulta estão disponíveis em <http://www.oas.org/en/default.asp>.

<sup>25</sup> Final act of the Second Meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics signed in the city of La Habana the thirteenth day of July, 1940, p. 22.

com o Eixo<sup>26</sup>, então em guerra contra os Estados Unidos.

A resolução seguinte à que recomendava o rompimento das relações com o Eixo é fundamental para o posterior entendimento do jogo de poder implícito nos esforços diplomáticos em torno do conceito de pan-americanismo. Tratava da produção de materiais estratégicos, tanto no sentido de aumentar a produção, quanto no de restringir a exportação desses materiais, evitando que fossem vendidos para fora do continente. Explicitamente se coloca a mobilização *continental* da economia para um esforço de guerra, ainda que apenas os Estados Unidos tivessem sido atacados. Esta mobilização das atividades de mineração, agrícolas, industriais e comerciais é posta como uma expressão prática da “solidariedade continental”, aos moldes do que dizia Aranha sobre a efetivação das ideias pan-americanas. Recomendou-se às Repúblicas Americanas a elaboração de planos nacionais para o aumento da produção de matérias-primas, especialmente aquelas consideradas estratégicas, como a borracha, o ferro e óleos vegetais. Os planos elaborados nacionalmente seriam coordenados pelo chamado Comitê Consultivo Econômico e Financeiro Interamericano, um órgão da União Pan-Americana, com sede em Washington.

A mobilização econômica continental, baseada na pitoresca ideia de solidariedade entre as repúblicas americanas, encaminhava as economias continentais para uma subordinação ao esforço de guerra estadunidense, que seria ao mesmo tempo o principal consumidor dos materiais estratégicos e, também, o principal financiador da sua extração como uma parte subordinada de sua economia. De fato, mais adiante, na Resolução XVI, sobre cooperação econômica, o pan-americanismo aparece como *doutrina* que coloca o desenvolvimento econômico nacional, dentro de certos moldes, em função da soberania continental e coordenado pelo continente:

---

<sup>26</sup> O caráter de *recomendação* desta resolução será comentado mais adiante. De fato, com o ataque do Japão aos Estados Unidos e a declaração de guerra de Alemanha e Itália ao país, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Panamá, Honduras, Nicarágua e República Dominicana declaram guerra ao Eixo. O Brasil rompeu relações diplomáticas no dia do encerramento da Terceira Reunião, junto com Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai. Chile e Argentina romperiam relações com o Eixo somente em janeiro de 1943 e 1944 respectivamente, apesar da recomendação de 1942, o que é um dado significativo.

Seguindo o espírito de solidariedade e colaboração inspirado pela doutrina do pan-americanismo, planos de cooperação devem ser elaborados através da Comissão Interamericana de Desenvolvimento e as Comissões Nacionais, com vistas a facilitar o financiamento dos projetos de desenvolvimento, considerando as possibilidades econômicas de cada país<sup>27</sup>.

Assim, o discurso da solidariedade continental agrega a si uma ideia de desenvolvimento econômico, que se mostraria bastante sedutora. Ao mesmo tempo, a Resolução XI recomendava a facilitação da circulação do capital entre os países americanos, e a criação de mecanismos de proteção ao investimento. Num contexto de crise profunda, em torno da solidariedade hemisférica, a busca de uma integração maior das economias em função da guerra parecia ignorar (ou saber manejar muito bem), a enorme assimetria econômica entre os Estados Unidos e a maior parte do continente americano, salvo o Canadá e a Argentina.

É interessante notar, também, que nas considerações iniciais da Resolução III, que trata dos meios de manutenção das condições econômicas dos países americanos nos tempos em que o comércio internacional estava modificado pelas condições da globalização do conflito armado, retoma-se um ponto que havia sido afirmado também nas reuniões de Ministros do Panamá, em 1939 e de Havana em 1940: “declarado [nas reuniões anteriores], que as nações americanas continuem aderindo aos princípios liberais do comércio internacional”<sup>28</sup>. É uma clara referência crítica ao comércio compensado, oposto ao liberal, praticado, ao menos até 1939, entre a Alemanha e algumas repúblicas americanas.

---

<sup>27</sup> “That in keeping the spirit of solidarity and collaboration inspired by the doctrine of Pan Americanism, plans for cooperation should be made through the Inter-American Development Commission and its National Commissions in order to facilitate the financing of such development projects, with due regard to economic possibilities of each country”. Final act of the Third Meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics: Rio de Janeiro, Brazil, January 15 to 28, 1942, p. 27.

<sup>28</sup> “In addition, declared that the American nations continue to adhere to the liberal principles of international trade”. Final act of the Third Meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics: Rio de Janeiro, Brazil, January 15 to 28, 1942, p. 9.

A defesa dos princípios liberais no comércio internacional, pautado pela “cláusula da nação mais favorecida”<sup>29</sup>, não é, porém, tão significativa quanto o que aparece mais adiante, nas considerações iniciais da Resolução XXV. Com a crise de 1929 os governos, inclusive o dos Estados Unidos, que, com Roosevelt, implantou o *New Deal*, afrouxaram os princípios liberais da economia, buscando soluções as mais diversas, sempre incluindo a ação estatal, em maior ou menor nível, na atividade produtiva. Mesmo assim, os Estados Unidos mantiveram durante a década de 1930 uma política liberal de comércio internacional, evitando embarcar na onda protecionista que percorreu o mundo, de modo que a defesa dos princípios liberais no comércio internacional não é propriamente uma surpresa. A Resolução XXV, já tratando no início de 1942 sobre questões do pós-guerra, vai mais longe e coloca os tais princípios liberais da economia como fundamentais. Precedido pelas típicas colocações de uma história mitológica da América, como exemplo de “lei, justiça e cooperação”, o terceiro ponto das considerações iniciais da resolução diz que “a segurança coletiva deve se pautar não apenas nas instituições políticas, mas também em sistemas econômicos justos, efetivos e liberais”.<sup>30</sup> Este sistema econômico liberal faz parte, portanto, da ideia de pan-americanismo, e é posto como um princípio, e não como ponto de debate. Enquanto isso é colocado como considerações iniciais (“considerando que...”), a recomendação que se segue a essa consideração é a criação de órgão técnico, subordinado à União Pan-Americana, para tratar da economia liberal do pós-guerra; assim, a América transforma a discussão política em uma questão técnica com importantes consequências futuras.

Como já sugerido antes, também uma ideia de democracia, e não apenas a economia liberal, caracteriza a noção de pan-americanismo que se manifesta na 3ª Reunião de Consulta. Este tema aparece explicitamente na Resolução XVII, que trata de “atividades subversivas”, e formaliza a noção da Segunda Guerra Mundial como um grande confronto entre “democracias do mundo livre” (com um incômodo aliado comunista) e as forças do nazi-fascismo na Europa e o

---

<sup>29</sup> Que teoricamente evita a discriminação comercial entre estados ao conceder um tratamento tarifário igual entre os parceiros comerciais, sem favorecimento específico a uma ou outra parte (OLTON; PLANO, 1980, p. 50).

<sup>30</sup> “Collective security must be funded not only on political institutions, but also on just, effective, and liberal economic systems”. Final act of the Third Meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics: Rio de Janeiro, Brazil, January 15 to 28, 1942, p. 42.



imperialismo japonês na Ásia.

A Resolução retoma passos já dados no encontro de Havana em 1940<sup>31</sup>, marcadamente as resoluções II, III, V, VI e VII daquele encontro. Esta última traz no título um dos principais aspectos da preocupação com “atividades subversivas”: “Difusão de doutrinas que tendem a colocar em risco o *ideal democrático comum* interamericano ou ameaçar a segurança e a neutralidade das Repúblicas Americanas”.<sup>32</sup> Em 1940, a posição oficial das repúblicas americanas era de neutralidade, e as atividades subversivas, entendidas como atividades políticas sustentadas por ideologias de fora do continente eram colocadas como um problema para a manutenção da neutralidade; a recomendação era a proibição de atividade política de partidos e grupos estrangeiros e a vigilância do trânsito e atividades de indivíduos não americanos<sup>33</sup>. Tudo posto de maneira genérica: a recomendação não diz, por exemplo, “proibir o partido nazista de agir na América”, mas sim recomenda a proibição da divulgação de doutrinas “alienígenas”, isto é, não americanas, portanto, não democráticas. Inclui-se, aí, o nazismo, o fascismo e o comunismo.<sup>34</sup>

Este pan-americanismo se afirma, então, em torno das “instituições democráticas” do continente americano, que estariam ameaçadas. As atas finais, tanto de 1940 quanto de 1942, recomendam a

---

<sup>31</sup> De fato, muito do que se discutiu em Havana 1940, de onde saiu a já mencionada Resolução XV que criou a “soberania continental”, foi pensado como medidas para o caso de algum ataque. O encontro do Rio 1942, portanto, é em grande parte uma retomada dos pontos anteriores, agora já com os Estados Unidos em guerra.

<sup>32</sup> Diffusion of doctrines tending to place in jeopardy the *common inter-American democratic ideal* or to threaten the security and neutrality of the American Republics”. 1940, p. 13; 1942, p. 28. Grifo meu.

<sup>33</sup> São inúmeras as recomendações nesse sentido: elaboração de listas de estrangeiros subversivos, exigência de apresentação periódica de cidadãos dos países do Eixo às autoridades do país americano em que residem, controle de passaportes, vigilância, etc. Ver Final act of the Third Meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics: Rio de Janeiro, Brazil, January 15 to 28, 1942, p. 31-32.

O alcance dessas recomendações variou bastante entre os países americanos.

<sup>34</sup> A ideia de que existe uma doutrina Americana democrática, e de que essa doutrina encontra-se constantemente ameaçada, teve impactos profundos na história das relações internacionais do pós-guerra, sendo capitalizada no contexto da guerra fria para, por exemplo, excluir Cuba do sistema interamericano após 1959.

proibição e perseguição de qualquer tipo de propaganda “antidemocrática”, recomendação essa que, como veremos, terá uma operacionalidade curiosa no Brasil do Estado Novo.

No Rio de Janeiro ficou decidido que a coordenação das ações contra os atos subversivos ficaria a cargo de um novo órgão, o Comitê Consultivo Interamericano de Emergência para Defesa Política, que começou a operar em primeiro de março de 1942. Curiosamente, em 1944 o representante brasileiro neste órgão passou a ser o General Góes Monteiro, conhecido simpatizante dos regimes da Itália e da Alemanha quando a posição do Brasil ainda era duvidosa, no final dos anos trinta.

Este órgão seria criado e administrado pela União Pan-Americana. Esta União fora criada em 1889, ainda que com outro nome, com a Primeira Conferência Pan-Americana, em Washington D.C., e é constantemente mencionada nas atas finais das três reuniões de consulta (Panamá, 1939; Havana, 1940; Rio de Janeiro, 1942), tal como se fosse um órgão executivo responsável pela efetivação de uma série de medidas decididas nestas reuniões.

O mencionado Comitê Financeiro e Econômico, assim como o de Defesa Política, e muitos outros, eram ramificações da União Pan-Americana. O funcionamento parece ser relativamente simples: tomando como um exemplo, que se repete em vários momentos análogos, a Reunião de Consulta recomendou uma série de medidas a serem tomadas para a defesa política; a partir dessas recomendações, a União Pan-Americana e suas ramificações serão responsáveis pela execução e coordenação entre os diferentes Estados Americanos.

Ao mesmo tempo, a União produziu, desde a sua criação, um amplo espectro de materiais; de programas de rádios a panfletos escolares, de tabelas sobre comércio exterior a peças de teatro para divulgação do pan-americanismo. Se surgiu a pergunta sobre como foi possível que o discurso de Oswaldo Aranha fosse inteligível em sua época, inevitavelmente temos que passar pela União Pan-Americana e, como parte inseparável, pelas Conferências Pan-Americanas e o sistema interamericano, que foi de onde se criou o sistema de consulta que resultou nas três Reuniões de Consulta de Ministros às portas da guerra. Pergunto, afinal, pelo processo histórico que culminou com a reunião de 1942 e a adesão de quase todos os países americanos ao esforço de guerra estadunidense, para o qual a ideia de pan-americanismo parece ter servido como agamassa, e é, portanto, o foco.

## 1.2 A 1ª Conferência Pan-Americana, 1889-1890: primórdios do sistema interamericano

O ano de 1942 marca o ápice de um longo processo de relações interamericanas. O pan-americanismo que aparece nos discursos de Aranha tem uma origem específica, ainda que não seja a única ideia “interamericana” que tenha existido. Por isso se faz necessário para nossa investigação acerca do conceito de pan-americanismo um retorno às suas origens. Em certo sentido, 1942 é a vitória de *um* pan-americanismo, cuja origem não é uma suposta convivência harmoniosa entre os Estados do continente, mas sim um esforço estadunidense que remete ao final do século XIX, e, embora use símbolos de outras ideias interamericanas, como latino-americanismo, é fortemente pautado pelas ideias estadunidenses da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto, como sustentarei a partir daqui.

Pensando em uma genealogia das ideias que culminaram em 1942, chega-se em 1889, com a Primeira Conferência Pan-Americana, ainda que elementos anteriores tenham sido incorporados, de maneira não ingênua. Em suma, o pan-americanismo que triunfou na década de 1940 não era, por exemplo, o da Confederação Hispânica de Bolívar, mas sim aquele cujo marco fundador é 1889.

Entre 2 de outubro daquele ano e 19 de abril do seguinte se reuniu, em Washington D.C., a primeira Conferência Interamericana. Os países do continente haviam sido convidados pelos Estados Unidos, que elaboraram a agenda do encontro com dois pontos fundamentais: uma proposta de união aduaneira continental, e outra de criação de um sistema de arbitragem para os conflitos interamericanos<sup>35</sup>. Curiosamente, antes do início oficial da conferência os delegados foram convidados para uma viagem ferroviária de quase 10 mil quilômetros pelos Estados Unidos, com o objetivo aparente de mostrar a potência produtiva do país. É significativo que a delegação argentina tenha se recusado a fazer o tour (CONNELL-SMITH, 1974, p. 110).

A Conferência não teve sucesso em nenhum dos dois pontos da agenda proposta pelos Estados Unidos. Houve forte oposição latino-americana a proposta de união aduaneira; em contraposição ao Secretário de Estado James Blaine, que utilizou a expressão monroísta “América para os americanos” (LANGLEY, 1989, p. 97), o delegado argentino Roque Saenz-Peña, teria defendido a “América para a

---

<sup>35</sup> Para mais detalhes sobre o programa da Conferência, ver SANTOS, 2004, p. 115.

humanidade”. O país foi o que mais veementemente se opôs à proposta, que priorizava o comércio interamericano, enquanto a Argentina tinha fortes laços comerciais com a Inglaterra, e ocupava uma posição econômica de destaque na América do Sul. O Brasil, assim como os demais países do continente, adotaram a mesma posição de rejeição da união aduaneira continental, embora tenha sinalizado positivamente, após a transição da monarquia para a República, para a efetivação de acordos bilaterais com os Estados Unidos, que seriam efetivados em 1891, com Salvador de Mendonça (BANDEIRA, 2007, p. 206). Assim como a questão da união aduaneira, o projeto de um sistema de arbitragem não avançou; chegou a ter um rascunho assinado por onze governos participantes, mas nenhum deles o ratificou posteriormente. De fato, o único resultado da Conferência foi a criação do órgão que viria a se chamar, anos mais tarde, União Pan-Americana. Seguindo o tema principal que estava em debate naquela conferência, a questão do comércio e da união aduaneira, as funções desta “repartição” do nascente sistema interamericano eram eminentemente comerciais. Sob controle direto do Departamento de Estado e financiado com verba estadunidense, a União Internacional das Repúblicas Americanas se responsabilizava por compilar e publicar dados comerciais das repúblicas do continente, além de facilitar o conhecimento das leis alfandegárias dos países membros, que eram as 20 repúblicas<sup>36</sup>. Seu início, portanto, é marcado por um forte interesse comercial eminentemente unilateral. Foi criado a partir de uma proposta estadunidense ligada ao plano de união aduaneira, e, em seus primeiros anos, funcionou mais como um órgão do governo dos Estados Unidos do que instituição multilateral. Veremos mais adiante o desenvolvimento desta instituição, que chegou a ser chamada de “*colonial office*” por seus críticos (CONNELL-SMITH, 1974, p. 149).

Há ainda dois pontos discutidos cujo fracasso na sua efetivação é significativo para o estudo do pan-americanismo. Foi debatida uma proposta baseada na Doutrina Calvo<sup>37</sup> que sustentava o tratamento igual

---

<sup>36</sup> Cuba ainda fazia parte do Império Espanhol, e seria depois o 21º país a aderir. O Canadá não se tornou membro da União Pan-Americana, mesmo após dezembro 1931, quando o Estatuto de Westminster desvinculou a política externa do país (assim como da Austrália e da Nova Zelândia) do Ministério do Exterior do Reino Unido.

<sup>37</sup> Por Carlos Calvo, diplomata e jurista nascido no Uruguai, mas atuante na Argentina. Publicou, em 1863, a obra *Direito Internacional Teórico e Prático*

entre estrangeiros e locais nos países americanos, isto é, que os primeiros teriam garantidos os mesmos direitos dos segundos, e, por outro lado, *não* poderiam exigir tratamento especial<sup>38</sup>. Na prática, o acordo impediria que os interesses privados de sujeitos e companhias agindo fora de seu território nacional pudessem ser defendidos pelo corpo diplomático ou através do exercício da força por seu país de origem, estando sujeitos, portanto, somente às leis do país em questão. Este ponto era uma exigência fundamental e direcionada para os Estados Unidos, que já acumulava um histórico de interferências no México, e no Caribe e América Central. Todos os países participantes, exceto o Haiti, que se absteve, e os Estados Unidos, foram a favor da adoção de uma cláusula pautada pela Doutrina Calvo para reger as relações interamericanas. Explicitava-se a diferença de interesses entre um grande poder em ascensão, e as potências menores ao sul do rio Grande.

Além disso, os Estados Unidos recusou a adoção do princípio de rejeição do direito de conquista, que procurava condenar *qualquer* conquista territorial<sup>39</sup>. Como havia conquistado por invasão grande parte do território mexicano, os Estados Unidos sustentaram que o território conquistado poderia ser mantido como indenização em caso de agressão; afinal, na autoimagem estadunidense, eles é que foram agredidos pelo México.

A rejeição destes temas por parte dos Estados Unidos dificultava qualquer movimento latino-americano, afinal, ainda que colocados como princípios universais americanos, as propostas eram direcionadas para o único país com poder suficientemente desproporcional para executar os atos que procuravam proibir sem que houvesse um equilíbrio de forças<sup>40</sup>. Com a rejeição das propostas por

*da Europa e América*, onde expôs a doutrina que mais tarde seria conhecida pelo seu nome.

<sup>38</sup> Os artigos no debate chamado “Claims and diplomatic interventions” diziam: 1- foreigners are entitled to enjoy all the civil rights enjoyed by natives, and they shall be accorded all the benefits of said rights in all that is essential as well as in the form or procedure, and the legal remedies incident thereto, absolutely in like manner as said natives; 2- a nation has not, nor recognizes in favor of foreigners, any other obligations or responsibilities than those which in favor of the natives are established in like cases by the constitution and the laws. (CONNELL-SMITH, 1974, p. 111).

<sup>39</sup> Além dos Estados Unidos, o Chile rejeitou o princípio, já que havia conquistado território boliviano na Guerra do Pacífico (1879-1883).

<sup>40</sup> Argentina e Brasil, por exemplo, realizaram intervenções no Paraguai e Uruguai, mas por haver equilíbrio relativo de forças entre os dois países, as

parte deste país elas se tornavam inócuas. A postulação de tais princípios pelos países latino-americanos e sua rejeição pelos Estados Unidos são fruto de uma relação conturbada entre as duas partes e de uma *mentalidade* estadunidense para temas exteriores, e especialmente em relação à América, que surgiu no século XIX, se consolidou no início do XX e repercute até os dias de hoje. Essa mentalidade nos dá importantes pistas sobre o conceito do pan-americanismo que surgia em 1889, e pode ser estudada, enquanto também nos é interessante destacar porque alguns países latino-americanos propunham elementos como o relacionado à Doutrina Calvo, a partir dos momentos de intervenção dos EUA no sul até antes da primeira Conferência.

A proximidade geográfica colocou o México, “tão longe de Deus e tão próximo dos Estados Unidos”, como alvo principal da expansão territorial estadunidense do século XIX. A provocação da guerra contra o México, em 1846, ao expandir a fronteira do Texas, anexado à União no ano anterior, até o Rio Grande, muito além da fronteira original, permitiu a conquista militar de vasto território mexicano<sup>41</sup>. Na década seguinte, a América Central sofreu com ataques de figuras como William Walker, um “flibusteiro do século XIX”, que organizou aventuras militares privadas para conquistas na região, tendo significativo impacto na Nicarágua, em 1855 (DABÈNE, 2003, p. 16). Na mesma época foram feitas junto à Coroa espanhola tentativas de compra da ilha de Cuba, que era vista como apêndice natural da Flórida, anexada em 1819 depois de uma série de ataques a fortes espanhóis e aos nativo-americanos do local (ZINN, 2003, p. 98).

Além disso, manifestava-se já na década de 1840 um interesse particular sobre o território do Panamá, então parte da Grã Colômbia. O local estratégico poderia se tornar alvo de potências europeias, o que fez com que o governo colombiano pedisse proteção da região para os Estados Unidos em 1846, que por sua vez se comprometeu a tampouco tomar o território panamenho, contanto lhe fosse garantido o direito de passagem para os cidadãos estadunidenses sem o pagamento de tributos maiores que os cobrados dos locais<sup>42</sup>. A guerra civil dos Estados Unidos

---

intervensões não podiam ser tão unilaterais como aquelas feitas pelos Estados Unidos na América Central.

<sup>41</sup> Hoje os estados do Texas, Arizona, Novo México, Utah, Nevada, Califórnia, e parte do Colorado.

<sup>42</sup> Este foi, de fato, o *único* compromisso de defesa territorial assumido pelos Estados Unidos na América Latina, o que é um fator importante para o entendimento da Doutrina Monroe. O desfecho da história do Panamá em 1903

(1861-1864) amenizou temporariamente as ações estadunidenses no México e na América Central e Caribe, mas elas voltaram com força já em 1866, quando 20 mil soldados da União consolidada após a guerra se posicionaram na fronteira com o México, na época ocupado por tropas francesas que mantinham, desafiando as pretensões de exclusividade de intervenção no continente por parte dos Estados Unidos, uma descontextualizada monarquia, encabeçada por Maximiliano. Embora a princípio esse ato estadunidense que forçou a retirada das tropas francesas, e a consequente queda da monarquia pelos últimos instalada, pareça um ato de benevolência, ele não pode ser entendido deste modo. Além disso, já em 1869, com a expansão da Marinha, o General Grant propunha a anexação da República Dominicana, para evitar uma intervenção europeia naquele país.

É preciso, agora, interromper a narrativa dos primórdios intervencionistas do gigante do norte, que exponho para justificar a origem das preocupações dos países latino-americanos na Conferência de 1889, para investigarmos o pensamento que orientou e orientaria nos anos seguintes as relações dos Estados Unidos com os países da América Latina. Este pensamento tem, por sua vez, relação direta com o conceito de pan-americanismo que pautou 1889.

Antes, porém, é preciso qualificar em que sentido é utilizado aqui o termo “América Latina”. Não podemos entendê-lo como uma caracterização homogeneizante de um espaço geográfico que contém uma grande variedade de Estados e povos, e que é também perpassado por uma série de conflitos de interesse ao longo da história. De fato, uma visão que trata a América Latina como uma entidade homogênea parece ser em muitos momentos a visão dos próprios estadunidenses, em seu modo de afirmar-se pela negação das qualidades dos outros, como oposições assimétricas (FERES Jr., 2005). Quanto a este problema, Connell-Smith (1974, p. 28) sugere que o fator que permite a aglutinação no termo “América Latina” de uma realidade diversa é a disparidade de poder entre os seus países e os Estados Unidos, já evidente, segundo ele, no final do século XIX. Discordamos dessa possibilidade de referência à América Latina no período, por duas razões: é preciso relativizar essa disparidade de poder, e compreender que ela possuía diferentes níveis: o poderio militar e econômico estadunidense podia projetar-se violentamente sobre as repúblicas centro-americanas, por exemplo, muito mais do que em países como

---

foi, de fato, o absoluto oposto dos tratados assumidos pelos EUA em 1846. (CONNELL-SMITH, 1974, p. 84).

Brasil, Argentina ou Chile, seja por estarem em níveis econômicos e militares “mais avançados”, ou por suas relações com potências europeias, ou pela distância geográfica.

De qualquer modo, a imagem construída nos Estados Unidos sobre este espaço chamado América Latina englobava todo o “subcontinente”, e essa visão sobre os vizinhos teve impacto significativo nas relações entre os grupos e estão presentes, como mostraremos, nas origens do pan-americanismo.



### **1.3 Um Intervalo sobre a Autoimagem Estadunidense: Doutrina Monroe e Destino Manifesto**

Dois elementos são fundamentais para entendermos a orientação da política externa estadunidense no século XIX, e também seus desdobramentos no século seguinte, em relação ao restante da América: a Doutrina Monroe e a ideia do Destino Manifesto. Ambos tiveram impacto determinante nas relações dos Estados Unidos com a América Latina; o primeiro por sua própria definição, e o segundo pelo “acidente geográfico” que colocou as duas Américas juntas.

O interesse de estadunidenses sobre o restante da América remete ainda aos tempos coloniais, quando o contrabando era comum para burlar as restrições do comércio entre as colônias do Novo Mundo. Depois da independência dos Estados Unidos, em 1776, e o consequente interesse em territórios ainda espanhóis, como a Flórida, Cuba, e a região do Texas, a questão do apoio aos processos de independência das colônias hispânicas, iniciados no início do século XIX, passou a ser tema de discussão no governo estadunidense. Embora oficialmente se declarasse neutro, não escondia a simpatia pelos processos de independência, que, ao livrar vastos territórios do domínio colonial, abria novas oportunidades de comércio para os Estados Unidos.

De fato, já em 1808, durante a administração de Thomas Jefferson, o debate indicava como objetivo de longo prazo a exclusão das potências europeias de qualquer ocupação territorial no continente. Três anos mais tarde apareceria a Resolução de Não Transferência<sup>43</sup>, na qual o país afirmava não aceitar a transferência das colônias existentes na América a outras potências europeias (MANWARING, 2001, p. 3).

Foi em dezembro de 1823, porém, que o resultado dos debates que ocorriam desde o começo do século foi sintetizado na chamada Doutrina Monroe. É importante destacar que em agosto daquele ano o Império Britânico propôs ao governo dos Estados Unidos uma declaração conjunta sobre uma política para os países recém-independentes da América Hispânica e Portuguesa. A declaração afirmaria os seguintes pontos: qualquer tentativa de recolonização seria rejeitada; que nenhum obstáculo seria posto entre a Espanha e um entendimento com suas colônias ou ex-colônias, mas que uma vez independentes, os novos Estados seriam reconhecidos; que nem os Estados Unidos e nem o Império Britânico possuía interesse em tomar alguma colônia; e que a transferência de territórios no continente entre

---

<sup>43</sup> No Transfer Resolution. United States Congress, 15 de janeiro de 1811.

potências europeias não seria aceita<sup>44</sup>.

Foi em um debate ocorrido dentro do governo e do congresso estadunidense sobre esta proposta britânica que a Doutrina Monroe tomou forma. As justificativas dadas para a rejeição da proposta por parte dos Estados Unidos, após o fim dos debates, são significativas; a declaração conjunta abriria espaço para os britânicos na América, provendo-lhes uma espécie de crédito político pela “proteção” dada aos novos países, e, além disso, o ponto que afirmava o desinteresse em tomar para si colônias remanescentes dificultava interesses marcados dos Estados Unidos, como aquele pela ilha de Cuba, ainda colônia espanhola.

Foi em 2 de dezembro de 1823, após a negação da proposta de declaração conjunta com o Império Britânico, que o então presidente James Monroe anunciou, em um trecho de seu discurso ao congresso, o que viria a ser conhecido como a Doutrina Monroe. Em certo sentido a Doutrina foi a apropriação unilateral de alguns dos pontos da proposta de declaração conjunta dos britânicos, o que indica já a ideia da exclusividade hemisférica que tomará forma a partir da declaração de dezembro de 1823.

Os pontos fundamentais da doutrina são a não aceitação, por parte dos EUA, de qualquer tentativa de recolonização de territórios que obtiveram sua independência, e a declaração de que a extensão do sistema político europeu, com suas diversas formas de monarquia, seria encarada como uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. Em contrapartida, afirmava não interferir em assuntos exclusivamente europeus, e tampouco apoiar os processos de independência das colônias, enquanto estes ainda não tivessem sido concluídos<sup>45</sup>. É

---

<sup>44</sup> Tanto os Estados Unidos como o Império Britânico tinham grandes interesses comerciais na independência das colônias, e eventualmente rivalizariam neste campo. Isto é, o interesse comum de independência é pautado por um interesse antagonico de disputa por espaço comercial que se abria com a descolonização. De qualquer modo, a situação comercial na América ainda favorecia a Inglaterra, que, em última instância, apoiou tacitamente a declaração unilateral dos Estados Unidos.

<sup>45</sup> Um dos trechos mais significativos do discurso de 2 de dezembro de 1823 diz: “We owe it, therefore, to candor and to the amicable relations existing between the United States and those powers to declare that we should consider any attempt on their part to extend their system to any portion of this hemisphere as dangerous to our peace and safety. With the existing colonies or dependencies of any European power we have not interfered and shall not interfere, but with the Governments who have declared their independence and

importante notar que ao menos até o período posterior à guerra civil os Estados Unidos não tinha poder para efetivar a doutrina e impedir qualquer interferência europeia no continente (BETHELL, 2010, p. 462)<sup>46</sup>, mas o valor ideológico que a doutrina adquiriria nas décadas subsequentes, como veremos, é impactante. Por isso, ainda que inexequível quando de sua criação, é importante a ideia fundamental presente: o fechamento do *hemisfério ocidental* como zona exclusivamente estadunidense, de tal modo que os assuntos continentais americanos possam ser tratados como “assuntos internos” dos Estados Unidos.

Assim, a questão do regime político, que se tonará fundamental no século XX, tem já os seus primórdios formulados neste momento, uma vez que o “sistema político europeu” é visto como uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. O porquê de ver o sistema político monárquico como uma ameaça em 1823 está relacionado diretamente com a Santa Aliança e suas articulações em torno do objetivo comum de manter este regime, o que por sua vez estava ligado com a posse das colônias na América, que ao se separarem de suas metrópoles negavam o princípio monárquico. Naquele momento, a ameaça do regime monárquico estava ligada à possibilidade de tentativas de recolonização, para a qual a Espanha, por exemplo, poderia obter apoio da Santa Aliança. Desde sua origem, então, a ideia da Doutrina Monroe se associaria à luta de uma espécie de “mundo livre” republicano, tipicamente americano, e um “mundo tirânico” europeu, noção proveniente, também, de uma autoimagem estadunidense.

Uma interpretação valiosa da Doutrina Monroe é a dada por

---

maintained it, and whose independence we have, on great consideration and on just principles, acknowledged, we could not view any interposition for the purpose of oppressing them, or controlling in any other manner their destiny, by any European power in any other light than as the manifestation of an unfriendly disposition toward the United States”. Mensagem do Presidente James Monroe ao Congresso, 2 de dezembro de 1823.

<sup>46</sup> De fato, somente entre as décadas de 1820 e 1840, o incomparavelmente poderoso Império Britânico interveio nos conflitos de Argentina e Brasil em torno da província cisplatina, em 1828, ocupou as ilhas Falklands em 1833 e o porto de San Juan, na Nicarágua, em 1841. A França ocupou Vera Cruz, no México, em 1838. Todos esses exemplos foram, a luz da Doutrina Monroe, um desafio aos Estados Unidos, mas pouco este país poderia fazer face à França e ao Império Britânico. Ainda assim, o maior desafio à Doutrina no Século XIX ocorreu na década de 1860, quando da ocupação do México pela França e instalação de uma monarquia encabeçada por um Habsburgo.

Neville (1994), que em breve artigo sugere a classificação dela como uma expressão de um nacionalismo estadunidense voltado para as relações internacionais. Essa interpretação é possível, inicialmente, pelas mesmas considerações que fizemos anteriormente acerca do papel da ideologia no estudo histórico das relações internacionais. As duas interpretações mais comuns; da ideologia como algo suficientemente abstrato para que possa ser deixada de lado, ou um mero discurso que encobre questões materiais mais imediatas, são insuficientes. Segundo Neville, os mitos nacionais e os princípios morais neles envolvidos são elementos fundamentais que não podem ser negligenciados como simples palavras no vazio, mesmo ao tratarmos de questões de política internacional, muitas vezes associadas a um pragmatismo cego.

Com essas considerações, o processo da chamada Revolução Americana (1775-1783) aparece como um importante fator para entendermos a associação da Doutrina Monroe com a questão do regime político, e a oposição às “tirantias europeias”. Melhor dizendo, antes é a *imagem* da guerra de independência que entra em questão. Com um grande aparato simbólico que não nos cabe aqui detalhar, marcada, por exemplo, pelo mito dos *founding fathers*, a Revolução Americana era descrita pelo historiador e político estadunidense George Bancroft, em sua *History of the United States from the Discovery of the Continent*, publicada em seis volumes entre 1834 e 1874, como comparável ao nascimento de Cristo na história da redenção humana (NEVILLE, 1994, p. 232). Entendendo o nacionalismo como uma construção artificial, tal como Benedict Anderson formulou (2005), a Revolução Americana é o episódio mitológico fundador da nação, porém com uma particularidade fundamental em relação ao nacionalismo clássico europeu, em geral construído a partir de mitos de uma descendência comum, de uma língua particular, de uma ocupação de longuíssima data de um espaço geográfico, e muitos outros elementos.

A particularidade do nacionalismo estadunidense é seu caráter ideológico, no sentido de ser associado a um sistema político. Assim, segundo Neville, o nacionalismo americano e seu mito diz que a nação foi formada por pessoas

Atraídas de todas as nações do mundo que vieram para uma “terra virgem” em busca de liberdade. Como resultado da Revolução Americana, eles se livraram das amarras do despotismo e nasceram como uma nação com a missão providencial de espalhar a democracia para todos os povos e

redimir o mundo<sup>47</sup> (NEVILLE, 1994, p. 232).

Aqui, porém, a particularidade do nacionalismo estadunidense faz com que a noção de nacionalismo de Anderson não seja suficiente, pois ele afirma a *limitação* inerente ao nacionalismo, isto é, a finitude de suas fronteiras, pois uma nação não pode nunca confundir-se com a humanidade como um todo (ANDERSON, 2005, p. 26). O nacionalismo estadunidense é ilimitado justamente porque, ao não ser pautado fundamentalmente por uma especificidade nacional excludente, como raça ou religião, e sim por uma ideia de liberdade *universal*, efetivada, segundo sua autoimagem, pela Revolução Americana e o mito da construção da democracia, pode se posicionar com a missão de espalhar essa liberdade pelo mundo; mais do que espalhar, *ensinar* a ser livre. É justamente neste sentido que a Doutrina Monroe pode ser entendida como a expressão do nacionalismo estadunidense para o campo das relações exteriores, ao determinar, diante do contexto da descolonização, a rejeição da implantação de “regimes europeus” em suas proximidades, isto é, no continente americano. Trata-se aqui de afirmar, em sua autoimagem, uma superioridade *moral* em relação às potências europeias, “tirânicas”, que é um elemento essencial da Doutrina Monroe, e é a superioridade moral que permite, ainda na lógica de sua autoimagem, que os Estados Unidos tomem para si a América como zona de intervenção exclusiva, e tratem os assuntos continentais como temas de política interna, de uma missão<sup>48</sup> a ser cumprida, a saber, a de

---

<sup>47</sup> “Drawn from all the peoples of the world who had come to a ‘virgin land’ in search of liberty. As a result of the American Revolution they had thrown off the shackles of despotism and had been born as a nation with a providential mission to spread democracy to all peoples and so to redeem the world”.

<sup>48</sup> A ideia de “missão” nem sempre é associada à Doutrina Monroe. Defendo, porém, a inseparabilidade da Doutrina e de um pensamento “missionário” mais claramente identificado com o Destino Manifesto, sobre o qual tratarei a seguir. A ideia da “missão”, contemporaneamente referida como “excepcionalismo americano”, não pode ser tratada, segundo Ceaser (2012), como uma ideia única em torno de um dever religioso típico do pensamento protestante estadunidense, mas também como uma ideia pautada pela filosofia iluminista e a crença de que a Revolução Americana trouxe para a política real um pensamento científico, resultando na democracia. George Bancroft, por exemplo, o historiador tido como um dos “padrinhos intelectuais” da ideia do Destino Manifesto, defendia a “missão” filosoficamente. Leitor de Hegel, sustentava a ideia de que em determinado momento histórico cabia a uma nação, por força do próprio movimento histórico, trazer a próxima etapa do desenvolvimento do espírito.

ensinar os demais povos a serem livres.

Aqui chego ao segundo ponto para o qual este intervalo textual foi criado; o tema do Destino Manifesto, curiosamente ignorado por Neville em suas considerações sobre o nacionalismo estadunidense, e que é absolutamente fundamental para a explicação das relações dos Estados Unidos com a América Latina, e conseqüentemente para uma conceituação do pan-americanismo. É importante ter em mente que a Doutrina Monroe e a ideia do Destino Manifesto operam em *conjunto*, e são conceitualmente inseparáveis.

Em julho de 1845 um artigo do colunista e editor John O'Sullivan<sup>49</sup> intitulado *Annexation*, publicado na *United States Magazine and Democratic Review*, cunhou a famosa expressão *Manifest Destiny* (Destino Manifesto). O artigo referia-se a questão do Texas, território mexicano que havia declarado sua independência em 1836, lutando contra o México com apoio dos Estados Unidos. A República do Texas não aderiu imediatamente aos Estados Unidos da América; havia no segundo uma oposição considerável à anexação do Texas como Estado por dois motivos: geração de conflito com o México, e a criação de mais um estado escravista no país dividido. Anos antes, em 1820 os congressistas, divididos entre escravistas e não-escravistas, tais como os Estados que representavam, firmaram o chamado Compromisso do Missouri, que determinava uma linha divisória no paralelo 36°30' norte; os territórios ao sul, mais o Missouri, seriam escravistas, os ao norte não. Deste modo, o Texas seria mais um estado escravista.

Defendendo a anexação do Texas O'Sullivan questionava os opositores:

Porque, fossem outras razões buscadas, a favor de elevar a questão da recepção do Texas na União para além das pequenas discórdias partidárias passadas, até o nível apropriado da alta nacionalidade, com certeza seriam encontradas abundantemente na maneira com que outras nações se intrometeram na questão, entre nós e as partes envolvidas no caso, no espírito de

---

Em sua interpretação da história americana do início do século XIX, a próxima etapa do desenvolvimento do espírito era a consolidação da democracia, daí o caráter missionário que os Estados Unidos deveriam assumir, enquanto motor do próximo estágio evolutivo do espírito. (CEASER, 2011, p. 17)

<sup>49</sup> Ele próprio fora preso anos antes por atividades flibusteiras na Ilha de Cuba (CONNELL-SMITH, 1974, p. 81).

interferência hostil contra nós, com o objetivo declarado de impedir a nossa política e prejudicar nosso poder, limitando nossa grandeza e retardando a consecução do nosso *destino manifesto* de espalhar-nos pelo continente designado pela *Providência* para o livre desenvolvimento de nossos milhões de habitantes que anualmente se multiplicam<sup>50</sup>.

O restante do artigo, além de uma questionável defesa da justiça da anexação, pode ser encarado como a caracterização deste *Destino Manifesto*. A expansão dos Estados Unidos é garantida pela própria Providência Divina, e as tentativas de detenção desta expansão, suportada pelo crescimento populacional, serão inúteis. A expansão, porém, não é apenas a ocupação do território, mas a transformação deste em um local “civilizado”. Quando ele diz que a Califórnia é o próximo passo da natural expansão (o que ocorreria de fato três anos depois) sobre os territórios mexicanos, estes, por sua vez, incapazes de evitar a chegada dos colonos americanos e sua superioridade técnica e política, afirma

Os pés anglo-saxões já estão em suas fronteiras. A guarda avançada do invencível exército da emigração anglo-saxã já começou a golpeá-la, armada com o arado e o rifle, e marcando seu caminho com escolas e faculdades, tribunais e câmaras de representantes, indústrias e casas de culto<sup>51</sup> (O’SULLIVAN, 1845).

---

<sup>50</sup> “Why, were other reasoning wanting, in favor of now elevating this question of the reception of Texas into the Union, out of the lower region of our past party dissensions, up to its proper level of a high and broad nationality, it surely is to be found, found abundantly, in the manner in which other nations have undertaken to intrude themselves into it, between us and the proper parties to the case, in a spirit of hostile interference against us, for the avowed object of thwarting our policy and hampering our power, limiting our greatness and checking the fulfillment of our *manifest destiny* to overspread the continent allotted by *Providence* for the free development of our yearly multiplying millions”. John O’Sullivan, “Annexation,” *United States Magazine and Democratic Review* 17, no.1 (July-August 1845): 5-10. Disponível em <http://pdcdrodas.webs.ull.es/anglo/OsullivanAnnexation.pdf> (Acesso agosto de 2012). Grifos meus.

<sup>51</sup> “The Anglo-Saxon foot is already on its borders. Already the advance guard of the irresistible army of Anglo-Saxon emigration has begun to pour down

O homem norte-americano de origem anglo-saxã, traz consigo o progresso da civilização, neste caso referindo-se às terras mexicanas, mas também se aplica à relação do estadunidense com os nativo-americanos, massacrados pelo avanço da civilização. Ele traz o avanço técnico, com o arado e o rifle, o progresso cultural com suas escolas e universidades, e a democracia com suas câmaras representativas. O suprasumo simbólico do avanço da civilização para o Oeste é a ferrovia, também mencionada por O'Sullivan, que sugere que a conclusão de uma ferrovia ligando o Atlântico ao Pacífico (ainda não concluída na época) significaria naturalmente a consolidação do Destino Manifesto continental. A noção do Destino Manifesto se apoia, ainda, não exatamente sobre o Estado americano, enquanto instituição, mas sobre o *povo* que, segundo O'Sullivan, se expande naturalmente, sem a ajuda do Estado, somente pelo “fluxo natural dos eventos”. Embora isso seja uma farsa, afinal o exército Federal participou ativamente da expansão, tem um significado retórico forte: o próprio Estado não deve deter a expansão, ele fracassará se tentar, como queriam alguns ao defenderem a rejeição da anexação do Texas.

O Destino Manifesto é, em certo sentido, o “fardo do homem branco” americano. Ao mesmo tempo em que é garantido pela Providência, se apresenta para ele como um *dever* civilizatório, contendo todo o esforço hercúleo necessário para esse avanço sobre o Oeste<sup>52</sup>.

A ideia não tomou forma a partir do artigo de O'Sullivan; ao contrário, o artigo sintetiza um pensamento anterior, que se relaciona com a própria Doutrina Monroe, carregada, como vimos, de um caráter moral. Neste sentido, o nacionalismo ideológico universal estadunidense da interpretação proposta por Neville parece incompleto, pois, desconsiderando a ideia tão marcante do Destino Manifesto, os elementos “clássicos” do nacionalismo como a raça (o homem anglo-

---

upon it, armed with the plough and the rifle, and marking its trail with schools and colleges, courts and representative halls, mills and meeting-houses”.

<sup>52</sup> A pintura *American Progress*, de John Gast, 1872, ilustra bem a ideia. Nesta pintura aparece uma paisagem, iluminada em sua margem direita, onde ao fundo se vê uma cidade. Trens a vapor, diligências, cavaleiros armados e agricultores levando arados dirigem-se para a esquerda (o Oeste), este por sua vez no escuro, com a presença de animais selvagens e indígenas. Sobre tudo isso, paira uma figura feminina branca, que voa carregando um cabo telegráfico. Ela é o Progresso Americano. Ver Anexo II.



saxão) e a religião (o cristianismo) aparecem sim de forma significativa no mito nacional estadunidense, e na Doutrina Monroe. Por outro lado, e talvez seja essa a posição de Neville, a Doutrina Monroe não explicita esse sentimento de superioridade garantida pela Providência Divina, o que reforça ainda mais o caráter ideológico deste nacionalismo.

O Destino Manifesto garantia uma expansão territorial “por direito”;

Este “direito” continha uma série de elementos capazes de desenvolvimento e extensão a partir de diferentes circunstâncias. Elas incluíam a superioridade do homem branco (civilizado) sobre os índios (selvagens) que eram expulsos e frequentemente exterminados; o melhor uso da terra que estava sendo tomada (o que Weinberg descreveu como ‘o uso destinado do solo’); e a superioridade de suas instituições (‘extensão da liberdade’ – um argumento para tomar territórios das tiranias europeias e das julgadas incompetentes e despóticos governos latino-americanos (CONNELL-SMITH, 1974, p. 71)<sup>53</sup>.

Não apenas a expansão territorial, então, estava em jogo no Destino Manifesto, mas também a superioridade moral e o consequente direito de tutela sobre os vizinhos e, eventualmente, a todo o continente. A autoimagem da superioridade moral, enquanto uma civilização avançada e livre, justificaria ao longo dos anos a ação dos Estados Unidos no continente americano, e sua pretensão de excluir as potências europeias do jogo político e comercial continental. Parece haver dois aspectos da superioridade moral presente na autoimagem estadunidense; a política, enquanto o povo das instituições livres, incidindo tanto sobre europeus como latino-americanos, e racial e civilizacional, que incide apenas sobre o restante da América. Isto sem falar nos nativo-americanos, que eram apenas “selvagens”.

---

<sup>53</sup> “This ‘right’ contained a number of elements capable of development and extension with circumstances. They included the superiority of the white (‘civilized’) man over the (‘savage’) Indians whom he dispossessed and often exterminated; the better use to which he would put the land he was seizing (what Weinberg has described as ‘the destined use of soil’); and the superiority of his institutions (‘the extension of freedom’ – an argument for taking over territory from European ‘tyrannies’ and allegedly incompetent and despotic Latin American governments)”.

O próprio James Blaine, Secretário de Estado responsável pela convocação da 1ª Conferência e grande promotor do pan-americanismo, criticava abertamente, em 1881, quando de sua primeira passagem no Departamento de Estado<sup>54</sup>, o tratado Clayton-Bulwer, assinado em 1850, que previa que um futuro canal conectando os oceanos Pacífico e Atlântico seria administrado em conjunto por Estados Unidos e Grã-Bretanha. Sua crítica se dava nos termos da Doutrina Monroe, e de “um direito estabelecido de prioridade sobre o continente americano”. Se o tratado já ignorava o próprio país onde o canal seria construído (a Nicarágua ou o território do Panamá, então parte da Grã-Colômbia), Blaine, o proponente do pan-americanismo, foi ainda mais longe, ao demandar exclusividade estadunidense. Essa prioridade por direito culminava na questão comercial, que, como vimos, aparecia como o principal interesse dos Estados Unidos na convocação da Conferência; Blaine dizia que enquanto as potências europeias expandiam suas colônias na Ásia e na África, os Estados Unidos deveriam buscar a sua expansão comercial no continente Americano (CONNELL-SMITH, 1974, p. 95). Detecta-se em operação um sistema discursivo que procura diferenciar a ação estadunidense da europeia; esta última pautada pela obtenção de colônias, enquanto a primeira supostamente convocando reuniões onde os países poderiam debater em pé de igualdade os seus interesses. Esta visão de Blaine, enquanto arquiteto do pan-americanismo estadunidense do final do século XIX, nos diz muito sobre o caráter do sistema interamericano que se procurava construir.

Este intervalo procurou dar as bases e as primeiras considerações acerca destes dois elementos que serão fundamentais para o estudo do conceito de pan-americanismo. A partir deste ponto de partida, porém, é necessário identificar os conceitos em *operação* – ou seja, suas consequências nas relações interamericanas – ao longo do tempo. Apenas assim será possível compreender a relação entre os dois e a consolidação da Doutrina Monroe como parâmetro pelo qual seria avaliada internamente a política externa dos Estados Unidos, e suas consequências para a proposta pan-americana daquele país que teve

---

<sup>54</sup> Blaine foi Secretário de Estado em duas oportunidades. Primeiro durante o ano de 1881, na administração do Presidente James Garfield. Nesse ano Blaine convocou a 1ª Conferência Pan-Americana, mas a morte do Presidente em setembro, após um atentado, acabou o tirando do cargo com a mudança de administração, e seus esforços pan-americanos foram por água abaixo. Depois, no período de 1889 a 1892, ocupou o cargo durante o governo de Benjamin Harrison, e pôde realizar a 1ª Conferência.

início em 1889, com a primeira Conferência, e teria suas repercussões mais distintas na década de 1940. Chega-se num ponto em que é fundamental a pergunta pela relação entre as ideias postas em jogo na relação dos Estados Unidos com a América, e os interesses materiais imediatos, sem perder de vista o esforço para evitar uma interpretação que dê peso excessivo para um e desconsidere totalmente o outro<sup>55</sup>. Neste momento volto, então, à breve narrativa das conferências pan-americanas, e da relação conturbada entre o gigante do norte e as potências menores ao sul do rio Grande.

---

<sup>55</sup> Como aconteceria, por exemplo, se considerássemos questões ideológicas *apenas* com uma fachada para interesses pontuais.



## 1.4 As Conferências Pan-Americanas até a Crise de 1929 e a Política do *Big Stick*

O período entre a 1ª e a 2ª Conferência, que ocorreria na Cidade do México, entre outubro de 1901 e janeiro de 1902, foi marcado por dois episódios emblemáticos na relação dos Estados Unidos com a América Latina que são aqui brevemente relatados como ilustração da operação, ou *uso*, das ideias até aqui discutidas.

Durante anos havia uma questão fronteiriça pendente entre a Venezuela e a Guiana Inglesa, e em algumas ocasiões o próprio governo venezuelano pediu apoio aos Estados Unidos utilizando os termos da Doutrina Monroe. Isso sugere, por um lado, a possibilidade vislumbrada pela Venezuela de que a Doutrina pudesse ser operada de maneira multilateral, e por outro indica a delicada situação em que se encontravam os países próximos dos Estados Unidos, pois ao mesmo tempo em que certas ocasiões específicas o apelo à Doutrina aparecesse como alternativa<sup>56</sup> de fato aos abusos europeus, o poder necessário para que ela se fizesse cumprir pelos Estados Unidos transformava-se ele mesmo em ameaça.

Em 1895, a Venezuela e o Império Britânico concordaram em aceitar a arbitragem estadunidense. O desfecho foi desastroso para a Venezuela, que sequer foi consultada no processo e perdeu terras na arbitragem, que foi favorável ao Império. O episódio é uma mensagem dupla dos Estados Unidos: para a Venezuela, e consequentemente seus vizinhos latino-americanos, o episódio foi a efetivação da pretensão estadunidense de tratar temas interamericanos como assuntos internos, com a ressalva da ocorrência de Conferências Pan-Americanas. Para o Império Britânico, mesmo que o resultado da arbitragem lhe tenha sido favorável, a mensagem dizia que não mais seria possível para eles resolverem qualquer assunto no continente sem que antes passassem pelo crivo estadunidense.

No mesmo ano, a situação do Império espanhol em Cuba se enfraqueceu ainda mais com a eclosão de outra revolta. A antiga obsessão pela ilha fez com que os Estados Unidos, usando como pretexto o afundamento do navio de guerra *USS Maine* no porto de Havana, declarasse guerra à Espanha, com isso “libertando” Cuba.

---

<sup>56</sup> Temos, por exemplo, o episódio do bloqueio dos portos venezuelanos, anos mais tarde, por navios europeus, que suscitou um apelo à Doutrina por parte de países americanos; e o incidente com a canhoneira alemã *Panther*, no porto de Itajaí em 1906, que teve a mesma consequência. Ver JOFFILY, 1988.

Obteve, também, através do acordo do Tratado de Paris de 10 dezembro de 1898, as ilhas de Porto Rico, Guam e as Filipinas, estendendo seu poder no oceano pacífico.

O que é fundamental no caso cubano, aponta Connell-Smith, é a autoimagem dos Estados Unidos, ao menos quanto à imprensa e membros do governo da época, de que a ação militar do país de fato libertou Cuba da tirania espanhola, em um grande ato de benevolência por parte de uma nação “irmã” mais poderosa. É deste modo, por exemplo, que o discurso americanista dos Estados Unidos se permite pautar em uma ideia de que no hemisfério ocidental as relações entre um país poderoso e os demais não são postos em termos tirânicos e imperialistas, como costumavam fazer as potências europeias. Esta será, ao longo dos anos, a pedra de toque do sistema interamericano liderado pelos Estados Unidos e pautado pela ideia de pan-americanismo.

Difícilmente, porém, pode-se sustentar que o que ocorreu foi de fato uma libertação ajudada pela benevolência dos Estados Unidos. Uma série de importantes limitações à soberania de Cuba foi determinada pela Emenda Platt, proposta pelo senador Orville Platt, presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado, mas que de fato foi escrita por Elihu Root, então Secretário de Guerra e que, não por acaso, se tornaria anos depois o Secretário de Relações Exteriores. Pela emenda de Root, Cuba cederia perpetuamente parte de seu território (Guantánamo); e seria obrigada a vender terras para mineração e instalação de bases navais estadunidenses. A contratação de empréstimos foi limitada e os Estados Unidos teriam garantido o direito de intervenção para preservar a independência cubana e manter a lei e a ordem<sup>57</sup>. Com o país ocupado por tropas estadunidenses, a única alternativa no momento foi a inclusão da Emenda Platt na própria constituição cubana. As tropas se retiraram em 1902, mas voltariam pouco tempo depois.

A 2ª Conferência ocorreu logo após os acontecimentos em Cuba, ainda quando o país encontrava-se ocupado pelas tropas estadunidenses. A questão da Doutrina Calvo veio novamente à tona, e outra vez os Estados Unidos se negaram a aderir. Nenhum resultado significativo foi obtido nessa conferência, e o período entre ela e a 3ª foi marcado por pelo menos mais dois episódios significativos para a

---

<sup>57</sup> Ato do Congresso dos Estados Unidos aprovado em 2 de março de 1901. Texto completo disponível em <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=55&page=transcript> (acesso em junho de 2013).

caracterização das relações interamericanas do período.

Em 1903, após a rejeição unânime do Senado colombiano sobre os termos da construção de um canal no istmo do Panamá, que previa a soberania estadunidense sobre o local, o gigante do norte contribuiu para uma revolta local no Panamá que o separou da Colômbia e instalou um governo ligado à companhia construtora, que imediatamente acertou os termos do acordo de construção, que cedia perpetuamente uma faixa de terra em torno do canal aos Estados Unidos, a famosa “Zona do Canal”. Junto a isso foi assinado com o país satélite um acordo que autorizava os Estados Unidos a intervirem em caso de rompimento da ordem e revoltas contra o controle estadunidense sobre a Zona. É interessante notar a presença de um discurso civilizacional em falas do então presidente Theodore Roosevelt: para ele, a Colômbia não tinha direito de barrar a construção de uma das maiores “vias da civilização”, e eles estariam, portanto, barrando o avanço da civilização como “bons latino-americanos” (CONNELL-SMITH, 1974, p. 104). Podemos perceber aqui um pensamento ligado ainda à ideia do Destino Manifesto, afinal, se os colombianos não tem o direito de barrar a civilização, os EUA, ao contrário, são a própria civilização e tem o direito de trazê-la para onde a julgarem necessária, e como acharem conveniente. Com o esgotamento das fronteiras continentais dos Estados Unidos no final do XIX, o Destino Manifesto manifestava-se (com o perdão do trocadilho), agora, sobre os países vizinhos<sup>58</sup>.

Em dezembro de 1902, antes do episódio do Panamá, portanto, Inglaterra e Alemanha anunciaram que bloqueariam os portos venezuelanos para forçar o pagamento de dívidas que o Estado tinha com instituições daqueles países. Tomaram antes o cuidado de avisar os Estados Unidos que declarou inicialmente lamentar a situação, mas que não havendo tomada de território venezuelano, não impediria a ação das potências europeias. O bloqueio durou três meses, e forçou a Venezuela a aceitar uma comissão mista de arbitragem, cujos trabalhos escapam ao compromisso desta dissertação. O que é significativo para a questão acerca do conceito de pan-americanismo é a proposta da Doutrina Drago, e a resposta dada a ela pelo governo dos Estados Unidos.

---

<sup>58</sup> De fato, Junqueira (2008, p. 124) sugere que mesmo antes do esgotamento das fronteiras continentais dos Estados Unidos, com a marcha para o oeste, o expansionismo estadunidense manifestava-se na manutenção de Esquadras, ainda que significativamente menos poderosas que as de Inglaterra e França, em diferentes partes do mundo, e na realização de expedições navais de circunavegação como as de Charles Wilkes, entre 1838 e 1842.

Diante da crise do bloqueio dos portos venezuelanos o Ministro do Exterior argentino, José Maria Drago, propôs ao na época Secretário de Estado John Hay, que o país subscrevesse ao princípio coletivo americano de que não seria aceita, por parte das Repúblicas Americanas, a cobrança de dívidas com o uso de força militar, seja por ameaça ou ocupação efetiva de territórios. O próprio Drago associou a sua proposta à Doutrina Monroe, tal como se a primeira decorresse logicamente da segunda. Esta é uma indicação importante acerca do que antes já foi sugerido; de alguma forma, a política externa de alguns países latino-americanos episodicamente via em uma apropriação multilateral da Doutrina Monroe uma possibilidade de proteção. Sua unilateralidade, porém, seria posta às claras pela resposta de Theodore Roosevelt à crise do bloqueio da Venezuela, que, após pressões internas, finalmente declarou-se contra a intervenção europeia no episódio do bloqueio dos portos venezuelanos (BANDEIRA, 2007, p. 251).

Porém, em dezembro de 1904 o famoso corolário Roosevelt à Doutrina Monroe foi enunciado, em discurso do Presidente Roosevelt ao congresso, ainda como resposta à intervenção europeia na Venezuela e à Doutrina Drago. Novamente o discurso civilizacional aparece de modo significativo. Um dos trechos do discurso dizia:

A incapacidade permanente e o comportamento errôneo constante de um governo, cuja consequência seja a dissolução generalizada dos vínculos que formam toda sociedade civilizada, requer, na América como em qualquer outro lugar, a intervenção de uma nação que possua esse caráter; o fato de que, no âmbito do hemisfério ocidental, os Estados Unidos se sintam comprometidos com isso pela Doutrina Monroe, poderia obriga-lo, ainda que contra sua vontade, a exercer o papel de polícia do continente naqueles casos flagrantes de incapacidade ou comportamento irresponsável<sup>59</sup> (Theodore Roosevelt, 6 de dezembro de 1904)<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Disponível em <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=>.

É significativa a fala de T. Roosevelt em 1906, quando as tropas estadunidenses voltaram a ocupar Cuba, e mostra a articulação do seu corolário à Doutrina Monroe com a Emenda Platt: “Estou tão enfadado com essa pequena e infernal república de Cuba que gostaria que fosse apagada dos mapas. Tudo o que queremos deles é que se comportem bem, que sejam prósperos e felizes, de



Oliveira Lima, diplomata brasileiro na época, e que aparecerá em outros momentos de nossa investigação, interpretava a formulação inicial da Doutrina Monroe como uma negação à Europa, e o corolário como um acréscimo que a tornava positiva para os Estados Unidos (LIMA, 1980, p. 41). O corolário, portanto, tornava mais explícito o caráter unilateral da Doutrina e a vontade estadunidense de assim mantê-la, diminuindo a possibilidade de que países latino-americanos procurassem invocá-la de modo coletivo, embora este caráter unilateral já estivesse claro na formulação original de Monroe, cujo texto explicitamente aponta para uma preocupação com a segurança dos Estados Unidos, e não da América.

O Corolário Roosevelt é um marco que formaliza o que se chamaria de política do *big stick* para a América Latina, que perduraria, com suas variações<sup>60</sup>, até 1933. Ainda em 1904 o primeiro ato pós-corolário foi a ocupação da República Dominicana e o controle da alfândega do país por autoridades estadunidenses, com vistas a garantir o pagamento da dívida do país às potências europeias e evitar, com isso, qualquer interferência extracontinental. Isso evidência a intenção do monopólio do poder de polícia; mesmo quando as decisões eram de interesse europeu, eram os Estados Unidos que deveriam tomar as “medidas necessárias”.

A Doutrina Drago ressurgiu na 3ª Conferência Pan-Americana, que se realizou no Rio de Janeiro<sup>61</sup>, entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906, quando voltou a se debater o tema da cobrança compulsória de dívidas e o tema da arbitragem. A conferência foi marcada por uma aliança de bastidores entre o Secretário de Estado Elihu Root e o

---

maneira que não tenhamos a necessidade de intervir. E agora, parece que iniciaram uma revolução completamente injustificável e inútil e as coisas tornar-se-ão tão complicadas que nos veremos obrigados a intervir – o que convencerá de imediato a todos os idiotas suspicazes da América do Sul que, depois de tudo, é o que queríamos” (Citado de DABÈNE, 2003, p. 39).

<sup>60</sup> Os Presidentes William Taft e Woodrow Wilson executariam, nos anos seguintes, variações da política de intervenção chamadas, respectivamente, “diplomacia do dólar” e “diplomacia missionária”.

<sup>61</sup> A conferência no Rio foi vista como um marco de uma amizade histórica entre Brasil e Estados Unidos. Mais adiante, ao analisarmos o pan-americanismo de Joaquim Nabuco e as críticas de Oliveira Lima, retomaremos esta conferência, que tem especial valor para o entendimento do conceito de pan-americanismo no Brasil.

embaixador do Brasil em Washington, Joaquim Nabuco<sup>62</sup>. Os dois países tinham interesse em afastar o tema da arbitragem obrigatória, uma vez que os EUA não se interessavam em se submeter a arbitragens que intervissem em sua política agressiva, e o Brasil temia a união dos países hispano-americanos em arbitragens quanto a uma série de questões, principalmente as de demarcação de fronteiras. Os dois países impediram o avanço das negociações, mas aceitaram que as Repúblicas Americanas levassem os temas para a 2ª Conferência de Paz de Haia, que ocorreria no ano seguinte. Elihu Root sabia que a Doutrina Drago seria desconsiderada em Haia pelas grandes potências credoras (DULCI, 2008, p. 100).

Na 4ª Conferência, na capital argentina, entre 12 de julho e 30 de agosto de 1910, os assuntos polêmicos foram novamente evitados. A própria ocorrência da conferência só foi possível porque a Argentina abriu mão de exigir a inclusão do tema do arbitramento obrigatório e da Doutrina Drago (DULCI, 2008, p. 103). Apesar disso, é de grande valia destacar que a delegação brasileira tentou introduzir no programa de debates um elogio à Doutrina Monroe, que suscitou fortes críticas de outros países latino-americanos, em especial a Argentina (BANDEIRA, 2007, p. 279). Foi também nessa Conferência que a Agência Comercial das Repúblicas Americanas teve suas funções ampliadas e passou a chamar-se União Pan-Americana.

A 5ª Conferência só ocorreu em 1923, em Santiago. A sequência fora interrompida pela Primeira Guerra Mundial. O período da guerra foi especialmente delicado para o México, a América Central e o Caribe, pois qualquer resquício de oposição à políticas agressivas dos Estados Unidos por parte das potências europeias tornara-se não só impossível pelo desinteresse daquelas potências, mas também pela impossibilidade material de fazê-lo. Da série de interferências movidas pelos EUA às repúblicas da região, durante o governo Woodrow Wilson, duas contém elementos interessantes para a presente investigação. Em 1914 os Estados Unidos pressionaram o Haiti a adotar um esquema semelhante à Emenda Platt, de Cuba. A recusa por parte do Haiti resultou em invasão pelos Estados Unidos e a implantação de um novo governo. Uma nova constituição foi imposta e a autoria de parte dela é atribuída a Franklin D. Roosevelt, então Secretário Assistente da Marinha, e futuro “pan-americanista” como presidente dos Estados Unidos, e que conduziria

---

<sup>62</sup> De fato, os esquemas de bastidores, como veremos ainda em outros exemplos, eram muito significativos na elaboração dos programas. Dulci (2008), que analisou as conferências entre 1889 e 1928, sustenta o mesmo.

importantes relações com o Brasil no período anterior e durante a Segunda Guerra Mundial.

O outro caso é o da intervenção estadunidense na revolução mexicana, que foi bastante ampla. A ocupação da cidade portuária de Vera Cruz (na qual Franklin Roosevelt também esteve envolvido), anedoticamente, tem uma relação com o Brasil da Segunda Guerra Mundial: a batalha no México foi a primeira de certo Jonas H. Ingram, na qual foi agraciado com a Medalha de Honra. Já na Segunda Guerra, como vice-almirante e comandante da Frota do Atlântico Sul, Ingram teria estreita relação com o Presidente Getúlio Vargas (MCCANN; FERRAZ, 2011, p. 118). O significativo, porém, da questão da Revolução Mexicana em termos da investigação sobre o pan-americanismo, é que a nova constituição de 1917 dizia, no artigo 27, que a propriedade de terras não garantia o direito de uso do subsolo, que precisaria de autorização do governo, e colocava uma restrição importante: companhias estrangeiras poderiam explorar os recursos do subsolo mexicano apenas se se comprometessem a assumir, por contrato, a ideia da Doutrina Calvo, isto é, de abrirem mão de recorrer a seus países de origem em casos de conflito com o governo nacional. Essa era uma exigência antiga de países latino-americanos nas conferências, que agora tentava se concretizar na Constituição mexicana. A pressão estadunidense, em defesa das companhias petrolíferas no país, se deu no sentido de exigir a não retroatividade<sup>63</sup> do artigo 27; a tática usada para efetuar a pressão, já desgastados os meios de intervenção militar durante o processo da Revolução Mexicana, foi o não reconhecimento do novo governo do México. A política do não-reconhecimento foi usada pelos Estados Unidos; essa política funcionava como um convite à ação da oposição, que, ao agir, teria o apoio da potência continental (CONNELL-SMITH, 1974, p. 162). Em 1923, somente após a 5ª Conferência, sob pressão, o governo mexicano aceitou a não-retroatividade da medida constitucional, e foi, imediatamente, reconhecido pelos Estados Unidos.

Como ainda não era reconhecido pelos Estados Unidos, o México foi impedido de participar da 5ª Conferência, realizada em Santiago do Chile entre 25 de março e 3 de maio de 1923, o que mostra como, ainda nesta Conferência, o controle da União Pan-Americana permanecia nas mãos dos Estados Unidos, apesar das pequenas

---

<sup>63</sup> Deste modo, para os negócios acertados antes da Constituição de 1917 entre empresas estadunidenses e o México, seria preservado o “direito” de as empresas recorrerem ao governo estadunidense em caso de problemas.

aberturas que surgiram a partir do encontro de 1910, em Buenos Aires<sup>64</sup>. A Conferência de Santiago foi marcada pelas repercussões da Primeira Guerra Mundial<sup>65</sup>, e se discutiram questões relacionadas ao desarmamento (DULCI, 2008, p. 32), que por sua vez remeteram ao velho debate da arbitragem. A ausência do México evitou o debate em torno das ideias relacionadas à Doutrina Calvo. Ainda assim, críticas ao intervencionismo estadunidense vieram à tona, principalmente da delegação da Colômbia.

Havia uma preocupação em não “pan-americanizar”<sup>66</sup> a Doutrina Monroe, e, ao mesmo tempo, ela é parte integrante do conceito de pan-americanismo estadunidense, uma vez que determina de modo contundente a política externa do país em relação ao continente.

A Conferência seguinte ocorreu em Havana, de 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928. Os delegados estadunidenses esperavam uma reunião tensa; o intervencionismo estadunidense parece ter atingido seu auge na América Central nos anos entre a Conferência de Santiago e esta de Havana. Em 1926, particularmente, a volta dos Marines estadunidenses à Nicarágua teve grande repercussão diplomática. O presidente estadunidense, Calvin Coolidge, se fez presente em Havana, sendo o primeiro presidente a comparecer em uma reunião fora do

---

<sup>64</sup> De fato, a não participação do México se deu porque o país, não sendo reconhecido pelos Estados Unidos, teve impedida a ida de seus representantes para a sede da União Pan-Americana, em Nova York, onde o programa da Conferência era elaborado, e onde poderiam tentar colocar seus pontos para debate na pauta. Diante dessas condições, o governo mexicano se recusou a participar da Conferência, em protesto. Em suma, o controle dos Estados Unidos não se dava propriamente nas Conferências, mas no órgão executivo atrelado a elas, isto é, a União Pan-Americana.

<sup>65</sup> Connell-Smith (1974, p. 144) nos traz importante constatação acerca do pós-guerra. O acordo de formação na Liga das Nações incluía, no artigo 21, o seguinte ponto: “Nothing in this Covenant shall be deemed to affect the validity of international engagements such as treaties of arbitration or regional understandings like the Monroe Doctrine, for securing the maintenance of peace” (The Covenant of the League of Nation, disponível em [http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/leagcov.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp) (acesso em 18 de setembro de 2012)). O artigo visava diretamente a adesão dos Estados Unidos, sem o qual o projeto da Liga das Nações ficou em risco. Ele reconhece o poder estadunidense, colocando a Doutrina Monroe como um *acordo* regional. É significativo que a adesão de México e Argentina à Liga só se deu com a ressalva de que não reconheciam a Doutrina Monroe como um acordo regional.

<sup>66</sup> Essa ideia aparecerá de forma contundente no período da escalada da Segunda Guerra Mundial.

território dos Estados Unidos (ainda que Cuba fosse, na prática, um protetorado do país).

Este poderia ter sido um momento de crítica uníssona dos países latino-americanos à agressiva política do *big stick*. De fato, as instruções aos delegados estadunidenses indicavam preocupação com as críticas, e faziam a recomendação de praxe: evitar a todo custo assuntos polêmicos, se atendo em questões que poderiam ser mais facilmente consensuais (CONNELL-SMITH, 1974, p. 153). Mas as relações interamericanas eram um pouco mais complexas do que uma divisão entre Estados Unidos e “América Latina” pode indicar. Dulci (2008, p. 50) aponta que segundo relatório do Itamaraty, a intervenção na Nicarágua suscitou pesadas críticas na imprensa de países latino-americanos, principalmente na Argentina, mas que a delegação argentina não conseguiu apoio para trazer a questão para as discussões diplomáticas na Conferência. Chile e Peru estavam envolvidos na questão de Tacna e Arica, uma disputa territorial que remete à Guerra do Pacífico (1879-1883), e não queriam ir contra o árbitro da questão, os Estados Unidos, portanto, não levantaram críticas. O Brasil optou por não criticar os Estados Unidos, possivelmente porque a crítica seria encabeçada pela Argentina. Além disso, Haiti e Nicarágua, sob ocupação direta, não tinham alternativa, a não ser corroborar a intervenção, e Cuba, sob a Emenda Platt, tampouco. Assim, as críticas à política estadunidense foram mais fracas do que o esperado.

De fato, se considerarmos as intervenções (com ocupação direta ou com operações militares pontuais, como o envio de navios de guerra para as águas dos países do Caribe e da América Central) dos Estados Unidos entre 1889 e 1933 temos um resultado surpreendente. Dabène (2003, p. 39) nos traz a seguinte tabela com a data das intervenções:

**Tabela 1 - Intervenções dos Estados Unidos<sup>67</sup>**

Cuba	1898-1902, 1906-1919, 1912, 1917-1922
Guatemala	1920
Haiti	1915-1934
Honduras	1903, 1907, 1911, 1912, 1924, 1925
México	1914, 1916-1917
Nicarágua	1909-1910, 1912-1925, 1926-1933
Panamá	1903
Porto Rico	1898
República Dominicana	1903, 1904, 1905, 1912, 1916-1924

---

<sup>67</sup> DABÈNE, 2003, p. 39.

Em algumas dessas intervenções, como as citadas, o governo dos Estados Unidos implantou governos aliados, que obviamente apoiavam as políticas estadunidenses nas Conferências. Isso deve ser levado em conta sempre que pensamos a posição das Repúblicas quanto ao sistema interamericano.

Chegamos ao final de 1928 com um impasse. Por um lado, o projeto inicial do pan-americanismo proposto pelos Estados Unidos, fortemente marcado pela questão da união aduaneira, fracassou. Diante da recusa veemente ao projeto na 1ª Conferência, ele não veio mais a tona como proposta de efetivação, mas sim com a criação de vários grupos de estudos técnicos para uma realização futura de união aduaneira, e, em alguns casos, a efetivação de acordos bilaterais, principalmente naqueles países que sofreram intervenção direta. Não foram criados mecanismos claros de arbitragem interamericana; embora o fenômeno tenha sido recorrente ao longo da história das relações continentais, uma formulação de regras procedimentais aceitas por todos não pode ser realizada, permanecendo, ao longo das Conferências, a divisão principal entre Argentina e Estados Unidos sobre o tema. Por outro lado, vemos claramente uma pauta de reivindicações tipicamente latino-americanas, na maior parte do tempo encabeçada também pela Argentina, em geral com adesão do México e outros países, dependendo da situação: a questão da não-intervenção, marcada tanto pela Doutrina Calvo como pela Doutrina Drago. Apesar de se unirem contra a união aduaneira, Brasil e Argentina frequentemente discordavam nas Conferências.

Em suma, as Conferências evitaram os assuntos mais polêmicos, uma vez que o impasse era sempre rapidamente alcançado, focando-se na formação de grupos de estudos para questões técnicas, muitas vezes relacionadas com a melhoria do fluxo de informações e mercadorias pela América, como apontaremos mais adiante.

Dulci (2008) identifica nesta oposição dois discursos identitários diferentes: o pan-americanismo, encabeçado pelos Estados Unidos; e o latino-americanismo, encabeçado pela Argentina. Quanto ao latino-americanismo, que não é nosso foco, é preciso apontar, ao menos, dois pontos. Primeiro, que o discurso apelava para um passado comum da América Hispânica, uma suposta identidade cultural entre os Estados ao sul do rio Grande. Em alguns momentos o Brasil era incluído no discurso (quando se falava em ibero-américa), em outros era deliberadamente excluído, principalmente quando, como fez com

frequência, tomou posições mais próximas dos Estados Unidos nas Conferências. É importante colocar o latino-americanismo<sup>68</sup> em questão como um discurso identitário de *reação*, não necessariamente ao discurso pan-americanista, mas às práticas intervencionistas dos Estados Unidos e os embates ocorridos no âmbito das Conferências. Segundo que, ao mesmo tempo em que se propunha como contraponto ao pan-americanismo, não podia excluir do sistema os Estados Unidos. As exigências do “subsistema latino-americano”, a principal delas um entendimento de não-intervenção, eram direcionadas principalmente (embora não exclusivamente) aos Estados Unidos, o que demandava, portanto, a inclusão daquele país no sistema. Não era possível excluir e isolar os Estados Unidos, ainda mais enquanto os laços econômicos, facilitados em parte pela União Pan-Americana, se fortaleciam cada vez mais.

Na 7ª Conferência Pan-Americana, que se realizou em Montevideo de 3 a 26 de dezembro de 1933, parte da questão da não-intervenção foi aceita pelos Estados Unidos. Aqui, porém, dois fatores relacionados entram em jogo: a crise de 1929 e a mudança de orientação da política externa estadunidense do *big stick* para a *good neighbor policy*. Estes elementos colocam o pan-americanismo em uma segunda fase, que será tema do segundo capítulo. O farei agora é investigar o discurso pan-americano anterior a 1933, presente nas publicações da União Pan-Americana e em discursos nas Conferências, e como ele procura colocar uma ideia de América com um passado comum, uma identidade política (através do sistema republicano ou da democracia), e um grupo de interesses comuns, ao mesmo tempo em que carrega consigo o discurso civilizacional estadunidense, que foi operacionalizado em suas relações com a América Latina, e ignora (ou interpreta de maneira conveniente) os conflitos fundamentais presentes nas Conferências.

---

<sup>68</sup> Este tema é bastante amplo, sendo coberto por extensa literatura da época. Aqui uso o termo para me referir apenas ao latino-americanismo associado às demandas nas Conferências, que se utilizava do discurso de identidade latino-americana para forjar uma resistência ao avanço estadunidense.





## 1.5 A União Pan-Americana: democracia e civilização

Ao longo dos anos, desde a Primeira Conferência Internacional Americana, se construiu um discurso específico que procurava cimentar o sistema interamericano que nascia. Ao mesmo tempo em que era pautado por questões bastante pragmáticas, o sistema procurou uma fundamentação ideológica sob a qual estas questões operariam de modo a parecerem mais equilibradas, tal como se as relações internacionais entre os Estados do continente americano fossem pautadas pelo diálogo em torno de uma série de valores comuns. Não por acaso, o advento do pan-americanismo moderno na virada do século XIX para o XX coincide com o momento em que “passou a prevalecer nos EUA a ideia de que sua condição excepcional como nação deveria justificar não seu isolamento em relação ao mundo, mas uma atitude inversa, de intervenção ativa” (AZEVEDO, 2001, p. 116).

Em um folheto de 1933, elaborado com o fim de divulgar as ações da União Pan-Americana, a instituição se coloca como um agente executivo e uma concretização de um “sentimento natural” e de uma poderosa corrente espiritual que permeia as Repúblicas da América, tão semelhantes entre si<sup>69</sup>. É significativo o uso da expressão “sentimento natural” e do apelo para um caráter espiritual que, aqui, não se define, embora seja posto como algo que perpassa os Estados americanos. A suposta naturalidade deste sentimento indicaria um caminho determinado para as Repúblicas do continente, a saber, a cooperação continental, que aparece, então, não como uma atitude pautada diretamente por interesses pragmáticos de uma ou outra república, mas sim por este sentimento natural, uma necessidade, um destino.

Criado a partir de uma proposta estadunidense ligada ao plano de união aduaneira, como antes mencionei, em seus primeiros anos o órgão funcionou mais como uma repartição do governo dos Estados Unidos do que instituição multilateral.

A representatividade da União foi sendo gradativamente expandida, assim como suas funções. Na segunda Conferência Interamericana, na Cidade do México, em 1901, ela passou a ser dirigida por um conselho administrativo com representantes de todos os países. Ainda assim, os representantes eram automaticamente os diplomatas das embaixadas em Washington, de modo que a União passou a funcionar

---

<sup>69</sup> Preâmbulo da publicação “A União Pan-Americana – seu início e desenvolvimento, as seções em que se divide, serviços que presta”, Biblioteca Nacional (BN) II-359,5,19, nº 5.

ligada aos representantes cuja função principal era tratar das relações de seus países com os Estados Unidos, o que é um dado significativo, uma vez que a função destes funcionários é justamente manter boas relações com Washington e, salvo raras exceções, são escolhidos para a função a partir de uma visão positiva acerca dos Estados Unidos, como o caso de Joaquim Nabuco, quando do estabelecimento da Embaixada Brasileira em Washington.

Em 1910 foi inaugurado em terreno doado pelo governo estadunidense na cidade de Washington D.C., o edifício da União Pan-Americana<sup>70</sup>, que abrigou os diversos escritórios da organização. É interessante notar que em meio aos corredores e salas de trabalho foi mantida, desde a inauguração, uma sala de exposição que, em seus primeiros anos, abrigou uma coleção de objetos da fauna e flora do continente americano, e, mais significativamente, uma exposição dos produtos de exportação de cada um dos países. É possível conjecturar com certa segurança, ainda que o documento em questão não nos traga detalhes sobre a exposição, que os objetos expostos dos países latino-americanos eram representações de frutas e minérios; quiçá algumas sacas de café no caso do Brasil. A sala de exposição reflete o papel da organização naqueles seus primeiros anos como órgão cuja função principal era facilitar o comércio entre os países do continente.

Foi somente na 6ª Conferência Interamericana, em Havana, 1928, que a União Pan-Americana ganhou traços mais formais como organismo multilateral. Foi subscrita a *Convenção sobre a União Pan-Americana* que, dentre outras coisas, determinava que cada Estado membro poderia indicar seus representantes no conselho diretor, não seguindo mais a regra da representação automática pelos diplomatas do país estabelecidos na capital estadunidense; e que cada país teria “voz e voto”<sup>71</sup> equivalente no conselho diretor: 21 repúblicas, 21 votos. Foi estabelecido, também, que o financiamento da organização se daria por quotas de cada um dos Estados membros de modo proporcional à sua população, acabando com o financiamento unilateral dos Estados Unidos.

Foi ainda na 6ª Conferência que se definiu que a organização não tomaria decisões políticas; estas ficariam a cargo da Assembleia

---

<sup>70</sup> Em 11 de maio de 1908, quando do lançamento da pedra fundamental do edifício, o então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco, proferiu significativo discurso, que será mais adiante tratado.

<sup>71</sup> “A União Pan-Americana – seu início e desenvolvimento, as seções em que se divide, serviços que presta”, BN II-359,5,19, nº 5, p. 4.

Geral, que se reunia nas Conferências. Deste modo, especificava-se a função da União Pan-Americana como um organismo ligado à Conferência e que funcionaria como seu órgão executivo. De fato, em um relatório de atividades da União do período de 1928 a 1933, a descrição das respectivas atividades se dá em duas partes: a União Pan-Americana como órgão permanente das conferências, por um lado, e por outro como departamento que serve como centro de permuta de informações sobre atividades interamericanas<sup>72</sup>, definindo assim as duas principais funções da União. Mais especificamente, o programa das Conferências passou a ser elaborado pela União Pan-Americana, em reunião com os representantes da cada república. Assumiu a responsabilidade, muito significativa, por sinal, de elaborar relatórios técnicos acerca dos temas determinados para serem discutidos nas Conferências<sup>73</sup>.

Além deste trabalho pré-Conferência, a União se responsabilizava pelos trâmites posteriores; de modo geral, as resoluções interamericanas ou eram recomendações aos governos membros ou elementos de execução imediata pela União Pan-Americana, como a realização de estudos acerca de problemas específicos (a construção da Rodovia Pan-Americana, por exemplo) ou a realização de atividades especiais<sup>74</sup>, que não serão aqui estudadas em detalhe, embora sua listagem sirva para indicar a dimensão do trabalho

---

<sup>72</sup> Relatório das atividades da União Pan-Americana – 1928-1933. BN I-321,5,32.

<sup>73</sup> Mais adiante veremos um interessante episódio sobre a elaboração do programa das Conferências, em 1936, envolvendo o então embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Oswaldo Aranha.

<sup>74</sup> Entre 1928 e 1933, por exemplo, uma série de encontros foram organizados: Conferência Internacional Americana sobre Conciliação e Arbitramento; Conferência Pan-Americana de Marcas de Fábrica; Congresso Rodoviário Pan-Americano; Conferência Pan-Americana sobre Regulamentação do Tráfego Automotor; Comissão Pan-Americana sobre Praxe Aduaneira e Formalidade de Porto; Primeira Reunião do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; Congresso Pan-Americano de Reitores, Decanos e Educadores; Comissão Interamericana de Mulheres; Conferência Interamericana de Agricultura; 4ª Conferência Comercial Pan-Americana. Para o mesmo período ainda ficaram pendentes os seguintes encontros, que foram sugeridos na Sexta Conferência de 1928: 2º Congresso Pan-Americano de Jornalistas; Comissão Bibliográfica Interamericana; Congresso Pedagógico Pan-Americano; Congresso Pan-Americano de Municipalidades. Relatório de Atividades da União Pan-Americana 1928-1933, BN I-321,5,32.

técnico da União Pan-Americana e os tópicos que eram abordados.

Temos, então, de acordo com os dois documentos mencionados neste bloco, uma organização que evoluiu e se tornou multilateral, onde todos os Estados membros têm voz e voto igual, e cujas funções são bem definidas e pautadas nas considerações políticas feitas coletivamente nas Conferências. Uma das definições mais vagas, e não por isso menos significativa, diz que a União Pan-Americana serve “aos interesses econômicos, financeiros e culturais de todas as Repúblicas do Continente”<sup>75</sup>, como se estes interesses fossem os mesmos, pautados no mencionado “espírito comum” da América.

Uma das passagens mais emblemáticas acerca da autoimagem da União diz que ela

ocupa um posto único na evolução dos organismos internacionais, e o seu crescimento e desenvolvimento, desde uma secretaria meramente comercial sob os auspícios de um só governo, até um grande secretariado internacional completamente autônomo e independente de qualquer governo em particular, dirigido por representantes dos governos de todas as 21 repúblicas que integram a União, não tem paralelo na história dos organismos internacionais<sup>76</sup>.

Indubitavelmente a dimensão dessa organização internacional, se compararmos, por exemplo, com o relativo fracasso da Liga das Nações, é significativa. Essa visão de um organismo em que os Estados membros são igualmente considerados, no entanto, não poderia vir de outro lugar se não de um documento da própria organização. Para esta visão são desconsideradas por completo as diferenças de poder econômico e militar que, por sua vez, se desdobram em força política dentro da organização, fazendo com que as “vozes e os votos” não sejam assim tão equivalentes. O caso do alinhamento das Repúblicas Americanas ao esforço de guerra estadunidense em 1941-42, e todo o processo dos anos anteriores, exemplifica, como será desenvolvido adiante, as relações assimétricas existentes.

A União Pan-Americana era dividida em vários departamentos, que na década de 1930 se consolidavam e tinham suas funções ampliadas. O centro executivo era o Gabinete do Conselheiro, que além

---

<sup>75</sup> Idem, p. 2.

<sup>76</sup> “A União Pan-Americana – seu início e desenvolvimento, as seções em que se divide, serviços que presta”, BN II-359,5,19, nº 5, p. 5.

de coordenar o trabalho dos vários departamentos expostos a seguir, tinha a peculiar função de promover atividades de divulgação da América Latina nos Estados Unidos, e para isso se utilizou muito da música. Entre 1924 e 1933 foram realizados, no Palácio da União Pan-Americana, na capital dos Estados Unidos, 64 concertos de “música latina”, difundidos também por rádio. Foi criada uma orquestra especial para a execução de peças latino-americanas, a United Service Orchestra, composta, curiosamente, por membros das orquestras da Marinha e do Exército dos Estados Unidos. Além disso, o Gabinete promovia comemorações de datas importantes para o pan-americanismo, como o 14 de abril, o dia pan-americano, instituído em 1931.

Neste sentido de divulgação de informações sobre a América, desde 1890 existiu a Biblioteca de Colombo, em Washington. Ela foi modernizada durante a Sexta Conferência, em 1928, e em 1933 guardava 80.301 volumes e teve 5.056 leitores<sup>77</sup>. Segundo seus organizadores, reúne uma bibliografia acerca da história, da geografia e da literatura da *civilização americana*. Uma das suas principais funções era a elaboração de listas bibliográficas, algumas vezes sob encomenda. Listas sobre Simón Bolívar e outras figuras simbólicas apropriadas pelo pan-americanismo, eram comuns. Assim como dados sobre a produção acadêmica estadunidense acerca de temas pan-americanos.

Havia uma Seção de Cooperação Agrícola, estabelecida em 1928. Sua função era estabelecer uma rede de contatos entre a Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos e os órgãos análogos nos países latino-americanos<sup>78</sup>. Articulava, também, organismos científicos, empresas e órgãos oficiais, no sentido de estabelecer um padrão técnico agrícola, e preparava artigos e monografias para serem distribuídas entre técnicos e produtores da América ao sul do Rio Grande. Era, portanto, uma seção eminentemente técnica da União. Sua tecnicidade pode revelar importantes questões políticas: embora não seja possível, nesse momento, verificar as atividades de fato desta Seção, isto é, se suas publicações e técnicos de fato se espalharam pela América, seu próprio discurso não esconde o caminho do conhecimento agrícola, que vem dos Estados Unidos como ajuda aos demais países da América.

A Seção de Estatísticas compilava dados demográficos e

---

<sup>77</sup> Relatório das atividades da UP – 1928-1933, p. 44. BN I-321,5,32. A título de comparação, a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina possuía, em 2012, 268.088 volumes (<http://www.bu.ufsc.br/design/dadosBU.htm#acervo>).

<sup>78</sup> Ibidem, p. 11.

econômicos fornecidos pelos países membros, com preocupação fundamental quanto ao comércio exterior. Todo ano era elaborado um relatório acerca do comércio dos países latino-americanos, que incluía dados sobre as trocas entre estes países e Estados não americanos; exceto quanto à participação dos EUA no comércio com a América Latina, estes relatórios não incluíam dados sobre o comércio exterior dos Estados Unidos com países não americanos<sup>79</sup>. Relacionada a esta Seção encontrava-se o Gabinete do Consultor Comercial, que servia como centro de contato entre comerciantes americanos e publicava um boletim acerca de “produtos latino-americanos na indústria dos Estados Unidos”. Evidencia-se, portanto, a assimetria das relações; a Seção de Estatística compila dados sobre a América Latina, e não sobre os Estados Unidos, o gabinete comercial articulava o *status quo* econômico dos EUA como consumidores das matérias-primas do sul, e a Seção Agrícola contribuía para o progresso do conhecimento produtivo, possivelmente ignorando os conhecimentos locais e trazendo uma pesada lógica mercantil.<sup>80</sup> Além destas, havia a Seção de Informações Financeiras, cuja principal função era prover informações sobre as contas públicas dos Estados membros, e intermediar o contato entre empresas e governos americanos buscando os serviços dessas empresas.

A Repartição Sanitária Pan-Americana, órgão independente, porém parceiro da União, participou, em 1924, da elaboração do Código Sanitário Pan-Americano, “reconhecido internacionalmente como expressão lúcida e lógica da aplicação dos modernos conhecimentos científicos às práticas internacionais de higiene”. Seus termos higienistas eram divulgados em panfletos e um boletim mensal, “o qual é enviado aos interessados no progresso da saúde pública, e em que colaboram os higienistas mais notáveis da América e aparecem regularmente análises biodemográficas e informações sobre os progressos mais recentes da higiene”<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Como atesta o próprio documento em questão, e pode ser verificado no relatório do ano de 1936, Foreign Trade Series, Nº 165, 1938. Latin America Foreign Trade in 1936 - General Survey. BN II-290,3,21 n. 18.

<sup>80</sup> Note-se que não trataremos especificamente das atividades destas seções em termos práticos, que seriam outra interessante pesquisa. O que nos interessa aqui é que no próprio discurso da União Pan-Americana as assimetrias são detectáveis, e em certos pontos evidentes, o que é uma importante constatação para a conceituação histórica do pan-americanismo.

<sup>81</sup> A União Pan-Americana – Seu início e desenvolvimento, as seções em que se divide, serviços que presta, p. 21. BN II-359,5,19 nº 5.

A existência dessas seções e os textos que explicam seus objetivos, ainda que de modo breve, fornecem uma ideia de um aspecto do conceito de pan-americanismo “emanado” da União Pan-Americana; um aspecto técnico, incluindo aqui uma técnica econômica. Há outras duas seções, porém, que serão especialmente valiosas aqui: a Editorial, e a de Cooperação Intelectual.

O objetivo exposto, em linhas gerais, da Seção de Cooperação Intelectual era “promover o conhecimento mútuo dos problemas e progressos que caracterizam o movimento intelectual das Repúblicas Americanas”<sup>82</sup>. É difícil dizer, neste momento, o que se quer dizer com “problemas e progressos”, mas é fundamental chamar atenção para a própria colocação desses termos, que apontaram para o discurso civilizacional que aparecerá no decorrer de nossa investigação. A Seção promovia, para isso, o intercâmbio de publicações, estudantes, professores, artistas, escritores, etc. entre as Repúblicas Americanas. Servia, também, como centro de informações para intelectuais interessados em temas pan-americanos, e procurava desenvolver atividades que ensinassem espanhol e português em escolas nos Estados Unidos, bem como material escolar de divulgação do pan-americanismo<sup>83</sup>.

O relatório das atividades da União Pan-Americana para o período de 1928 a 1933 nos dá uma indicação importante sobre a operação deste esforço de cooperação intelectual. Primeiramente, destaca que a Seção englobava, também, questões culturais. De fato, neste relatório, destaca-se o intercâmbio musical, principalmente através da já mencionada *United Services Orchestra*, e da divulgação de música latino-americana através de rádios estadunidenses. É um dado curioso que de todas as propostas da Seção Intelectual que são expostas em “A União Pan-Americana – seu início e desenvolvimento e as seções em que se divide”, a orquestra (e outras questões pontuais de difusão musical) ganha destaque no relatório de atividades. Há dúvidas sobre o alcance dos esforços da União Pan-Americana no campo de intercâmbio intelectual e cultural (mais dúvidas do que quanto ao seu alcance

---

<sup>82</sup> A União Pan-Americana – seu início e desenvolvimento, as seções em que se divide, serviços que presta, p. 9. BN II-359,5,19 n° 5.

<sup>83</sup> Alguns exemplares destes materiais serão tratados mais adiante, pois já são do período da guerra: por exemplo, os folhetos “Six lessons in Spanish for high school and elementary college classes – Pan American Union, 1944” (BN ANEXO II-350,4,16,n.6); “What do you know about pan Americanism? – Pan American Union, 1944” (BN ANEXO II-350,4,16,n.3).

técnico); do material produzido para as escolas estadunidenses, por exemplo, não foi possível averiguar se sua difusão de fato foi nacional, ou ocorreu apenas em casos muito específicos. A ênfase no relatório oficial aos serviços de uma orquestra de alcance duvidoso aumenta a impressão de que o público da União Pan-Americana talvez não tenha sido proporcional às suas pretensões<sup>84</sup>.

Três anos após o período de que trata este relatório, em 1936, às vésperas da Conferência Pan-Americana de Consolidação da Paz, convocada por Roosevelt, os jornalistas estadunidenses Robert S. Allen e Drew Pearson, que entrevistaram Oswaldo Aranha em mais de uma oportunidade e tinham contato pessoal com o diplomata brasileiro, escreveram em sua coluna *Merry-go-Around*, no *The Washington Star*, que a União Pan-Americana era a parte mais ineficiente do pan-americanismo defendido por Roosevelt. Ele diz, em um texto ácido, que a instituição “fossilizada” precisa ser sacodida e tornada efetiva se o Presidente estadunidense quiser ver triunfar seu pan-americanismo<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> Relatório 1928-1933, p. 19. Outros exemplos da questão do alcance serão dados ao longo do texto. É fundamental notar, porém, que na década de 1940 o serviço de intercâmbio cultural e intelectual proposto pela União Pan-Americana praticamente desde sua fundação será feito com muito maior alcance e eficiência pelo Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA).

<sup>85</sup> Texto integral: “The president's proposal for a Pan-American conference to ensure permanent peace in the Western Hemisphere has focused attention on what, for many years has been one of the weakest links in Pan-Americanism. It is the Pan-American Union, built with Carnegie millions and now used for nothing except diplomatic dances, the raising of crimson and blue cockatoos, and the personal peregrinations of Dr. Leo S. Rowe.

Dr. Rowe, a fastidious and inoffensive person, is director general of the Pan-American Union. In his hands rests the problem of cementing the cultural, economic and political ties of the 21 American republics.

These he steers to the best of his ability. But neither his ability nor his vision go further than distributing stereopticon slides of the Andes to women's clubs, holding lamb-stew luncheons for visiting dignitaries, and distributing Tokay grapes to the wives of diplomats on their birthdays.

What the Latin-American diplomatic corps is secretly demanding - if anything - is to come out of Roosevelt's Pan-American idea - is a shake-up of the fossilized Union, and the appointment of an outstanding Latin American in the key position of director general”. OA cp 1935.07.27. É interessante notar que o texto dos jornalistas abre espaço para a sugestão que defenderemos aqui, de que, mesmo com a existência ininterrupta da União Pan-Americana e entendendo-a como importante fonte para a conceituação da ideia pan-americana, em 1936 o pan-americanismo foi *resgatado* pelos Estados Unidos de sua inefetividade,



Assim como a questão da orquestra estadunidense, as outras duas partes relevantes desta seção do relatório referem-se aos Estados Unidos. Aponta, primeiro, que o número de instituições de ensino superior no país que oferecem cursos sobre a América Latina saltou de 15 em 1916, para 210 em 1931, oferecendo 435 cursos<sup>86</sup>. Segundo, o fluxo de intercâmbio, sugere o relatório de maneira previsível, é de estudantes latino-americanos para os Estados Unidos. Antes de afirmar que isso é uma estratégia de dominação, é preciso considerar que, de fato, o ensino superior dos Estados Unidos estava em termos quantitativos e de prestígio muito a frente do latino-americano em geral, sendo de fato atrativo para estudantes e professores latino-americanos que poderiam ver aí uma boa oportunidade para suas carreiras acadêmicas. O quadro que se verifica, portanto, é um crescente interesse nos Estados Unidos quanto a assuntos latino-americanos, mas o relatório é vago quanto à recepção dos alunos estrangeiros e o caráter do intercâmbio. Podemos imaginar, por ora, que o intercâmbio acadêmico seguia a mesma lógica do intercâmbio técnico: um ensina, o outro aprende.

A partir de 1931, quando foi estabelecido que o dia 14 de abril seria o dia Pan-Americano, devido a data de criação da União Pan-Americana, em 1890, a Seção de Cooperação Intelectual passou a elaborar material para distribuição em escolas e grupos de leitura para a data comemorativa. Mais uma vez, esbarramos no problema do alcance e distribuição efetiva desse material. Mais adiante, algumas pistas serão analisadas.

O material produzido pelas diversas seções era editado e publicado, finalmente, pela Seção Editorial. Além de publicar material específico de cada uma das seções, desde 1890 este departamento publicou um boletim mensal, que, conforme foram sendo estabelecidas as Seções, passou a funcionar também como uma seleção do que havia de melhor sendo produzido na União Pan-Americana. Esses boletins nos dão importantes pistas acerca do discurso da instituição e,

---

com objetivos políticos claros.

<sup>86</sup> Relatório das atividades da UP – 1928-1933, p. 30. (BN I-321,5,32). Feres Jr. (2005, p. 187) analisou o aumento do interesse pela América Latina no meio acadêmico estadunidense principalmente após a Revolução Cubana de 1959. Há, porém, um pico de publicações acadêmicas na década de 1940, justamente na Segunda Guerra Mundial, quando a produção saltou de 50 artigos com o termo *Latin America* no título na década de 1930, para 155 na seguinte, depois reduzido a 91, e voltando a crescer vertiginosamente após 1959.

consequentemente, do conceito de pan-americanismo.

O relatório de atividades para o período 1928-1933 afirma que o boletim “é o veículo oficial da União incumbido de registrar em suas páginas eventos de significação interamericana e transmitir a cada uma das Repúblicas Americanas informações relativas a todas as outras”<sup>87</sup>. Em seguida afirma que o boletim é, provavelmente, a publicação mais disseminada pelo continente, enfatizando sua distribuição entre altos funcionários dos governos e para as bibliotecas. Certamente o número de leitores não era grande se compararmos com outros veículos da época; sua distribuição parece ter sido voltada para um público específico de funcionários dos governos, principalmente os ligados ao serviço diplomático. É sintomático que na Biblioteca Nacional, responsável por catalogar todas as publicações feitas no Brasil, apenas dois exemplares estejam catalogados (março, 2012).

Ainda que sua circulação tenha tido dimensões duvidosas, o caráter de publicação oficial, os autores dos textos, muitas vezes nomes de peso entre a cultura diplomática, e certos cuidados na publicação, como o uso frequente de imagens, o papel de boa qualidade, a capa com detalhes coloridos, etc., todos elementos não propriamente comuns nas publicações da época, sugerem que esta publicação era vista como parte importante da União Pan-Americana.

É importante destacar que o boletim era publicado em português, espanhol e inglês, em edições diferentes para cada um dos idiomas. De modo geral, os boletins continham textos e informações sobre os outros países da América, de modo que a edição em português traria artigos sobre a América Hispânica e os Estados Unidos, a inglesa sobre a América Latina, e a espanhola, por ser no idioma da maioria dos Estados, acabava contendo informações sobre todos eles. Edições comemorativas eram, em geral, publicadas como uma única edição traduzida, em todos os países. Podemos citar números sobre Simón Bolívar, os especiais do dia pan-americano, e especiais de independência de algum dos Estados membros, como o caso do boletim de setembro de 1922 que comemora o centenário da independência do Brasil.

A partir de 1926, as edições espanhola e portuguesa diferenciam-se substancialmente da edição inglesa, ao manterem uma série contínua de artigos que abordam práticas de agricultura, educação, finanças, indústria e comércio, saúde pública e previsão social (produzidos pelas seções mencionadas), que não eram editados na

---

<sup>87</sup> Relatório das atividades da UP – 1928-1933, p. 57. BN I-321,5,32.

publicação em inglês de modo sistemático<sup>88</sup>. Este é um dado importante para a caracterização do aspecto técnico do pan-americanismo como algo assimétrico; sua intenção não é propriamente uma troca de experiências, mas uma uniformização de práticas desenvolvidas nos Estados Unidos. Como veremos, existe aqui um forte discurso civilizacional que parte de um modelo estadunidense, e que, muitas vezes, foi também assumido por pensadores e governos latino-americanos.

Alguns dos boletins nos servirão como ilustração acerca das assimetrias da “civilização americana”. O boletim de maio de 1917, edição em português, traz na capa a foto de uma estátua de Bolívar em uma praça na cidade de Maracaibo, na Venezuela; na primeira página uma imagem do imponente edifício da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

O primeiro texto é o resumo de um artigo chamado “A Esmeralda na América Espanhola”<sup>89</sup>, escrito por certo Dr. José E. Pougue, professor de geologia e mineralogia da *Northwestern University*, de Illinois. Sua versão completa havia saído nos números anteriores das edições em espanhol e inglês. Recheado com imagens de selvas e montanhas, o artigo trata de enumerar depósitos de esmeraldas a serem explorados nas proximidades da nascente do rio Orinoco, quase como nas geografias míticas dos sertões do continente americano narradas por conquistadores portugueses e espanhóis no século XVI e XVII<sup>90</sup>.

O segundo texto compila trechos escritos por certo A. D. F. Hamlin, identificado apenas como escritor estadunidense, e se chama “Vinte e cinco anos de arquitetura estadunidense”<sup>91</sup>. O texto é um elogio à arquitetura dos Estados Unidos do final do século XIX e início do XX; bibliotecas, universidades, estações de trem e escolas são citadas como exemplos de grandes obras que refletem o florescimento de uma arquitetura estadunidense, sugerindo sua modernidade e, por tabela, a modernidade dos Estados Unidos. O contraste com as fotos de selvas e montanhas esmeraldinas é marcado com imagens de edifícios

---

<sup>88</sup> Relatório de atividades 1928-1933, p. 58, BN I-321,5,32.

<sup>89</sup> Boletim da União Pan-Americana, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 241-249.

<sup>90</sup> Ver HOLANDA, 2010, cap. 3, p. 79-119.

<sup>91</sup> Boletim da União Pan-Americana, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 250-256.

Interessante notar o uso do termo “estadunidense” e não “americano”, que poderia causar desconforto em meio ao projeto pan-americano. Seria esse um cuidado deliberado?

imponentes construídos no período, como a Biblioteca Pública de Boston, a estação Pensilvânia e o *skyscraper* Woolworth, ambos em Nova York. É feita, aliás, uma menção especial aos *skyscraper* como uma construção símbolo dos Estados Unidos<sup>92</sup>.

Em seguida, voltamos à América do Sul como essa majestosa fonte de matérias primas, no texto “Iquitos, importante centro de produção de borracha”<sup>93</sup>, de autoria de certo E. Bayless, engenheiro civil estadunidense que trabalhou nas obras sanitárias de Iquitos, no interior do Peru, no início da década de 1910. A Iquitos do artigo é uma cidade moderna, de edifícios “pouco comuns em cidades sul-americanas de mesmo porte” (30 mil habitantes no período das chuvas). A riqueza vem da borracha e da presença estrangeira. Seu imponente cais fluvial, construído pela *Iquitos Steamship Company, Ltd.* é associado à modernidade da cidade incrustada no meio da selva, assim como o edifício da companhia estadunidense. A cidade aparece, assim, como próspera e fruto do sucesso do pan-americanismo: em 1912, graças aos esforços do Dr. George Converse, da Diretoria de Saúde Pública dos Estados Unidos, a cidade foi saneada, e “as ruas tomaram um aspecto moderno”, como diz a legenda de uma das fotos da cidade. É destacado um aspecto político importante: a cidade possui um tribunal e um sistema legal “que funciona”, e, embora o prefeito seja nomeado por Lima, o alcaide é eleito pela população, que geralmente escolhe um dos comerciantes de borracha estrangeiros. A cidade, portanto, além de ser moderna, isto é, associada aos negócios estadunidenses, tem um sistema político apreciado pela “civilização americana”. Não só isso, o texto parece sugerir, ao dizer elogiosamente que a população escolhe seu administrador local, que ao elege o negociante de borracha próspero, possivelmente um arquétipo do *self-made man*, escolhe o melhor dentre eles.

O texto que segue poderia ter sido escrito pelo Caliban de Enrique Rodó em *Ariel*, como arquétipo do utilitarismo e da mentalidade da conquista material. O “Ensino Hortícola nas Escolas Elementares dos Estados Unidos”<sup>94</sup>, antes de falar das escolas, elogia a expansão do ensino superior, antes restrito à questões culturais e profissões liberais, para carreiras técnicas. Logo, introduz o tema das

---

<sup>92</sup> No Brasil, Lima Barreto lamentava as tentativas de cópia dos *skyscrapers*, chamados por ele de “descabelados sobrados insolentes” (BANDEIRA, 2007, p. 288).

<sup>93</sup> Boletim da União Pan-Americana, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 257-264.

<sup>94</sup> Boletim da União Pan-Americana, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 264-272.

hortas nas escolas primárias como uma atividade financeiramente aproveitável, que ocupará o “tempo perdido” das crianças com uma atividade produtiva, gerando receita<sup>95</sup>. O espírito utilitarista não se manifesta pela vontade de produzir alimentos, mas sim porque a produção deles e a atividade lúdica da horta é um mero detalhe diante do motivo maior, a saber, a questão do valor: de produzi-lo (produzir valor, e não hortaliças) e ensiná-lo às crianças. Ao longo do texto estão dispostas fotos de crianças trabalhando em hortas, e a presença do artigo no boletim sugere que o projeto está sendo indicado para o restante da América. Talvez tenha aparecido em algum dos congressos pan-americanos de educação.

A seguir, em texto sobre uma expedição realizada por uma equipe do Museu Universitário da Filadélfia<sup>96</sup> para investigar indígenas sul-americanos, liderada pelo Dr. William B. Farabee, o mesmo tom se repete quando o seguinte comentário aparece:

Os Waipisianas [na Guiana Inglesa], que vivem aos cuidados do Sr. Melville [“magistrado e protetor dos índios”], foram os índios mais inteligentes, sagazes, e progressistas que a

---

<sup>95</sup> Há inclusive um cálculo do efeito da implantação das hortas nas escolas dos Estados Unidos para economia do país: se 1 terço das crianças das escolas entre 6 e 15 anos trabalharem nas hortas, 300 milhões de dólares por ano seriam injetados na economia.

“É difícil calcular qual será o resultado deste projeto em completa execução por todo o país. Para as crianças ele representará saúde, força, alegria, hábitos de trabalho, e *compreensão do valor do dinheiro medido em trabalho*, e interpretação dos fenômenos e forças da natureza que será mais fácil de assimilar do que as lições da escola. Aprenderão, também, pelo menos *o princípio fundamental da ética social, que todos os homens e mulheres deverão trabalhar para ganhar a sua vida pelo seu esforço*; e que devem com qualquer classe de trabalho intelectual, manual ou artístico, contribuir para a riqueza social com tanto quanto dela se tira; que deverão pagar com qualquer espécie de moeda o que elas adquirem.

Os resultados econômicos e sociais são também dignos de consideração. Experiências que se tem feito tem provado que desde que se orientem bem as crianças das idades citadas [de 6 a 15 anos], elas podem colher de um oitavo de acre de terreno hortaliças no valor de 50 a 100 dólares anuais. A terça parte das crianças das escolas dos Estados Unidos poderá produzir 300.000.000 de dólares por ano!”. Boletim da União Pan-Americana, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 268.

<sup>96</sup> Boletim da União Pan-Americana, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 272-276.

comissão encontrou em toda a viagem. Já aprenderam a trabalhar para o ganho, e conhecem o valor do dinheiro e do trabalho. É-lhes permitido conservarem os seus antigos costumes e vestuário (p. 272).

O texto segue com uma descrição pouco informativa do que exatamente foi essa missão de exploração, posta como uma investigação “etnográfica” e “arqueológica”. É importante notar que a base da expedição foi estabelecida no consulado estadunidense da cidade de Belém, em 1913. O elemento relevante nesta fala sobre os indígenas é, assim como no texto sobre as hortas, um elogio de certos valores (a sagacidade, o progressivismo, o trabalho) associados à autoimagem estadunidense e, por oposição assimétrica, retirados dos povos latino-americanos (FERES Jr., 2005). O índio, no caso deste texto, parece representar, se levamos em conta a questão da autoimagem estadunidense, a própria América Latina, aprendendo a ser livre e opulenta com os civilizados.

O último bloco do boletim de maio de 1917 é, no mínimo, caricatural: consiste em uma lista comentada das últimas geringonças inventadas nos Estados Unidos<sup>97</sup>. Chamo-a de caricatural porque, dado o tom do boletim como um todo, essa sessão se justifica como exposição e exaltação dos progressos técnicos realizados na “irmã” do norte, mas as invenções expostas são um tanto quanto curiosas. Inclui um sistema de ensino de direção automobilística para mulheres (as mulheres no volante são consideradas como “um grande problema”); um veículo que é um híbrido de automóvel e avião<sup>98</sup>; um apanhado de boias e ripas de madeira utilizado como alvo pela Marinha dos Estados Unidos para treino de tiro; um tipo revolucionário de barraca para acampamento, e outras peculiaridades da indústria estadunidense.

O que começa a aparecer, através deste boletim, é uma reprodução, ajustada, é verdade, de aspectos presentes no discurso do Destino Manifesto. O “progresso” técnico proveniente dos Estados Unidos e exposto nos textos deste exemplar do boletim não se difere essencialmente do texto de O’Sullivan, quando este dizia, em 1845, que o americano (estadunidense) chegava com o arado, o rifle e a casa de reuniões, levando a civilização para o Oeste. Ao fim da exposição sobre

---

<sup>97</sup> Boletim da União Pan-Americana, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 276-279.

<sup>98</sup> Segundo o texto, o carro-avião foi exposto na “recente exposição Pan-Americana de Nova York”.

as publicações da União Pan-Americana sustentarei com mais profundidade, julgo, esta afirmação. É fundamental, para isso, tratar da questão do regime político, que aparece substancialmente em alguns momentos do discurso pan-americanista<sup>99</sup>.

Em 1917, ano da entrada dos Estados Unidos e de outros países americanos, inclusive o Brasil, na Primeira Guerra Mundial, a questão do regime político apareceu nas publicações da União Pan-Americana de modo muito semelhante com o que ocorreria na guerra mundial seguinte. Uma publicação de novembro daquele ano<sup>100</sup> traz trechos de um discurso de John Barret, então Diretor Geral da União Pan-Americana, pronunciado no Hotel Astor, Nova York, no dia 15 de outubro, durante um encontro comercial. Desde abril, os Estados Unidos estavam na guerra. No discurso aparece claramente a ideia da “luta da democracia contra a autocracia”, discurso que se repetiria na Segunda Guerra. Segundo Barret, a guerra é uma oportunidade para a união dos países americanos em torno dessa luta. Até então, Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia e Equador não haviam rompido relações com as Potências Centrais, e Barret fez duras referências a estas repúblicas, colocando os Estados Unidos como farol da América, e utilizando tom maniqueísta<sup>101</sup>:

Não será possível que uma parte da pan-América se cegue de tal maneira que não leia os caracteres traçados no muro, que nos indicam que segura, ainda que lenta, surge uma poderosa e avassaladora onda de simpatia pública com os fins, os ideais e as inspirações que guiam os Estados Unidos nesta luta terrível do direito imortal contra a maldade pecedora, nas relações entre os povos<sup>102</sup>.

Em dezembro de 1917, uma separata do Boletim em português trazia o seguinte título: “O 15 de Novembro na Imprensa dos Estados

---

<sup>99</sup> De fato, é a questão do regime político, da democracia, que inicialmente nos levou a pesquisar o pan-americanismo em nível conceitual.

<sup>100</sup> Não fica claro, no documento, se ele é parte do boletim mensal, como separata, ou se é outro tipo de publicação. BN II-387,5,2 n. 3.

<sup>101</sup> Este tom parece ser recorrente na política externa estadunidense e tem longa duração. Em pleno século XX ouvimos o presidente dos Estados Unidos definir seus inimigos como o “Eixo do Mal”.

<sup>102</sup> BN II-387,5,2 n. 3.

Unidos”<sup>103</sup>. Tratava-se de uma seleção de editoriais de grandes jornais estadunidenses saudando o aniversário da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil e a adesão do país aos Aliados na guerra, que ocorrera no dia 26 de outubro. É sintomático, para a questão do regime político democrático associado ao continente americano, que a introdução da publicação coloque o 15 de novembro de 1889 como “o dia em que todo continente americano passou a ser governado pela vontade exclusiva dos seus povos”, em referência à queda da última monarquia (um corpo estranho no continente) americana.

A série de editoriais ou trechos de editoriais expostos<sup>104</sup> na separata gira em torno das mesmas considerações: o governo republicano, a associação deste modelo político com uma ideia de civilização, e a consolidação desses valores através da adesão aos Estados Unidos na guerra. O *The Public Ledger*, da Filadélfia, sintetiza a questão:

Com a mesma devoção pelos ideais de liberdade e liberalismo e com qualidades de admirável providência e nobres interesses, o Brasil começou por suspender as relações e recentemente declarou guerra à Alemanha, e está a nosso lado combatendo pela liberdade e pela verdadeira civilização em oposição à tirania e ao barbarismo científico<sup>105</sup>.

A seleção dos editoriais feita pela União Pan-Americana, todos falando no mesmo tom, é significativa por explicitar os significados políticos por trás de seu pan-americanismo e colocar, ainda que de modo incipiente, que estes ideais são, de alguma forma, um elemento comum dos países americanos, esse continente supostamente governado pela vontade de seus povos. Como veremos de modo insistente, o discurso dos valores da democracia é peça fundamental da conceituação de pan-americanismo. Não por acaso, esse discurso coincide com a autoimagem dos Estados Unidos como nação democrática, e relaciona-se com a ideia do nacionalismo ideológico proposta por Neville (1994).

---

<sup>103</sup> BN II-387, 5, 2, n. 4.

<sup>104</sup> Os editoriais são dos jornais da cidade de Nova York *New York Herald*, *The Sun*, *New York American*, e o *The Public Ledger*, de Filadélfia. Além dos editoriais reproduzidos há extensa lista de outros jornais que publicaram textos sobre o 15 de novembro brasileiro.

<sup>105</sup> BN II-387, 5, 2, n. 4.



A Primeira Guerra Mundial foi um evento decisivo para as relações do Brasil com os Estados Unidos e com seus vizinhos na América do Sul, e até o momento não me detive no caso brasileiro. Faz-se necessário neste momento, portanto, sair do conceito de pan-americanismo emanado da União Pan-Americana e de seus fortes laços com os Estados Unidos, para pensar na ideia do Pan-Americanismo no Brasil. Para manter a ligação entre estes dois âmbitos do conceito parto da análise da versão em português do Boletim da União Pan-Americana de setembro de 1922, quando se comemorou o centenário da independência do Brasil. Deste ponto, recuo para o pensamento pan-americano brasileiro ao longo da Primeira República, em busca do significado atribuído ao termo e seu uso no contexto do estabelecimento e consolidação da República. A pergunta que orienta a seção seguinte da investigação, a partir da consideração de que o tema foi de fato discutido no Brasil da jovem república, é: porque o pan-americanismo, tão “americanizado”, teve repercussão no Brasil daquele tempo? Qual o significado que lhe foi atribuído?



## 1.6 O Pan-Americanismo e a República Velha

Entre setembro de 1922 e março de 1923 aconteceu na Capital Federal, após a reforma urbana modernizadora que incluiu a demolição do Morro do Castelo, a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. A Exposição é parte de uma conjuntura que fez com que o ano de 1922 se tornasse paradigmático para o debate político e intelectual acerca da questão nacional brasileira, e que incluiu a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna e o surgimento do Tenentismo (MOTTA, 1992, p. 3).

A União Pan-Americana dedicou o boletim de setembro de 1922<sup>106</sup> às comemorações do centenário e à Exposição Internacional organizada pelo governo de Epitácio Pessoa<sup>107</sup>. Permeado por poemas ufanistas<sup>108</sup>, o boletim é um grande ode aos Estados Unidos do Brasil, o que não deve, porém, fazer-nos descartá-lo como simples item propagandístico. É preciso buscar o seu significado diante de um contexto específico no qual a República se apropriava do feriado de 7 de setembro, data do estabelecimento da monarquia do Brasil independente, e, para isso, apoiava-se em parte em uma ideia de pan-americanismo. A questão do regime político aparece, portanto, em dois sentidos: como elemento constituinte do pan-americanismo enquanto conceito próprio da União Pan-Americana e dos Estados Unidos, mas

---

<sup>106</sup> Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3.

<sup>107</sup> A primeira página do Boletim é toda ocupada por foto do Presidente Epitácio Pessoa. Ele foi o representante do Brasil no encerramento da Conferência do Tratado de Versalhes, em 1919, após os Estados Unidos terem vetado a participação de Rui Barbosa devido desentendimentos ocorridos na 2ª Conferência de Paz de Haia de 1907 com os delegados estadunidenses, e as críticas que o brasileiro fez à Doutrina Monroe ao longo dos anos (BANDEIRA, 2007, p. 290). Pessoa foi eleito presidente e antes de tomar posse fez viagem aos Estados Unidos, retornando ao Brasil a bordo do navio de guerra *Idaho*, em ato de forte peso simbólico para as relações do país com os Estados Unidos. Não por acaso, foi o governo de Pessoa que realizou os primeiros empréstimos junto a instituições financeiras de Nova York e fez acordo com a Marinha dos Estados Unidos para treinar a Marinha do Brasil.

<sup>108</sup> Além do Hino Nacional, composto por Ozorio Duque Estrada (o poema foi oficializado como Hino em 6 de setembro de 1922 pelo presidente Epitácio Pessoa, o que atesta a preocupação com os símbolos da República na época), estão presentes os poemas *O Brasil* e *O Caçador de Esmeraldas*, de Olavo Bilac; *Minha Terra* e *Sete de Setembro*, de Casimiro de Abreu; *Fora da Barra*, de Luiz Guimarães; *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias.

também como modo de afirmação do governo brasileiro e autoentendimento enquanto República. Esta é uma importante conexão entre uma ideia em certo sentido internacionalista, e a afirmação de uma nacionalidade. Conexão esta que não é somente de 1922, mas apareceu de modo contundente em 1889, quando da proclamação da República (BANDEIRA, 2007, p. 203), como será mencionado adiante.

É preciso ter em conta, para o entendimento dos textos dessa edição especial do boletim, que o período das comemorações do centenário marca o auge de uma “disputa pela conquista da legitimidade por parte de diferentes projetos que buscavam definir um Brasil moderno”. Havia um consenso no meio intelectual e político de que o Brasil perdera o bonde da civilização, se comparado com Europa e Estados Unidos, e era preciso modernizá-lo. As divergências e multiplicidades de projetos e de conceituação aparecem em torno da discussão do que é ser moderno. Esta discussão envolve um processo de reinterpretação do passado, diagnóstico do presente e projeção do futuro (MOTTA, 1992, p. 5-6). Ora, o que é o pan-americanismo que vimos até aqui se não uma ideia do que é ser moderno? Deste modo, o conceito-objeto aparece nos debates brasileiros da década de 1920 (e nas anteriores também) como parte da discussão sobre a civilização e a nacionalidade brasileira.

O texto que abre o boletim<sup>109</sup> é de L. S. Rowe, que ocupava o cargo de diretor da União Pan-Americana desde 1920, e conta que em 1906, quando da 3ª Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, realizou viagem pelo Brasil, em parte acompanhado por Joaquim Nabuco, o eminente pan-americanista brasileiro. O tom geral do texto é de elogio ao “progresso humano” do país, que se verifica na Exposição Internacional. O discurso da “democracia americana” é evidente na conclusão do texto:

O Brasil entra neste momento para o segundo século de sua existência nacional com uma perspectiva sem precedentes de desenvolvimento tanto espiritual como material. Sem dúvida alguma, está destinado a desempenhar um papel importantíssimo nos destinos deste continente. Um *grande orientador da democracia americana*, ele tem dado ao mundo um exemplo de desenvolvimento político ordenado, de vigor intelectual fora do comum, de real consecução nas

---

<sup>109</sup> *O Centenário da Independência do Brasil*, Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 162-164.

artes e nas ciências de que bem se pode orgulhar seu povo<sup>110</sup>.

Na mesma página, uma imagem de Tiradentes, chamado de “protomártir da república”. Aos poucos, uma convergência entre o discurso tipicamente pan-americano, e o jogo de símbolos da República vai se configurando. Certamente, a colocação da República dos Estados Unidos do Brasil como “grande orientador da democracia americana” contribui para a legitimação do regime.

É significativo que o texto seguinte<sup>111</sup>, de certo Langworthy Marchant, faça um apanhado geral da história do Brasil, incluindo o período Imperial, e estabeleça uma linearidade histórica pautada pelo liberalismo desde 1808, quando a família real portuguesa se estabeleceu no Brasil e abriu caminho para a independência. Não vem ao caso aqui discutir permanências e rupturas entre Império e República, mas é fundamental destacar que se, por um lado, o pan-americanismo, em suas origens, estabelece um corte entre as repúblicas americanas que seguiriam um modelo democrático estadunidense e as monarquias retrógradas da Europa, por outro estabelece esse modelo democrático como *tradição*<sup>112</sup> do continente americano. Faz-se necessário para o discurso, portanto, tratar da monarquia brasileira (1822-1889) como algo que não é assim tão distante dos valores tidos como tipicamente americanos, apesar de sua excentricidade. Assim, Dom Pedro II é apontado como um grande liberal, criado “nos princípios do liberalismo e da democracia”, e a monarquia brasileira é dita ter sido perpassada por um “espírito republicano” incontestável. Nenhuma menção aos laços da monarquia brasileira com a Europa é feita.

De fato, a questão do regime político manifesta-se de modo significativo no Brasil porque o golpe militar que instalou a República ocorreu durante a 1ª Conferência Pan-Americana, que se realizava em Washington. A mudança do regime reorientou as instruções à delegação

---

<sup>110</sup> *O Centenário da Independência do Brasil*, Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 164. Grifos meus.

<sup>111</sup> *Feitos Memoráveis de Um Século de Independência*, p. 166-188, de autoria de Langworthy Marchant, funcionário da União Pan-Americana.

<sup>112</sup> Este é um elemento muito importante, uma vez que o discurso da *tradição* pan-americana, como veremos em outros momentos, aproxima-se da *naturalização* de uma postura política tipicamente americana. Isto é, tal como se a solidariedade continental, por ser marcada naturalmente (necessariamente) por uma postura política “republicana e democrática”, fosse ela mesma também necessária e natural.

brasileira<sup>113</sup>, cuja chefia passou a Salvador de Mendonça, diplomata, que havia sido um dos arquitetos do Movimento Republicano de 1870<sup>114</sup>. Sobre o Império do Brasil Santos conclui que

A natureza monárquica do regime político condicionou a atuação do Estado brasileiro em muitos campos e também na política externa. O Império não podia ter uma política verdadeiramente americanista sem pôr em questão a identidade que tentava criar para si como um posto avançado da civilização europeia em um continente marcado por repúblicas vistas como anárquicas e instáveis. Assim, desde cedo a diplomacia imperial desenvolveu resistência à ideia interamericana e às suas propostas concretas, mas sempre com a reserva de não ver o Brasil excluído no caso de essas iniciativas prosperarem, o que se explica pelo receio de uma aliança antibrasileira. Essa política geral foi seguida com poucas variações, a despeito da disparidade do alcance e das causas imediatas dos diversos congressos interamericanos do século XIX (SANTOS, 2004, p. 135).

Percebe-se como essa memória da monarquia foi reinterpretada no texto de Marchant, e será visto em seguida em maiores detalhes esta questão nos autores brasileiros dos textos deste boletim.

Os aspectos comerciais, fundamentais para o pan-americanismo, não foram esquecidos nesta edição comemorativa do boletim. Em breve texto de Sebastião Sampaio<sup>115</sup>, adido comercial do Brasil nos Estados Unidos e responsável pela divulgação da Exposição Internacional do Centenário naquele país, a amizade entre os gigantes do norte e do sul aparece como “secular e tradicional”, um argumento que

---

<sup>113</sup> Ver SANTOS, 2004, p. 125.

<sup>114</sup> Que se declarou, não por acaso, “americano”, associando o regime político que defendiam ao continente. Ver documento em Cadernos ASLEGIS, n. 37, p. 42-60. Disponível em <http://www.aslegis.org.br/aslegisoriginal/images/stories/cadernos/2009/Caderno37/p42-p60manifestorepublicano.pdf>. (junho 2013).

<sup>115</sup> *A Propaganda do Centenário e da Exposição do Brasil nos Estados Unidos*, Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 190-196.

foi também recorrente anos depois, quando do alinhamento do Brasil aos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Em suas considerações finais Sampaio coloca como extremamente positivo o fluxo de “pessoas importantes”, isto é, banqueiros, exportadores, importadores, homens de negócios em geral, que vem dos Estados Unidos para a Exposição, que servirá, segundo ele, não só como propaganda permanente, mas também como prova “de amizade para com os irmãos do norte”.

Um importante *businessman* escreveu o outro texto sobre comércio. Nada menos que Kermit Roosevelt, filho do ex-Presidente Theodore Roosevelt, assina o artigo *O Brasil como Campo para o Emprego de Capitais Estrangeiros*<sup>116</sup>. Novamente a figura de Joaquim Nabuco é mencionada, ao dizer que o diplomata brasileiro era amigo pessoal de seu pai. A “amizade histórica” aparece quando a participação do Brasil na Primeira Guerra, ao lado dos Estados Unidos, é mencionada, e se diz que mesmo nos momentos em que outras nações latino-americanas foram hostis aos Estados Unidos, o Brasil se manteve fiel à amizade, o que se pode dizer com certa dose de verdade. Com base nessa cordialidade histórica, o Brasil aparece como um campo interessante para investidores estadunidenses. A ressalva, básica para qualquer investidor, é de que é preciso *conhecer* o Brasil, estudá-lo em suas condições políticas, geográficas, econômicas, etc., para investir bem. Ora, são exatamente esses estudos com fins comerciais uma das principais atribuições da União Pan-Americana. Faz todo sentido que este texto trate dos investimentos deste modo.

Os setores da borracha, na Amazônia, e do café, em São Paulo, são mencionados como campos de investimento. O texto é concluído com um relato esperançoso sobre o futuro do país, como mensagem clara aos investidores. Antes disso, porém, um ponto chama atenção: ao falar dos recursos minerais a serem explorados no Brasil<sup>117</sup>, Kermit Roosevelt menciona a grande presença de capital inglês no estado de Minas Gerais, mas diz também que a *United States Steel Corporation* já possuía grandes extensões de terra na região para exploração dos minérios. Esta informação é importante, pois sinaliza a substituição do predomínio do capital inglês nos investimentos estrangeiros no Brasil

---

<sup>116</sup> Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 221-228.

<sup>117</sup> Percebe-se que todos os campos de investimento que Kermit Roosevelt menciona são de produção ou exploração de matérias-primas, ou de desenvolvimento de estrutura para escoamento dessa produção, quando são mencionados os investimentos ferroviários no país.

pelo capital estadunidense, processo que se acelerou com a guerra de 1914-1918.

Bandeira aponta que

Os Estados Unidos conquistaram, porém, posições das mais importantes na economia brasileira, numa segunda frente de combate, que travou contra os seus próprios aliados da Entente, a Inglaterra e a França. Assumiram a hegemonia das importações brasileiras. Quebraram o monopólio dos europeus sobre as jazidas de ferro e as comunicações telegráficas do Brasil. E entraram nas estradas de ferro que os capitais belgas, ingleses, alemães e franceses construíram, para controlar o comércio do Brasil e assegurar o mercado às indústrias de aço e de material ferroviário a eles associadas (BANDEIRA, 2007, p. 281).

O favorecimento econômico dos Estados Unidos no Brasil foi facilitado pela Primeira Guerra Mundial ao enfraquecer a capacidade europeia (principalmente inglesa) de efetuar investimentos e prover empréstimos. Essa penetração econômica, porém, é fruto de uma política direcionada e ligada ao pan-americanismo, que desde sua origem buscava, com a proposta de união aduaneira e uma série de outras medidas, como os acordos bilaterais envolvendo o café no Brasil e os produtos manufaturados dos Estados Unidos<sup>118</sup>, concretizar esta priorização da economia estadunidense em relação à América e ao Brasil<sup>119</sup>.

---

<sup>118</sup> Estes acordos, firmados inicialmente em 1891, com Salvador de Mendonça, e depois revistos ao longo das duas primeiras décadas do século XX, eram marcados, basicamente, pelo fato de que o Brasil reduzia as taxas de importação de produtos industrializados estadunidenses, em troca da redução da taxa do café brasileiro nos Estados Unidos. O problema, para o Brasil, é que a redução das taxas do café não era exclusiva para o café brasileiro. Bandeira (2007, p. 276) diz que isso é a “manifestação econômica do pan-americanismo”.

<sup>119</sup> Segundo Carone (1975, p. 143), a simpatia de setores dominantes da sociedade brasileira pelos Estados Unidos consolidava-se: “Fato sintomático da crescente influência dos Estados Unidos durante e após a Primeira Guerra Mundial – além da importância do dólar, da expansão dos seus produtos nos mercados latino-americanos e dos empréstimos em dinheiro – é a simpatia que determinadas alas da política dominante nutrem por esse país, que passa de



O Comissário Geral dos Estados Unidos da América à Exposição do Centenário Brasileiro, Coronel David Charles Collier, destaca em seu texto<sup>120</sup> o grande fluxo comercial entre seu país e o Brasil, que muito aumentou após a guerra<sup>121</sup> (ver Anexo I), apresentando a típica lista de produtos primários exportados pelo Brasil. É significativo que ele aponte que “um ato amigável nesse sentido [de facilitação das relações comerciais] foi a adoção de direitos preferenciais no Brasil referente à importação dos Estados Unidos”. O comércio americano se configura, neste discurso, como “ato amigável”, que é como se pretende qualificar o pan-americanismo: uma amizade continental.

É este espírito da “amizade continental” pautada em um regime político comum que se expõe, mais uma vez, nos dois últimos textos analisados, fechando o boletim de setembro de 1922, escritos por dois diplomatas brasileiros, Oliveira Lima e Hélio Lobo, expondo aspectos do pan-americanismo brasileiro da Primeira República.

Em *Uma Velha Amizade Internacional: Brasil e Estados Unidos*<sup>122</sup>, temos o discurso que Hélio Lobo, cônsul geral do Brasil em Nova York, proferiu no edifício da *United Engineering Societies*, sob os auspícios da *Pan American Society of the United States*, em março de 1922. Dificilmente em um evento como esse o discurso seria outra coisa que não um elogio às políticas internacionais dos dois países. Entretanto, chama atenção para nossos propósitos não o mero elogio, mas os termos no qual é colocado. A democracia americana é posta como um modelo para o mundo, e como modelo de inspiração da República brasileira, que, de fato, teve sua Constituição inicial inspirada diretamente na Constituição dos Estados Unidos. O Brasil é equiparado,

---

pouco conhecido para modelo a ser seguido. O serviço da *United Press* é contratado em 1918 pelo jornal O Estado de São Paulo, tornando-se um noticiário obrigatório; e a ‘tradição americana’, é símbolo ideal, segundo Júlio de Mesquita”.

<sup>120</sup> *A Importância da Participação Internacional na Exposição do Centenário*, Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 197-202.

<sup>121</sup> Na verdade o fluxo comercial aumentou muito *durante* a guerra. Após a guerra o comércio exterior do Brasil se reajustou à Europa. Ainda assim houve aumento significativo dos valores do comércio com os Estados Unidos se comparamos o valor em 1914 com os anos pós-guerra, como podemos ver nos Gráficos 1 e 2 do Anexo I.

<sup>122</sup> Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 209-219.

no discurso, ao “irmão” do norte, e é explicitada a cisão entre as formas políticas do Velho e do Novo Mundo; a forma liberal e democrática como sendo tipicamente americana. Ele diz que

Tal era no Brasil o ambiente liberal cedo iniciado, que as formas do velho mundo, para ele transplantadas mesmo na sua feição mais suave, tivera que afeiçoar-se ao meio em vez de a ele se superporem. Toda nossa história constitucional e parlamentar nada mais significa que a realização fundamental dessa verdade. Eis porque nos chamaram de democracia com coroa. Não posso pensar nisso sem lembrar também a perfeição de vosso aparelho político, instituído para reger menos de quatro milhões e hoje abrigando sob suas garantias mais de cem milhões prósperos e felizes<sup>123</sup>.

Notamos que a monarquia aparece como elemento europeu que, ao permanecer no Brasil entre 1822 e 1889, “em sua feição mais suave”, isto é, mais republicana, foi forçada a adaptar-se ao “meio americano”, republicano, por sua vez. Segundo ele, Dom Pedro II, quando visitou os Estados Unidos para as comemorações do centenário do país, em 1876, era o “Imperador de uma monarquia que dava lições aos mais democráticos países da terra”, e ele sentiu-se bem entre os estadunidenses.

Há aqui uma *operação de memória*, na qual o passado é reinterpretado de modo a legitimar um caminho que procura se consolidar no presente e projetar-se sobre o futuro. A monarquia, que teve que lidar com sua posição estranha na América e que oscilava entre manter-se como baluarte da civilização nos trópicos a partir de um modelo europeu, é reinterpretada, neste texto, a luz de republicanismo modernizador ligado ao pan-americanismo. Este processo se repetirá em muitos momentos da história do conceito de pan-americanismo no Brasil, como apontaremos ao longo do estudo. A memória relaciona-se profundamente com um debate de formação nacional, ela é campo de disputa, “instrumento e objeto de poder” (MOTTA, 1992, p. 12). É por isso que, de modo recorrente, os debatedores do pan-americanismo buscam suas raízes em períodos distantes e pouco prováveis, com o fim

---

<sup>123</sup>Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 209-219.

de criar-lhe uma memória e uma tradição. Ao mesmo tempo, essa memória não pode ser criada no ar; ela precisa ser fruto de interpretações e reinterpretações minimamente aceitáveis e pautadas em algum elemento concreto, que seja, por exemplo, no caso da discussão sobre o que é ser moderno, a pujança material que se via nos Estados Unidos.

Lobo dá, também, uma interpretação curiosa da Doutrina Monroe, elemento fundamental do conceito de pan-americanismo. Neste discurso ele a coloca como uma política de assistência recíproca, prontamente acolhida pelo Brasil. De fato, o Brasil reconheceu em algumas oportunidades a Doutrina Monroe, como quando Joaquim Nabuco, na 3ª e na 4ª Conferência Pan-Americana teceu elogios à política dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2007, p. 279). Novamente a cordialidade e amizade entre os dois países é posta como algo *tradicional*, cuja consolidação se deu com Rio Branco e Joaquim Nabuco, o que se enfatiza ainda mais pelo que ele chama de complementaridade econômica, isto é, a possibilidade ampla de comércio pelo caráter diferenciado de sua produção, um lado produzindo matérias-primas, e o outro, produtos industriais. Ele cita explicitamente, embora sem justificar, que a substituição dos capitais europeus por capitais americanos, era algo extremamente positivo para ambos os lados. O texto termina com uma foto da visita da esquadra estadunidense ao Brasil, que ocorreu em julho de 1917, pouco tempo depois do rompimento das relações do Brasil com a Alemanha.

Oliveira Lima, em *O Futuro do Brasil*<sup>124</sup>, também opõe o “Novo Mundo” ao Velho, ao dizer que o primeiro é “um lugar muito mais pacífico do que guerreiro”, e justificar os conflitos interamericanos como causados por resquícios de antigos conflitos europeus que se reproduziram na América, mas que com o tempo serão superados. No “Novo Mundo”, segundo ele, não há espaço para discussões sobre *hegemonia*, palavra que ele desejava ver “banida do nosso vocabulário político e substituída pelas expressões do progresso harmonioso e progressivo que os Estados Unidos têm promovido”. Como atestado de que está em jogo um modelo de civilização, Lima fala da questão racial do Brasil, e sobre como o negro tende a desaparecer pela mestiçagem e pela imigração, dando a isso uma conotação positiva, com o pensamento típico da época. Ele conclui, de modo que para nós é um tanto quanto caricatural (como muitos elementos até aqui analisados), que “O Brasil

---

<sup>124</sup> Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 204-207.

celebra o centenário de sua vida como nação com a igualdade de todas as suas crenças e todos os seus cidadãos, no verdadeiro espírito que Tocqueville desejava ver inspirando a democracia americana”. O que aparece é uma aproximação da autoimagem do Brasil à autoimagem dos Estados Unidos.

Agora, é importante notar que Oliveira Lima, que fora representante do Brasil no Japão, Venezuela, Bélgica e Suécia, havia rompido com Joaquim Nabuco em 1906, quando da 3ª Conferência Pan-Americana, que se realizou no Rio de Janeiro, por divergências quanto à interpretação do pan-americanismo e quanto ao modo de condução da Conferência (BANDEIRA, 2007, p. 250). Apesar dessa divergência, o pensamento dos dois tem raízes comuns, e pelo seu envolvimento com o tema pan-americano, as duas figuras são centrais para a caracterização do conceito no Brasil da Primeira República, e sua relação direta com a discussão da identidade dos Estados Unidos do Brasil entre intelectuais e as elites nacionais.

Flávia Maria Ré (2011), em artigo sugestivamente intitulado *Estados Unidos e América Latina: espelhos para uma jovem república*, destaca que, posicionados na transição do Império para a República, os dois diplomatas estavam intimamente envolvidos num debate que, grosso modo, buscava em dois âmbitos diferentes referências para a construção da nação brasileira. De um lado havia os Estados Unidos como modelo de civilização e de ordem institucional; do outro uma vertente inspirada na América Hispânica<sup>125</sup>, enquanto discussão sobre se o Brasil deveria ou não pertencer a essa ordem. Vemos que, ao mesmo tempo em que nas Conferências Pan-Americanas formavam-se dois discursos identitários diversos, o mesmo acontecia no Brasil, não apenas em relação à suas filiações e parcerias internacionais, mas também quanto ao modelo de país que se pretendia construir. Começamos a entender, por aí, porque o discurso pan-americanista emanado da União Pan-Americana e dos Estados Unidos, permeado pela ideia do Destino Manifesto e da Doutrina Monroe, encontra grande repercussão no Brasil.

Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, ambos originalmente

---

<sup>125</sup> Como o tema central de nossa investigação é o pan-americanismo que chegou até os anos 1940, mencionaremos o projeto alternativo latino-americano apenas quando nele encontrarmos alguma indicação direta para as nossas perguntas de pesquisa.

monarquistas, encontram os Estados Unidos por caminhos diferentes<sup>126</sup>, e suas “análises” sobre a posição do Brasil na América lembram muito a assimetria presente na visão dos Estados Unidos sobre a América Latina. Nabuco associa os vizinhos sul-americanos (ele não utiliza o termo “América Latina”) do Brasil à anarquia, o desgoverno, a falta de civilidade e ao militarismo. Ele deposita as causas de sua visão preconceituosa na imaturidade da formação nacional dos Estados Latino-Americanos que, pela índole inferior de seus povos, necessitava de um governo forte e centralizado para ajustar as contas da nacionalidade (RÉ, 2011, p. 243). É aqui que o Brasil entra como um elemento diferenciado; segundo ele, a monarquia era o que diferenciava o país de seus vizinhos caóticos, incapazes de se manterem como Repúblicas. O Brasil também seria incapaz, mas a monarquia amenizou o problema, amadureceu o país para a chegada da república. O problema dele, portanto, não era com o tipo de regime em si, mas com a adaptação dos regimes adequados para os povos e para os momentos históricos convenientes segundo a sua concepção, o que, como se verá, não é uma preocupação muito diferente daquela dos ideólogos do Estado Novo no final da década de 1930.

Uma vez chegada e estabelecida a República, o monarquista reformista Joaquim Nabuco voltou-se aos Estados Unidos; não apenas para o seu regime institucional, mas para o seu modelo civilizatório enquanto o mais adequado para as novas instituições que eram instaladas no Brasil. Assim, sua adesão ferrenha aos Estados Unidos, demonstrada em sua ação enquanto primeiro embaixador do Brasil em Washington, se pauta por sua visão de que se o Brasil será, inevitavelmente, uma república, que tome como modelo o que ele, Nabuco, julga ser o mais bem sucedido, os Estados Unidos. Essa visão quanto à situação do continente americano teve impactos importantes na condução de suas atividades em Washington e na sua relação com Rio

---

<sup>126</sup> Contemporâneo, Eduardo Prado, com *A Ilusão Americana*, foi no sentido oposto, criticando veementemente a civilização dos Estados Unidos e denunciando o pan-americanismo como fachada do imperialismo ianque. Poucos anos mais tarde, Agripino Griego criticava a “barbárie civilizada”, ao dizer que os estadunidenses eram “Gêngis Khan com telégrafo” (BANDEIRA, 2007, p. 299). Neste trabalho tratamos dos diplomatas e intelectuais que de uma forma ou de outra aderiram ao (pan)-americanismo porque foi este pan-americanismo que chegou em 1942 e sobre o qual nos propomos investigar. Isso não significa que não houvesse antiamericanismo ou antipanamericanismo no Brasil.

Branco e com Oliveira Lima, especialmente no ano de 1906, com a 3ª Conferência Pan-Americana.

Assim, a adesão ao pan-americanismo estadunidense defendida por Nabuco se dá porque

o padrão civilizatório latino-americano não poderia constituir-se efetivamente, de forma isolada, mas apenas no interior de um Pan-americanismo de dimensão hemisférica e de iniciativa norte-americana, fundado, portanto, no monroísmo, sob o risco, menos calculado do que inevitável, da perda de uma unidade latino-americana (RÉ, 2011, p. 249).

Seu pan-americanismo, portanto, não é o da irmandade entre as nações, ou pautado pela semelhança dos regimes políticos, mas sim por uma ideia de *destino* de uma América que só se civilizará completamente, segundo suas concepções, enquanto aderir ao modelo estadunidense (PEREIRA, 2005, p. 13), o que, na prática, significa seguir as políticas determinadas nos Estados Unidos para o restante do continente. Se o Destino Manifesto dos Estados Unidos era civilizar, o do Brasil (e do restante da América) era ser civilizado, e lutar contra o destino só poderia resultar em uma tragédia edipiana.

São notáveis as falas de Joaquim Nabuco sobre o “destino comum da América”. Em seu discurso acerca do novo Prédio das Repúblicas Americanas, em Washington, 1908, disse “tantos Estados soberanos não se reuniram tão espontaneamente, como que atraídos por uma força irresistível, se não existisse entre eles, no fundo ou no topo de cada consciência nacional, o sentimento de um destino comum para toda a América”.<sup>127</sup> É inegável o caráter de palavreado diplomático de uma afirmação como essa, no entanto a ideia de destino comum aparecerá em vários outros discursos, mas com certa imprecisão sobre o que caracteriza esse destino comum. Referências à democracia e o espírito republicano são escassas em Nabuco. No discurso *As Duas Américas*, proferido na Universidade de Chicago, também em 1908, diz sobre os motivos que levam os EUA a procurar uma união com o restante da América:

---

<sup>127</sup> “So many sovereign States would not have been drawn so spontaneously and so strongly together, as if by an irresistible force, if there did not exist throughout them, at the bottom or at the top of each national conscience, the feeling of a destiny common to all America”. NABUCO, Joaquim, discurso em Washington quando da construção do prédio pan-americano, 1908.

A questão está em averiguar se assentastes em vosso espírito que este Continente deverá ser para cada uma de suas nações um prolongamento do seu solo nativo; que alguma espécie de laço devera fazer dele uma só unidade moral na história. Inspirou-se a doutrina de Monroe do receio de ver a Europa estender as suas esferas paralelas de influencia sobre a América, como fez mais tarde na África, e quase logrou fazer na Ásia, arriscando destarte a vossa posição solitária? Ou vos moveu a intuição de que este é um novo mundo, nascido com destino comum?

Acredito firmemente que a doutrina Monroe inspirou-se muito mais desse instinto americano – tome-se a palavra americano no sentido continental – do que de qualquer temor ou perigo para vós outros.<sup>128</sup>

Nabuco assume, portanto, os caracteres da autoimagem dos Estados Unidos e, em certo sentido, coloca-se como alguém que aceita a ideia do Destino Manifesto, e, enquanto diplomata, se coloca como tarefa ser um facilitador da efetivação do Destino Manifesto estadunidense sobre o Brasil. A visão do “Novo Mundo” perpassa as falas de Nabuco, e a oposição em relação ao “Velho Mundo” se dá quase como que uma oposição entre realistas e idealistas das teorias de relações internacionais: de um lado a América, perpassada por um destino comum não apenas de já ser, mas também de criar um “novo mundo”, no qual as relações não se deem simplesmente através do exercício do poder, como ocorria no Velho Mundo, e aí está uma das manifestações do pan-americanismo, ingênuo, digamos, de Nabuco.

Dois episódios foram marcantes para a transição de Nabuco de monarquista reformista e embaixador em Londres, para o “pan-americanista” embaixador em Washington: primeiro, o fracasso da diplomacia brasileira no litígio com o Império Britânico em 1904, sobre a fronteira com a Guiana, que expôs a fragilidade do Brasil e fez com que a Doutrina Monroe se mostrasse, à Nabuco, como uma proteção real contra ameaças reais; segundo, o poder material estadunidense e a mediação que o país fez entre Japão e Rússia na guerra de 1905, pela qual Nabuco entende a missão autoproclamada dos EUA de ser polícia mundial e manter a paz pelo seu poder (PEREIRA, 2005, p. 9).

---

<sup>128</sup> NABUCO, Joaquim, 19- (Discursos nos Estados Unidos).

Como primeiro embaixador nos Estados Unidos (1905-1910) ele não conseguiu efetivar uma aproximação tão subordinada ao “irmão” do norte; ele mesmo dizia que Rio Branco iniciou uma aproximação e depois não deu continuidade efetiva a ela (PEREIRA, 2005, p. 7). Nabuco, é claro, não agia sozinho na diplomacia brasileira, mas é significativo que tenha sido ele a ocupar o cargo durante cinco anos. O Ministro de Relações Exteriores, Rio Branco, via na aproximação com os Estados Unidos uma oportunidade de obter apoio para a solução das questões de fronteira, para a questão da indústria agroexportadora brasileira e para o posicionamento do Brasil como força respeitável na América do Sul, além de aliviar as pressões inglesas, principalmente no campo financeiro.

Do ponto de vista de Rio Branco, a política do *Big Stick* estadunidense não ameaçava o Brasil, e era até benéfica, já que ele próprio via os Estados latino-americanos, a exceção de Argentina e Chile, como desordeiros (PEREIRA, 2005, p. 5; BANDEIRA, 2007, p. 248). Ao mesmo tempo, a Doutrina Monroe parecia oferecer, para o Brasil, uma proteção conveniente diante das ameaças de imperialismo territorial existente na época (tais como o “perigo alemão”). Simultaneamente, ao buscar uma aproximação com Chile e Argentina, Rio Branco parece ter um pensamento não dividido em termos de “latino-americanismo” e “(pan)-americanismo” em se tratando das relações interamericanas, ou seja, não encara as duas vertentes como excludentes, e vê na manutenção de boas relações com os Estados Unidos um estratégia pragmática. De fato, na primeira experiência de diplomacia cultural feita pelo Brasil, a Revista Americana (1909-1919), patrocinada pelo Ministério de Relações Exteriores, a ênfase era dada às relações culturais entre os países da América do Sul (CASTRO, 2012), indicando um projeto americanista diferente daquele encabeçado pelos Estados Unidos. Deste modo, é preciso apontar que, não apenas neste momento, mas em todo o período do qual estou tratando, projetos diferentes de “americanismos” ou “antiamericanismos” surgiram e pereceram; abordo-os de maneira muito breve na medida em que estes estabelecem diálogos com aquele pan-americanismo que veio a triunfar politicamente na década de 1940.

A 3ª Conferência Pan-Americana que ocorreu no Rio de Janeiro, entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906 teve importante participação de Nabuco, que se esforçou pessoalmente pela presença do já mencionado Elihu Root, antigo Secretário de Guerra, autor da emenda Platt e à época da Conferência Secretário de Estados dos Estados Unidos, sendo esta a primeira ocasião em que o chefe da diplomacia



estadunidense esteve presente em um encontro pan-americano. No auge da cordialidade entre Brasil e Estados Unidos<sup>129</sup> (BANDEIRA, 2007, p. 251), Nabuco teceu, na Conferência, elogios à Doutrina Monroe e não se referiu ao início da chamada política do *big stick*, já iniciada pela declaração do Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, que foi muito criticada pelos demais países latino-americanos. Nesta conferência estava em pauta o tema da Doutrina Drago, que, como dissemos antes, por manobra de Estados Unidos e do Brasil, foi remetida à Conferência de Paz de Haia, a ocorrer no ano seguinte. Ao contrário de países como a Argentina, críticos do Corolário Roosevelt (a resposta negativa dos Estados Unidos a Drago), a posição do Brasil marca mais um elogio à “centralidade civilizadora” dos Estados Unidos, e Nabuco disse, em discurso no plenário que

A reunião periódica deste Corpo, composto exclusivamente de nações americanas, significa por certo que a América forma um sistema político diverso dos da Europa, uma constelação com órbita própria e distinta. Trabalhando, entretanto, por uma civilização comum e por fazer do espaço que ocupamos no globo uma vasta zona neutra de paz, nós trabalhamos para o benefício do mundo todo. Desse modo oferecemos às populações, à riqueza, ao gênio da Europa um campo de ação muito mais vasto, e mais seguro em nosso hemisfério, do que se fossemos um continente desunido ou pertencêssemos aos campos beligerantes em que o Velho Mundo possa ainda se dividir. (LOBO, 1939, p. 72).

É neste ponto que Lima e Nabuco, essas duas figuras centrais na história do pan-americanismo no Brasil, tomaram rumos diferentes. Assim como em Nabuco, o “progresso material” dos Estados Unidos seduziu Manoel de Oliveira Lima. Segundo seus relatos, quando trabalhou em postos diplomáticos na Europa, pensava na antiguidade da civilização europeia, de tal modo que o Brasil, enquanto nação relativamente jovem, não lhe parecia “atrasado” no tempo civilizatório.

---

<sup>129</sup> O Rio de Janeiro se preparou para o evento. Por sugestão de Nabuco o pavilhão onde se realizou a conferência, na Cinelândia, foi rebatizado Palácio Monroe. O palácio, que teve diferentes funções ao longo dos anos, foi demolido em 1976. Hoje, por ironia da história, o terreno do antigo Palácio Monroe é ocupado pela Praça Mahatma Gandhi, com uma estátua do libertador indiano.

Quando visitou os Estados Unidos, em 1899, suas impressões mudaram, afinal, assim como o Brasil, o país era recente. Em sua visão evolucionista da história a civilização estadunidense apareceu como o ápice do progresso possível a uma nação naquele tempo. Mais do que Nabuco, que falava em “índole natural” dos latino-americanos para justificar seu “atraso”; Lima tinha forte discurso racial (que aparece, inclusive, no Boletim da União Pan-Americana de setembro de 1922), e uma série de comparações assimétricas entre os Estados Unidos e a América Latina (RE, 2011, p. 29-33).

Para ele, portanto, a Doutrina Monroe e o papel dos Estados Unidos na América Latina eram semelhantes aos dados por Nabuco; o único país a compreender a democracia e capaz de tamanho avanço material deveria guiar os restantes. Ele acreditava que a “superioridade moral anglo-saxã” impediria que esta condução sobre os outros se transformasse em imperialismo parasitário.

Flávia Maria Ré sintetiza a visão dos dois diplomatas brasileiros dizendo que

É com base em tal quadro de representação das Américas que Joaquim Nabuco e Oliveira Lima construíram uma imagem dos Estados Unidos como padrão civilizatório e de ordenamento institucional. Essa imagem foi construída a partir de conceitos, atuais naquele contexto, como raça, meio, progresso e atraso e contribuiu para naturalizar a noção de superioridade associada à civilização saxônica na América. O painel composto associava a ideia de inferioridade à América Latina, vista como um todo – que se manifestava na supostamente crônica incapacidade para o autogoverno – sempre na comparação com a América saxônica. Tal inferioridade era relativizada, no interior desse painel, por meio da construção da ideia de superioridade do Brasil frente à América hispânica, de modo geral, o que se fundava no passado monárquico, posto como fundamento da estabilidade interna e, a partir dessa, do progresso futuro (RE, 2011, p. 43).

É evidente, portanto, que ambos assumiam em sua visão sobre os Estados Unidos elementos da própria autoimagem estadunidense, e aproximavam o Brasil dela, tanto no sentido do que o país *era*, ao dizer que era mais civilizado que o restante a América do Sul, quanto no

sentido do que ele *deveria e poderia ser*.

Porém, poucos anos depois, em 1904, com o anúncio do Corolário Roosevelt, Lima passou a ter uma visão mais crítica e reconheceu o gérmen de um imperialismo, que resultou em suas críticas à Nabuco e sua condução da 3ª Conferência, quando Lima fez sérias reservas à Doutrina Monroe. As críticas não eram, porém, dirigidas à civilização estadunidense, mas à política específica de Theodore Roosevelt e o modo desavisado de bajulação de Nabuco (BANDEIRA, 2007, p. 224). As críticas de Lima, divulgadas principalmente no jornal O Estado de São Paulo, foram contundentes, e ele foi impedido de participar da Conferência e passou a ser visto como um “diplomata dissidente” (DULCI, 2006) conforme se consolidava uma posição americanista no Itamaraty. Até mesmo Rio Branco parece ter ficado descontente com a atuação de Nabuco e seu exagerado americanismo, pois o Ministro, nos seus discursos de abertura e encerramento, como quem quer equilibrar a balança, referiu-se explicita e enfaticamente à contribuição europeia à civilização americana e os laços comerciais entre os dois continentes (BANDEIRA, 2007, p. 252).

Concluo, a partir das considerações feitas, que o conceito de pan-americanismo esteve em debate no Brasil antes de 1930 não somente no âmbito das relações internacionais do país, mas também, como atestam os exemplos dos debates dos primeiros anos da República e da década de 1920, em uma discussão acerca da nacionalidade brasileira e da legitimação do regime republicano. Seu *uso* e, portanto, certas características de seu significado subordinadas a este uso, a ênfase na questão do regime e da modernidade, estavam profundamente ligados aos termos gerais da discussão política da época.

Isso significa que não foi somente por questões ligadas diretamente às práticas das relações internacionais do Brasil que o pan-americanismo (e seu oposto) teve repercussão em parte da intelectualidade e do corpo diplomático. Neste último, com vimos no exemplo de Joaquim Nabuco, as concepções acerca da civilização americana e do pan-americanismo orientaram, em muitas ocasiões, as ações diplomáticas, nem sempre marcadas, por tanto, por um interesse imediato e objetivamente identificável em termos de efetivação de uma política externa.

Pensando sobre a questão que inicialmente me trouxe até aqui, acerca do pan-americanismo no Estado Novo, a constatação da relação entre estes dois âmbitos – da legitimação interna e da política externa – no conceito do período da Primeira República, dois elementos contraditórios são importantes. Por um lado, a existência e a repercussão

das discussões existentes entre as décadas 1890 e 1930 e sua íntima ligação com um debate *nacional*, mostra que o conceito não apareceu simplesmente, em fins de 1930, como um elemento absolutamente estranho aos debates, como algo que simplesmente caiu de paraquedas para justificar o alinhamento com os Estados Unidos. Por outro lado, a questão das contradições do conceito de pan-americanismo com o discurso do Estado Novo se aprofunda ainda mais, justamente porque, no Brasil, o conceito esteve ligado à discussão acerca de uma nacionalidade e de uma forma institucional que são justamente os alvos do Estado Novo, enquanto este visava reconfigurar estes elementos, diante de um contexto de crise geral do liberalismo. É sobre isso que discorrerei a partir de agora, conforme me aproximo da “Era Vargas”. Antes do Estado Novo, portanto, é preciso considerar a crise de 1929 e os efeitos dela na política externa estadunidense (centro nervoso do conceito de pan-americanismo), a mudança da política do *big stick* para a da boa vizinhança em 1933, e a Conferência de Manutenção da Paz convocada por Franklin D. Roosevelt em 1936.

## Capítulo II – Um Pan-Americanismo de Crise

### 2.1 1929-1933: período de transição

O recorte temporal que será abordado agora é do intervalo entre a 6ª Conferência Pan-Americana, de 1928, e a 7ª, realizada em Montevideo de 3 a 26 de dezembro de 1933. Neste período três elementos e suas conexões são fundamentais: a crise econômica que estourou em outubro de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York; a Revolução de 1930 no Brasil; e o início da política da Boa Vizinhança (*good neighbor policy*) dos Estados Unidos, consolidada pelo Presidente Franklin D. Roosevelt, que assumiu em março de 1933, e implantou, também, o *New Deal*, para resolver as dificuldades econômicas do país. Cada um desses eventos, por si, mereceu – e continua merecendo, uma vez que a história nunca é esgotada – um esforço hercúleo de pesquisa, e um volume gigantesco de material historiográfico produzido ao longo dos anos. Deter-me-ei em destacar pontos relevantes destes eventos para o propósito desta pesquisa.

O colapso econômico de outubro de 1929, não sendo apenas uma crise econômica, mas um evento que colocou em risco todo o sistema econômico e político baseado no liberalismo, que, por sua vez, fazia parte das bases conceituais dos ditos “valores pan-americanos” de democracia e progresso, forçou, então, a ocorrência de modificações no conceito aqui estudado. Essas modificações aparecem tanto no discurso quanto nas práticas de política externa do continente. Elas foram, porém, como veremos, modificações conceituais<sup>130</sup> que fundamentalmente ocorreram para sustentar, por um lado, uma *defesa* justamente dos valores em crise diante do possível ataque de outras alternativas políticas, tais como o fascismo ou o comunismo, e, por outro, um *movimento ofensivo* conceitual para a consolidação de um sistema interamericano no período de crise internacional que culminou com a Segunda Guerra Mundial. A complexidade da movimentação conceitual neste período é grande, e evitarei cair na interpretação elementar e insuficiente de que o pan-americanismo serviu apenas como “aporte ideológico” para a dominação dos Estados Unidos sobre o continente americano.

1929 é, porém, somente um dos marcos – o econômico – de

---

<sup>130</sup> Ou seja, modificações em seu sem *campo semântico* com vistas a usos diferentes daqueles até então ocorridos.

uma crise geral do liberalismo<sup>131</sup> e, portanto, da civilização ocidental do século XIX, iniciada, de acordo com Hobsbawm, com a Primeira Guerra Mundial. A civilização que entrava em crise era

Capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado (HOBSBAWM, 1995, p. 16)<sup>132</sup>.

Para o entendimento da complexa configuração política que emergia da crise geral do liberalismo, Hobsbawm identifica, em linhas gerais, as três alternativas que se abriam para o novo, uma vez que o retorno a 1913 “tornou-se não apenas impossível, mas impensável”: o comunismo marxista, a partir da Revolução de 1917 e sua capacidade de passar a margem da crise econômica; um capitalismo associado à social democracia; e o fascismo (HOBSBAWM, 1995, p. 111).

É preciso ter em mente, portanto, que em nível global ocorreram diferentes respostas à crise do liberalismo, tanto se pensarmos em um período mais longo (1914-1945), quanto em termos mais imediatos à crise econômica que explodiu no fim da década de 1920. Ele mesmo reconhece, porém, que é difícil enquadrar a América Latina no esquema das três alternativas, em especial se pensarmos que em 1929 a crise modificou vários governos do subcontinente para diferentes direções políticas, ao derrubar os preços de seus principais produtos primários de exportação, dependentes dos mercados consumidores externos que colapsaram.

O Brasil se enquadra, em parte, nessa perspectiva latino-

---

<sup>131</sup> Entender este período (1914-1945) como uma crise geral do liberalismo, que suscitou repostas políticas variadas ao redor do mundo, é fundamental para entendermos a posição do governo Vargas, principalmente no período do Estado Novo, no contexto internacional, inserido em um espaço de manobra diplomática, como já sugeri antes e aprofundarei adiante.

<sup>132</sup> Note-se que o eurocentrismo tem sua crise ligada, em parte, a ascensão dos Estados Unidos como potência mundial após a Primeira Guerra.

americana, mas seu processo de mudança política antecede a crise econômica, como exporei em seguida. É preciso considerar também que os Estados Unidos, o outro foco geográfico principal de ação do conceito de pan-americanismo a ser considerado aqui, passou por processos que, em certa medida, foram também respostas à crise<sup>133</sup>. A pergunta que rege as considerações a seguir é, portanto: o que as respostas à crise e as consequentes drásticas mudanças no cenário político implicaram para o conceito de pan-americanismo?

No Brasil, desde meados daquele ano, quando o presidente Washington Luís insistiu na candidatura do paulista Júlio Prestes para as eleições do ano seguinte, se instalou um clima de instabilidade política no velho esquema da República oligárquica. Ainda antes da crise econômica a Aliança Liberal se configurou, com apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, lançando como candidato à presidência o então governador gaúcho Getúlio Vargas, e como vice o paraibano João Pessoa. Ainda antes da crise, portanto, se configurava um movimento de bases políticas e sociais complexas<sup>134</sup>.

O advento da crise, por sua vez, enfraqueceu a posição de Washington Luís; as medidas que seu governo havia tomado nos anos anteriores para proteção da produção de café causou uma superprodução exatamente no ano da crise, quando os mercados consumidores foram derrubados, principalmente o dos Estados Unidos, fazendo com que o preço do produto despencasse. Os produtores exigiam a moratória dos débitos existentes e novos financiamentos do Banco do Brasil para que não quebrassem totalmente, o que foi recusado pelo governo. Assim, se a crise de 1929 não desencadeou a queda da Velha República, contribuiu ao enfraquecer a posição dos cafeicultores que, embora não necessariamente tenham passado a apoiar a Aliança Liberal, não se dispuseram a defender até o fim o governo de Washington Luís e seu sucessor, Júlio Prestes (FAUSTO, 2010, p. 322).

O esquema da Velha República, porém, teve uma sobrevida

---

<sup>133</sup> No caso brasileiro a resposta mais efetiva à crise geral do liberalismo apareceu em 1937, com o Estado Novo. Ainda assim, sua gestação começa com a Revolução de 1930, que por sua vez, teve relação, ainda que não fundamental, com a crise de 1929. Nos Estados Unidos a resposta interna é o *New Deal* de Roosevelt, e a resposta para temas externos é a política de boa vizinhança para com a América Latina.

<sup>134</sup> Abarcando membros descontentes do esquema oligárquico, (em geral a elite não associada ao café), setores da classe média urbana, os “tenentes”, o Partido Democrático (em São Paulo), e os “tenentes civis” (FAUSTO, 2010, p. 325).

após a eleição (fraudulenta, como de praxe) de Prestes, em 1º de março de 1930, quando os ânimos aparentemente se acalmaram. Foi com o assassinato de João Pessoa que houve *momentum* para o que veio a se chamar Revolução de 1930. O evento serviu de estopim para o movimento armado, comandando pelo então tenente-coronel Góes Monteiro, aliado de Vargas e figura que se tornaria fundamental, ao longo dos anos, para a sustentação e queda do presidente, que ele ajudou a colocar no poder em outubro de 1930. No dia 3 de novembro daquele ano estava instalado o Governo Provisório, liderado por Vargas, que teve que tomar medidas imediatas contra a crise econômica, centralizando a política cafeeira através do Conselho Nacional do Café (a partir de fevereiro de 1933, Departamento Nacional do Café<sup>135</sup>), suspendendo os pagamentos da dívida pública e decretando o monopólio das operações cambiais pelo Banco do Brasil (FAUSTO, 2010, p. 333). Ao mesmo tempo, a política externa, que passou a ser comandada por Afrânio de Melo Franco, que ocupou o cargo de Ministro de Relações Exteriores durante o Governo Provisório (1930-1934), igualmente tomou medidas de amenização da crise através da diplomacia econômica, procurando diversificar os mercados e associando a política externa aos interesses econômicos. Em 1931, por exemplo, foi realizada em São Paulo a Conferência Internacional do Café, para tratar do comércio mundial do produto, prejudicado pela crise (CERVO; BUENO, 2002, p. 239).

Antes da 7ª Conferência Pan-Americana o Governo Provisório ainda passou por momentos difíceis; a guerra contra os constitucionalistas de São Paulo em 1932 e a ascensão e queda dos tenentes, que participaram da Revolução, mas já nas eleições da Assembleia Constituinte de maio de 1933, sem base social e reprimidos pelos oficiais das forças armadas, tiveram fraco resultado. Segundo Bandeira, o governo dos Estados Unidos, antes de 1933, acompanhou com cautela os movimentos de Vargas, e ainda assumiu uma posição no mínimo inamistosa ao não dificultar a compra de armas no país por agentes paulistas da guerra constitucionalista de 1932 (BANDEIRA, 2007, p. 331).

Em 1933, porém, a situação nos Estados Unidos também mudaria com a eleição, dois meses antes da Assembleia Constituinte no Brasil, de Franklin Roosevelt para a presidência, trazendo consigo duas importantes mudanças: o *New Deal* e a *Good Neighbor Policy* (política

---

<sup>135</sup> Este, sim, finalmente centralizou a política do café. O órgão anterior, embora mantido com recursos federais, era gerido pelos estados produtores (HILTON, 1994, p. 154).



de boa vizinhança). Em seu discurso de posse, no dia 4 de março<sup>136</sup>, Roosevelt criticou a busca desenfreada por lucros que levou o país à crise, clamando por uma mudança de postura e apontando as ações necessárias para a resolução do problema; o governo se tornaria recrutador de mão-de-obra – algo distante dos princípios da economia liberal – para empregar os trabalhadores e melhorar a infraestrutura do país. O governo passaria a interferir mais na economia<sup>137</sup>, e passaria a supervisionar bancos e agências de investimento. Ainda mais sintomático da crise geral do liberalismo é o pedido de Roosevelt para que o equilíbrio de poderes entre o legislativo e o executivo seja relativizado: “Eu devo pedir ao Congresso pelo único instrumento restante para combater a crise: amplo poder ao Executivo para travar uma Guerra contra a situação de emergência, tão amplo quanto seria dado se estivéssemos sendo invadidos por inimigos do exterior”<sup>138</sup>. Isso não é posto como um desafio à democracia; ao contrário, segue Roosevelt, os estadunidenses continuam confiantes na democracia, escolhendo um governo que deve, em uma situação de emergência econômica, tomar “ações vigorosas”.

A política da boa vizinhança é anunciada após as considerações sobre a economia, e ela transforma a política externa estadunidense na de um vizinho “que resolutamente respeita a si mesmo e, por causa disso, respeita os direitos dos outros” (p. 14)<sup>139</sup>, isto é, respeita os acordos firmados e a integridade dos vizinhos. A ordem do discurso, que enfatiza as questões internas e as coloca como “*first things first*”, e só depois se refere à política externa, parece sugerir que a política de boa vizinhança é um recuo da ação no campo internacional. De fato, as táticas do *big stick*, com as intervenções armadas diretas, foram abandonadas; porém, apesar do forte movimento isolacionista na

---

<sup>136</sup> ROOSEVELT, Franklin D. **The public papers and addresses of Franklin D. Roosevelt**, Vol. 2, The year of crisis, 1933. New York: Random House, 1938, p. 11-16.

<sup>137</sup> Palavras nem um pouco comuns para os princípios liberais da economia como “national planning” e “supervision” apareceram no discurso.

<sup>138</sup> “I shall ask the Congress for the one remaining instrument to meet the crisis – broad Executive power to wage a war against the emergency, as great as the power that would be given to if we were in fact invaded by a foreign foe”. ROOSEVELT, Franklin D. **The public papers and addresses of Franklin D. Roosevelt**, Vol. 2, The year of crisis, 1933. New York: Random House, 1938, p. 15.

<sup>139</sup> “who resolutely respects himself and, because he does so, respects the rights of others”

política estadunidense, ao longo da década de 1930 a política da boa vizinhança acabou constituindo, devido também às circunstâncias internacionais, não uma retirada do cenário político global, mas uma abordagem estratégica diferente e muito mais eficiente, que culminou com a aliança do continente americano na guerra, junto às Nações Unidas.

Não há qualquer referência explícita ao continente americano no seu discurso de posse (a não ser que levemos em conta que a palavra “vizinhança” refere-se somente à América, o que não parece ser o caso), mas no dia 15 de abril, no edifício da União Pan-Americana em Washington, diante dos coordenadores da entidade quando das celebrações do dia pan-americano, ele falou sobre o significado da política de boa vizinhança para o continente<sup>140</sup>. Uma das características fundamentais do pan-americanismo, que persistiu ao longo das décadas em que o conceito, de um modo ou de outro, permeou as relações interamericanas, aparece logo nas primeiras linhas do discurso; a (suposta) unidade de interesses das repúblicas americanas:

A celebração do Dia Pan-Americano neste prédio, dedicado à boa vontade e à cooperação internacional, exemplifica a unidade de pensamento e objetivos entre os povos deste hemisfério. Ela é uma manifestação do ideal comum de ajuda mutual, entendimento e solidariedade espiritual<sup>141</sup>.

Ele segue, afirmando outro aspecto que já encontramos no pan-americanismo anterior; dizendo que a união das repúblicas se pauta por

---

<sup>140</sup> ROOSEVELT, Franklin D. **The public papers and addresses of Franklin D. Roosevelt**, Vol. 2, The year of crisis, 1933. New York: Random House, 1938, p. 129-133. Não por acaso, neste compêndio dos discursos de Roosevelt, esta fala é intitulada “The President Begins to Carry Out the Good-Neighbor Policy”.

<sup>141</sup> “The celebration of Pan-American Day in this building, dedicated to international good-will and cooperation, exemplifies a unity of thought and purpose among the peoples of this hemisphere. It is a manifestation of the common ideal of mutual helpfulness, sympathetic understanding and spiritual solidarity”. ROOSEVELT, Franklin D. **The public papers and addresses of Franklin D. Roosevelt**, Vol. 2, The year of crisis, 1933. New York: Random House, 1938, p. 129.

laços comuns históricos, culturais, econômicos e sociais<sup>142</sup>, embora não faça qualquer referência direta ao regime político. Roosevelt lamentou a existência de conflitos entre quatro nações americanas<sup>143</sup> como um passo atrás no pan-americanismo. A questão comercial aparece como fundamental, quando ele conclama os governos a darem passos significativos para derrubar as “desnecessárias e artificiais barreiras e restrições” que impedem o fluxo do comércio internacional, o que atesta a manutenção do aspecto comercial do pan-americanismo, agora reforçado pela necessidade de soluções para a crise econômica: a obtenção de novos mercados consumidores<sup>144</sup>.

Ele afirmou, também, logo após fazer uma referência direta à sua fala no dia da posse, que essa cooperação só pode ser pautada pelo respeito mútuo, também, ao direito de autodeterminação, o que constitui uma novidade no discurso pan-americano estadunidense. Uma breve expressão utilizada por Roosevelt é bastante cara: “o seu americanismo e o meu devem ser uma estrutura construída sobre confiança...”<sup>145</sup>. O que ele quis dizer com “seu americanismo e o meu”? Este parece ser um reconhecimento de que o americanismo, ao longo dos anos, adquiriu várias faces no continente, e que mesmo mantendo essas diferentes faces, ou seja, diferentes significados e apropriações nas diversas repúblicas, o entendimento é possível. Parece ser a aceitação de um “pluralismo hemisférico” (GRANDIN, 2006, p. 1052).

E por que ele usa, nesta frase específica, o termo “americanismo”, e não “pan-americanismo”? Talvez para, neste momento de sua fala, ser ecumênico ao tentar incluir no seu discurso “pan-americano”, diferentes concepções, histórica e localmente localizadas, do que significa ser “americano”, o que, em última instância, preserva em comum o sentido de ser a América um mundo diferente e melhor do que a Europa, um Novo Mundo<sup>146</sup>.

---

<sup>142</sup> Idem, p. 130.

<sup>143</sup> A Guerra do Chaco (1932-1935) entre Bolívia e Paraguai, e as questões de fronteira entre Peru e Equador.

<sup>144</sup> O item 2.3 tratará da questão comercial, apontando para o fato de que o caráter comercial do pan-americanismo é retomado diante de uma condição internacional particular e diversa daquela dos tempos de fundação do conceito.

<sup>145</sup> “Your americanism and mine must be a structure built on confidence”. ROOSEVELT, Franklin D. **The public papers and addresses of Franklin D. Roosevelt**, Vol. 2, The year of crisis, 1933. New York: Random House, 1938, p. 131.

<sup>146</sup> Isto é, em uma grosseira divisão conceitual-histórica entre “americanistas” e “anti-americanistas”, ou “americanistas” e “latino-americanistas”, tomo de

Conceitualmente, parece neste discurso, o pan-americanismo passa a abarcar não somente a ideia de uma união de todas as repúblicas americanas em torno de um passado comum (um tanto quanto mitológico), mas também as diferentes ideias de “América” que surgiram ao longo do tempo. Tais como se estas ideias, elas mesmas, não fossem conflituosas. No próprio nível conceitual, portanto, chega o discurso de que o continente é marcado por um “interesse espiritual comum”. Embora isso não seja propriamente uma novidade, afinal vimos que desde 1889 o pan-americanismo “oficial” norte-americano se utilizava, por exemplo, da figura de Bolívar como símbolo, é significativo que esta fala do seu e do meu pan-americanismo tenha aparecido neste contexto, nas palavras do presidente dos Estados Unidos.

Além dessas mudanças diretas na política externa, é preciso ter em mente que a crise de 1929 evidenciou a posição de intelectuais estadunidenses progressistas, críticos do moralismo e do capitalismo progressivista dos Estados Unidos. Alguns deles, como Waldo Frank (ver LINO, 2009), que viria ao Brasil na década de 1940, viam na América Latina, a partir dessa perspectiva crítica, uma alternativa ao modelo de sociedade estadunidense, invertendo os polos tradicionais (TOTA, 2000, p. 35). Ainda assim, embora talvez seja possível identificar alguma influência das correntes progressistas da política estadunidense na *good neighbor policy*, ou nas relações culturais entre Brasil e Estados Unidos, não é possível dizer que essa tendência tenha sido relevante em força política efetiva. De qualquer modo, essa contracultura estadunidense preocupou-se de maneira muito fecunda com os temas relacionados às relações dos Estados Unidos com o restante da América.

Alguns resultados da nova política externa dos Estados Unidos surgiram na 7ª Conferência Pan-Americana que ocorreu em Montevideu, de 3 a 26 de dezembro de 1933, e marcou uma importante mudança nas relações intercontinentais. Ela ocorreu em meio a mais uma crise cubana, que, politicamente instável e sob o jugo da Emenda Platt, encontrava-se cercada por navios da Marinha dos Estados Unidos. Ao menos dessa vez, a chamada política de boa vizinhança, ainda em

---

Grandin a ideia de que os segundos (ou melhor, parte deles) tem em comum com os primeiros, além das significativas diferenças, uma ideia fundamental de “novo mundo”.

estado de amadurecimento e com muitos desafios a cumprir<sup>147</sup>, garantiu que fuzileiros navais não fossem enviados.

Mas a mudança mais significativa foi, finalmente, o acerto dos termos de um acordo de não intervenção, que de modo geral era exigido por países latino-americanos desde a transformação da Doutrina Calvo em proposta de acordo internacional, na 2ª Conferência Pan-Americana. A proposta partira do Ministro de Relações Exteriores argentino, Carlos Saavedra Lamas, que soube aproveitar a brecha aberta pela política de boa vizinhança e obteve apoio dos países latino-americanos para inclusão do tópico na Conferência que, ao ser unanimemente apoiado por essas repúblicas, foi também endossado pelo Secretário de Estado Cordell Hull. Além disso, os delegados dos Estados Unidos oficializaram, diante da comunidade americana, a sua política de boa vizinhança. Ao longo dos anos, de fato, a política de boa vizinhança foi bastante diferente daquele praticada nos tempos do *big stick*; não houve mais intervenções armadas, e a Emenda Platt, sobre Cuba, foi revogada logo em 1934, e o acordo semelhante com o Panamá em 1936 (LENS, 2006, p. 456).

Uma política de boa vizinhança relativamente efetiva (ao acabar com as intervenções armadas diretas), combinada com a aceitação, por parte dos Estados Unidos, de um acordo de não intervenção nos assuntos internos e externos (estes seriam somente debatidos nas conferências, caso fossem vistos como problemas para a segurança do continente) das Repúblicas americanas inaugura um novo momento do pan-americanismo. Este é, em certo sentido, um pan-americanismo de crise. As dificuldades econômicas e, talvez principalmente, políticas, criadas pelos anos de intervenção custosa no México, na América Central e Caribe, forçaram uma mudança nos parâmetros das relações interamericanas, que, nos anos seguintes à 7ª Conferência, se consolidariam ainda mais. A política de boa vizinhança, portanto, é uma resposta dos Estados Unidos a uma situação econômica e geopolítica frágil, em que, como destacarei adiante, a emergência de outro centro de poder sobre a América Latina, a Alemanha, dificultava a relação dos Estados Unidos com seus vizinhos (BETHELL, 2010, p. 477; MOURA, 1984, p. 18).

---

<sup>147</sup> Quando do início da política de Roosevelt, o Haiti ainda estava ocupado por tropas estadunidenses, que saíam, e de fato saíram, em 1934. Além disso, o país, assim como República Dominicana e Nicarágua eram protetorados financeiros; Cuba e Panamá permaneciam com sua independência restringida pela Emenda Platt e pelo Acordo do Canal, respectivamente.

É importante destacar, ainda, um ponto fundamental deste novo momento; dois dias antes do encerramento da Conferência, o presidente Roosevelt sugeria que, uma vez abandonada a prática de intervenção unilateral, as repúblicas americanas poderiam intervir em conjunto, no caso de que problemas em alguma república viessem a prejudicar o conjunto americano (CONNELL-SMITH, 1974, p. 166). Isto é, na prática, uma intervenção apoiada por outros países da América, seria válida. Neste sentido, a busca por uma consolidação ainda maior das relações entre Brasil e Estados Unidos nos anos subsequentes, como veremos, não é uma surpresa.

Apesar dos pesares – principalmente se consideramos algumas consequências futuras, como o aumento da dependência econômica – concordo com Grandin, quando ele afirma que a 7ª Conferência e o início da política de boa vizinhança marcam um período de cooperação hemisférica, com atritos, é claro, sem precedentes em termos políticos, econômicos, militares e culturais (GRANDIN, 2006, p. 1055). O caso brasileiro, talvez, seja o mais emblemático, por sua premência estratégica na América do Sul e por sua posição tradicionalmente cordial com os Estados Unidos, ao contrário da Argentina. Não pretendo sustentar, com essas afirmações, que a cooperação era de igual para igual; de fato, como diz Moura, a diferença significativa de capacidade de difusão cultural, de mobilização militar e de poderio econômico entre os Estados Unidos e a América Latina, mesmo considerando Brasil ou Argentina, fez com que, embora criasse significativo espaço para diálogo, tinha que lidar também com sérias limitações (MOURA, 1984, p. 9). Além disso, fatores externos, principalmente a ascensão da Alemanha e sua penetração econômica na América Latina e no Brasil, possibilitou ao último manobrar politicamente para obter dos Estados Unidos apoio para projetos nacionais, como a siderurgia e o rearmamento das Forças Armadas, a partir da ameaça representada pelos “fatores extra-continentais”.

## 2.2 Oswaldo Aranha: O Pan-Americanismo Brasileiro a partir da Massachusetts Avenue

Em setembro de 1934 o então Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, após pedir demissão do cargo, foi enviado por Vargas para o posto de embaixador em Washington, deixado vago pela aposentadoria compulsória de Rinaldo de Lima e Silva. A mudança de Aranha para a mansão McCormick, na Av. Massachusetts 3000, recém comprada pelo Itamaraty para abrigar as novas instalações da embaixada, significava, a princípio, um distanciamento do governo pelo qual ele tanto havia trabalhado e no qual se tornara figura central.

Logo, porém, o já importante cargo de embaixador nos Estados Unidos adquiriu, ao longo do restante da década de 1930, ainda maior relevância conforme o contexto mundial era afetado pela ascensão da Alemanha e pelos temores da guerra. Aranha ocupou o cargo até fins de 1937, retornando ao governo em março de 1938 para assumir a pasta de Relações Exteriores. Ao longo de sua atividade como Embaixador e Ministro foi ardoroso defensor do pan-americanismo. Falar em pan-americanismo era falar em Oswaldo Aranha.

A figura do político servirá, a partir de agora, como uma espécie de guia histórico para a investigação acerca do conceito de pan-americanismo. Seria possível abordar o conceito de muitos modos, por diferentes caminhos – ainda mais um conceito político que teve reverberações por todo um continente – e de maneiras igualmente interessantes. Neste trabalho, com a preocupação de entender o pan-americanismo e sua relação com a chamada Era Vargas, e, de modo mais detido, com o período de gestação e consolidação do Estado Novo, me parece sustentável tomar uma das figuras centrais do regime como guia de estudos. Sua posição de agente do governo em dois cargos fundamentais ao desenvolvimento do pan-americanismo permite observar o conceito em *uso* por aqueles que, de modo significativo, o utilizaram em operações políticas diante de diferentes situações e com certas intenções (SKINNER, 2005, p. 38).

Gaúcho de Alegrete, nascido em 1894, formado em direito<sup>148</sup>, Aranha ingressou no Partido Republicano do Rio Grande do Sul e foi eleito, em 1927, para a Câmara de Deputados Estaduais, cargo que ocupou por pouco tempo, pois foi chamado por Getúlio Vargas, então governador, para o cargo de Secretário do Interior e Justiça. Anos antes

---

<sup>148</sup> Todos os dados biográficos pontuais, salvo dito o contrário, são de HILTON, 1994.

havia liderado tropas legalistas do estado contra os Tenentes. Foi um dos principais articuladores da Aliança Liberal e teve papel decisivo ao, aproveitando da estreita amizade com Vargas, convencê-lo a partir para o movimento armado após o assassinato de João Pessoa. Além disso, articulou para que Góes Monteiro, outra figura que se tornaria central no regime de 1930, comandasse as forças de ataque contra o governo de Washington Luís.

Durante as semanas do movimento armado, permaneceu no Rio Grande Sul como governador, enquanto Vargas dirigia-se para São Paulo e Rio de Janeiro. Estabelecido o Governo Provisório, foi Ministro da Justiça<sup>149</sup>, onde manteve grandes preocupações anticomunistas e com questões de segurança interna do novo regime. Tinha boas relações com a imprensa e, de modo geral, apesar de alguma “leve e transitória influência ideológica do corporativismo *a la italiana*” (HILTON, 1994, p. 93), era um liberal defensor da liberdade de expressão e de votação ampla, ao contrário de outras figuras no governo, como Monteiro.

Saiu da Justiça para assumir o Ministério da Fazenda, onde os dois principais problemas eram a questão do café e a dívida externa, então com pagamentos suspensos, cujo serviço anual de amortização era de 22 milhões de libras, quase o dobro do saldo da balança comercial. Negociou em 1932 o novo *funding loan* com credores da Inglaterra, França e Estados Unidos, momento em que sua inserção internacional teve início. Em 1934 fez novo acordo em relação à dívida externa, condicionando seu pagamento ao equilíbrio da balança de pagamentos externos. No mesmo ano Aranha teve sério desentendimento com Vargas, quando a Assembleia Constituinte, eleita em 1933, resolveu manter o presidente no poder antes de ter terminado a discussão sobre a nova constituição. Para o então Ministro da Fazenda, este ato de atropelamento dos procedimentos políticos acordados era uma prática da Velha República, portanto, inaceitável. Desgastado e desiludido, ele pediu demissão do Ministério, e foi enviado para Washington.

Ele já era conhecido no meio político estadunidense por causa de seu trabalho de negociação financeira internacional a frente do Ministério da Fazenda. Sua tendência americanista e discurso em favor de “valores democráticos” fizeram com que sua indicação para o posto fosse bem recebida nos Estados Unidos pelo Secretário de Estado

---

<sup>149</sup> Novamente o Palácio Monroe aparece de modo inusitado em nossa história: Aranha, o futuro pan-americanista, transferiu o Ministério da Justiça para o Palácio, antes ocupado pelo Senado Federal, fechado durante o Governo Provisório.



Cordell Hull (HILTON, 1994, p. 183).

Alguns dos discursos de Aranha nos anos da embaixada mostram explicitamente a sua defesa de um pan-americanismo com características específicas. É preciso levar em conta, porém, que tais discursos eram feitos para um público específico e intencionados para a manutenção de boas relações entre Brasil e Estados Unidos ou até mais, visando o estabelecimento de uma aliança. De qualquer modo, essas intenções são justamente parte da *operação* do conceito de pan-americanismo: ele só existe enquanto opera politicamente em certo contexto, diante de determinado público. Como veremos, porém, também a correspondência privada de Aranha em torno das Conferências Pan-Americanas e das Reuniões de Consulta que levaram a América à guerra, demonstram uma preocupação forte com um pan-americanismo.

Um de seus primeiros discursos de impacto nos Estados Unidos, em 13 de abril de 1935, por causa do Dia Pan-Americano, na *American Academy of Political and Social Science*<sup>150</sup>, “*The Larger Significance of Pan-American*”<sup>151</sup>, é emblemático em relação ao conceito chave, tanto por resgatar os elementos fundamentais do pan-americanismo pré- crise, como por introduzir novos elementos. Aranha coloca em Monroe a origem do pan-americanismo, tal como fez Franklin Roosevelt. Essa origem do pan-americanismo parece propriamente cara aos Estados Unidos, mas também ao Brasil que, como vimos, ao longo das primeiras décadas do século XX defendeu a doutrina, contrariamente a boa parte de seus vizinhos, de modo que em um discurso de um embaixador brasileiro nos Estados Unidos essa fala não é surpresa. Além disso, quase como uma cópia do discurso de Roosevelt do dia pan-americano de 1933, Aranha fala na “comunhão de ideais e interesses”: os interesses econômicos, culturais, políticos são comuns, e, indo um pouco mais além do que disse Roosevelt, essa comunhão é que gerou a doutrina que criou a União Pan-Americana<sup>152</sup>.

O que é significativo é a presença de uma história mitológica da América como o continente que, depois de sua descoberta por Cristóvão Colombo, salvou a Europa, que era um continente em profunda crise

---

<sup>150</sup> Entre 1902 e 1929 a *Academy* foi presidida por Leo S. Rowe, que desde 1920 presidia a União Pan-Americana, cargo que ocuparia até sua morte, em dezembro 1946. Ele e Aranha desenvolveriam estreita colaboração ao longo dos anos do brasileiro na Embaixada e no Ministério.

<sup>151</sup> CPDOC OA pi Aranha, O. 1935.04.13/1.

<sup>152</sup> CPDOC OA pi Aranha, O. 1935.04.13/1, p. 3.

moral e material. Historicamente – ou melhor, mitologicamente – a América, ao ser descoberta, salvou a Europa de uma crise. Isto é, do passado, a América poderia legitimar a sua postura de salvadora da Europa nos anos que se seguiriam após este discurso de 1935. A relação com o Velho Mundo é ambígua: ora o salva, ora precisa defender-se dele. Foi deste segundo modo que a Doutrina Monroe, a princípio, se colocou: defender o continente americano das autocracias europeias unidas na Santa Aliança. Ele opõe, no discurso, a democracia americana à autocracia europeia na época das lutas de independência, destacando também, portanto, a luta do sistema colonial opressor contra os movimentos democráticos/republicanos de independência. Ao fazer isso, ao defender-se, continua Aranha, dos ímpetus monárquicos da Europa, a América ofereceu ao Velho Mundo um exemplo político sem precedentes que, finalmente, foi novamente salvo pela América. O fundamental aqui é que o Novo Mundo é, também, colocado como uma nova ideia, a ideia da democracia.

Se observarmos que em 1935 o regime nazista encontrava-se em plena ascensão, o fascismo na Itália já estava consolidado e o Eixo encontrava aliados no leste europeu, podemos conjecturar a que se refere o discurso de Aranha, ao retomar uma história de uma América que salva a Europa. Talvez 1935 seja cedo para afirmar que com certeza o pan-americanismo de Aranha possuía esse caráter redentor – é preciso ter cuidado para não projetar o futuro passado, agora já conhecido, na cabeça daqueles que ainda não o conheciam – mas, e isso é um dado significativo, quando de sua visita à Itália, em agosto de 1934, antes de dirigir-se para assumir o posto em Washington, Aranha já visualizava um futuro tenebroso para Europa e, mais importante, ele via na possibilidade de conflagração daquele continente a enorme fragilidade em que se encontrava o Brasil, incapaz de defender-se militarmente e abandonado a própria sorte (HILTON, 1994, p. 210). Para ele, então, o caminho era associar-se aos Estados Unidos, contribuindo para a efetivação de um pan-americanismo que fosse além do que as Conferências, que pouco obtinham em termos estratégicos e políticos em prol do Brasil.

Combinados estes fatores e observações de Aranha, não é por acaso que ele diz, após defender um aprofundamento do pan-americanismo, e destacar novamente a democracia americana e a imensa capacidade material do continente, que

A nós, como aos nossos povos, caberá, em um futuro não tão longínquo, a missão econômica e

moral da era das descobertas e da renovação democrática, favorecendo os povos empobrecidos e autocratizados de outros continentes<sup>153</sup>.

O pan-americanismo, com acirramento da crise política mundial, assume, ou melhor, reassume, um caráter não apenas de defesa do continente, mas de salvação. A “missão americana” se manifesta, também, através do pan-americanismo.

Curiosamente, a fala de Aranha naquele dia pan-americano de 1935, termina com uma versão um pouco modificada daquela narrativa que ele afirmou ter lido em Rodó, acerca de Nero, o Imperador Romano, mencionada em um de seus discursos de 1942, na 3ª Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Na versão de 1935 diz ele que “narram as lendas” sobre Atlântida, a “terra imaginária, povoada de luz, de imensidade e riquezas desconhecidas”, que desafiou o Imperador, comparando-a a América:

terra generosa e imensa, povoada de sol e de grandezas, na qual *vós fizestes* esta civilização invejável e na qual todos nós temos o dever de construir uma civilização onde os povos possam dar exemplos de trabalho, de paz e de felicidade aos demais<sup>154</sup>.

Por que “vós fizestes”, e não “nós, os americanos, fizemos”? Diante do público estadunidense ele refere-se à civilização dos Estados Unidos como invejável, e não a toda civilização americana. Há aqui uma ambiguidade do discurso: ao mesmo tempo em que afirma ser a base do pan-americanismo algum tipo de história comum, de semelhanças de regime político e aspectos culturais entre as repúblicas americanas, coloca os Estados Unidos como que em outro nível de civilização, talvez, sutilmente, como modelo.

O pan-americanismo de Aranha, neste ponto, recupera o caráter civilizatório do pan-americanismo pré-1930. A extensa pesquisa de Hilton nos arquivos do político brasileiro revelam dois aspectos fundamentais da admiração que Aranha desenvolveu pelos Estados Unidos logo de seus primeiros meses no país: os feitos materiais incomparáveis, e o sistema político liberal. Para ele o país era “uma

<sup>153</sup> CPDOC OA pi Aranha, O. 1935.04.13/1, p. 6.

<sup>154</sup> CPDOC OA pi Aranha, O. 1935.04.13/1, p. 8. Grifo meu.

criação maravilhosa do progresso e da democracia” (HILTON, 1994, p. 190). Os inúmeros discursos de Aranha que seguiram este tom, portanto, não parecem ter sido mera bajulação aos ouvintes, mas fruto de uma admiração profunda e de um entendimento que via nos Estados Unidos um modelo a ser seguido<sup>155</sup>.

Além disso, ainda que certamente observado de um ponto de vista de um agente diplomático com relativo conforto material, os Estados Unidos não foram vistos por Aranha apenas pela janela de seu gabinete. O embaixador viajou muito pelo país; já em 1935 fez uma viagem de automóvel<sup>156</sup> de costa a costa, com grande admiração pelas conquistas matérias daquela república (HILTON, 1994, p. 200).

Em julho de 1936, por exemplo, saindo de Cleveland<sup>157</sup>, onde acompanhou a convenção do Partido Republicano para a definição de seu candidato à presidência, concorrente à tentativa de reeleição de Roosevelt, o embaixador brasileiro escreveu com admiração ao Presidente Vargas<sup>158</sup> sobre a magnitude do evento, e o envolvimento das pessoas (afirmou haver 70 mil pessoas para a convenção na cidade, 16 mil participando diretamente em um estádio), grande demais “para caber dentro dos nossos estreitos horizontes políticos”. Aranha é efusivo ao comentar que a multidão era capaz de ouvir com atenção e participar dos debates; segundo ele, o “interesse político é real”, a “democracia é ensinada nas escolas” e há sempre debate. Em tom crítico à política brasileira, de acordo com sua leitura, afirma que “o povo [dos Estados Unidos], em geral, usa da urna para condenar uma orientação ou para

---

<sup>155</sup> De fato, em algumas ocasiões, Aranha escreveu a Vargas descrevendo o funcionamento de partes do Governo e da política dos Estados Unidos, sugerindo ao presidente brasileiro a adoção das mesmas práticas. Um exemplo é o procedimento de compra de armas, que ele sugeria, em 1936, ser feito seguindo a prática norte-americana de negociação com os fornecedores, quando tratava com o presidente sobre o delicado assunto da defesa nacional contra ameaças externas. GV c 1936.03.30 Vol. XXI/82.

<sup>156</sup> Interessante lembrarmos que em 1889, quando da 1ª Conferência Pan-Americana, uma das táticas de sedução dos diplomatas estadunidenses foi, justamente, oferecer aos representantes das outras repúblicas, uma viagem de trem pelo interior dos Estados Unidos.

<sup>157</sup> Ele já se dirigia à Filadélfia, onde acompanharia a convenção do Partido Democrata. Nesta mesma carta, mesmo com os elogios à Convenção Republicana, Aranha revela forte preferência por Roosevelt, afirmando que uma vitória republicana constituiria um retrocesso na política internacional e nas relações de comércio pela volta de altas tarifas.

<sup>158</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha ao Presidente Vargas, julho de 1936.

favorecer outra, nunca para preferir Pedro ao invés de João”.



### 2.3 Alemanha e Estados Unidos: os acordos comerciais de 1934 e 1935 e o contexto de disputa entre centros hegemônicos

Em 8 de janeiro de 1935 Aranha escrevia a Vargas<sup>159</sup>. Fazia poucos meses que estava em seu posto em Washington e já nesta ocasião manifestava sua admiração pelos Estados Unidos e compartilhava com Vargas, brevemente, suas impressões acerca daquele “mundo novo e sem par”. Ele afirmou que

Tudo aqui é tão simples, tão grande, do homem às instituições, dos costumes às iniciativas, que, sem dúvida, estamos diante de uma formação social em diferenciação crescente, para maior e para melhor, com todas as demais<sup>160</sup>.

Não por acaso o que segue neste comunicado à Vargas são os passos mais recentes das negociações que ocorriam para o estabelecimento de um tratado de comércio entre os dois países, atividade na qual Aranha, evidentemente, encontrava-se profundamente envolvido. O que é fundamental é a comparação que Aranha faz entre os acordos comerciais firmados com Itália e Alemanha em 1934, em termos de comércio compensado, e este que estava sendo negociado nos Estados Unidos, seguindo o princípio da nação mais favorecida.

Em setembro de 1934, enquanto Aranha dirigia-se a seu posto em Washington, os alemães enviaram ao Rio de Janeiro sua primeira missão comercial à América do Sul. Foi estabelecido um comércio com marcos compensados, ainda que sem um acordo formal<sup>161</sup>, que dispensava o uso de moeda internacional, escassas nos dois países, e garantia um equilíbrio da balança comercial entre os dois lados interessados na troca de produtos industrializados pelas matérias-primas brasileiras. Do ponto de vista dos Estados Unidos esta relação comercial, que não seguia os princípios do livre comércio, era prejudicial, pois podia afetar as exportações do país para o Brasil, ao ter que enfrentar a concorrência alemã, e facilitava o fluxo de matérias-primas brasileiras, principalmente o algodão (produto também produzido em grande escala nos Estados Unidos), para a Europa. O mais

---

<sup>159</sup> GV c 1935.01.08

<sup>160</sup> GV c 1935.01.08, p. 2.

<sup>161</sup> O acordo foi formalizado somente em 1936, com o chamado ajuste de compensações.

significativo, porém, era que através do marcos compensados, os Alemães recebiam os pagamentos imediatamente, enquanto os comerciantes estadunidenses recebiam com atraso<sup>162</sup> (HILTON, 1994, p. 224).

Aranha comentou o fato com Vargas, ao argumentar em favor de um novo acordo comercial com os Estados Unidos, procurando apontar como este acordo poderia oferecer vantagens – liberdade em relação aos saldos, nenhuma exigência de pagamento imediato dos atrasados, etc. – em comparação com o comércio praticado com Alemanha e Itália que, no regime de compensação, exigia a liquidação dos atrasados comerciais, restringia a possibilidade de compra usando o capital gerado pela venda dos produtos brasileiros nestes países a eles próprios, não gerando, portanto, saldo real em moeda internacional<sup>163</sup>. Aranha afirmou, nesta comunicação, que a manutenção dos termos de compensação com os dois países europeus criaria, nos EUA, “uma grande má vontade” em relação ao Brasil.

O acordo entre Brasil e Estados Unidos foi firmado em 2 de fevereiro de 1935, como parte da primeira missão Sousa Costa<sup>164</sup>, prevendo a redução ou congelamento de tarifas para produtos industriais dos Estados Unidos importados pelo Brasil, e redução ou isenção

---

<sup>162</sup> Apesar da balança comercial positiva que o Brasil mantinha com os Estados Unidos, a dívida comercial com aquele país chegava a 30 milhões de dólares. GV c 1935.01.08, p. 3.

<sup>163</sup> GV c 1935.01.08 (Vol. XVII/5). Aranha reclamou muito a Vargas sobre pedidos que ele considerou disparatados em relação às exigências que deveria fazer aos Estados Unidos no acordo a ser firmado, principalmente vindas de certo Sebastião Sampaio, como pedir que os EUA cessassem completamente a importação de certos itens tropicais das colônias britânicas e holandesas. Compartilho aqui um parágrafo literário das reclamações de Aranha, que escreveu: “Há recomendações capazes de imortalizar um Calino e consagrar para sempre um idiota nos anais da estupidez... ou da intrujice. Mando-te, para teu regalo espiritual, a carta escrita pelo Sebastião, trazida pelo Penteado, e que é um monumento manuelino da má fé e da estupidez ancestrais. Peço-te que a rasgues, porque, felizmente, é confidencial e meus votos são para que nunca saia das trevas dos arquivos”.

<sup>164</sup> Missão internacional chefiada pelo Ministro da Fazenda, Sousa Costa, que visitou Washington e Londres nos primeiros meses de 1935 para resolver os problemas da dívida externa. Em Londres Souza Costa obteve novos empréstimos para o pagamento dos já existentes. Uma nova “missão Souza Costa” ocorreria em junho de 1937. Verbete COSTA, Artur de Sousa. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV.



tarifária para produtos brasileiros que entravam no mercado estadunidense<sup>165</sup>. Além disso, Sousa Costa conseguiu congelar o pagamento da dívida comercial dos importadores brasileiros, o que Aranha apontou, na carta para Vargas, ser um gesto de boa vontade dos Estados Unidos, que, na opinião do embaixador, ofereciam, nas condições de livre comércio, um acordo comercial muito mais vantajoso do que o praticado com a Alemanha.

O acordo só foi aprovado pelo congresso brasileiro em setembro. Havia oposição de setores industriais preocupados com a concorrência estadunidense, o que exigiu pressão por parte do poder executivo que, com a demora na aprovação, recebeu aviso de Cordell Hull de que não havendo acordo, as condições de comércio seriam pioradas através de represálias tarifárias (MOURA, 1980, p. 86). Eventualmente, após a aprovação pelo congresso, os efeitos na importação de produtos industriais não se fez sentir com força, devido justamente à falta de capacidade de compra internacional do Brasil, de modo que a indústria nacional não se viu maciçamente prejudicada. Ao mesmo tempo, o problema da falta de moeda internacional reforçava ainda mais a necessidade do comércio compensado com a Alemanha.

Em junho de 1936 ocorreu, então, a formalização em um tratado do comércio compensado que já vinha ocorrendo com a Alemanha, que disputava mercados na América Latina<sup>166</sup>. O ajuste de compensação visava principalmente à exportação do algodão brasileiro, mas também de café (que não era totalmente absorvido pelo mercado dos Estados Unidos), cítricos, couros, tabaco e carnes, estes últimos produtos que não possuíam demanda externa nos Estados Unidos. Para evitar conflitos mais significativos com o Departamento de Estado, algumas restrições à importação de produtos que concorreriam diretamente com os americanos foram acertadas (MOURA, 1980, p. 91).

---

<sup>165</sup> Houve redução para mate, bálsamo de copaíba, minério de manganês, castanhas e mamona, e isenção para café, cacau, cera de carnaúba, castanha de babaçu e madeira. Os itens norte-americanos que teriam suas tarifas de importação congeladas no Brasil incluíam leite, peixes, cereais, filmes, automóveis, autopeças, motocicletas, máquinas agrícolas, tintas, e outros (MOURA, 1980, p. 79-80).

<sup>166</sup> É importante ter em mente a importância da América Latina enquanto espaço econômico em disputa em um mundo em que quase toda a África e parte significativa da Ásia eram colônias de potências europeias. A América Latina, portanto, era uma das poucas partes do mundo em que os mercados poderiam ser acessados por novos atores através da diplomacia.

Em fins de 1936, após a Conferência Pan-Americana de Manutenção da Paz, que foi realizada em Buenos Aires, o Subsecretário de Estado, Sumner Welles<sup>167</sup>, em passagem pelo Rio de Janeiro, argumentou contra o acordo comercial com a Alemanha utilizando dois argumentos; um pragmático e outro de princípios. Em termos práticos, o aumento do comércio com a Alemanha, utilizando marcos compensados, significava maior (e desleal, através de dumping) concorrência com produtos dos Estados Unidos. De fato, a Alemanha chegou a substituir os Estados Unidos como principal fonte de importações para o Brasil (ver Anexo I). Em termos de princípios, a posição do Departamento de Estado (o que não significa ser a posição de todos os poderes e agências do governo estadunidense) era de que somente a retomada, ainda que gradual, de um comércio livre, ajudaria a recuperação da economia mundial (MOURA, 1980, p. 92).

Os argumentos dos funcionários dos Estados Unidos se repetiriam ainda em duas ocasiões; junho de 1937, quando da renovação do tratado com a Alemanha na ocasião em que, simultaneamente, o Ministro Sousa Costa novamente visitava os Estados Unidos, e em 1939, com a Missão Aranha. O governo brasileiro, pra quem o acordo de compensação era necessário, não cedeu, e só foi vencido pelas impossibilidades de trânsito atlântico causadas pela eclosão da guerra em setembro de 1939.

À política de manutenção dos acordos comerciais tanto com Estados Unidos como com a Alemanha, bem como a compra de armas no segundo e a busca de apoio internacional nos dois polos opostos para a criação de uma usina siderúrgica no Brasil<sup>168</sup>, Moura denominou “equidistância pragmática”, isto é, “aproximações simultâneas e alternadas a um e outro centro” (MOURA, 1980, p. 63). Segundo o autor, o governo brasileiro, diante de uma situação mundial incerta, soube aproveitar uma brecha no sistema de poder internacional aberta

---

<sup>167</sup> Durante o governo de Calvin Coolidge, Welles fora chefe da Divisão de Assuntos Latino-Americanos do Departamento de Estado. Foi membro da campanha de eleição de Roosevelt e um dos elaboradores da política de boa vizinhança (MCCANN, 1973, p. 53). É significativo que o especialista em América Latina tenha sido nomeado, em 1933, para o segundo cargo do Departamento de Estado. Ele e Aranha desenvolveram estreito trabalho conjunto em favor das relações Brasil-Estados Unidos.

<sup>168</sup> Trataremos mais adiante destes dois pontos fundamentais do governo Vargas após 1935: a questão do reequipamento das forças armadas e da criação de uma indústria de base no país.

pela ascensão da Alemanha, que foi capaz de rivalizar com os Estados Unidos nos mercados latino-americanos e, principalmente, no brasileiro<sup>169</sup>.

A manutenção desta política até o final de 1939, quando a guerra quebrou o trânsito atlântico, foi possível por uma série de fatores combinados: Estados Unidos e Alemanha (junto com a Itália) forneciam possibilidades de comércio *diferentes* entre si para a economia brasileira, e ambos os modos – o comércio livre e o comércio compensado – eram vistos como vantagens por diferentes setores do governo brasileiro. O que nos leva ao segundo fator que possibilitou a equidistância pragmática; a divisão interna do governo Vargas, entre “americanistas”, como Oswaldo Aranha, e “germanistas”, principalmente no setor militar, peça fundamental do regime. Mesmo no Ministério de Relações Exteriores, por exemplo, enquanto Aranha defendia a primazia do comércio com os Estados Unidos, o Ministro Macedo Soares acertava acordos de compensação com a Itália. Ao mesmo tempo, a América Latina, e principalmente o Brasil, por sua posição geográfica e recursos naturais, cada vez mais, conforme a possibilidade de conflito em grande escala se tornava mais real, tornava-se uma *necessidade* para os centros hegemônicos em disputa, de modo que nenhum dos lados poderia tratá-lo sem prudência. Por isso, por exemplo, apesar de alertar o governo Brasileiro sobre seu descontentamento quanto à manutenção do comércio de compensação com a Alemanha, os Estados Unidos não tomaram qualquer tipo de providência que dificultasse a troca entre o Brasil e o país europeu<sup>170</sup>.

---

<sup>169</sup> Moura aponta que os anos 1930 são marcados por uma crise de hegemonia, isto é, uma modificação significativa no equilíbrio do poder, já em crise desde a Primeira Guerra Mundial, tradicionalmente pautado pelas potências europeias. Estados Unidos, Alemanha e União Soviética buscavam seus meios, diferentes, de superação da crise geral do liberalismo. No caso de Alemanha e Estados Unidos a obtenção de novos mercados consumidores e exportadores de matérias primas tornou-se questão fundamental, e a América Latina, como periferia do mundo capitalista, politicamente independente, tornou-se palco de disputa de dois centros buscando formar seus sistemas de poder internacional, e querendo consolidar-se como centros hegemônicos. É essa disputa que abriu certa margem de manobra nas limitações estruturais que países como o Brasil tinham sobre a sua política externa. Para detalhes sobre as considerações teóricas do autor ver MOURA, 1980, cap. 1.

<sup>170</sup> Ao contrário, houve até um episódio, em fins de 1939, em que o governo estadunidense interveio junto à Inglaterra, que bloqueara o navio Siqueira Campos, que vinha da Alemanha para o Brasil carregado de armas

É importante buscar entender a relação dos acordos comerciais de 1934 e 1935 com o pan-americanismo, tendo em mente a mencionada divisão interna do governo brasileiro. Entender a visão de Aranha, portanto, é investigar parte da relação dos acordos com uma visão de pan-americanismo que, por fim, seria a política bem sucedida ao alinhar definitivamente o Brasil aos Estados Unidos em 1942. É possível compreender melhor a visão do embaixador quanto à importância depositada ao acordo comercial com os Estados Unidos e sua relação com a ideia de pan-americanismo através de uma de suas cartas a Vargas, de julho de 1935, quando o acordo já havia sido acertado entre os dois países, mas ainda não fora aprovado pelo Congresso brasileiro<sup>171</sup>.

O quadro do comércio internacional previsto por Aranha não podia ser pior para o Brasil. Em sua visão, diante do fracasso do comércio internacional em termos liberais, e também do fracasso das respostas nacionalistas e protecionistas para essa crise, as nações europeias voltar-se-iam – e já o estavam fazendo – a uma política colonial: fortaleceriam os monopólios de comércio entre metrópole e colônia, abandonando completamente o comércio internacional. O resultado, continuou, será um isolamento dos Estados Unidos que, por sua vez, se verá também obrigado a buscar colônias, que seriam facilmente obtidas em uma invasão da América Central. Esta seria a tragédia do comércio internacional brasileiro: a Europa já podia obter quase todos os produtos exportados pelo Brasil<sup>172</sup> em suas colônias, e os EUA poderiam vir a fazer o mesmo, em um futuro não tão distante.

Para Aranha, “uma nova era de ambições coloniais, determinadas por fatores econômicos” colocaria o Brasil nessa frágil posição. Vemos, aqui, como eram vistas por um agente importante do governo as limitações estruturais das quais Moura fala acerca da posição do Brasil enquanto periferia do mundo capitalista. A posição frágil do Brasil no âmbito comercial é complementada, em outros documentos que serão analisados adiante, pela constatação da fragilidade militar e da necessidade de proteção em caso de conflagração em grande escala, como será visto adiante, atestando ainda mais essas limitações

---

(BANDEIRA, 2007, p. 387). Considerações políticas para a obtenção do apoio brasileiro muitas vezes, como veremos ao longo do restante do texto, se sobrepuseram a questões econômicas ou militares mais imediatas.

<sup>171</sup> GV c 1935.07.01 vol. XIX/1. Carta de Aranha a Vargas, 1º de julho de 1935.

<sup>172</sup> Aranha chega a apontar que apenas um dos produtos de exportação não pode ser obtido em outro lugar do mundo: a castanha do Pará.

estruturais e a necessidade de se buscarem alternativas: a principal delas junto aos Estados Unidos.

Diante destas circunstâncias comerciais, Aranha afirma a Vargas a necessidade de tomar algumas medidas:

Precisa o Brasil, desde logo a) cuidar dos países que, agora e durante longo prazo, necessitarão dos seus produtos; b) cuidar de produzir tudo quanto importa de países que estão desenvolvendo a ‘política colonial’ a fim de libertarem-se das importações de nosso país. O Brasil não tem produtos exclusivos, mas tem consumidores cuja preferência devemos cultivar. É o caso dos Estados Unidos<sup>173</sup>.

Cultivar a preferência dos Estados Unidos significa abandonar as práticas de comércio de compensação feitas com Itália e Alemanha, e aprofundar os acordos comerciais liberais com o país da América do Norte. Embora Aranha não fale em pan-americanismo, a retomada do comércio internacional em termos ditos liberais é – e foi desde a origem – parte fundamental do conceito de pan-americanismo. É possível afirmar, em certo sentido, que existe em Aranha a defesa de um “comércio pan-americano”: liberal e, visto que o pan-americanismo brasileiro parece indicar um caminho de aliança com os Estados Unidos, voltado para o norte.

É preciso ter em mente, porém, que se trata exatamente de um agente do governo, de suma importância, para quem a equidistância pragmática, se apenas dele dependesse, nunca haveria ocorrido. Como foi visto, o embaixador via como desvantajosos os acordos comerciais feitos em outros termos com Itália e Alemanha. Sua posição não prevaleceu, e ambos os comércios, no equilíbrio de forças do governo brasileiro, foram mantidos, e a equidistância pragmática prosperou até 1939, ao menos nos termos comerciais.

---

<sup>173</sup> GV c 1935.07.01 vol. XIX/1. Carta de Aranha a Vargas, 1º de julho de 1935.



## 2.4 1936: a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz

Se nos termos comerciais e, mais tarde, na busca pela concretização de dois pontos estabelecidos pelo governo como objetivos nacionais – a questão siderúrgica e o reequipamento militar – a equidistância pragmática se manteve, já em 1936, porém, houve forte alinhamento do Brasil aos Estados Unidos na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, em Buenos Aires. Os termos desse alinhamento permitem relativizar a equidistância pragmática<sup>174</sup>, pois ao mesmo tempo em que ela era estritamente mantida em termos comerciais, não necessariamente o era em termos diplomáticos e políticos.

Moura faz uma análise incompleta do ano decisivo de 1936 ao colocar a Conferência de Buenos Aires como um âmbito em que só os Estados Unidos fizeram propostas, adotadas pelos países americanos em geral diante de limitações estruturais, com resistências argentinas (MOURA, 1980, p. 135-142). Ao contrário, os acertos de bastidores entre Brasil e Estados Unidos indicam grande interesse do país sul-americano e um papel ativo nas negociações dos termos de um Pacto de Segurança Continental. O pan-americanismo, aqui, não é algo simplesmente sacado pelos Estados Unidos que, por sua vez,

---

<sup>174</sup> O conceito da equidistância pragmática parece conter uma armadilha: pequenos pontos em direção à Alemanha se transformam em grandes “catástrofes”, esquecendo-se que, para cada pequeno passo “alemão”, muitos passos “americanos” foram dados. Um exemplo claro disso é a consideração sobre o famoso discurso de Vargas no encouraçado Minas Gerais, em junho de 1940, visto como uma fala pró-eixo que chocou o mundo. De fato, na época o discurso teve grande repercussão, mas, é importante destacar, a maior parte dessa repercussão foi na imprensa estadunidense. Na historiografia esse discurso é muitas vezes mencionado fora do contexto em que dezenas de outros discursos de Vargas reforçavam o americanismo (como em TOTA, 2000, p. 27), inclusive o por ele realizado dias depois, na ilha do Viana, sobre a solidariedade continental, diante das repercussões negativas do anterior. Ver MINELLA, 2012. O que quero dizer é que, às vezes, a equidistância é superestimada. Mesmo no caso da obtenção de armas, em alguns casos, como na compra de 1938, a prioridade era a busca nos Estados Unidos, e a compra em outros locais ocorria diante de recusas estadunidenses, diante da lei de proibição de venda de armas (McCANN, 1977, p. 112). As ressalvas necessárias à ideia de “equidistância pragmática”, que, vale ressaltar, continua sendo fundamental para o entendimento das relações exteriores do Brasil na época, serão abordadas mais adiante.

encontraram maneiras de fazer com que ele fosse adotado pelo restante da América. Ao contrário, houve forte interesse e participação brasileira, o que fornece indicações importantes para uma investigação acerca do pan-americanismo brasileiro. É preciso investigar porque esse interesse, essa “pró-atividade”, e quais os seus termos.

Na primeira metade de 1935 a Guerra do Chaco ainda acontecia e Aranha preocupava-se em articular a posição do Brasil com a dos Estados Unidos para mediação do conflito. Segundo Hilton, o caso era importante para demonstrar à comunidade pan-americana que os dois países – as duas âncoras da América, para usar expressão de Beraba (2008) – andavam ombro a ombro (HILTON, 1994, p. 203). Isso reforça a noção preliminar de que o pan-americanismo brasileiro da década de 1930 é parte de um projeto de associação aos Estados Unidos para consolidação de seu poder regional na América do Sul, que exigia demonstrações à “comunidade pan-americana”.

Na questão do Chaco, Aranha teve estreito contato com Hull, Welles e Roosevelt, e a cooperação fez com que o presidente dos Estados Unidos procurasse Vargas para consultá-lo acerca do posicionamento do Brasil sobre um encontro pan-americano extraordinário<sup>175</sup>, antes de procurar os demais governos das repúblicas americanas. Vargas, também demonstrando preocupação com a situação mundial, escreveu a seu embaixador em 27 de julho de 1935, afirmando ser amplamente favorável ao encontro para a manutenção da paz no continente, e se manifestou confiante de que as demais repúblicas, inclusive a Argentina, seriam favoráveis à realização do encontro. Vargas até mesmo manifestou a Aranha sua vontade de ver a formação de um “bloco continental com estrutura jurídica e ascendência econômica e financeira, tendo sob certos aspectos um direito americano, uma pauta aduaneira americana, organização de crédito americano, etc.”

<sup>176</sup>

Em abril<sup>177</sup> de 1936 as reuniões para acertar a pauta e os detalhes para a conferência que estava programada para dezembro já haviam começado na sede da União Pan-Americana, em Washington.

---

<sup>175</sup> GV c 1935.07.20. Telegrama de Aranha a Vargas, 10 de julho de 1935.

<sup>176</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Vargas à Aranha, 27 de julho de 1935; GV c 1935.07.20 Carta de Vargas a Aranha, 27 de julho de 1935.

<sup>177</sup> Neste mês, Roosevelt havia manifestado a Aranha, no famoso almoço anual do Gridiron Club, com políticos e a imprensa, em Washington, sua vontade de visitar Vargas para estreitar ainda mais a relação entre os dois países. GV c 1936.05.12/1 Vol. XXII/42.



Aranha comentava com Carlos Martins<sup>178</sup>, funcionário de carreira do Itamaraty e na época representante do Brasil em Bruxelas, que eles estavam “a mexer no angu continental, temperado pelo Monroe”, e comentava as causas que fizeram com que Roosevelt tomasse a iniciativa da reunião extraordinária: a manutenção da paz no continente – tendo em mente a recente guerra do Chaco – e o estabelecimento de regras de neutralidade mais amplas que as da corte internacional de Haia<sup>179</sup>, diante da precária situação da Europa, com o início do movimento expansionista da Itália, que já invadira a Etiópia, e da Alemanha. A guerra civil espanhola era, também, uma grande preocupação para Aranha quando ele afirmou a Vargas, logo após comentar a situação da Espanha e falar sobre um conflito internacional entre forças políticas de esquerda e direita:

O regime político russo entrou em seu período napoleônico: o da expansão de suas ideias não só pelas armas como por todas as armas. A ação das esquerdas opor-se-á a reação das direitas. As lutas internas, como ao tempo da Revolução Francesa, tornar-se-ão internacionais. E a conflagração será inevitável, mesmo porque há, hoje, cinco vezes mais armas e soldados e milhares de vezes mais prevenções e rivalidade do que em 1914<sup>180</sup>.

Havia, porém, uma significativa dificuldade dentro do próprio corpo diplomático brasileiro, que impôs problemas aos acertos para a Conferência: Aranha não se entendia com seu chefe, o Ministro de Relações Exteriores, Macedo Soares. O primeiro desentendimento fora em outubro de 1935, quando a Itália iniciou a invasão da Etiópia. O embaixador sugeriu uma forte declaração contra a invasão, seguindo os demais países americanos, o que foi recusado por Soares, que viu uma oportunidade de ampliar os negócios já estabelecidos com a Itália, com a venda de carne e café para as tropas mobilizadas (HILTON, 1994, p.

---

<sup>178</sup> Martins ocuparia o próprio cargo de Aranha, em Washington, a partir de 1939. Verbete MARTINS, Carlos, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDC/FGV.

<sup>179</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Carlos Martins, 8 de abril de 1936.

<sup>180</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 26 de agosto de 1936. A leitura de Hobsbawm versa sobre os anos próximos à Segunda Guerra Mundial como uma grande “guerra civil ideológica internacional” (1996, p. 146).

226).

Ainda assim, como característica do pragmatismo da política externa de Vargas, mesmo evitando entrar em conflito diplomático com a Itália por causa da invasão da Etiópia, Macedo Soares defendia que na reunião a ser realizada em 1936 fosse feito um amplo pacto de defesa entre as repúblicas americanas (HILTON, 1994, p. 233), o que deveria ser articulado entre Brasil e Estados Unidos. Isso sugere que a chamada postura da “equidistância pragmática” não significava, na prática, necessariamente, uma aproximação geopolítica ao Eixo.

Em 1º de abril de 1936, Aranha escrevia a Macedo Soares, ressentido pela falta de comunicação que havia entre ele e o chefe no Rio de Janeiro. Neste momento, com o início das reuniões de definição da agenda da reunião, o embaixador demonstrou preocupação com os parlamentares e a opinião pública isolacionistas nos Estados Unidos, que no congresso seriam contra qualquer tipo de pacto de defesa continental<sup>181</sup>, “ainda que dentro da doutrina de Monroe”. O que Aranha quer dizer com isso? A Doutrina Monroe permanece um paradigma, isto é, um elemento fundamental de um contexto linguístico, sem qual seria até mesmo impossível falar em pan-americanismo para o público estadunidense. Como sugerido anteriormente, ao longo dos anos a Doutrina tornou-se pedra de toque da política externa estadunidense – os atos do governo eram fundamentalmente avaliados em termos de quão fiéis eram a doutrina – e, portanto, tornou-se elemento de trabalho de qualquer país buscando um relacionamento especial com os Estados Unidos, como defendia Aranha. Em sua avaliação sobre o início das reuniões preparatórias à conferência, diante desta dificuldade apontada, e após conversas com Sumner Welles, Aranha conclui dizendo ao Ministro que o resultado da conferência será, provavelmente, uma

declaração, que teria grande repercussão mundial, mas que se pareceria bastante com uma nova definição da Doutrina Monroe, transformando-a da atitude do governo dos Estados Unidos em declaração coletiva de todos os estados do continente<sup>182</sup>.

Esta é uma indicação importante – e de fato foi o que acabou acontecendo, como veremos – sobre os caminhos de um “novo pan-

---

<sup>181</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Macedo Soares, 1º de abril de 1936.

<sup>182</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 19 de setembro de 1936.

americanismo”, que se encaminharia para uma coletivização da Doutrina Monroe. Aranha estava encaminhando a Martins suas sondagens sobre a possibilidade de um pacto continental, a ser elaborado pelo Ministério de Relações Exteriores, a partir da proposta de Vargas, contida em sua resposta à sondagem de Roosevelt em meados do ano anterior.

A ideia de uma Doutrina Monroe “reformada” como uma declaração multilateral das repúblicas americanas torna-se fundamental no processo de bastidores da Conferência e nas conversas entre brasileiros e estadunidenses. Os desentendimentos de Aranha com o Ministério foram intermediados, a pedido do embaixador, por Vargas, e nessa tripla comunicação a “nova Doutrina Monroe”, do “novo pan-americanismo” é uma constante.

Em maio, o Embaixador escreveu novamente ao Ministro Macedo Soares, informando que a ideia de um pacto continental seria bem aceita, “dependendo dos termos”, e afirmando, de maneira a reforçar a sua comunicação do mês anterior, que os termos devem “cifrar-se a uma declaração de princípios”, ou seja, não propriamente uma aliança formal, mas uma declaração de cooperação, sem muitas especificidades<sup>183</sup>.

Em julho uma proposta foi enviada pelo Ministério a Aranha, com instruções para que ele a enviasse ao Conselho da União Pan-Americana, que discutia a agenda da Conferência. O embaixador não levou o documento para o conselho continental<sup>184</sup>, uma vez que o governo dos Estados Unidos havia pedido sigilo nas negociações entre os dois países, já que o processo eleitoral em curso nos Estados Unidos era fortemente marcado pelas mencionadas forças isolacionistas, para as quais a negociação de um pacto continental não seria bem vinda<sup>185</sup>. Mas o plano do Ministério era, na opinião de Aranha, “confuso e excessivo”, e seu texto não foi aceito pelo Departamento de Estado, com quem, então, o embaixador trabalhou em uma nova redação, alegando manter as ideias gerais de Macedo Soares, em uma nova fórmula mais aceitável

---

<sup>183</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 19 de setembro de 1936.

<sup>184</sup> O Embaixador se limitou a escrever ao Diretor da União Pan-Americana, Leo S. Rowe, com quem mantinha frequente contato, afirmando que, dentre outras coisas, julgava fundamental discutir, na Conferência, o “problema da segurança coletiva”. OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Leo S. Rowe, julho de 1936.

<sup>185</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 26 de agosto de 1936.

para os Estados Unidos<sup>186</sup>.

O plano original do Ministério para o que veio a se chamar naquele momento Pacto de Segurança Continental (ou coletiva, em algumas das cartas) continha cinco artigos, determinando a não aceitação de intervenções; ameaça de intervenção; negação da “doutrina expansionista de outros povos” (em referência às potências europeias); algum tipo de assistência (sem definições) a países americanos sob ameaça externa; defesa dos regimes políticos vigentes. Além disso, estipulava uma série de medidas a serem tomadas para cada uma dos casos, com “ruptura de relações diplomáticas, comerciais e financeiras”,<sup>187</sup>.

Para Aranha, o projeto confundia os termos e era ambíguo, ao colocar, por exemplo, dois artigos separados para intervenção e ameaça de intervenção, e ainda um terceiro, sobre a “doutrina expansionista”, que lhe parecia excessivamente direcionado a Europa, como uma crítica às potências, enquanto a ideia era apenas fazer um resguardo à América, sem ter uma “retórica agressiva”. Além disso, julgava melhor não estabelecer demasiados compromissos, principalmente ao determinar ações a serem tomadas – que recairiam principalmente sobre os Estados Unidos, que tinha que lidar com os isolacionistas – o que dificultaria o acerto com Sumner Welles e Cordell Hull. Aranha ficou especialmente constrangido com o artigo sobre a defesa dos regimes vigentes, alegando que isso forçaria uma defesa conjunta de regimes inconvenientes, como o “comunismo mexicano” e o “sindicalismo boliviano”<sup>188</sup>. É curioso notar que em toda essa comunicação, embora exista essa referência direta à questão dos regimes políticos, não se fala, em nenhum momento, de democracia ou de seus inimigos autocráticos. O que teria acontecido? Por que esse desaparecimento?

O projeto que Aranha acertou com Welles e Hull excluiu o item sobre os regimes internos, e procurou condensar, segundo o próprio embaixador, as ideias originais do projeto em apenas dois artigos, primeiro:

Será considerado ato inamistoso a intromissão de qualquer potência extracontinental em país americano:

- a) Sempre que venha a ameaçar a segurança do país;

---

<sup>186</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 18 de agosto de 1936.

<sup>187</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 26 de agosto de 1936.

<sup>188</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 26 de agosto de 1936. Na época, o México era governado por Cárdenas.

- b) Privá-lo de sua independência;
- c) Determinar a aquisição de parte e seu território;
- d) Determinar o exercício de qualquer forma de influência preponderante sobre seus destinos.

E segundo:

As altas partes contratantes concordam em concertar-se imediatamente umas as outras em caso de ser ameaçada ou comprometida:

- a) A segurança nacional;
  - b) A integridade territorial;
  - c) A independência;
- de um país continental por qualquer país extra continental.<sup>189</sup>

O novo texto, portanto, determinou menos compromissos. Os dois artigos só podem ser entendidos em conjunto: primeiro uma definição de “ato inamistoso”, e depois um acordo de consulta entre as repúblicas, para só então discutiram as ações a serem tomadas nos casos que venham a acontecer, não prevendo de antemão o que deve ser feito, nem determinando qualquer tipo de assistência<sup>190</sup>. É importante observar que este pacto refere-se somente a ameaças de fora do continente; questões de dentro do continente estavam já cobertas pelos acordos de 1933<sup>191</sup>. A preocupação fundamental, portanto, era de fato com a situação mundial.

O que é fundamental, neste momento, é a interpretação de Aranha para este pacto, que, segundo ele:

dá à doutrina Monroe uma interpretação ampla, tornando-a de mera atitude americana, dependente unicamente da interpretação do seu governo, em um pacto que ampara o nosso futuro contra

---

<sup>189</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 26 de agosto de 1936.

<sup>190</sup> Aranha escreveu a Vargas que o novo texto “não prevê a ação posta em prática em cada hipótese. Mas isso não só seria impossível como, em minha opinião, contrário aos nossos interesses. A ação [a ser tomada] decorrerá do inimigo, da natureza da intervenção, do perigo da ameaça, enfim, de fatores os mais diversos e quase todos dependentes da época e dos meios a empregar”. OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 26 de agosto de 1936.

<sup>191</sup> Ver item 2.1.

intromissões e ameaças extracontinentais.<sup>192</sup>

Isto é o que ele havia dito a Macedo Soares a partir de suas sondagens de abril com Sumner Welles sobre que tipo de acordo seria possível e útil tanto aos Estados Unidos quanto ao Brasil. Agora ele comunicava o caráter do acordo ao presidente Vargas, defendendo sua generalidade enquanto não especificava compromissos.

Bandeira faz uma leitura apressada ao afirmar que

Aranha pressentiu, imediatamente, que a iniciativa do Brasil não encontraria receptividade no Departamento de Estado. Os Estados Unidos jamais concordaram com qualquer tratado de natureza política. Sempre quiseram manter liberdade de ação e a Doutrina Monroe nunca representou um compromisso, mas uma declaração unilateral de sua política (BANDEIRA, 2007, p. 355).

As preocupações de Aranha eram outras, e na verdade o que ele buscava, exatamente, era aproveitar o que parecia ser uma brecha para uma apropriação coletiva da Doutrina. As razões de sua reelaboração do plano junto ao Departamento de Estado não foram frutos de um pressentimento, mas de consultas realizadas com Welles e Hull, de onde os impedimentos a uma aliança de facto resultaram ser outros, e não necessariamente de uma intransigência em relação à Doutrina.

Dois aspectos ficam evidentes quanto ao pensamento de Aranha: uma preocupação com os destinos mundiais a partir da instabilidade na Europa, e a visão de que uma aliança com os Estados Unidos oferece uma proteção significativa ao Brasil. Afinal de contas, o

---

<sup>192</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 26 de agosto de 1936. É interessante notar que, para enfatizar sua interpretação, Aranha relatou a Vargas a consulta que fez com o embaixador argentino em Washington, que afirmou pessoalmente concordar com os termos gerais do acordo, embora tenha dito que dificilmente os Estados Unidos o aceitariam, o que mostra o quão desinformado estava a embaixada argentina acerca das negociações de bastidores. E o embaixador mexicano, que seria chefe da delegação daquele país na Conferência, e lhe teria dito que, se o Brasil fosse de fato capaz de articular tal acordo com os Estados Unidos “ao Brasil iria caber a concretização das aspirações de todos os países indo-espanhóis: a definição de um pacto continental da doutrina unilateral de Monroe”.

acerto feito entre os dois países, antes da realização efetiva da Conferência, ainda que se coloque como um acordo continental é, para o Brasil, um acordo com os Estados Unidos. Para Aranha, “agarrar com as duas mãos este *pacto com os Estados Unidos* parece-me dever de todos os brasileiros que procuram acautelar os destinos de nosso país”<sup>193</sup>.

O novo texto, elaborado pelo embaixador em conversas com Sumner Welles<sup>194</sup>, a partir do projeto original do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, foi, porém, rejeitado por este último. Macedo Soares respondeu que o plano não interessava ao Brasil, por ser “demasiado vago, impreciso e sem alcance prático”. Aranha argumentou com Vargas, pedindo sua intervenção, e o presidente instruiu o Ministério a dar continuidade às conversações com os Estados Unidos, o que foi feito com resistência por Macedo Soares, que instruiu Aranha a dar continuidade às conversas, mas alegou que o Ministério deveria abrir mão da autoria de um texto tão modificado em relação ao projeto original. A ideia pareceu absurda a Aranha, afirmando enfaticamente que “nossa foi a ideia, nosso o projeto, nosso o texto antigo e nossa, ainda que ajustada aos pontos de vista deste país, a nova fraseologia”<sup>195</sup>, pedindo ainda nova intervenção do presidente, que lhe escreveu no dia 24 de setembro, após longo silêncio, enquanto “a marcha dos mesmos [os acontecimentos do quiproquó entre Aranha e Macedo Soares] não permitia uma resposta definitiva”. O presidente assumiu o ponto de vista do embaixador, indicando a aprovação do texto a ser encaminhado para a conferência<sup>196</sup>.

De fato, alguns dias antes, um jornalista do jornal *The Washington Star*, Brent D. Allinson, escreveu ao embaixador com uma

---

<sup>193</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 26 de agosto de 1936. Grifos meus.

<sup>194</sup> Nos primeiros dias de julho Aranha congratulou o Ministro Macedo Soares pelo sucesso das negociações em torno do projeto do Ministério, que, na verdade, tinha sido modificado pelo embaixador junto com os estadunidenses. GV c 1936.07.03/2. Carta de Aranha a Macedo Soares, 3 de julho de 1936.

<sup>195</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 19 de setembro de 1936.

<sup>196</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Vargas a Aranha, 24 de setembro de 1936. Na mesma comunicação, Vargas avisa Aranha sobre a compra de 3 submarinos junto à Itália, e diz aguardar a posição estadunidense quanto ao arrendamento de destroieres pela Marinha do Brasil. Não há qualquer comentário sobre algum tipo de conflito entre a compra com a Itália e as negociações pan-americanas em curso.

série de perguntas sobre a Conferência a ser realizada<sup>197</sup>, e na sua primeira pergunta usou o termo “novo pan-americanismo”, ao indagar se o Brasil estaria a favor dessa política, definida por Aranha como uma proclamação de cooperação próxima entre as repúblicas americanas, manutenção de neutralidade em caso de conflito na Europa ou na Ásia e, em caso de guerra dentro do continente, de assistência ao país considerado agredido<sup>198</sup>.

Ainda falando sobre o “novo pan-americanismo”, o jornalista perguntou ao popular embaixador se ele pensava que a doutrina Monroe deveria ser “pan-americanizada” e se o Brasil estaria disposto a assumir as responsabilidades necessárias<sup>199</sup>. A resposta de Aranha é breve, e segue a linha de sua argumentação com Macedo Soares e Vargas:

Penso que a Doutrina Monroe deve ser expandida para uma Doutrina Pan-Americana, confirmando o ideal de seu fundador. Quanto à responsabilidade por parte do fardo de sua defesa, o Brasil deu provas de sua atitude a respeito disso no caso da Guerra Mundial<sup>200</sup>.

Chama atenção a visão de Aranha de que “pan-americanizar” a doutrina é confirmar o ideal de seu fundador. Por que o embaixador afirma isso? Busquei sustentar anteriormente o quanto a Doutrina, não somente em sua prática histórica, mas também em sua enunciação, nos “ideais” de Monroe, era um ato unilateral. Talvez Aranha faça essa afirmação em conjunção com a própria mitologia da União Pan-Americana e do pan-americanismo histórico, que sempre foi associado à

---

<sup>197</sup> A essa altura, faltando dois meses para as eleições, os termos do acordo já haviam vazado. Em parte por culpa do Ministério de Relações Exteriores, que distribuía amplamente o plano original, o que causou indignação em Aranha. OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Vargas, 12 de agosto de 1936.

<sup>198</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Brent Dow Allinson a Aranha, 17 de setembro de 1936 e resposta de Aranha, 18 de setembro de 1936.

<sup>199</sup> “Do you think that the Monroe doctrine ought to be broadened into a Pan-American Doctrine? Would Brazil be willing to assume a part of the burden of its permanent defense, if necessary?”

<sup>200</sup> “I think that the Monroe Doctrine should be broadened into a Pan American Doctrine, confirming the ideal of its founder. As to assuming responsibility for part of the burden of its defense, Brazil gave proof of its attitude in this respect in the case of the World War”. OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Brent Dow Allinson, 18 de setembro, 1936.



Monroe e sua Doutrina, como foi sustentado antes. Ao mesmo tempo, a afirmação de Aranha abre uma brecha para se pensar que para ele estes ideais – ainda que os questionemos – haviam sido esquecidos, talvez, pela unilateralidade da *aplicação* da Doutrina até então. Deste modo, há um reconhecimento de uma recuperação de um pan-americanismo cuja ideia teria estado presente desde a independência dos países americanos, mas que nunca se tornou efetivo, o que estaria acontecendo justamente neste momento, conforme se aproximava a Conferência de Consolidação e Manutenção da Paz.

Aqui, ainda que de nossa perspectiva que conhece o futuro passado se possa criticar a visão ingênua de Aranha dos ideais da Doutrina Monroe, mesmo que ele pareça veladamente criticar as práticas que dela decorreram, é importante ter em mente a posição histórica e tradicional da diplomacia brasileira, que na 3ª Conferência Pan-Americana, em 1906, no Rio de Janeiro, reconheceu a Doutrina como política legítima para o continente e depois, tradicionalmente, apoiou as declarações estadunidenses sobre o assunto.

Se o “novo pan-americanismo” relaciona-se com um elemento do “velho pan-americanismo”, a Doutrina Monroe, reformulando-a, outro elemento antigo e definidor do conceito-objeto reaparece na entrevista, quando o jornalista do *Washington Star* pergunta a Aranha se chegou a hora de estabelecer a união aduaneira continental, aquele velho tema pan-americano. A resposta de Aranha é sóbria: isso poderá ocorrer quando as repúblicas do continente atingirem um “progresso suficiente para garantir sua discussão”, e que quando este tempo chegar, o Brasil estará, certamente, aberto às conversações<sup>201</sup>.

A partir da intervenção de Vargas, em setembro, as conversações entre o embaixador e o Departamento de Estado continuaram em Washington, para que os países chegassem alinhados à Conferência de Buenos Aires. Além do anteprojeto do pacto de segurança continental, os agentes diplomáticos acertaram entre si uma

---

<sup>201</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Brent Dow Allinson, 18 de setembro, 1936. As demais perguntas do jornalista referem-se, praticamente, a assuntos comerciais. Além destas, destaca-se a pergunta sobre se o Canadá deveria ser, na opinião de Aranha, incluído na União Pan-Americana, a que o embaixador responde afirmativamente. Entretanto, em comunicação com Macedo Soares, quando o Departamento de Estado sondou o Brasil acerca de sua posição em relação à inclusão do Canadá, Aranha se posicionou contra, alegando que o Canadá não constituía um país completamente independente. OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Macedo Soares, 25 de setembro de 1936.

proposta referente à neutralidade do continente quanto aos conflitos extracontinentais, já tidos, naquele tempo, como iminentes. Também por proposta brasileira foi elaborado um projeto “para reforçar os meios de prevenir a guerra entre países americanos”, que basicamente retomava os acordos de 1933<sup>202</sup>.

Em 20 de outubro de 1936 o embaixador, em longa carta para seu chefe no Ministério de Relações Exteriores, procurou apagar as arestas criadas pelos desentendimentos anteriores, repetindo todos os argumentos que deu ao presidente Vargas quando pedira sua intervenção no assunto. Ele destacou especialmente as motivações que o fizeram modificar o texto do pacto de segurança continental junto com o Departamento de Estado, para que o acordo pudesse ser aceito pelos Estados Unidos, alegando que a proposta de tal pacto sem a aceitação da potência do norte torná-lo-ia “sem razão de ser, mesmo porque não serão as forças de Honduras ou da Venezuela que lhe darão existência e exequibilidade”<sup>203</sup>. Além disso, ao reforçar as razões pelas quais os Estados Unidos não aceitaram uma proposta que fosse mais comprometedora com os destinos continentais, afirmou que tampouco era interessante “ligar *demais* nosso futuro à sorte de países com destino inseguro e incerto, como o de muitos de nossos vizinhos, sobretudo os da América Central”<sup>204</sup>.

O que vemos acontecer nestas articulações entre o embaixador, o presidente, o Ministro e o Departamento de Estado, é uma confluência dos interesses brasileiros e estadunidenses – por razões fundamentalmente diferentes – colocada nos termos continentais, isto é, em termos pan-americanos. Uma ideia que durante décadas motivou conferências de pouco resultado político efetivo, agora nos tempos de crise voltava a manifestar-se, azeitando as engrenagens diplomáticas com um aspecto do seu contexto linguístico tradicional, a Doutrina Monroe, agora revisitada tal como um legado continental de efeitos práticos significativos sobre a política externa dos países americanos. É interessante notar, também, que na discussão interna, diretamente ligada a uma prática diplomática, não houve referência nenhuma a outros

---

<sup>202</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Macedo Soares, 25 de setembro de 1936.

OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Macedo Soares, 30 de setembro de 1936.

<sup>203</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Macedo Soares, 20 de outubro de 1936.

<sup>204</sup> OA cp 1935.07.27. Carta de Aranha a Macedo Soares, 20 de outubro de 1936.

elementos típicos do campo semântico do pan-americanismo durante a história, o regime democrático, um “espírito comum”, ou uma “história comum americana”.

Por um lado, isso pode indicar que o uso destes termos, destacados em falas públicas e ignorados em discussões internas (ao menos nas que são aqui mencionadas), é simplesmente uma fachada para amenizar discursos da “política real”. Por outro, nem por isso estes termos devem ser excluídos e taxados como meros falseamentos da realidade; ao contrário, são parte fundamental do conceito, como venho defendendo até agora. E se coadunariam, logo depois, com um discurso mais geral de legitimação da luta dos Aliados ocidentais na Segunda Guerra Mundial como uma guerra das democracias contra as autocracias. Os termos têm efeito, inclusive, na visão de mundo de figuras centrais do processo decisório da política externa brasileira, como Oswaldo Aranha.

O acompanhamento, ainda que breve, da discussão entre Aranha e o Ministério de Relações Exteriores, permite verificar a ocorrência do conceito chave durante suas mudanças históricas, condicionadas pelo contexto de crise dos anos 1930 – afinal, agora, trata-se do “novo pan-americanismo” – e sua importância em um momento decisivo na história da América, que, com a Conferência de 1936, iniciou a consolidação de um sistema que culminaria, em 1942, com a adesão de quase a totalidade do continente aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Não por acaso, o último país a romper relações com o Eixo foi a Argentina, somente em 1944, que ao longo dos anos mostrou-se resistente ao discurso pan-americano.

A caminho de Buenos Aires, a bordo do cruzador *USS Indianapolis*, o Presidente Roosevelt passou pelo Rio de Janeiro. Desembarcou às 10 horas da manhã de 27 de novembro, saiu da Praça Mauá e desfilou em carro aberto junto com o Presidente Vargas na Avenida Rio Branco; “durante todo o trajeto, sucediam-se as palmas e os vivas, constituindo entusiásticas ovações ao eminente visitante”, afirmava um jornal da capital<sup>205</sup>. Roosevelt almoçou com Vargas,

---

<sup>205</sup> Diário Carioca, 28 de novembro de 1936, p. 1. Deu extensa cobertura a visita do Presidente dos Estados Unidos, reproduzindo na íntegra seu discurso da Câmara. Além disso, cobriu a conferência que Presidente teve com a imprensa da capital, conduzida pela presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Herbet Moses. A sexta pergunta feita a Roosevelt tratava do futuro da democracia e da posição de Brasil e EUA “ante a colisão das doutrinas que se debatem no mundo” (p. 2), ao que Roosevelt respondeu que a América,

discursou em uma sessão especial da Câmara dos Deputados com a presença da Suprema Corte<sup>206</sup>, e foi a um banquete oferecido pelo Presidente brasileiro no Palácio do Itamaraty antes de deixar o Brasil, na mesma noite<sup>207</sup>.

A efusiva recepção dada a Roosevelt na capital brasileira não era um mero capricho adulator do governo brasileiro. As negociações prévias entre os dois países tinham sido bem sucedidas, e ambos os lados estavam seguros de que a cooperação entre as duas Repúblicas seria fundamental na Conferência. Roosevelt, ainda a bordo do Indianapolis, já a caminho de Montevideo e Buenos Aires, agradeceu de antemão a Vargas a colaboração esperada na Conferência, em telegrama do dia 29<sup>208</sup>.

A Conferência teve início no dia 1º de dezembro, com as falas

*enquanto preservar seus governos de democracia representativa, não deve temer por sua segurança.*

A ABI foi efusiva apoiadora do movimento pan-americano. Herbet Moses escreveu carta a Aranha em 9 de dezembro, já durante a Conferência de Buenos Aires, acentuando a “adesão [da ABI ao projeto pan-americano] e realçando o papel da imprensa pan-americana na construção da paz”. OA cp 1935.07.27.

Nos anos 1940 e 1941 a ABI e Herbet Moses foram monitorados pela polícia de Filinto Muller, que suspeitava de conspirações em favor da liberdade de imprensa, contra o regime do Estado Novo. GV confid 1941.06.14/1; GV confid 1940.01.05/3; GV confid 1940.01.05/4; GV confid 1940.01.08/1.

<sup>206</sup> Aqui o discurso da democracia e dos valores liberais reaparece: “Your first concern, like ours, is Peace, for we know that war destroys not only human life and human happiness but destroys as well the ideals of individual liberty and of the democratic form of representative government, which is the goal of all the American Republics”. Além disso, o discurso é marcado pelos termos “política da boa vizinhança” no continente e de uma “amizade tradicional” entre Brasil e Estados Unidos, destacando que nunca na história essa cooperação tradicional tenha sido tão necessária como naquele momento.

Em uma nota de comentário feita pelo próprio Roosevelt, que além do Rio de Janeiro passou por Montevideo antes de chegar em Buenos Aires para a conferência, há o reconhecimento de que estas falas são parte de uma estratégia de reforço da política de boa vizinhança, para dissipar as suspeitas causadas pela antiga política dos Estados Unidos em relação à América Latina. ROOSEVELT, Franklin D. **The public papers and addresses of Franklin D. Roosevelt**, Vol. 5, The people approve, 1936. New York: Random House, 1938, p. 597-9.

<sup>207</sup> Relatório do Ministério de Relações Exteriores, ano de 1936, p. 92.

<sup>208</sup> GV c 1936.11.28 (Vol. XXIV/74). Telegrama de Roosevelt a Vargas, 29 de novembro de 1936.

do presidente argentino, General Agustín Justo, seguido de Roosevelt, arquiteto do encontro. Ali se manifestaram, imediatamente, as diferenças de posição entre Argentina e Estados Unidos: Justo atacou a ideia de uma exclusividade continental, defendendo teses universalistas, e atacou a possibilidade de efetuar-se, naquela Conferência, um pacto de segurança continental<sup>209</sup>. A fala de Roosevelt, ao contrário, foi continental e tão alinhada aos acertos com o Brasil que o delegado brasileiro Hélio Lobo afirmou ter a impressão “que foi o embaixador em Washington [Aranha] que escreveu parte deste discurso, tal o ajuste de suas palavras às nossas ideias”<sup>210</sup>. Aranha comentou, ainda, que a fala da Roosevelt foi interrompida, primeiro, por um grito de “abaixo o imperialismo!”, vindo, aparentemente, do filho do presidente Justo, que acompanhava das galerias a Conferência. Depois as interrupções foram várias, por aplausos gerais ao discurso do Presidente dos Estados Unidos, enquanto que a fala do argentino recebeu tímido apoio apenas no final<sup>211</sup>. Estavam indicadas as primeiras manifestações continentais quanto aos destinos daquela Conferência.

O Ministro de Relações Exteriores argentino, Carlos Saavedra Lamas, entrou em franco conflito com Cordell Hull, ao afirmar que para a Argentina os projetos estadunidenses não eram interessantes, pois “tinham em vista fazer reviver a Doutrina Monroe”<sup>212</sup>.

Ainda que parte da revolta de Lamas contra os Estados Unidos tenha sido atribuída pela delegação brasileira à “ vaidade ” e ao fato de que o chanceler estava “intoxicado com o Prêmio Nobel”<sup>213</sup>, observa-se uma grande diferença entre os representantes de Brasil e Argentina quanto à Doutrina Monroe: enquanto para o primeiro o objetivo era uma apropriação coletiva da doutrina, afinal era parte constituinte fundamental do pan-americanismo historicamente abraçado pela política externa brasileira, para o segundo, refratário histórico do pan-

---

<sup>209</sup> GV c 1936.12.02/2 (Vol. XXIV/79). Carta de Aranha a Vargas, 2 de dezembro de 1936.

<sup>210</sup> GV c 1936.12.02/2 (Vol. XXIV/79). Carta de Aranha a Vargas, 2 de dezembro de 1936.

<sup>211</sup> GV c 1936.12.02/2 (Vol. XXIV/79). Carta de Aranha a Vargas, 2 de dezembro de 1936.

<sup>212</sup> GV c 1936.12.02/2 (Vol. XXIV/90). Carta de Macedo Soares a Vargas, 15 de dezembro de 1936.

<sup>213</sup> GV c 1936.12.02/2 (Vol. XXIV/88d). Carta de Macedo Soares a Vargas, 4 de dezembro de 1936. Lamas fora agraciado com o Prêmio Nobel da Paz daquele ano pela sua ação nos acordos que puseram fim à Guerra do Chaco.

americanismo estadunidense, qualquer menção à Doutrina Monroe era rejeitada. Com isso, negava-se o pan-americanismo e, portanto, propunha-se uma tese universalista, isto é, não continental.

As principais propostas que foram então debatidas – o pacto de segurança continental (proposto pelo Brasil); a questão da neutralidade em caso de conflito extracontinental (pelos Estados Unidos), e um reforço ao tratado de não-intervenção (a partir da delegação mexicana) – encontraram dificuldades de harmonização com a Argentina<sup>214</sup> (exceto a proposta mexicana, que por sua vez remetia ao projeto de Lamas de 1933). Era fundamental, do ponto de vista dos delegados dos Estados Unidos e do Brasil, que as declarações e convenções surgidas da Conferência fossem unanimemente apoiadas, para que o grau de impacto internacional fosse alto, mostrando às potências europeias um continente unido em torno de objetivos comuns. Assim, harmonizados os planos com a Argentina, os resultados da Conferência foram menos contundentes do que o planejado por Brasil e Estados Unidos, mas foram unânimes. Deste modo, o Pacto de Segurança Coletiva, articulado entre Brasil e Estados Unidos, foi aprovado em novos termos, tendo parte de seu texto sido incorporado na Convenção Sobre Manutenção, Garantia e Restabelecimento da Paz, que *recomendava* (o caráter obrigatório foi bloqueado pela Argentina) a consulta entre as Repúblicas Americanas em caso de guerra, dentro ou fora da América, que ameaçasse a segurança continental<sup>215</sup>. O sistema de consulta, na prática,

---

<sup>214</sup> GV c 1936.12.02/2 (Vol. XXIV/90). Carta de Macedo Soares a Vargas, 15 de dezembro de 1936.

<sup>215</sup> GV c 1936.12.02/2 (Vol. XXIV/90). Carta de Macedo Soares a Vargas, 15 de dezembro de 1936.

Proyecto de convención sobre mantenimiento, afianzamiento y restablecimiento de la paz.

1º En caso de verse amenazada la paz de las Repúblicas americanas, y con el objeto de coordinar los esfuerzos para prevenir dicha guerra, cualquiera de los gobiernos de las Repúblicas americanas signatarias del Tratado de Paris de 1928 o del Tratado de Non Agresión y de Conciliación de 1933, o de ambos, miembro o no de otras instituciones de paz, consultará con los demás gobiernos de las Repúblicas americanas y éstos, en tal caso, se consultarán entre si para los efectos de procurar y adoptar fórmulas de cooperación pacifista;

2º En caso de producirse una guerra o un estado virtual de guerra entre países americanos, los gobiernos de las Repúblicas americanas representadas en esta Conferencia, efectuarán, sin retardo, las consultas mutuas necesarias, a fin de cambiar ideas e de buscar, dentro de las obligaciones emanadas de los Pactos ya citados y de las normas de la moral internacional, un procedimiento de

determinava uma responsabilidade coletiva para situações em que antes um país – mormente os Estados Unidos – agiria sozinho, sendo isso o mais perto que se chegou da “coletivização da Doutrina Monroe” almejada por Aranha.

Em certo sentido, portanto, a Argentina freou o estabelecimento de uma aliança continental minimamente efetiva, preservando a unanimidade em torno de um projeto mais brando. Ainda assim, segundo avaliação de Aranha, o resultado da Conferência foi altamente positivo para o Brasil, já que o conflito entre as delegações dos Estados Unidos e da Argentina “só podia aumentar o prestígio do Brasil junto aos Estados Unidos” (HILTON, 1994, p. 241). Mais uma vez, é possível notar que o que está em jogo para a política externa brasileira é uma aproximação com os Estados Unidos através de uma roupagem continental que é útil para ambos os lados.

Para o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, ainda que tenha havido esse quiproquó argentino, a Conferência foi o “acontecimento culminante da política internacional do continente”,

colaboración pacifista; y, en caso de una guerra internacional fuera de América, que amenazare la paz de las Repúblicas americanas, también procederán las consultas mencionadas para determinar la oportunidad y la medida en que los países signatarios, que así lo deseen, podrán eventualmente cooperar a una acción tendiente al mantenimiento de la paz continental.

3º Se estipula que toda incidencia sobre interpretación de la presente Convención, que no haya podido resolverse por la vía diplomática, será sometida al procedimiento conciliatorio de los convenios vigentes o al recurso arbitral o al arreglo judicial.

4º La presente convención será ratificada por las Altas Partes Contratantes, de acuerdo con sus procedimientos constitucionales. La convención original y los instrumentos de ratificación serán depositados en el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Argentina, el que comunicará las ratificaciones a los demás Estados signatarios. La Convención entrará en vigor entre las Altas Partes Contratantes en el orden en que hayan depositado sus ratificaciones.

#### **Protocolo adicional relativo a não intervenção**

Retoma o acordo feito na VII conferência, em 1933, de que “nenhum estado tenho o direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outros estados”.

1º Las Altas Partes Contratantes declaran inadmisibile la intervención de cualquiera de ellas, directa o indirectamente, y sea cual fuere el motivo, en los asuntos interiores o exteriores de cualquiera otra de las partes. La violación de las estipulaciones de este artículo dará lugar a una consulta mutua, a fin de cambiar ideas y buscar procedimientos de avenimiento pacifista”.

2º equivale ao 3º do anterior.

3º equivale ao 4º do anterior.

fruto da “nossa mais pura tradição (a solidariedade continental), tem suas bases numa colaboração efetiva com todos os povos da América e um entendimento mais íntimo com os Estados Unidos, nação a qual nos liga uma velha amizade vinda dos tempos da Independência”<sup>216</sup>.

O fundamental é a interpretação do Ministério de que a Conferência torna efetivo o “ideal pan-americano”:

A nossa ação seguiu a orientação natural desses princípios, de acordo com as necessidades da época e a gravidade da situação mundial tão ameaçadora e inquietante. Já não satisfazia a simples solidariedade vaga, espiritual, de princípios, em que se fundara e se desenvolvera o pan-americanismo. As condições do mundo moderno, as dificuldades crescentes da situação internacional da Europa, as perturbações trazidas pela crise econômica prolongada e agravadas pelos antagonismos históricos das potências extracontinentais, estavam indicando modificações, aperfeiçoamentos no sentido de dar um caráter mais positivo, mais concreto, ao puro ideal pan-americano<sup>217</sup>.

A isso se segue, no relatório, uma crítica à posição universalista argentina<sup>218</sup> e um elogio à ação conjunta de Brasil e Estados Unidos.

Em 23 de dezembro a Conferência foi encerrada, e o ano terminou, então, com esta situação que ao mesmo tempo foi uma vitória argentina, ao barrar parte dos acordos articulados entre Brasil e EUA a partir de uma ideia pan-americana, mas também uma vitória brasileira, que conseguiu dar um passo importante para suas relações com os Estados Unidos. O mecanismo fundamental das relações continentais –

---

<sup>216</sup> Relatório Anual do Ministério de Relações Exteriores, 1936, p. XIII.

<sup>217</sup> Relatório Anual do Ministério de Relações Exteriores, 1936, p. XIV.

<sup>218</sup> “De acordo com os Estados Unidos, apoiamos em Buenos Aires, a iniciativa de dar à obra de preservação da paz, um caráter eminentemente continental, concretizando, ‘numa ação comum e solidária’, os anseios dos nossos povos por uma união mais íntima e eficaz. Às tendências de universalização da ação americana no campo internacional, de modo a coincidir com os esforços da Sociedade das Nações, opusemos o critério já antes por nós adotado, ao nos retirarmos do instituto de Genebra, da conveniência de não se envolverem os países americanos nos antagonismos históricos irreduzíveis que dividem a Europa”, Relatório Anual do Ministério de Relações Exteriores, 1936, p. XIV.



o sistema de consulta – nasceu ali, neste ano decisivo de 1936, e seria aperfeiçoado nas próximas Conferências Pan-Americanas.



### Capítulo III – O Xadrez Pan-Americano e o Estado Novo

#### 3.1 As Negociações Navais: o equilíbrio pan-americano

Paralelamente às negociações sobre a Conferência de 1936, Brasil e Estados Unidos conduziam uma negociação sigilosa acerca da venda de cruzadores do segundo para o primeiro. Em março de 1936 previa-se a entrega de dois cruzadores até o final do ano, mais dois em meados de 1937, e assim por diante até totalizar 10 cruzadores. Eles seriam entregues “completamente armados e prontos”, e os Estados Unidos comprometeram-se a ressaltar o assunto na Segunda Conferência de Desarme Naval, que ocorria em Londres naquele momento. Além disso, eram encaminhadas negociações para reativação da missão naval estadunidense no Brasil, extinta em 1930<sup>219</sup>.

O acordo, porém, fracassou, aparentemente por resistências da própria Marinha dos Estados Unidos, preocupada com a possibilidade de uma nova corrida entre as potências por armamentos navais diante de uma situação instável na Europa, o que demandaria a permanência dos equipamentos nos Estados Unidos<sup>220</sup>. Aranha sugeriu a Vargas que diante da recusa o Brasil deveria buscar navios na Inglaterra ou na Alemanha<sup>221</sup>, o que não deixa de ser interessante vindo do maior defensor dos Estados Unidos dentro do governo brasileiro. Isso sugere duas coisas: primeiro, que o pragmatismo de Aranha sobrepujava sua admiração pelos Estados Unidos, o que não é propriamente uma surpresa, pois mesmo os termos pelos quais ele defendia uma aproximação com os EUA eram bastante pragmáticos; segundo, que embora o governo estivesse aberto a comprar armas em qualquer país, a busca só se estendia a outros após consulta prioritária aos Estados Unidos.

Diante do fracasso desse acordo, o Presidente Roosevelt acenou a Vargas que ele pessoalmente era favorável ao esquema, e que tentaria

---

<sup>219</sup> GV c 1936.03.17 (Vol. XXI/70). Carta de Raul Reis a Getúlio Vargas, 3 de março de 1936. É interessante a fala de Raul Reis sugerindo a Vargas que “convém não perder a oportunidade, sobretudo agora em que há tendência geral para o pan-americanismo”.

<sup>220</sup> GV c 1936.07.08/4 (Vol. XXIII/18). Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, 8 de julho de 1936.

<sup>221</sup> Escreveu Aranha: “Sou da opinião de que debes iniciar tratativas na Inglaterra e na Alemanha”.

formular uma nova proposta capaz de satisfazer os dois governos<sup>222</sup>.

A busca por reforços para a Marinha do Brasil buscava atender às exigências da própria corporação e lidar com uma relativa ameaça Argentina, que ainda no tenso clima do final da Guerra do Chaco, em 1935, fizera grande encomenda de navios para a sua Armada junto à *Vickers-Armstrong* da Inglaterra (BANDEIRA, 2003, p. 188), desequilibrando o poderio militar naval da região. Em setembro de 1936, ainda sob o impacto do fracasso das negociações iniciais com os Estados Unidos, a embaixada brasileira em Buenos Aires demonstrava preocupação com a política de armamentos argentina<sup>223</sup>.

No mesmo mês, novas negociações com os Estados Unidos começaram, quando foi oferecido ao Brasil o arrendamento de 6 destróieres que seriam descomissionados da Marinha estadunidense em breve. Eles seriam reformados e modernizados, e um oficial da Marinha do Brasil deveria ir vistoriá-los na Filadélfia<sup>224</sup>. Somente nos primeiros meses de 1937 a proposta esteve perto de sua concretização. José Carlos de Macedo Soares, que já não era mais o Ministro de Relações Exteriores, esteve extraoficialmente nos Estados Unidos para tratar do assunto, onde Roosevelt pediu sigilo sobre o acordo até que a proposta fosse aprovada no Congresso estadunidense. Segundo o Presidente, três pontos faltavam ser acertados, mas todos já estavam bem encaminhados: alguma resistência restante entre parte da Marinha dos Estados Unidos; a aprovação no Congresso; um acordo com Inglaterra e França, por causa do Tratado Naval de Londres. Um quarto ponto, porém, surpreendeu o governo brasileiro: os Estados Unidos dariam chance para que outras Repúblicas Americanas adquirissem material naval do mesmo nível<sup>225</sup>. Macedo Soares argumentou com Sumner Welles e Cordell Hull dizendo ser “desarrazoável que fosse estendido a todos o que deveria ser feito só ao Brasil”, destacando que a Argentina, mesmo já esperando os navios ingleses, aceitaria um oferecimento estadunidense, não por necessidades materiais, mas para “quebrar o valor moral da cessão”. Ele reconheceu, também, que mesmo para o Brasil, a chegada dos novos navios não representava um ganho material

---

<sup>222</sup> GV c 1936.07.08/4 (Vol. XXIII/11). Carta de Roosevelt a Vargas, 6 de julho de 1936.

<sup>223</sup> GV c 1936.09.21. Carta de Francisco Losada a Getúlio Vargas, 21 de setembro de 1936.

<sup>224</sup> GV c 1936.09.02. Carta de Aranha a Vargas, 29 de setembro de 1936.

<sup>225</sup> GV c 1937.02.04/2 (Vol. XXV/39). Carta de Macedo Soares a Getúlio Vargas, 17 de fevereiro de 1937.

muito elevado; afirmando que “o valor psicológico da cessão exclusiva [era] muito maior do que o valor material do negócio”.

Essa negociação ocorria apenas dois meses após a Conferência de Buenos Aires, que colocara Brasil e Estados Unidos em perfeita sintonia, e descreditara a Argentina. Após toda a colaboração entre os dois países, sempre marcada pela ideia de um pan-americanismo bastante particular do ponto de vista brasileiro – isto é, que privilegiava as relações entre Brasil e Estados Unidos – a possibilidade de que as ofertas estadunidenses feitas ao Brasil fossem estendidas aos demais parecia absurda. No jogo de poder continental o que o Brasil buscava era o apoio estadunidense para a sua consolidação na América do Sul: se este apoio fosse disseminado para as outras repúblicas, todo o projeto de aproximação e busca de uma aliança especial com os Estados Unidos perdia o sentido, e os esforços seriam desmoralizados. Ao mesmo tempo, em sentido contrário, como poderia os Estados Unidos sustentar o pan-americanismo privilegiando uma república específica e negligenciando tão explicitamente as demais? É nesse jogo de poder que o pan-americanismo destes anos deve ser entendido.

As negociações para o acordo prosseguiram em sigilo, apesar do desconforto causado pela intenção estadunidense de ampliá-lo a outros países americanos. Em abril, o contrato do arrendamento chegou às mãos do Embaixador Aranha. Faltava apenas a aprovação do Senado dos Estados Unidos. Os navios seriam entregues completamente armados, mas uma cláusula tornava o acordo inútil para o Brasil: os navios poderiam ser usados apenas para treinamento, e, para efetivação do acordo, o país deveria se comprometer a não utilizá-lo em operações de guerra. Aranha buscou Welles para que esta cláusula, inesperada e descabida, fosse revista, ao que o Subsecretário de Estado se dispôs a trabalhar junto ao seu governo para ela fosse suprimida<sup>226</sup>.

Antes que a cláusula fosse revisada, porém, o acordo novamente fracassou. Quando se tornou público, ao ser debatido no Senado, o acordo suscitou forte oposição argentina. O chanceler Saavedra Lamas protestou ao governo estadunidense, causando reverberações na imprensa dos Estados Unidos. Houve campanha contrária a qualquer participação do país em ações de rearmamento dos países do continente (ALVES, 2005, p. 5). Diante da campanha e da oposição no Senado, a administração Roosevelt recuou, e o acordo foi

---

<sup>226</sup> GV c 1937.04.24 (Vol. XXV/91). Carta de Aranha a Vargas, 24 de abril de 1937. GV c 1937.04.27/6 (Vol. XXV/97a). Carta de Aranha a Vargas, 27 de abril de 1937.

suspensão. O protesto argentino, embora não tenha sido o único fator, contribuiu bastante, ao menos na avaliação de Aranha e Vargas, para o fracasso dos acordos, o que apareceu como uma grande surpresa para o governo brasileiro, visto a grande cooperação do Brasil na Conferência de 1936 e, ao contrário, as dificuldades impostas às negociações pela Argentina.

A avaliação do embaixador Aranha explicita sua visão sobre o posicionamento do Brasil ante o continente, quando afirmava a Vargas que

Este incidente veio comprovar quanto em ofícios ao Itamarati e em cartas tenho afirmado desde meus primeiros contatos com este governo e este país:

- a. Que a *Good Neighbor Policy* visa a igualdade de consideração e tratamento das nações continentais pelos Estados Unidos;
- b. Que precisamos forçar a adaptação dessa política à única fórmula continental conveniente ao Brasil; o apoio à preeminência continental dos Estados Unidos, em troca de seu reconhecimento da nossa supremacia na América do Sul<sup>227</sup>.

Novamente é explícita a estratégia brasileira por trás de seus esforços pan-americanos. Ainda na avaliação do embaixador, a atuação dos diplomatas brasileiros em 1936 havia repercutido tão bem nos Estados Unidos que seus efeitos seriam duradouros, e a simpatia de Roosevelt e, principalmente, do subsecretário de Estado Sumner Welles, eram garantidas. A lição do caso dos destróieres em seu fracasso é a de que seria necessário criar uma ampla atividade de “relações públicas” do Brasil junto à imprensa estadunidense, de modo a evitar a influência negativa na opinião pública fomentada por “pacifistas” ou pelos argentinos, segundo as palavras de Aranha<sup>228</sup>.

Estados Unidos e Brasil acertaram a divulgação de uma nota conjunta que é no mínimo curiosa: depois de todos os esforços brasileiros pela cessão exclusiva dos navios e sua busca pela garantia do direito de uso pleno do equipamento – ou seja, de uso efetivo em caso de qualquer conflito – a nota conjunta afirmou que os navios que estavam sendo negociados eram apenas para treinamento, sem capacidade de combate e que a proposta não era uma exclusividade ao

<sup>227</sup> OA cp 1937.05.03/1. Carta de Aranha a Vargas, 31 de agosto de 1937.

<sup>228</sup> OA cp 1937.05.03/1. Carta de Aranha a Vargas, 31 de agosto de 1937.

Brasil<sup>229</sup>, e sim parte de uma ampla política de boa vizinhança.

Assim, em meados de 1937, o jogo de poder do sistema interamericano pregara uma peça nas expectativas de parte do governo brasileiro. É possível observar a partir deste episódio o pan-americanismo em operação, em meio ao labiríntico jogo de poder continental. Apesar do fracasso momentâneo, o setor americanista do governo Vargas, encabeçado por Aranha, insistia na manutenção da busca por uma aproximação essencial com os Estados Unidos, permeada pelo discurso da cooperação continental.

O clima político no país, porém, era tenso. Os rumores acerca dos caminhos da sucessão presidencial deixavam muitas dúvidas no ar. Em 10 de novembro o golpe que instalou o Estado Novo abalou, momentaneamente, o estado das coisas da diplomacia brasileira.

---

<sup>229</sup> Relatório do Ministério de Relações Exteriores de 1937, p. XIII e Anexo A (A-I-A-3).





### 3.2 O Estado Novo e o primeiro impacto nas relações continentais

Ainda sem os recursos que havia requisitado para iniciar um programa minimamente efetivo junto à opinião pública estadunidense em favor do Brasil, o embaixador em Washington dizia a Vargas, em fins de outubro, que iria para Cleveland, na Convenção da Associação Nacional de Comércio Exterior, onde, no dia 4 do mês seguinte, proferiria dois discursos que seriam transmitidos por rádio. Dois dias depois estaria na *American University*, e no dia 11 em Charlesburg. “Essas viagens, – escreveu – visitas e discursos fazem parte da ação a ser desenvolvida na nossa defesa e na propaganda do nosso país”<sup>230</sup>.

Em Cleveland, 6 dias antes do golpe, e já no estado de guerra decretado em 2 de outubro, Oswaldo Aranha discursou oferecendo garantias das intenções democráticas do governo Vargas, e criticou os governos “direitistas”, referindo-se, provavelmente à Itália e Alemanha (HILTON, 1994, p. 254).

O golpe de estado de 10 de novembro de 1937 deve ser entendido no contexto amplo da crise geral do liberalismo. Se a Revolução de 1930 foi mais um resposta aos problemas internos do Brasil da velha república, ainda que relacionados à crise econômica de 1929, o movimento de 1937 pode ser entendido como uma resposta autoritária, alguns anos “atrasada”, à crise geral do liberalismo.

O Estado Novo, porém, não é uma ruptura com os anos anteriores de Vargas; ao contrário, ele teve alguns anos de gestação. Em 1935, com apoio dos liberais, fora aprovada a nova Lei de Segurança Nacional. A Aliança Nacional Libertadora fora fechada em julho daquele ano, e a insurreição comunista de novembro desencadeou forte repressão do governo, não apenas aos agentes políticos ligados à insurreição, mas a toda oposição (que não membros das elites oligárquicas), com sólido apoio do Congresso às medidas repressivas (FAUSTO, 2010, p. 361). O Estado de Sítio decretado em novembro de 1935 prolongou-se até junho de 1937, e voltou em outubro, quando da divulgação do famigerado Plano Cohen<sup>231</sup>. Em 1936 fora criada a Comissão Nacional de Repressão

---

<sup>230</sup> OA cp 1937.05.03/1. Carta de Aranha a Vargas, 27 de outubro de 1937.

<sup>231</sup> Foi um suposto plano de tomada do poder no Brasil elaborado pelos comunistas, escrito para figurar hipoteticamente em um boletim da Ação Integralista Brasileira (AIB). A cúpula do exército transformou o plano em “realidade”, e a divulgação de sua existência por rádio e jornal fez com que o Congresso aprovasse, imediatamente, a restauração do estado de guerra (FAUSTO, 2010, p. 364).

ao Comunismo e o Tribunal de Segurança Nacional<sup>232</sup>, destinado a julgar os envolvidos na intentona, mas que se manteve e, com o Estado Novo, se tornaria órgão permanente. Na prática, portanto, os direitos constitucionais não estavam garantidos nesse período “democrático”.

Era esse clima político que repercutia negativamente na imprensa estadunidense quando da polêmica em torno dos navios para a Marinha do Brasil, e era uma das razões pela qual Aranha defendia uma ampla força-tarefa de propaganda. Havia muita desconfiança quanto à continuidade da democracia – o que dela restava, isto é, as eleições – brasileira.

Com apoio da Ação Integralista Brasileira<sup>233</sup>, das Forças Armadas e da grande maioria dos governadores<sup>234</sup>, aproveitando o clima de medo criado pela divulgação estratégica do Plano Cohen, o golpe foi desferido em 10 de novembro; as eleições previstas para janeiro foram canceladas e o Congresso, sem resistência, fechado, tal como as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais. Vargas discursou sobre a nova situação política, justificando-a pela insuficiência da democracia partidária em lidar com os problemas nacionais, as falhas na Constituição de 1934, os problemas herdados, como a dívida externa, a necessidade de melhorias administrativas que só seriam possíveis com mais centralização, e o reequipamento do Exército (CARONE, 1976, p. 256).

A nova Constituição, preparada desde fins de 1936 por Francisco Campos, então Consultor Geral da República, “ideólogo da

---

<sup>232</sup> Ver SILVA, 2007.

<sup>233</sup> Campos foi também um dos principais responsáveis pela articulação política que garantiu o apoio dos integralistas e os deram esperanças de que Plínio Salgado se tornaria Ministro da Educação no novo governo.

<sup>234</sup> O deputado federal Francisco Negrão de Lima, de Minas Gerais, foi o enviado de Vargas para contatar os governadores dos estados do norte e nordeste, em outubro, e ele informou os governadores sobre as mudanças institucionais previstas na nova Constituição, que já não era, portanto, um segredo. Neste momento figuras importantes do governo, como nosso conhecido José Carlos de Macedo Soares, pediram demissão. Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e o almirante Aristides Guilhem, pela Marinha, tomaram conhecimento pleno da nova Constituição no dia 8 de novembro, aprovando-a entusiasticamente. O golpe estava marcado para o dia 15, aniversário da República, mas o manifesto lido por Armando Sales no Congresso no dia 9, pedindo aos chefes militares que garantissem a ordem constitucional apressou o golpe para o dia seguinte.

nova ordem”<sup>235</sup>, que ocuparia, após o golpe, o Ministério da Justiça, “deu coerência a muitas práticas e instituições que vinham se formando no período 1930-1937” (FAUSTO, 2010, p. 365). A nova Constituição era marcada por “autoritarismo político e centralização administrativa”<sup>236</sup>, inspirada nas constituições de Alemanha, Itália, Portugal, Lituânia, Áustria e, principalmente, Polônia (CARONE, 1976, p. 156). Ela previa a substituição do parlamento liberal tradicional por uma câmara corporativa e técnica, que se chamaria Conselho Econômico Nacional, com representantes patronais e dos trabalhadores, ambos agrupados em sindicatos atrelados ao governo. O executivo forte consultaria tal órgão, que não teria, na verdade, poderes como os do antigo poder legislativo. Esta câmara corporativa nunca chegou a existir, sendo substituída, em algumas de suas funções previstas, pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, composto por técnicos e empresários, daí o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro referir-se ao novo regime como um “simulacro de corporativismo”<sup>237</sup>.

A Constituição previa, no artigo 187, a realização de plebiscito para sua legitimação seis anos após a promulgação, o que nunca ocorreu. De fato, muito do que se previa na Constituição não foi posto em prática, dada a declaração de estado de emergência através das “Disposições Finais e Transitórias” da nova Constituição, que nunca foram revogadas, e deram a Vargas poderes de um presidencialismo imperial.

É importante, para esta investigação, destacar as ideias que se materializaram na Constituição do regime do Estado Novo, pois estas ideias entram em choque com os princípios normalmente tidos como típicos do pan-americanismo. É importante observar que, enquanto o regime de Vargas antes do golpe já operava de modo autoritário e não democrático, havia formalmente uma Constituição que garantia os três poderes da república (princípio tido por Francisco Campos como mera ‘ideologia política’), eleições livres, etc., pautadas sobre princípios liberais. O que acontece com o Estado Novo é a formalização e endurecimento das práticas não liberais e o solapamento do princípio da

---

<sup>235</sup> A expressão é do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC, verbete CAMPOS, Francisco, que inclui entre os ideólogos da nova ordem Azevedo Amaral e Oliveira Vianna.

<sup>236</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC, verbete sobre Constituição de 1937.

<sup>237</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC, verbete sobre Constituição de 1937.

divisão dos três poderes e do sufrágio universal, a partir de um discurso de sustentação fundamentalmente *antiliberal*. Agora, portanto, não apenas as práticas do governo eram, em muitos casos, antiliberais, mas também todo o seu discurso de sustentação.

A crítica antiliberal de Francisco Campos, fundamentalmente apoiada no pensamento de Oliveira Viana e Azevedo Amaral<sup>238</sup>, atacava o liberalismo – globalmente em crise, vale lembrar – em duas frentes: uma frente nacional e outra temporal<sup>239</sup>. Do lado da nação, os meios políticos do liberalismo “não são os mais adequados aos nossos costumes, às particularidades do nosso meio, às nossas tradições e à nossa experiência política” (CAMPOS, 1939 *Apud* JASMIN, 2007, p. 231); do lado do tempo, a democracia liberal como um anacronismo, um sistema superado globalmente pelos novos tempos<sup>240</sup>, como atestaria a multiplicação de regimes autoritários desde a década de 1920.

Ainda segundo Jasmin, parte dos fundamentos dessa visão de Francisco Campos estão em Azevedo Amaral e sua obra *O Brasil e a Crise Atual*, através de três pontos: primeiro a negação de um evolucionismo político direcionado para um fim onde estaria a política perfeitamente liberal, e, consequentemente, o melhor modo de organização política possível; ao contrário do evolucionismo, Amaral (e o pensamento autoritário da época) pautava sua “filosofia da história” em um *revolucionismo*, segundo o qual as modificações na sociedade não se dão em direção a um *télos* predeterminado, mas sim através de rupturas bruscas e dramáticas conforme a noção de bem político, inserida sempre em um ambiente cultural específico e cambiante, tal como ocorria naquele momento, com o fracasso do liberalismo, que exigia novas respostas e novas noções de bem político. Segundo, a revolução tecnológica que ocorria e prometia a justiça econômica, sem realizá-la; terceiro, dada a falência dos regimes liberais-democráticos,

---

<sup>238</sup> Compõe-se, assim, o triunvirato do pensamento autoritário brasileiro da primeira metade do século XX.

<sup>239</sup> JASMIN, 2007, chama esses dois aspectos da retórica da crítica ao liberalismo de *mimesis da nação* e *mimesis do tempo*.

<sup>240</sup> Oliveira Viana, “mentor” de Campos, já se aproximara dessas duas dimensões da crítica antiliberal em sua obra *Populações Meridionais do Brasil*, de 1918, a qual, segundo Ângela de Castro Gomes (2007, p. 88), “Partia de duas premissas: a da impossibilidade de recriação, no país e a curto prazo, das condições que tornaram o liberalismo possível fora do Brasil; e a total indesejabilidade de alcançá-las em uma transição para a modernidade. Isto porque a sociedade brasileira tinha características específicas, e era outro o *timing* e o ideal de ação política a ser implementado”.

pautados pela discussão política, a proposta autoritária é a substituição de um *Estado político* por um *Estado técnico* (JASMIN, 2007, p. 233).

Ao mesmo tempo, porém, o novo estado autoritário brasileiro não se descola completamente do termo “democracia”, mas o ressignifica em uma curiosa engenharia conceitual, que, se entendida no contexto da crise geral do liberalismo – e de uma democracia que estava muito longe de atender as necessidades da população -, não é de todo sem sentido em teoria.

Segundo Gomes,

O significado da palavra democracia, particularmente no caso da experiência brasileira, esteve associado à dimensão social e não política, o que permitiu a construção de um conceito aparentemente paradoxal: ‘democracia autoritária’. O Estado brasileiro do pós-1930 pôde então se proclamar, franca e claramente, um estado forte, centralizado e antiliberal, sem perder a conotação de democrático, isto é, de justo e protetor socialmente (GOMES, 2007, p. 84).

Assim, o discurso autoritário se apropriava, também, do termo “democracia”, destacando, principalmente, a distância entre um “Brasil legal” e um “Brasil de fato”, isto é, de suas leis pautadas pela democracia-liberal que conviviam com uma prática política socialmente injusta e autoritária, sendo necessário superar o artificialismo político republicano. Assim, para os pensadores autoritários e, principalmente para Campos, o Ideólogo do Novo Regime, dado o tempo histórico correto, os anseios da Nação e a presença de Vargas, a figura adequada para a criação de um *mito* personalizando o executivo, todas as condições para o Estado Novo estavam dadas.

Dentre seus diversos usos, essa apropriação peculiar do termo “democracia” foi utilizada também, como será desenvolvido a seguir, para tentar ajustar as contas do Estado Novo com o pan-americanismo por ele abraçado definitivamente com o alinhamento aos Estados Unidos em 1942, o que já vinha sendo construído desde meados da década de 1930<sup>241</sup>. No entanto, essa apropriação do termo não invalida a constatação fundamental de uma das perguntas principais aqui investigadas, isto é, a existência de uma contradição entre os princípios fundamentais do pan-americanismo e os princípios fundamentais do

---

<sup>241</sup> Isso é trabalhado nas considerações finais.

Estado Novo – contradição que contribuiu enormemente para a queda do regime em 1945 – uma vez que o uso do termo pelo regime se dá em um sentido completamente diverso daquele da democracia liberal do pan-americanismo. As bases do regime, afinal, continuam sendo profundamente antiliberais.

A implantação deste novo regime criou problemas para o pan-americanista Aranha, que, embora consciente da instabilidade política causada pelos acertos para a eleição de 1938, foi pego de surpresa pelo golpe. Após o seu discurso em Cleveland o embaixador escreveu otimista a Vargas, afirmando que sua fala diante da Câmara de Comércio, irradiada em rede nacional nos Estados Unidos, foi muito bem sucedida com o público e teve boas repercussões nos impressos do dia seguinte<sup>242</sup>. Aranha lamentou a intervenção federal que depôs Flores da Cunha no Rio Grande do Sul, mas concordou com Vargas afirmando que era necessário, de fato, tomar medidas contra “os que estavam tramando a guerra civil”. Agora, apenas quatro dias antes do golpe, Aranha se mostra perdido em relação aos acontecimentos políticos no Brasil:

Manda-me uma notícia sobre a situação política do país. Sou aqui assediado a todos os momentos. Haverá eleição? Continuarão os mesmo candidatos? Haverá um terceiro, um *jelly fish*? Estão planejando a prorrogação do mandato? É verdade que te querem impor mais este sacrifício?<sup>243</sup>

O advento do golpe logo após sua fala que visava dar aos

---

<sup>242</sup> GV c 1937.11.06 (Vol. XXVIII/8). Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, 6 de novembro de 1937. É interessante notar que houve perguntas sobre a presença alemã no Brasil. Uma delas fez referência a uma matéria d’*O Globo*, que afirmava a presença de alemães que sequer falavam português. A resposta de Aranha foi espirituosa e desviou do assunto, que se tornaria grande preocupação nos EUA e no Brasil conforme a guerra se aproximava: o embaixador disse a audiência estadunidense que quando voltasse ao Brasil, contaria a história dos Estados Unidos através de seus jornais e revistas, arrancando risos da plateia.

<sup>243</sup> GV c 1937.11.06 (Vol. XXVIII/8). Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, 6 de novembro de 1937. Vargas escrevera a Aranha no dia 8 (OA cp 1937.11.09/4) avisando-o de que o golpe ocorreria no dia 15, e pedia ao embaixador que tranquilizasse os Estados Unidos, mas com a antecipação do golpe para o dia 10 a carta não a tempo a Washington (HILTON, 1994, p. 255).

estadunidenses garantias democráticas poderia ter colocado o embaixador em uma posição delicada em Washington, mas não foi bem o que aconteceu. O golpe evidentemente teve repercussões muito negativas na imprensa estadunidense, já há tempos atenta aos acontecimentos no Brasil. Entre 11 e 29 de novembro o *New York Times*, por exemplo, veiculou 19 notícias e dois editoriais sobre a questão brasileira, criticando a nova ditadura e especulando sobre possíveis relações do novo regime com a Alemanha e a Itália. Em todos os jornais havia sempre referência ao caráter fascista do novo regime, implicando algum tipo de conexão com o Eixo. As repercussões no restante do continente americano seguiram na mesma linha. Para piorar, em um contexto mundial já marcado por uma ação de propaganda do Eixo, as repercussões do golpe na Itália e na Alemanha foram extremamente positivas, embora cuidadosas para não sugerir que houvesse ocorrido interferência direta por parte de algum dos dois países no Brasil (McCANN, 1973, p. 50; HILTON, 1994, p. 255; CARONE, 1976, p. 261). Foi levantada a hipótese de o Brasil aderir ao Pacto Anticomintern, de Japão, Itália e Alemanha. O jornal *Il Messaggero*, da Itália, fez a seguinte afirmação, que é cara ao estudo do pan-americanismo:

Os círculos norte-americanos da Europa acham os acontecimentos no Brasil como um grave golpe, não só para a política de Roosevelt, senão para a doutrina americana que pretende que o fascismo é um produto europeu, que não pode ser exportado para o novo mundo (*Apud* CARONE, 1976, p. 262).

Enquanto a imprensa estadunidense e americana, em geral, condenavam os acontecimentos políticos e a instalação da ditadura no Brasil, o governo Vargas agiu rapidamente junto ao Departamento de Estado para tranquilizar os Estados Unidos que, por sua vez, foi bastante receptivo à ação diplomática brasileira. Ainda na tarde do dia 10 de novembro, o Ministro de Relações Exteriores, Mário de Pimentel Brandão, comunicou-se com o embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffrey, afirmando que o golpe nada tinha a ver com os regimes europeus e ocorrera para evitar maiores instabilidades (CARONE, 1976, p. 262; McCANN, 1973, p. 46).

Aranha pediu demissão no dia 12, afirmando discordar dos

rumos do novo regime e, principalmente, de sua nova Constituição<sup>244</sup>. Seu plano era permanecer no cargo por mais alguns dias, colocando panos quentes na opinião pública estadunidense, e logo retornar ao Brasil para não mais voltar ao cargo na embaixada. Às dez horas e quinze minutos da manhã do dia 17, Vargas respondeu a Aranha com um telegrama recusando a renúncia de seu embaixador. Os termos de tal recusa são importantes:

A mudança da Constituição do Brasil foi uma imposição da ordem, teve geral aceitação, gerou impressão de tranquilidade nos espíritos, firmeza nos negócios, melhoria no câmbio e valorização nos títulos. A situação que aí criaste de grande relevo, a amizade que nos ligava e *tuas cartas anteriores sobre a necessidade da minha continuação no governo faziam-me contar com a tua colaboração aí para a realização do grande panorama administrativo com o emprego de capitais norte-americanos e larga aquisição de material para o nosso aparelhamento militar e ferroviário. Era uma condição de êxito, ao mesmo tempo que o amparo americano evitaria que aceitássemos oferecimentos de outros países, ao que tenho resistido e pretendo resistir.* A questão das dívidas não constituiria obstáculo, pois faríamos um acordo separado com os Estados Unidos.

Nestas condições não me é possível aceitar a tua dispensa do cargo onde estás prestando tão relevantes serviços. A tua insistência importaria em uma recusa de prestar serviços ao Brasil no momento em que eles não podem ser dispensados e numa falta de assistência ao amigo que abandonarias quando este apela para o teu auxílio<sup>245</sup>.

Aranha, pessoalmente, gostaria da manutenção de Vargas no poder, sua discordância, portanto, era, como reiterou inúmeras vezes, com a Constituição do novo regime, e não propriamente com o golpe. O

---

<sup>244</sup> OA cp 1937.11.09/4. Telegrama expedido da embaixada do Brasil em Washington, de Aranha a Vargas, 15 de novembro de 1937.

<sup>245</sup> OA cp 1937.11.09/4. Telegrama de Vargas a Aranha, 17 de novembro de 1937. Grifos meus.



que é fundamental no telegrama é a expectativa de Vargas em relação ao apoio estadunidense, e sua intenção de evitar a busca de auxílio em outros países. Isso reforça o argumento já dado de que a busca prioritária por uma série de elementos – financiamentos diversos, aquisição de armamentos, etc. – era feita junto aos Estados Unidos, mesmo durante a chamada Equidistância Pragmática, sobre a qual deve se levar em conta ressalvas feitas anteriormente. Outra ressalva, porém, pode ser feita: Vargas, político de grande experiência, pode ter tentando seduzir Aranha ao enfatizar a importância pessoal do embaixador para projetos por ele mesmo defendidos com tanta ênfase e que o governo abraçava, de modo a mantê-lo no seu governo e evitar sua fuga para a oposição. O decorrer dos eventos, porém, indica uma estratégia efetiva de aproximação com os Estados Unidos no contexto pan-americano.

Ainda assim, o embaixador insistiu no seu pedido de renúncia, e Vargas não pôde mais negá-lo, pedindo a seu funcionário que permanecesse no cargo ao menos até o “restabelecimento da situação de normalidade e da confiança nas relações americano-brasileiras”<sup>246</sup>. Não havia ninguém melhor que o popular embaixador para botar panos quentes na situação nos Estados Unidos, tanto por seus bons contatos na imprensa como pela posição de prestígio que ocupava junto a Cordell Hull e Sumner Welles, e também junto a importantes figuras estadunidenses com negócios no Brasil. O escritório do Departamento Nacional do Café, em Nova York, 120 Wall Street, poucos dias após o golpe, recebeu várias ligações destes homens de negócios perguntando sobre a permanência do embaixador, querendo “fazer sentir ao Rio que sua permanência é de capital importância para o Brasil, em qualquer ocasião, mas notadamente agora, que se abriu um período delicado e, talvez, difícil para o bom entendimento entre este país e o nosso”<sup>247</sup>. O embaixador permaneceu até 11 de dezembro, quando retornou ao Brasil no navio *Western Prince*, ainda sem tornar pública sua renúncia.

Uma das principais atividades do embaixador neste meio tempo foi um almoço com representantes de todos os principais jornais dos Estados Unidos, procurando tranquilizá-los e defender os acontecimentos no Brasil, afirmando enfaticamente que eles não significavam outra tendência da política externa que não a cooperação com os Estados Unidos (HILTON, 1994, p. 60). O Departamento de

---

<sup>246</sup> OA cp 1937.11.09/4. Telegrama de Aranha a Vargas, 18 de novembro de 1937; telegrama de Vargas a Aranha, 19 de novembro de 1937.

<sup>247</sup> OA cp 1937.11.09/4. Carta de Eurico Pimentel a Aranha, 16 de novembro de 1937.

Estado, por sua vez, cooperava com a posição brasileira; Welles ajudou a acalmar a mídia, e o presidente do Export-Import Bank prometeu uma visita ao país assim que fosse chamado<sup>248</sup>: afinal de contas, o novo regime não parecia ser um problema para os Estados Unidos, mais interessados na estabilidade e na manutenção de boas relações com o Brasil, que, de outro modo, poderia buscar em outros lados o apoio de que necessitava, afastando-se politicamente de Washington.

Era essa a avaliação de Aranha em fins de novembro, quando afirmava que os EUA continuariam a aproximar-se do Brasil, “porque é e terá que ser o (Brasil) ponto de apoio mais seguro e fiel à política do *good neighbor*”<sup>249</sup>. A análise de Aranha quanto às medidas econômicas anunciadas pelo novo regime<sup>250</sup> é um reflexo da divisão ideológica mundial, afirmando a existência de contradições nas primeiras medidas econômicas e financeiras;

Umam eram liberais, como as do café e a do câmbio, outra comunista, como a das dívidas, outras fascistas, como a organização cooperativa [corporativa] da produção, e outras nacionalistas,

---

<sup>248</sup> GV c 1937.11.24/3 (Vol. XXVIII/53). Carta de Aranha a Vargas, 24 de novembro de 1937.

<sup>249</sup> GV c 1937.11.24/3 (Vol. XXVIII/53). Carta de Aranha a Vargas, 24 de novembro de 1937.

<sup>250</sup> As medidas incluíam a construção de ferrovias, medidas para incentivar a indústria, nacionalização de uma série de setores econômicos (minas, energia, seguros, bancos de depósito, etc.), construção de uma indústria de base, expansão da marinha mercante, suspensão do pagamento da dívida externa, controle das remessas de lucros ao exterior (CARONE, 1976, p. 72-102). É interessante notar a questão do nacionalismo econômico: “Nacionalismo significa restrição à iniciativa estrangeira, tanto política como econômica. Não havendo tradição anti-imperialista nas camadas dirigentes e sendo vaga esta ideia entre a camada pequeno-burguesa, o movimento é mais pragmático do que ideológico” (CARONE, 1976, p. 72). Em muitos casos, também, a nacionalização era facilitada porque as empresas praticavam ilegalidades, abusos econômicos ou não cumpriam com os investimentos acordados em concessões feitas pelo governo. Mesmo algumas empresas estadunidenses foram encampadas, como as seguradoras, a Brazil Railway Company e a Itabira Iron, inglesa e estadunidense que tinha o monopólio das jazidas minerais do estado de Minas Gerais. A falta de protestos estadunidenses contra as nacionalizações atesta uma estratégia de não criar conflitos com o Brasil, evitando que o país se alinhasse com outras potências concorrentes, possibilidade dada pelo contexto mundial de disputa por hegemonia.

quase xenófobas, como a dos bancos, seguros, minas, etc<sup>251</sup>.

Ainda assim, as circunstâncias internas dos Estados Unidos contribuiriam para o aprofundamento da relação entre os dois países, e é aqui que vemos a importância do pan-americanismo para a boa aceitação da política externa estadunidense diante de seu próprio público: Aranha avaliou que o ainda forte isolacionismo que impedia o país de tomar medidas mais duras contra o Japão na competição por hegemonia no pacífico, não afetava profundamente as relações interamericanas e, portanto e principalmente, as relações com o Brasil, porque o discurso pan-americano “defendendo a democracia, a paz e a felicidade dos povos continentais” era “uma música muito agradável aos ouvidos americanos, mesmo porque só dá prazeres sem riscos”. E ele conclui tratando de uma mentalidade estadunidense para a política externa, tratada aqui no primeiro capítulo, reforçando o modo como o pan-americanismo aparece enquanto ideia fundamental para a execução da política estadunidense para a América Latina:

Estou, pois, convencido de que ele vai renovar e intensificar a cruzada do good neighbor, porque ela tem muito de cruz vermelha, de exército de salvação, de Rockefeller Foundation, de filantropia religiosa, de puritanismo expansionista, enfim da carne e da alma deste país<sup>252</sup>.

Cabia ao Brasil, portanto, na visão de Aranha, aproveitar a necessidade dos Estados Unidos de manter o país sul-americano a seu lado, neste contexto de disputa por consolidação de hegemonias. Como dito, uma das preocupações refletidas na imprensa estadunidense era com a possibilidade de que houvesse participação do Eixo no estabelecimento do novo regime e inspiração da nova Constituição; Aranha informalmente delineou um princípio estratégico para obter nos Estados Unidos as facilidades para os “projetos administrativos, ferroviários e militares” de Vargas, afirmando que “o esforço, portanto, será americanizar ou pan-americanizar o Brasil antes que ele se

---

<sup>251</sup> GV c 1937.11.24/3 (Vol. XXVIII/53). Carta de Aranha a Vargas, 24 de novembro de 1937.

<sup>252</sup> GV c 1937.11.24/3 (Vol. XXVIII/53). Carta de Aranha a Vargas, 24 de novembro de 1937.

européize, hitlerize ou mussolinize de todo”<sup>253</sup>.

É fundamental destacar o uso quase intercambiável dos termos “americanizar” e “pan-americanizar”. Estamos diante de uma situação diferente da “pan-americanização” da Doutrina Monroe, quando das discussões preliminares à Conferência de Buenos Aires de 1936, nas quais se buscava uma apropriação coletiva de uma doutrina unilateral que tantos problemas havia causado à parte da América Latina. O pan-americanismo brasileiro, em sua ação diplomática, como tento sustentar, era uma busca não pelo continente, mas pelos Estados Unidos, por isso a equivalência, nesta comunicação de Aranha, entre “americanizar” e “pan-americanizar” o Brasil.

Diante da visão tão fortemente americanista de Aranha, e considerando que ele viria a assumir o Ministério de Relações Exteriores, é importante destacar – correndo o risco de me tornar demasiadamente especulativo – que, possivelmente, não houvesse forças no governo Vargas capazes de agir contra esse americanismo, mesmo que se posicionassem contra ele publicamente. Em certo sentido, figuras como Dutra e Góes Monteiro, tornavam as condições de obtenção de apoio do Brasil junto aos Estados Unidos ainda mais favoráveis<sup>254</sup>, já que a presença de tais figuras no governo, criando dúvidas quanto à posição internacional do Brasil, colocava ainda mais pressão sobre os Estados Unidos no sentido de conquistar um aliado necessário, independentemente de seu regime político.

Essa necessidade de apoio do Brasil para a política pan-americana também era reforçada pela instabilidade mundial, com um grande confronto no horizonte, que tornava as matérias-primas estratégicas brasileiras fundamentais para os Estados Unidos, o que serviria para alavancar as exportações do Brasil, melhorando as condições econômicas do governo. Assim, ainda na mesma carta, Aranha afirmava a existência nos Estados Unidos de um “fundo secreto” de 100 milhões de dólares para compra de estoques de matérias-primas de guerra, do qual o Brasil deveria se aproveitar<sup>255</sup>.

O Estado Novo, portanto, imediatamente teve que responder aos Estados Unidos e ao Continente Americano acerca de sua nova

---

<sup>253</sup> GV c 1937.11.24/3 (Vol. XXVIII/53). Carta de Aranha a Vargas, 24 de novembro de 1937.

<sup>254</sup> Favoráveis no sentido dos objetivos nacionais estabelecidos pelo regime: construção de uma indústria de base e reequipamento das Forças Armadas.

<sup>255</sup> GV c 1937.11.24/3 (Vol. XXVIII/53). Carta de Aranha a Vargas, 24 de novembro de 1937.

organização política. Ao longo dos anos, um discurso conciliador dessa nova forma junto ao pan-americanismo foi elaborado. No âmbito das práticas diplomáticas pouca coisa mudou no novo governo.



### 3.3 A Convergência Pan-Americana

O ex-embaixador passou o Natal reunido com seus irmãos no Rio de Janeiro. A família Aranha, profundamente envolvida na política, debateu o caso: seus irmãos, pedindo interferência da mãe, senhora Luiza de Freitas Valle Aranha, insistiam na permanência de Oswaldo junto ao governo<sup>256</sup>.

Nos primeiros meses de 1938 as especulações sobre os rumos do novo regime continuavam. Na Argentina a imprensa ainda dava ao Estado Novo “o caráter de uma obra inspirada por Hitler ou Mussolini” e, também, seguindo uma típica argumentação pan-americanista, que a “América não deve falhar nas suas tradições democráticas, e que qualquer outra coisa seria planta exótica no continente”<sup>257</sup>. Nos Estados Unidos, L. S. Rowe, diretor da União Pan-Americana, lamentava a saída de Aranha, e elogiava seu papel central e grandes contribuições “para o desenvolvimento de laços mais próximos entre as repúblicas do Continente Americano”<sup>258</sup>. Parte da imprensa especulava sobre os rumos do regime, associando seu destino à posição do popular ex-embaixador. O número de 11 de fevereiro de 1938 do *The Sun* de Nova York, falava sobre o “*handsome e cultured gaucho and revolutionary*” que, “brilhantemente educado”, havia estudado a “democracia americana” e era aliado de Roosevelt e Hull. Segundo depoimento de um amigo de Aranha em Washington, dizia o jornal, um dos termômetros para os rumos do novo regime seria a posição que o influente político assumiria diante do governo, com a fundamental constatação de que, por sua popularidade, dificilmente Vargas o deixaria escapar do governo para, possivelmente, fazer-lhe oposição<sup>259</sup>.

Vargas, “Brazil’s Roosevelt”<sup>260</sup>, fez o que sua comum posição de mediador indicava. Deu o golpe para manter-se no poder com a ajuda dos setores políticos antiliberais, e tentou equilibrar a composição ministerial com duas figuras públicas de prestígio entre os liberais em

---

<sup>256</sup> OA cp 1937.11.09/4. Carta de Alberto Egídio de Souza Aranha a Luiza de Freitas Valle Aranha, 30 de dezembro de 1937.

<sup>257</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta de Orlando Leite Ribeiro a Oswaldo Aranha, 21 de janeiro de 1938.

<sup>258</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta de Leo S. Rowe a Oswaldo Aranha, 21 de janeiro de 1938.

<sup>259</sup> OA cp 1938.01.21/1. Coluna *Who Is News Today – Oswald Aranha the One Question Mark in Brazil. The Sun*, Nova York, 11 de fevereiro de 1938.

<sup>260</sup> Expressão do *Washington Post*, 23 de outubro de 1938.

dois Ministérios fundamentais: nas finanças, Souza Costa, e nas relações exteriores, em março, conseguiu trazer de volta Aranha, agora como chefe da diplomacia e da política externa brasileira. O presidente se livrara da possível oposição de Aranha a seu governo, e equilibrava as forças do gabinete em um contexto mundial duvidoso, em que havia margem para obtenção de apoio estadunidense para importantes projetos nacionais e, ao mesmo tempo, corria-se o risco, dada a nova configuração política do governo, de um afastamento, tido como perigoso, dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo em que equilibrava o Ministério, desde dezembro de 1937 Vargas golpeava qualquer força política que pudesse ameaçá-lo, decretando a extinção dos partidos políticos, incluindo a AIB, que o apoiara no golpe, a partir da promessa de que Plínio Salgado fosse compor o governo. Vargas entrou em conflito com os integralistas, cujo apoio dado ao golpe era fruto de muita desconfiança nos Estados Unidos. Em maio de 1938 o ataque dos integralistas ao Palácio Guanabara, prontamente reprimido e derrotado, fortaleceu ainda mais a posição do presidente. A derrota dos integralistas, terminando com a influência política direta que a AIB poderia ter no governo certamente foi um passo importante nas relações interamericanas do Brasil. Se o novo regime brasileiro flertava com o fascismo em sua constituição por um lado, por outro começava a se configurar um quadro em que Vargas não daria ao flerte a intenção de namoro.

Assim, aos poucos, apesar dos rumores sobre uma possível aproximação do Estado Novo à Alemanha, por afinidade ideológica, as relações entre o Brasil e o Eixo, que prosperavam, principalmente no setor comercial, começavam a sofrer significativos abalos, apesar do acordo de fornecimento de armamentos firmado com a Krupp alemã, também em março de 1938.

Ainda antes do putsch integralista Vargas decretara, seguindo a proibição dos partidos políticos nacionais, a proibição da participação de estrangeiros em atividades políticas<sup>261</sup>, o que afetou as atividades do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP), o partido Nazista, e provocou veementes protestos do embaixador alemão no Rio de Janeiro, Karl Ritter.

No primeiro semestre de 1938 os conflitos de Ritter com o Ministério de Relações Exteriores do Brasil se deram por quatro razões: a política de nacionalização que se fortalecia, influenciada pelas novas diretrizes da Segurança Nacional; a constante presença de artigos

---

<sup>261</sup> Decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1938.



críticos à Alemanha na imprensa brasileira; o decreto que encerrou as atividades do NSDAP<sup>262</sup>; e a prisão de membros ligados ao partido quando do putsch integralista, incluindo a de Frederico Colin Kopp, membro da diretoria da Federação de Centros Culturais 25 de Julho, que viria a morrer em uma prisão brasileira em 24 de junho<sup>263</sup>. A ação arrogante e truculenta do embaixador alemão junto ao governo brasileiro levou Aranha a declará-lo *persona non-grata*, em setembro daquele ano, quando, então, as relações comerciais pujantes foram temporariamente suspensas, através da ordem dada pelo governo brasileiro ao Banco do Brasil, que suspendeu o uso dos marcos de compensação que possuía para a compra de produtos alemães. É preciso ter em conta, portanto, que apesar da pujança do comércio – cuja suspensão não durou muito tempo devido às fortes necessidades estruturais dos dois países e do fornecimento de armas alemãs ao Brasil – os números escondem conflitos políticos. Esses acontecimentos fizeram com que o governo alemão substituísse Ritter e recuasse em suas reclamações, cessando seus protestos contra a política de nacionalização que atingia principalmente o sul do Brasil (MENEZES, 2011).

Hilton (1994, p. 273) classifica o episódio como um “choque de nacionalismos”<sup>264</sup> – o brasileiro, acirrado pelo Estado Novo, e o Alemão nazista. É interessante, porém, relativizar a importância do NSDAP/AO junto aos descendentes de alemães: a ação dos membros do partido junto aos descendentes nem sempre era bem recebida pelas comunidades (MENEZES, 2011), que não apreciavam a arrogância dos líderes nazistas em ditar os rumos locais mesmo que os descendentes nutrissem boa dose de admiração por Hitler por causa da recuperação econômica alemã (GERTZ, 1987). Assim, o nazismo, enquanto alternativa

---

<sup>262</sup> O partido (NSDAP/Auslands-Organisation) contava com aproximadamente 3000 membros no Brasil, sendo o maior contingente de membros existente fora da Alemanha. Ritter protestou contra a proibição do partido, alegando que NSDAP era parte oficial do governo alemão (MENEZES, 2011).

<sup>263</sup> É importante notar o seguinte: o governo brasileiro, apesar de ter prendido alemães possivelmente relacionados ao putsch e com ligações com o NSDAP, negou envolvimento alemão em seu relatório investigativo sobre o ocorrido e evitou, com isso, maiores instabilidades em suas relações com a Alemanha. O procedimento foi bastante diferente daquele ocorrido na chamada Intentona Comunista, onde culpados soviéticos foram imediatamente encontrados e a repressão foi generalizada e muito mais dura do que a dada aos presos no episódio integralista. Para o tema da diferença do tratamento dado a comunistas e integralistas julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, ver SILVA, 2007.

<sup>264</sup> MENEZES, 2011, faz a mesma citação de Hilton.

ideológica, irredutivelmente alemã, para influência dos rumos da política brasileira era realmente fraca, mesmo com a admiração de figuras centrais do exército pelos feitos militares alemães. A historiografia estadunidense que venho citando até aqui tende, por seu lado, a dar cores mais dramáticas à ação do NSDAP no Brasil e ao perigo de uma tomada do sul por imigrantes alemães simpatizantes do nazismo.

O pan-americanismo, por outro lado, tem seu aspecto ideológico muito mais sutilmente construído, em torno de uma ideia internacionalista que, por ser historicamente abraçada por importantes intelectuais e políticos brasileiros, além de, fundamentalmente, servir a interesses geopolíticos do governo Vargas, como venho defendendo até aqui, entra como amálgama ideológico muito mais eficiente para contribuir nas determinações dos rumos da política externa brasileira em direção ao fim da equidistância pragmática e a um alinhamento definitivo com os Estados Unidos.

O grande evento pan-americano de 1938, a Conferência de Lima, marcada para dezembro, repetiu o antagonismo fundamental do encontro de 1936 entre Brasil e Estados Unidos de um lado, e Argentina do outro, mesmo com as tentativas prévias de acertos entre o Ministro brasileiro e o Ministro argentino, José Maria Cantilo<sup>265</sup>, tentando evitar expor as delegações de ambos os países “aos azares de improvisações, que às vezes conduzem a confusões lamentáveis”, em clara referência aos ocorridos de 1936<sup>266</sup>. As diferenças de posição entre os dois países não eram, porém, meros azares e confusões. Cantilo criticava a velha intenção de “continentalizar” a Doutrina Monroe – posição fortemente defendida por Aranha em 1936, mas não totalmente efetuada naquela ocasião exatamente pela oposição Argentina – embora demonstrasse ser favorável ao mecanismo de consulta de Ministros de Relações Exteriores do Continente em caso de dificuldades internacionais, anteriormente elaborado. Fundamentalmente, o chanceler argentino defendia a continentalização (pan-americanização) da Doutrina Drago, antiga demanda da Argentina e de outros países americanos<sup>267</sup>. Evidenciava-se, ainda em agosto daquele ano, que as pautas de Brasil e Argentina continuavam bastante divergentes.

---

<sup>265</sup> Ele substituiu Saavedra Lamas com o fim do governo de Juan Pedro Justo e início do mandato de Roberto Ortiz.

<sup>266</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta de Aranha a Cantillo, 18 de agosto de 1938.

<sup>267</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta do Embaixador em Buenos Aires, José Paula de Rodrigues Alves, a Oswaldo Aranha, 23 de agosto de 1938.

Mais tarde, diante dessas indicações de resistência Argentina a uma retomada das pautas de 1936, Aranha ponderava com seu equivalente argentino sobre a necessidade de que as conferências pan-americanas, e principalmente a que estava por vir, deveria ser “uma demonstração da união e da solidariedade das repúblicas americanas, e que, portanto, devem ser evitados ou transferidos todos os assuntos que possam dar impressão diversa aos outros continentes”. Segundo Aranha, portanto, as pendengas continentais deveriam ficar para reuniões diretas entre os países eventualmente envolvidos, enquanto as conferências e, conseqüentemente, algo que podemos chamar de movimento diplomático pan-americano, manifestando uma solidariedade continental, deveria servir para

condenar essas ideias e propósitos [referindo-se às ideologias totalitárias europeias e à possibilidade de guerra] e fechar todas as portas do continente à invasão de doutrinas e práticas que, se entrarem num só país, acabarão por trazer a insegurança e a ruína de todos os demais<sup>268</sup>.

Demonstrava, então, forte preocupação com a situação europeia, colocando o pan-americanismo como instrumento de defesa política e ideológica. Ao mesmo tempo, a posição conciliadora do Brasil com a Argentina, buscando evitar temas polêmicos, referindo-se principalmente a um pacto continental de defesa militar, não era apenas para aparentar ao mundo uma união continental: as intenções são explícitas em carta do Ministro Aranha a seu embaixador em Washington, Mário de Pimentel Brandão:

O caso do pacto militar não pode ser continental. As razões não precisam ser invocadas, porque não só a Argentina é contrária, como seria amparamos países contra nós mesmos e nossos objetivos. A nossa opinião é favorável a um pacto como o que propusemos em Buenos Aires sem mais exigências e obrigações que as da declaração de 'ato inamistoso' em caso de intromissão e de *consulta* nos demais.

---

<sup>268</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta de Aranha a José Maria Cantilo, 17 de novembro de 1938.

O Brasil, porém, deseja examinar com os Estados Unidos a hipótese de um pacto mais extenso de cooperação e assistência militar e naval. O assunto é delicado e exige de V. passos absolutamente discretos e secretos<sup>269</sup>.

Isto é, a intenção da diplomacia brasileira, em suas manobras em meio ao contexto pan-americano, é criar um sistema continental pouco compromissado, mas que mantenha certa estabilidade, ao mesmo tempo em que, “por baixo dos panos”, busca uma aliança de defesa com os Estados Unidos, esperando deste país um tratamento prioritário, em relação ao qual havia razões, no Brasil, para supor que esse tratamento fosse dado. Fomenta-se o pan-americanismo, por um lado, e, por outro, se procura uma relação prioritária da potência continental para com o Brasil, visando objetivos do segundo sobre o subcontinente sul-americano, com já explicitado antes. Ainda assim, a questão do pacto de segurança continental chegou a ser levantada pelo Brasil, sobre o que se sabia, a partir das sondagens com a Argentina, que os resultados não seriam nada muito além do reforço das determinações de 1936<sup>270</sup>.

Em relação aos Estados Unidos, o conhecimento do corpo diplomático brasileiro sobre a necessidade daquele país ter como seu aliado o Brasil era evidente<sup>271</sup>. Não havia inocência quanto à intenção estadunidense de explorar as matérias-primas brasileiras, especialmente as estratégicas; necessidade essa que aumentava cada vez mais conforme a guerra surgia no horizonte. As preocupações geopolíticas dos Estados Unidos também eram de conhecimento do Ministério de Relações Exteriores e da Embaixada em Washington: o continente inteiro deveria ser tratado como área de defesa, e o Atlântico (principalmente com as ameaças de que colônias europeias na África e as ilhas portuguesas pudessem cair nas mãos dos alemães em breve), e

---

<sup>269</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta de Aranha ao embaixador em Washington, Mário de Pimentel Brandão, 29 de novembro de 1938.

<sup>270</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta de Mário Pimentel Brandão a Aranha, 19 de dezembro, 1938.

<sup>271</sup> O que não significa que no corpo diplomático não houvessem pessoas ligadas ao lado “eixista” do governo. Rosalina Coelho Lisboa, por exemplo, ligada a extinta AIB e contrária a aproximação com os Estados Unidos, como atestam diversas comunicações suas com Aranha, foi, inclusive, delegada à Conferência de Lima. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro-CPDOC; OA cp 1938.01.21/1. Carta de Rosalina Coelho Lisboa a Aranha; GV c 1939.01.14 Cartas de Rosalina Coelho Lisboa a Getúlio Vargas, janeiro, 1939.

consequentemente a costa brasileira, seria palco de conflitos<sup>272</sup>. Essas considerações, evidentemente, pesavam na posição brasileira em relação aos acordos e discussões que deveriam ocorrer em Lima, e, principalmente, em suas conversas com os Estados Unidos, onde essas condições aumentavam as possibilidades de “realizações práticas” e não somente conversas diplomáticas.

Sobre as relações comerciais entre os dois países, o próprio Aranha era favorável à ideia da “complementaridade”, isto é, de que a troca deveria ocorrer, fundamentalmente, entre minérios e produtos tropicais, cada vez mais necessários nos EUA, para compra de materiais industriais, em falta no Brasil (MOURA, 1980, p. 117), e essa visão, alegava o famoso e polêmico jornalista estadunidense, Drew Pearson, amigo de Aranha, ganhava bastante espaço nos Estados Unidos, é claro.

Ainda segundo o jornalista, nunca antes o pan-americanismo havia sido tão coberto pela imprensa do país e tratado pela opinião pública como naqueles dias que precediam a Conferência de Lima<sup>273</sup>. No Brasil o clima também era de expectativa quanto à Conferência. Funcionários do governo organizavam, para esperar o retorno de Afrânio de Melo Franco, chefe da delegação brasileira, ao Rio de Janeiro, uma “manifestação de cunho inteiramente popular”, com concentração na Praça Mauá, onde desembarcaria o diplomata, e um cortejo pela Avenida Rio Branco<sup>274</sup>. Partes da cidade viviam o “clima pan-americano”; naquele fim de ano, ainda antes do começo dos trabalhos da Conferência, o Bonsucesso Futebol Clube, do subúrbio da Capital Federal, comemorava seu 27º aniversário, no dia 12 de outubro – dia no qual, em 1492, Cristovão Colombo chegava à Ilha de São Salvador, aportando pela primeira vez na América – com uma festa para o clube e para o continente. O Ministro Aranha foi convidado, e mandou um representante, que fez o típico discurso dos “laços de amizade, de cordialidade e de sentimentos” dos povos que “sempre viveram unidos na comunhão dos mesmos ideais e na defesa intransigente dos mesmos princípios”<sup>275</sup>.

---

<sup>272</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta de Teixeira Soares, da embaixada em Washington, a Aranha, 22 de novembro de 1938.

<sup>273</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta de Drew Pearson a Aranha, 10 de dezembro, 1938.

<sup>274</sup> OA cp 1939.01.17. Carta de João Batista do Espírito Santo a Aranha, 19 de janeiro de 1939.

<sup>275</sup> OA cp 1938.01.21/1. Discurso de representante (sem nome) do Ministro Aranha, Bonsucesso, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1938.

Finalmente, o resultado da Conferência, mantida a posição universalista argentina, foi a Declaração de Lima, que apenas reforçou medidas anteriores e é assim resumida<sup>276</sup>:

1. Reafirmação da solidariedade continental e do propósito de colaborar com a manutenção dos princípios em que se fundam essa solidariedade
2. Defesa destes princípios contra intervenção externa.
3. Em caso de ataque a qualquer das Repúblicas, o procedimento de consulta deveria ocorrer para coordenar a ação solidária.  
Definiu-se que as reuniões de consulta seriam realizadas com os Ministros de Relações Exteriores<sup>277</sup>.

No campo prático, portanto, a Conferência pouco avançou, mas serviu aos objetivos brasileiros ao tentar mostrar ao mundo um continente que, em caso de guerra, ao menos procuraria agir em conjunto, dificilmente, porém, pode-se sustentar que a Conferência marcou um “*turning point*” definitivo, como disse Aranha em entrevista irradiada para os Estados Unidos após a Conferência<sup>278</sup>.

Foi somente no ano seguinte, com a eclosão da guerra na Europa, que se colocaria em movimento toda a estrutura pan-americana que vinha se armando. No caso específico do Brasil o ano marca o

---

<sup>276</sup> McCann comenta a Conferência: “The regular sessions of the conference were serene scenes of unity, but in corridors and hotel rooms the delegates held heated discussions in an effort to resolve the differences between Argentina and the United States. The Argentines accepted the principle that an attack on one was an attack on all, but wanted the declaration to refer to aggression by both American and non-American states. Hull maintained that there ‘should be a difference in attitude and treatment for an American state as against a non-American state’ (McCANN, 1973, p. 121).

<sup>277</sup> Las Reuniones de Consulta – Origen, desarrollo y papel que desempeñan en las reuniones interamericanas. BN II-216,7,7,n.8.

<sup>278</sup> OA pi Aranha, O. 1938/1939.00.00/1. Entrevista de Aranha, sem data e nem nome do entrevistador. Outro documento (OA pi Aranha, O. 1939.02/03.00 – entrevista como o ministro de relações exteriores do Brasil, irradiada nos Estados Unidos pela CBS em fevereiro de 1939, durante a visita de Aranha), porém, nos permite dizer com grande probabilidade de acerto que aquela entrevista foi dada ao Dr. Maurice Sheehy, da Catholic University of America.

“primeiro ponto de inflexão da equidistância pragmática” (MOURA, 1980, p. 132), com a Missão Aranha e seus posteriores desdobramentos.





### 3.4 Da Missão Aranha ao Alinhamento: a efetivação de um pan-americanismo Brasil-Estados Unidos

Em fevereiro de 1939 o Ministro de Relações Exteriores do Brasil concedeu entrevista irradiada pela *Columbia Broadcasting System*, mediada por Maurice Sheehy, com a presença do Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Henry A. Wallace, o senador Guy Gillete, democrata, membro do Comitê de Relações Exteriores do Senado, e Eugene Meyer, editor do *Washington Post*<sup>279</sup>. Depois de visitar, brevemente, a questão da ideia da complementaridade econômica entre os dois países e a extensa gama de matérias-primas que o Brasil vendia e poderia vender aos Estados Unidos, o assunto “pan-americanismo” veio à tona.

O senador perguntou a Aranha sobre como, na opinião do Ministro, “o pan-americanismo poderia tornar-se uma realidade efetiva (*living reality*)”. A primeira frase da resposta é interessante, pois inverte a relação tradicional do conceito – uma série de práticas e ações comuns dos governos americanos, que partem, por sua vez, de uma *prévia* inspiração em ideais, forma de governo, cultura, etc. – afirmando que, o pan-americanismo é um conjunto de *práticas* de ações comuns de cooperação, com vistas a *criar* uma comunidade de interesses inspirada por ideais comuns a partir das práticas. Ou seja, o pan-americanismo, nessa visão, deixa de ser algo em certo sentido previamente dado, para tornar-se algo que deve ser construído, principalmente no estabelecimento do interesse comum, e não a partir da constatação de que, abstratamente, estes interesses comuns existam a partir de uma comunhão de “ideais”, “destino”, ou o que seja.

Por que essa nova visão, mais pragmática? Ora, os outros dois momentos em que o pan-americanismo adquiriu, politicamente, um significado mais identificado com algum elemento imediato da política continental – quando da sua fundação, em torno da ideia da união aduaneira, e quando da Primeira Guerra Mundial – contém elementos análogos ao processo mundial do fim dos anos 1930: necessidade de integração econômica em moldes “complementares”, instabilidade e ameaça na Europa. O final dos 1930 marca o retorno do pan-americanismo não apenas como ideia – como sobrevivera com bastante força – mas também enquanto ideia que engendra uma série de *práticas* na política internacional, sobre as quais tenho trabalhado até aqui.

---

<sup>279</sup> OA pi Aranha, O. 1939.02/03.00.

Aranha destacou, ainda, a importância da política de boa vizinhança, e colocou nitidamente os Estados Unidos como centro do pan-americanismo devido ao seu “estado civilizacional avançado”, usando a interessante expressão de que os Estados Unidos devem ajudar a criar, na América, uma “Cidade de Deus”, em referência a Santo Agostinho e sua “cidade da virtude”. Se antes, a América já era um continente de virtude ou, ao menos, estava claramente destinada a ser, como em Joaquim Nabuco, essa virtude, agora, deveria ser criada, e criá-la não poderia ser um evento teórico, mas prático<sup>280</sup>.

O Ministro estava nos Estados Unidos justamente com a missão de efetivar uma cooperação maior entre os dois países, e isso é parte do que previa a estratégia pan-americana brasileira<sup>281</sup>. Por que a cooperação entre Brasil e Estados Unidos é parte fundamental no próprio *conceito* de pan-americanismo da diplomacia brasileira e, portanto, de sua ação?

---

<sup>280</sup> Resposta integral de Aranha: “The statesman who first conceived the Pan American idea thought of it as a practice in common action and cooperation, aiming to create in America a community inspired by the same ideals and working toward the same destiny. But much is still to be done before this idea becomes fully materialized. It is only by using all possibilities of joint actions that the countries of America can bring about that true Pan-Americanism dreamed of by a few of the greatest men in this hemisphere. I am glad to say that nothing has contributed more recently to prepare the advent of a practical pan-Americanism than the good neighbor policy sponsored by President Roosevelt, whose penetrating vision of reality and great understanding of human nature led him to undo much of the prejudice which barred the effort toward bringing American countries close together. To this end the service rendered by Secretary of State Cordell Hull has been invaluable. A great task is ahead of the United States in strengthening the bond of solidarity in the American continent. Having reached an advanced stage of economic and social development and disposing of high technology and immense resources, the United States must lead in establishing a closer cooperation with the sister republics of this continent, thus helping to create greater spiritual and economic unity realize the vision of a future City of God in America. It is only acting together that this is possible so we must not decline any possibility of concerted action among our countries. It passes the power of our imagination to conceive all the wealth of benefits lying hidden in this combined action. It is only thus that America will be able to fulfill its destiny”. OA pi Aranha, O. 1939.02/03.00.

<sup>281</sup> Além da entrevista a CBS, Aranha, nas cinco semanas em que esteve nos Estados Unidos, participou de uma série de eventos importantes junto à elite estadunidense e à imprensa, como os eventos do *Washington Press Club*, do *Foreign Relations Council* e da *Brazilian American Association*.

A ideia se baseia na noção de que sem o Brasil os Estados Unidos pouco podem fazer na América Latina, de modo que ao cooperar com o Brasil, o país do norte teria importante colaborador que, por sua vez, tinha seus próprios interesses locais com a cooperação continental pautada pelos termos dos dois países, como vimos.

Aranha fora convidado pelo governo dos Estados Unidos a ir para Washington tratar dos temas em que poderia haver algum tipo de cooperação entre os dois países<sup>282</sup>. Para o Estado Novo havia três ordens de problemas: as dificuldades financeiras do país, incluindo a dívida externa (suspensa), o balanço de pagamentos, a dívida comercial, entre outras; a questão da siderurgia e indústria de base, para a qual três diferentes opções eram consideradas<sup>283</sup>; e a velha questão do reequipamento militar, que dava aos militares um peso importante nas relações internacionais do Brasil (MOURA, 1980, p. 108-115; CARONE, 1976, p. 72-86; FAUSTO, 2010, p. 369-373).

Segundo Moura, havia no governo dos Estados Unidos consenso de que o Brasil deveria ser apoiado como forma de consolidação do sistema de poder continental, mas havia discussão dentro do governo estadunidense sobre os modos pelos quais efetivar esse apoio<sup>284</sup> (1980, p. 115), o que evitou que a Missão Aranha obtivesse resultados mais sólidos.

A despeito da ditadura brasileira e das críticas que a imprensa estadunidense fizera entre 1937 e início de 1938, o clima da Missão Aranha, se já era de extrema cordialidade entre os governos, foi também na opinião pública do país, graças, em parte, a entrevistas concedidas por Aranha, tais como a antes mencionada na CBS.

Ainda assim, o resultado das negociações foi aquém do esperado. O Brasil obteve um crédito junto ao Export-Import Bank de

---

<sup>282</sup> A agenda da Missão Aranha incluía como tópico principal a discussão da cooperação dos Estados Unidos com o programa de defesa brasileiro. De modo geral, se trataria também do comércio, desenvolvimento econômico, navegação, correio aéreo, refugiados, a questão da dívida brasileira, investimento privado e a criação de um Banco Central (McCANN, 1973, p. 124).

<sup>283</sup> As opções eram: a) instalação de uma usina siderúrgica pelo Estado através de financiamento externo ou divisas advindas da exportação de minério de ferro; b) instalação a partir de um misto de capital nacional público e privado; misto de capital nacional e internacional, mantendo o controle do Estado.

<sup>284</sup> Quanto à questão do armamento, por exemplo, McCANN traz que o governo dos Estados Unidos já estava convencido da prioridade que deveria dar ao Brasil, mas o Congresso, até a invasão da França, dificultava os trabalhos do Departamento de Estado nesse sentido (1973, p. 119).

US\$ 19.200.000 para liquidar as dívidas comerciais; US\$ 50.000.000 para compras públicas ou privadas nos Estados Unidos; promessa de facilidades para companhias mistas Brasil-Estados Unidos para industrialização de matérias-primas. Sobre a questão da siderurgia nada foi acordado. Foi no setor militar, porém, que um importante ato político foi acertado, por insistência estadunidense: a troca de visitas dos Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, George Marshall de um lado e Góes Monteiro do outro, “cujo significado imediato tinha pouco de militar e muito de político” (MOURA, 1980, p. 125), e visava aumentar a influência dos militares estadunidenses nos brasileiros, fortemente influenciados pelo Eixo. Aranha não pediu, nessa ocasião, armas dos Estados Unidos, mas trabalhou para que fossem dados passos no sentido de aumentar a cooperação militar entre os dois países, o que seria um trunfo para o Ministro de Relações Exteriores em suas tentativas de influenciar os rumos da política brasileira em direção aos Estados Unidos.

O chefe militar dos Estados Unidos esteve no Brasil em maio, e foi acompanhado por Góes Monteiro em sua viagem de retorno aos Estados Unidos, em junho<sup>285</sup>. Por refletir sobre o setor mais antiamericano do governo, essa troca de visitas é um marco. Góes Monteiro voltou dos Estados Unidos com um esboço de um plano de defesa cooperativo, embora houvessem discordâncias estratégicas

---

<sup>285</sup> Ver SODRÉ, 1979, p. 237-288. McCANN, 1973, p. 137-147. A preocupação fundamental dos Estados Unidos considerando uma guerra na Europa era que a tomada da Europa ocidental pela Alemanha colocaria na mão dos alemães a África, trazendo a possibilidade de um ataque à América do Sul a partir de Dacar. Desse modo, a estratégia de defesa dos Estados Unidos se focava no nordeste, enquanto os militares brasileiros viam com mais preocupação a região sul, por causa da Argentina. Além disso, as primeiras propostas estadunidenses incluíam o estacionamento de tropas do país no nordeste brasileiro, proposta que foi veementemente rejeitada pelas autoridades brasileiras. O esboço do plano de defesa era o fornecimento de armas para que o exército brasileiro fosse capaz de realizar sua própria defesa. No nordeste, por outro lado, os EUA construíram bases aéreas e preparariam os portos para sediar uma frota naval; em caso de guerra na região o Brasil contaria com as forças navais e aéreas dos Estados Unidos. Góes Monteiro retornou menos influenciado pelo Eixo, segundo McCANN, mas ele tinha uma viagem análoga marcada para a Alemanha, contra a qual Aranha e o embaixador Jefferson Caffrey trabalharam para evitar (McCANN, 1973, p. 141). A eclosão da guerra impediu a viagem de Góes, e as possibilidades de cooperação militar com a Alemanha pareciam eclipsar, enquanto a com os Estados Unidos se encaminhava.

importantes e o plano estivesse condicionado ao fornecimento material dos Estados Unidos, o que demoraria a acontecer devido às leis de restrição à venda de armas que só seriam revistas pelo Congresso estadunidense mais tarde (McCANN, 1973, p. 141).

Ao mesmo tempo não se pode esquecer que a recusa sobre a venda de armas ao Brasil teve resposta na Alemanha, quando ainda em 1939, antes da eclosão da guerra na Europa, outro acerto de compras na Alemanha, além do realizado em 1938, foi acordado.

Ainda que a Missão Aranha não tenha encontrado nos Estados Unidos a galinha dos ovos de ouro, a repercussão foi grande, por ditar as bases da relação econômica e financeira que se desenvolveria nos anos seguintes entre os dois países. Na imprensa nacional, Américo Carneiro Pereira, jornalista do Jornal do Brasil, alegou ter sido censurado pelos editores do diário, que alegaram que o periódico deveria manter uma posição neutra em relação às autoridades. Seu texto<sup>286</sup> era elogiosíssimo ao “êxito extraordinário da missão do Chefe do Itamaraty”, inspirado pelo “gênio de Rio Branco e pela culminância e fulgor da cultura de Joaquim Nabuco”, tidos como americanistas tradicionais. McCann (1974, p. 130) sugere que, de modo geral, a imprensa brasileira destacou que a Missão não conseguiu obter a maior parte do que buscava, o que pode ter refletido na postura do Jornal do Brasil em procurar não destoar dos demais.

Mais um dia pan-americano passava em abril de 1939 e o “Ministro Pan-Americano” recebia as cartas cada vez mais comuns congratulando-o por sua política “continental”. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino lhe escreveu falando dos típicos caracteres do “respeito mútuo”, “espírito de colaboração” e “espírito liberal de todo o continente americano”<sup>287</sup>.

Enquanto isso, a embaixada brasileira em Buenos Aires preocupava-se com o projeto argentino de criação de uma “frota mercante de amizade continental”. As ponderações do Embaixador Rodrigues Alves, ao pedir instruções para seu chefe no Ministério, são reveladoras:

Já temos uma frota de boa vizinhança que serve aos interesses de todos. Criaremos uma outra frota com a mesma finalidade, mas restrita aos países

---

<sup>286</sup> OA cp 1939.01.17. Comunicação de Américo Carneiro Pereira com Oswaldo Aranha, 22 de março de 1939.

<sup>287</sup> OA cp 1939.01.17. Carta da Federação Brasileira para o Progresso Feminino a Aranha, 14 de abril de 1939.

latino-americanos, com exclusão dos Estados Unidos, no momento em que eles manifestam a melhor boa vontade para resolver todos os seus problemas conexos não só conosco como com os outros países americanos, *não seria um ato contrário ao espírito do pan-americanismo?*

E depois porque dizer frota mercante argentina de amizade continental, dando a impressão que se trataria de uma só nação com boa vontade para encarar um problema que afeta aos demais?<sup>288</sup>

As divergências com a Argentina permaneciam no horizonte, a visão bastante favorável aos Estados Unidos era cada vez mais consolidada, e o “espírito pan-americano” foi, aos poucos, se concretizando em cooperações: no caso do suposto projeto de frota argentina, excluir os Estados Unidos era ir contra esse “espírito de cooperação” que, no caso, era um espírito prático, ao tratar da colaboração nos transportes marítimos do continente, fundamental para a saída das matérias-primas latino-americanas para os Estados Unidos.

Enquanto na América os Estados Unidos discretamente preparavam-se para uma guerra global, o Brasil buscava o apoio da potência continental com um discurso pan-americanista, e a Argentina parecia alheia às investidas pan-americanas, na Europa e no pacífico a situação se complicava cada vez mais. Em 1939 a Alemanha anexara a Áustria, invadira a Tchecoslováquia, e firmara o pacto Molotov-Ribbentrop com a União Soviética; a Itália invadia a Albânia. A guerra anunciada finalmente começou em 1º de setembro de 1939, quando tropas nazistas entraram na Polônia, provocando a declaração de guerra do Reino Unido e da França à Alemanha.

A eclosão da guerra na Europa imediatamente colocou em movimento o mecanismo pan-americano de consulta aos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas do continente. A reunião aconteceu na Cidade do Panamá, entre 23 de setembro de 3 de outubro, e serviu para que o Continente se declarasse neutro em relação à guerra na Europa. A Declaração do Panamá foi obtida sem necessidade de muitos debates, a neutralidade foi a posição defendida também pelo Brasil, em

---

<sup>288</sup> OA cp 1939.01.17. Carta do Embaixador em Buenos Aires, Rodrigues Alves, a Oswaldo Aranha, 28 de abril de 1939. Grifos meus.

texto repleto da terminologia de uma América pacifista<sup>289</sup>. A reunião se focou, diante desse consenso, em discutir medidas para evitar prejuízos econômicos que interrupções de fluxos de comércio com a Europa poderiam causar.

Essa interrupção atingiu em cheio o comércio exterior brasileiro. O trânsito de alemães pelo atlântico tornou-se muito difícil por causa da Marinha inglesa, e o comércio compensado entre Brasil e Alemanha tornou-se fisicamente inviável, até quase desaparecer em fins de 1939 (ver Anexo I). Esse golpe econômico foi importante para o enfraquecimento gradual – em aceleração – das posições pró-Eixo no governo. Não havia mais a possibilidade de manutenção da equidistância pragmática comercial, e, conseqüentemente, a influência política que ainda restava declinou rapidamente.

O poder de barganha que ainda restava para o governo Vargas era acenar com a possibilidade de que a Alemanha, ainda que com o comércio quase anulado, poderia oferecer o apoio necessário para os dois projetos fundamentais do governo brasileiro naquele momento, a siderurgia e o reequipamento das forças armadas. O governo Roosevelt, já convencido da necessidade de apoiar o Brasil nesses quesitos caso quisesse tê-lo a seu lado definitiva e comprometidamente, encontrava dificuldades no Congresso e no desinteresse das companhias estadunidenses de se envolverem no projeto siderúrgico brasileiro. Além da legislação sobre a venda de armas, os próprios termos do comércio proposto pelo Brasil – troca de matérias-primas por equipamento militar – era veementemente negado nos Estados Unidos, atado pelos princípios do comércio liberal com moeda internacional, escassa no Brasil. Ao mesmo tempo, depois da viagem de Góes Monteiro aos Estados Unidos, o intercâmbio militar aumentou e no aniversário da República um grupo de bombardeiros B-17, *suprassumo* da indústria militar aeronáutica estadunidense, sobrevoou o Rio de Janeiro procurando passar uma “demonstração de amizade e força dos Estados Unidos para defesa do continente” (McCANN, 1973, p. 145).

Enquanto as negociações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos prosseguiram em torno do projeto siderúrgico e os planos de defesa, a situação na Europa piorava: em julho já haviam caído Dinamarca, Noruega, Bélgica, Luxemburgo, Holanda. A França estava sendo rapidamente conquistada enquanto a mentalidade de seus

---

<sup>289</sup> OA cp 1939.01.17. Carta de Oswaldo Aranha a Carlos Martins, que era Embaixador em Washington e, não por acaso, chefiava a delegação brasileira no encontro, 15 de setembro de 1939.

militares não compreendiam o encurtamento do tempo e das distâncias proporcionado pela *blitzkrieg* alemã (BLOCH, 2011). Diante desse quadro de rápido avanço alemão, que incluía a invasão de países neutros, uma segunda Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores foi convocada e aconteceu em Havana de 21 a 30 de julho de 1940, para debater a posição dos neutros e modos de garantir a neutralidade<sup>290</sup>, e a questão dos territórios da Guiana Francesa e do Suriname, cujas metrópoles caíam nas mãos dos Alemães, e aprofundar a colaboração continental.

A Ata Final<sup>291</sup> da reunião de Havana consolidou uma série de pontos fundamentais, por exemplo: “coordenação de medidas policias e judiciais para a defesa da sociedade e instituições de cada Estado americano”<sup>292</sup> (item III da ata), medidas contra a difusão de doutrina que ameacem o “ideal democrático comum ao continente” (item VII), e a recomendação de alteração de leis nacionais que dificultem uma maior cooperação continental (item XII), ato sobre as colônias e possessões europeias na América (item XX), medidas para cooperação sanitária (item XXI), cooperação econômica e financeira (item XXV).

A resolução mais importante, porém, foi a de número XV, que consolidou um elemento fundamental – o ápice – do pan-americanismo dos tempos da crise e da guerra: a sobreposição de uma soberania continental sobre o conjunto das soberanias nacionais das Repúblicas Americanas em relação a forças extracontinentais, declarando que

Qualquer atentado contra a integridade ou inviolabilidade do território, soberania ou independência política de um Estado Americano por parte de um Estado não Americano, será

---

<sup>290</sup> A neutralidade dos mares continentais não era passível de garantia. Basta lembrar o incidente do navio de guerra alemã *Graf Spee*, que aportou em Montevideú em fins de 1939.

<sup>291</sup> Final Act of the Second Meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics Signed in the City of La Habana the thirtieth day of July, 1940.

<sup>292</sup> É importante notar que neste momento não se trata de defender “instituições democráticas”, mas sim “instituições existentes de cada Estado membro”, ou seja, estabilizar o status quo político da América Latina, já voltado para os Estados Unidos. O exemplo do Brasil é claro: tendo em Vargas uma figura que, por mais que tenha jogado com ambiguidades, aproximava-se dos Estados Unidos, torna-se interessante manter o Estado Novo, e não arriscar qualquer mudança que poderia levar outros atores políticos ao poder.



considerado um ato de agressão contra todos os Estados que assinam este documento<sup>293</sup>.

E continua determinando os típicos e já estabelecidos mecanismos de consulta para o caso da ocorrência de tal agressão. Assim, a Reunião de Havana manteve o continente oficialmente neutro – enquanto os Estados Unidos mantinham a neutralidade apenas formalmente e já apoiavam a Inglaterra – e indicou a posição das Repúblicas caso fossem atacadas. É evidente que essa declaração tinha um alvo: as potências do Eixo, principalmente o Japão que se aproximava da guerra com os Estados Unidos.

É interessante notar alguns aspectos de bastidores ocorridos em junho, um mês antes, portanto, da realização da reunião, visto que, no dia 11, Vargas pronunciara seu famoso e polêmico discurso “No limiar de uma nova era”, a bordo do encouraçado Minas Gerais<sup>294</sup>, enaltecendo os “regimes fortes” dos “povos vigorosos”, e criticando o liberalismo ao falar que os “velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio”. Feito em um momento de vitórias esmagadoras da Alemanha na Europa, o discurso teve repercussão extremamente negativa nos Estados Unidos e exigiu de Aranha uma coordenação especial para amenizar o tom do discurso, inclusive tentando articular para que a Reunião de Consulta, que acabou acontecendo em Havana, fosse realizada no Rio de Janeiro, para “dar-nos uma oportunidade para desfazer os juízos tendenciosos surgidos em toda América por ocasião do discurso do Getúlio, quase todos querendo apontar nosso chefe e nosso país como germanófilos e antiamericanos”<sup>295</sup>.

Poucos dias antes da Reunião de Havana Aranha debatia com Rodrigues Alves, que ocupava o importante cargo de embaixador em Buenos Aires, sobre o discurso de Vargas e as orientações para a Reunião, onde reforçava a preocupação em saber de antemão qual seria a posição argentina. A posição do Brasil, dizia o Ministro, era fundamentalmente pan-americanista, e, como de praxe, trazia um forte

---

<sup>293</sup> “Any attempt on the part of a non-American State against the integrity or inviolability of the territory, the sovereignty or the political independence of an American State shall be considered as an act of aggression against the States which sign this declaration”. Final Act of the Second Meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics Signed in the City of La Habana the thirtieth day of July, 1940. Resolução XV, p. 22.

<sup>294</sup> Disponível em D’Araújo, 2001, p. 397. Ver MINELLA, 2012.

<sup>295</sup> OA cp 1940.01.04/2. Telegrama de Oswaldo Aranha a Rodrigues Alves, 24 de junho de 1940.

apelo a uma “tradição” pan-americana desde os tempos imperiais, que se trata, na verdade, de uma tradição de apoio aos Estados Unidos, tal qual era o “novo” pan-americanismo dos tempos de guerra. Assim Aranha interpretava o pan-americanismo brasileiro em junho de 1940:

Somos pan-americanistas hoje e o seremos amanhã, como fomos em um longo passado, cheio das melhores tradições de nossa devoção à solidariedade continental. O nosso pan-americanismo, porém, não muda na América porque as coisas mudam na Europa ou na Ásia. Ele sempre visou à defesa *da* América contra a intromissão extracontinental e a defesa *na* América contra a intromissão intercontinental. Fomos tão pan-americanistas com o Império como somos com a República, sem cogitar dos regimes internos dos povos e sem admitir que eles queiram ditar normas aos nossos. O pan-americanismo nunca foi uma doutrina para defesa de regimes políticos nem uma prática de intervenção de uns países americanos em outros por diferenças ideológicas. Foi para varrer da América doutrinas e práticas intervencionistas, continentais e extracontinentais, que Monroe lançou o *pan-americanismo* e nós a ele servimos quando éramos um Império e continuamos a servir no período republicano. Não indagamos então, como não o fazemos hoje, dos regimes internos de nossos vizinhos e deles não cogitamos ao organizar ou alterar aqueles pelos quais passou e terá ainda de passar a nossa formação. Não estamos dispostos a variar. O traço da nossa política exterior é a coerência<sup>296</sup>.

É uma curiosa visão sobre um pan-americanismo imutável e coerente ao longo dos anos, que serve, exatamente, para a sustentação da política externa defendida pelo Ministro: o pan-americanismo pautado pela centralidade dos Estados Unidos, tendo o Brasil como seu parceiro prioritário.

---

<sup>296</sup> OA cp 1940.01.04/2. Correspondência entre Aranha e Rodrigues Alves. 27 de junho de 1940.

Para que os ânimos fossem acalmados antes da Reunião, Aranha recomendou a Vargas no dia 28 de junho que o presidente não mais mencionasse o discurso do Minas Gerais, e que nas próximas falas fosse mais cuidadoso<sup>297</sup>. De fato, no dia seguinte, Vargas discursou na Ilha do Viana, na Baía de Guanabara, em homenagem feita pelos funcionários marítimos, seguindo em parte as recomendações de Aranha. O discurso, chamado “A posição do Brasil na América”, fez referência direta ao anterior, atribuindo as interpretações negativas aos “agentes da perturbação internacional”, e aproveitando para reforçar os compromissos continentais abraçados pelo Brasil. É interessante notar a preocupação de Vargas em conciliar o pan-americanismo com o Regime do Estado Novo, quando ele afirma que

Os nossos propósitos de cooperação pacífica e solidariedade com os povos irmãos do Continente, cujos destinos se identificam com o nosso pelos vínculos de formação histórica e idênticas aspirações de progresso [...], quis, finalmente, fazer ver, com o exemplo dos fatos, que o regime de 10 de novembro, sendo uma consequência do ajustamento e equilíbrio de nossas forças sociais, é, também, o que mais se adapta à vida contemporânea<sup>298</sup>.

Ao mesmo tempo, reforça Moura, o discurso acenou com a necessidade de que esta postura pan-americana brasileira fosse correspondida por um comprometimento dos Estados Unidos com o “fortalecimento econômico e militar do Brasil” (1980, p. 153). Mostrava, portanto, um comprometimento do Brasil, esperando, com isso, a efetivação de um pan-americanismo prático, ou seja, de apoio estadunidense, para os projetos do governo. McCann destaca que a avaliação feita pelo Departamento de Estado do discurso do dia 11 foi bastante moderada (ao contrário da imprensa estadunidense), ao considerar que o discurso feito pelo presidente brasileiro tinha como intenção o público interno e a situação política local. Vargas sequer

<sup>297</sup> OA cp 1940.01.04/2. Carta de Aranha a Vargas, 28 de junho de 1940.

<sup>298</sup> *A Posição do Brasil na América*, discurso do Presidente Getúlio Vargas, Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discur-sos-1/1940/23.pdf/view>>. Acesso em: 2 abr. 2012

havia consultado Aranha sobre o discurso, o que costumava fazer quando iria referir-se a situação internacional. As referências ao discurso no dia 28 foram, portanto, frutos da repercussão inesperada no exterior do discurso no Minas Gerais (McCANN, 1973, p. 187).

Enquanto isso, as negociações para o projeto siderúrgico continuavam, tanto com os alemães como com os estadunidenses. Entre julho e agosto de 1940 o Ministro da Fazenda, Souza Costa, conversou constantemente com o embaixador alemão, Max Prüfer, que desde junho do ano anterior substituíra Karl Ritter, acerca da possibilidade da *Krupp* participar do projeto siderúrgico brasileiro. Os acordos com a Alemanha, tanto na área do aço, quanto comercial e de fornecimento de armas dependiam, porém, do andar da guerra, e muitos planos eram feitos para um pós-guerra hipotético no qual a Alemanha venceria rapidamente a Inglaterra, o que já nos meses seguintes se mostrou inviável.

Ainda assim, a situação não era tão clara em setembro, e embora detida nos céus da Inglaterra, as vitórias alemãs ainda repercutiam. Assim, no dia 4 daquele mês, Aranha comunicou ao embaixador estadunidense Jefferson Caffrey que as conversas com a Alemanha sobre a siderurgia encontravam-se em estágio avançado. Não por acaso o Departamento de Estado, que já tentara convencer a *US Steel Company* a encampar o projeto, moveu-se no sentido de pressionar o *Export-Import Bank* a financiar o projeto. Finalmente, no dia 26 daquele mês, foi fechado o acordo que garantiria a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, através de um financiamento imediato de US\$ 10.000.000 e mais a mesma quantia liberada ao longo da construção, a taxas de 4% ao ano, enquanto o governo brasileiro entraria com o equivalente a US\$ 25.000.000. A empresa seria brasileira, mas contaria com o apoio técnico dos Estados Unidos para seu estabelecimento (McCANN, 1973, p. 197).

Aranha, em comunicação com L. S. Rowe, diretor da União Pan-Americana, qualificou o acordo de Volta Redonda como “útil para trazer uma relação ainda mais íntima entre nossos dois países”.<sup>299</sup>

A questão do reequipamento militar demorou um pouco mais para ser definitivamente acertada. Aparentemente, com os acordos em vista já desde a viagem de Góes aos Estados Unidos, as próprias fábricas estadunidenses de armamento passaram a comunicar-se diretamente

---

<sup>299</sup> “Instrumental in bringing about a still more intimate relationship between our two countries”. OA cp 1940.01.04/2. Telegrama de Oswaldo Aranha a Leo S. Rowe, 21 de outubro de 1940.

com o Ministro pan-americano, não apenas oferecendo seus serviços, mas afirmando estarem trabalhando nos Estados Unidos para “divulgar um melhor entendimento sobre seu país [Brasil] e seu povo”, falando explicitamente em pan-americanismo, como exemplifica a comunicação de Robert M. Mallet, Relações Públicas da *Lockheed Aircraft Corporation*<sup>300</sup>, com o Ministro Oswaldo Aranha.

A instalação da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, em outubro de 1940, foi outro importante passo para a cooperação na questão de defesa, mas foi somente em maio de 1941, com a visita ao Brasil de Warren Pierson, presidente do Export-Import Bank, que os acertos tomaram forma. Houve a promessa de abertura de uma linha de crédito para compra de armamentos, e três pontos fundamentais, referentes ao papel do Brasil no continente nos preparativos para a guerra, foram acordados: I) a venda de materiais brasileiros considerados estratégicos tornou-se exclusiva aos Estados Unidos; II) se as empresas do país do norte não conseguissem absorver toda a produção, o governo se comprometia a comprar, formando um estoque para a guerra; III) as exportações de materiais necessários à indústria brasileira (Volta Redonda) e os armamentos seriam embarcados com rapidez, dispensando parte da burocracia (MOURA, 1980, p. 158).

Superava-se, aos poucos, uma espécie de ciclo vicioso que impedia a efetivação das conversas de 1939: por um lado, a resistência do Brasil em cooperar e assumir a estratégia de defesa estadunidense centrada na costa nordeste, que implicaria a construção de bases e presença de militares norte-americanos no local, fazia com que parte do governo dos Estados Unidos criasse resistência à venda das armas, o que, por sua vez, era a causa da resistência brasileira. Já nos primeiros meses de 1941, é importante lembrar, a *Pan-American Airways*, através da Panair do Brasil, modernizava os aeroportos do nordeste brasileiro<sup>301</sup>. No entanto, as negociações de defesa, embora avançassem ao longo de 1941, só se consolidaram depois da entrada dos Estados Unidos na guerra, quando do ataque a Pearl Harbor, e a subsequente 3ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores.

---

<sup>300</sup> OA cp 1940.01.04/2. Carta de Robert Mallet a Aranha, 12 de setembro de 1940. Nessa comunicação Mallet deixa claro que mantém contanto com Rowe, da União Pan-Americana, formando um interessante exemplo triangular das relações pan-americanas.

<sup>301</sup> Ver McCANN, 1973, p. 213-139; FERRAZ; McCANN, 2011, p. 116.

Entre fevereiro e março de 1942, já com as relações diplomáticas e comerciais rompidas com o Eixo, o Ministro Souza Costa esteve nos Estados Unidos para negociações envolvendo a economia de guerra. Lá foram acertados os chamados “Acordos de Washington”, que incluíam uma série de pontos ligados à organização econômica voltada para o esforço de guerra. Dentre outras coisas, foi acertado em negociação triangular entre Estados Unidos, Brasil e Reino Unido a cessão das posses da *Itabira Iron* para o Estado brasileiro e a exportação do minério de ferro exclusivamente para os EUA e Inglaterra. Além disso, foi acertado um empréstimo de US\$ 100.000.000 para o desenvolvimento da extração de materiais estratégicos no Brasil; e o acordo sobre a compra de toda a borracha produzida no Brasil<sup>302</sup>.

O pan-americanismo triunfara. Do ponto de vista dos Estados Unidos a quase a totalidade do continente havia rompido com o Eixo e voltado definitivamente suas economias para o esforço de guerra estadunidense<sup>303</sup>. O Brasil, país de maior importância estratégica na defesa do hemisfério, entrara definitivamente no jogo em 28 de janeiro, ao romper relações com o Eixo, e de modo ainda mais contundente em agosto, quando declarou guerra. Do ponto de vista brasileiro e de seu pan-americanismo particular, isto é, da ideia de uma aliança histórica com os Estados Unidos e de uma posição de predominância na América do Sul, o pan-americanismo também venceu. Por alguns anos o país gozaria de especial atenção de seu aliado do norte em relação a seus vizinhos, conseguira os armamentos e a siderurgia. Iria ainda mais longe ao efetivar a Força Expedicionária Brasileira, que em 1944 partiu para a Itália. Ao final da guerra o Brasil tinha o maior e mais moderno efetivo militar do subcontinente (70% do equipamento militar de *lend-lease* fornecido a América Latina foi para o Brasil), com alguma experiência em combate, e esperava ter apoio estadunidense. Os acontecimentos

---

<sup>302</sup> Relatório Anual do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, 1942, p. 34-36.

<sup>303</sup> Acordos semelhantes ao brasileiro para exportação exclusiva de matérias-primas estratégicas para os Estados Unidos foram feitos com quase todos os países do continente. Estes acordos aumentaram a dependência econômica, não há dúvida. Por outro lado, as economias especializadas na exportação de matérias-primas tinham poucas alternativas naquele momento. Os países sul-americanos, até certa medida, buscaram estes acordos. Jocosamente Carlos Martins dizia que o Equador, pouco provido de tais materiais para exportação, buscava inventar um uso estratégico para um de seus principais produtos, o famoso “chapéu panamá”. OA cp 1940.01.04/2 carta de Carlos Martins, embaixador em Washington, a Aranha, 4 de outubro de 1941.

mundiais do pós-guerra, porém, frustrariam as expectativas do governo brasileiro quanto à aliança com os Estados Unidos (FERRAZ; McCANN, 2011).





### **3.5 Muito além dos encontros diplomáticos: A União Pan-Americana, o Office, e a Americanização do Brasil**

Um elemento essencial da aproximação entre Brasil e Estados Unidos foi uma agressiva política cultural efetuada pelo último, sem a qual, certamente, o processo político teria sido muito mais custoso e menos duradouro em suas consequências. Essa política cultural é fundamental para o entendimento do significado amplo e o uso do conceito de pan-americanismo na época.

Desde agosto de 1940 funcionava nos Estados Unidos o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics, renomeado Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA) em 1941. O Office era dirigido por ninguém menos que Nelson Rockefeller, que na década de 1930 fora membro do Departamento de Negócios Estrangeiros do Chase National Bank, de sua família, tendo estreitas relações com a América Latina e a fundação Rockefeller, que mantinha ações filantrópicas no subcontinente com vistas a mudar a péssima imagem da família devido a ação predatória da Standard Oil Company em países sul-americanos.

Rockefeller apoiou Roosevelt nas eleições de 1940, e fazia parte do grupo que discutia a questão latino-americana, isto é, a busca pela consolidação da esfera de influência econômica e política dos Estados Unidos sobre o subcontinente. Segundo Tota (2000, p. 47), o grupo de discussão, formado durante a campanha pela terceira reeleição de Franklin Roosevelt, dividia-se em dois: de um lado Sumner Welles, Adolf Berle (assistente de Welles que em 1945 viria a ser embaixador no Brasil) e Leo S. Roe, da União Pan-Americana; de outro Rockefeller e seu grupo, propondo uma estratégia ao mesmo tempo mais agressiva, isto é, com muito mais recursos empregados, e mais sutil, baseada em um esforço de influência cultural. Essa influência cultural, curiosamente, seria feita para os dois lados: o Office trataria de “americanizar” a América Latina e, ainda sob seus auspícios, trazer um pouco da América Latina para os Estados Unidos, em um esforço para superar a clássica visão das “oposições assimétricas” (FERES Jr., 2005), criando um discurso contrário àquele da “outra América”, tentando produzir no discurso um continente “integrado”, ainda que muitas vezes incapaz de escapar às oposições assimétricas (GATTI, 2013, p. 20). De fato, em documento produzido pelo OCIAA em 1942 ele se coloca como “órgão de advocacia especial, por assim dizer, cuja responsabilidade é representar o ponto de vista latino-americano no seio

do governo dos Estados Unidos”, além de colocar-se como órgão de cooperação cultural<sup>304</sup>. Ainda segundo Tota, uma marca do grupo encabeçado por Rockefeller, que ao longo dos 6 anos de funcionamento do Office, obteve cada vez mais autonomia de ação, era uma crítica às demoradas e pouco efetivas reuniões pan-americanas.

A ideia fundamental por trás do Office era que a cooperação econômica e política dos países latino-americanos com os Estados Unidos, e a consequente consolidação dos primeiros na esfera de poder do segundo, só seria obtida com uma ofensiva no campo das relações culturais, o que, é claro, envolvia muita propaganda. A estratégia era, portanto, “empregar todos os meios para consolidar a imagem de modelo a ser seguido, isto é, os Estados Unidos deveriam ser um paradigma” (TOTA, 2000, p. 54). Para isso o Office chegou a empregar 1100 pessoas nos Estados Unidos, 200 no exterior e durante seu funcionamento gastou US\$ 140 milhões, uma quantia de grande relevância para a época<sup>305</sup> (MOURA, 1984b, p. 22).

O Office contava com uma Divisão de Comunicações, responsável por difundir informações positivas sobre os Estados Unidos; contra-atacar a propaganda do Eixo; difundir nos Estados Unidos uma imagem positiva das outras repúblicas Americanas<sup>306</sup>. Havia uma preocupação com o anúncio de produtos da indústria dos Estados Unidos na mídia latino-americana. Rádio e cinema foram as principais ferramentas dessa máquina de difusão do *american way of life*. A

---

<sup>304</sup> As Américas Unidas – breve relatório da ação cooperativa das Repúblicas Americanas desde setembro de 1939, publicado pelo Coordenador de Assuntos Americanos. O que vem a reforçar ainda mais a afirmação de Moura: “A boa vizinhança apresentava-se como uma avenida larga, de mão dupla, isto é, um intercâmbio de valores culturais *entre as duas sociedades* (grifo original). Na prática, a fantástica diferença de recursos de difusão cultural dos dois países produziu uma influência de direção praticamente única, de lá para cá” (MOURA, 1984b, p. 9), uma vez que mesmo a “defesa” da América Latina nos Estados Unidos era encampada pelo Office, que não possuía órgão análogo de igual alcance em qualquer país latino-americano.

<sup>305</sup> Considerando apenas o índice “*Consumer Price*” acumulado de 1942 até 2012, o valor atual seria de US\$ 1.970.000.000. <http://www.measuringworth.com/uscompare/relativevalue.php>.

<sup>306</sup> Observa-se que em um dos documentos que analisamos anteriormente, Oswaldo Aranha pedia a Vargas verbas para ações do Brasil nos Estados Unidos visando objetivos semelhantes.

divisão de cinema<sup>307</sup>, por exemplo, parte da Divisão de Comunicações, trabalhou na divulgação de filmes comerciais e documentários; Orson Welles, Walt Disney, Frank Capra, eram nomes de peso envolvidos no projeto cinematográfico.

O rádio entrou para competir com as transmissões de ondas curtas do Eixo. Corporações estadunidenses – NBC, CBS, AT&T, IT&T – entraram com capital e conhecimento técnico para saturar o mercado radiofônico latino-americano e, principalmente, brasileiro. Em sentido contrário, música brasileira era difundida nos Estados Unidos, Carmen Miranda atingia seu auge como a “legítima” baiana, os museus eram apinhados por pintura e fotografia do Brasil. O trânsito de intelectuais e artistas de um país a outro foi amplamente suportado pelo OCIAA de Nelson Rockefeller.

Drew Pearson e Bob Allen, já aqui mencionados em suas comunicações frequentes com Aranha, ganharam um programa de rádio, difundido em horário nobre nos Estados Unidos, e tratavam especialmente do Brasil, enfatizando a lógica da cooperação contra o nazismo através do comércio de matérias primas de um e produtos industrializados do outro. Fazia-se propaganda do café brasileiro, bancada pelo Departamento Nacional do Café, que tinha escritório em Nova York, como uma compra favorável à boa vizinhança. Referiam-se ao Brasil sempre com seu nome completo, “United States of Brazil”, como que aproximando os dois países (TOTA, 2000, p. 108-114). Mesmo antes da guerra, boa parte da programação de rádio transmitida dos Estados Unidos para o Brasil era voltada para os avanços tecnológicos da sociedade estadunidense, o que, invariavelmente,

---

<sup>307</sup> Para detalhes sobre cinema e OCIAA ver VALIM, 2011. É importante destacar que o cinema estadunidense já era muito presente no Brasil antes do período, mas foi então que seu caráter de política de estado ficou mais evidente. As orientações para a produção cinematográfica a partir do final dos anos 1930 em alguns episódios objetivaram – nem sempre de modo apropriado – reverter uma visão preconceituosa da América Latina reproduzida nas telas. Segundo Valim (2011, p. 425), “A ‘nova onda de boa vontade’ inaugurada no final da década de 1930 teve uma missão nada fácil. Durante as décadas de 1920 e 1930, os latino-americanos eram vistos pelos estadunidenses como um povo primitivo, passional, supersticioso, e infantil. Assim, no momento em que o Brasil passou a ter uma posição central na disputa pela América do Sul, a boa vontade expressava, teoricamente, uma mudança na visão de todos os americanos; fazendo com que os latino-americanos gostassem mais dos estadunidenses e os estadunidenses fossem menos preconceituosos com relação aos vizinhos do sul”.

ligava-se à sua capacidade de vencer a guerra, caso ela viesse, como veio, a ocorrer. Tais avanços tecnológicos difundidos aos quatro cantos da América eram expostos, muitas vezes, como “resultado natural do estilo de vida americano” (TOTA, 2000, p. 150).

Temos um exemplo típico de um programa radiofônico de “boa vizinhança” promovido pelo Office, em articulação com a National Broadcasting Corporation (NBC) estadunidense e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) brasileiro<sup>308</sup>, apresentado por ninguém menos que Orson Welles, que poucas semanas após o encerramento da 3ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas esteve no Brasil, como “um dos embaixadores do pan-americanismo” (TOTA, 2000, p. 71) para gravar seu fracassado filme *It is All True*. O programa foi feito especialmente para o Dia Pan-Americano de 1942, irradiado do estúdio do Palácio Tiradentes para os Estados Unidos, e reproduzido no jornal O Globo do dia 14 de abril<sup>309</sup>. O entrevistado era o Ministro Aranha, que saiu aclamado da reunião dos Ministros como o grande arquiteto do sucesso – isto é, das medidas práticas – do pan-americanismo.

Orson apresentou a seu público estadunidense o Brasil como “a maior república do mundo” (em referência a sua extensão territorial e seu sistema político, como boa nação americana), anunciando que aquele dia, que coincidentemente era pentecostes, destacou, era também o dia da “maior família do mundo: a família das nações americanas”. O modo como o cineasta apresentou Aranha é emblemático: primeiro o “gaúcho” (possivelmente pronunciado *gaucho* pelo apresentador), e a tradicional aproximação dessa figura sulina ao *cow boy* dos Estados Unidos, mas, e isso é importante, destacando ao mesmo tempo a unicidade dessa figura; não é uma cópia de seu irmão norte-americano, possuindo suas próprias características. Aranha é “um herói, um herói autêntico da moderna revolução do Brasil. Já foi carregado por multidões através do Rio. Sabe manejar uma carabina e sabe o que é

---

<sup>308</sup> O órgão participava ativamente das atividades do *Office* no Brasil, tendo contato direto com as corporações estadunidenses responsáveis pelas transmissões, de modo que a produção do Office a ser veiculada no Brasil passava pelo crivo do DIP. Em fins de 1940, por exemplo, Lourival Fontes recebeu o presidente da Columbia Broadcasting System (TOTA, 2000, p. 144).

<sup>309</sup> OA pi Aranha, O. 1942.04.14/1. Manchete “Acabou a ‘Sexta-Coluna’ no Brasil: Oswaldo Aranha anuncia aos Estados Unidos que já não existem brasileiros de olhos fechado para o perigo nazista dentro de nosso país”, Jornal O Globo, 14 de abril de 1942.

enfrentar o fogo de outras carabinas”. Não tarda muito para que o “autêntico herói” torne-se, na fala de George Orson Welles, o “americano autêntico”, caracterizado como “agudo, sem esperteza”<sup>310</sup>, um homem, em toda acepção da palavra, cheio de imaginação e ao mesmo tempo simples e prático”. Aranha é quase o arquétipo do homem estadunidense que conquistou o oeste selvagem, figura tão importante no imaginário da formação dos Estados Unidos<sup>311</sup>. Nada mais palatável ao público ao estadunidense que uma figura como “um dos seus”, capa da revista *Time* de 19 de janeiro de 1942, quando da 3ª Reunião de Consulta. Marcar semelhanças e relativizar as diferenças entre Estados Unidos e América Latina, afinal, era parte do trabalho do Office, contra a corrente historicamente contrária das “oposições assimétricas”<sup>312</sup>. Os comentários de Aranha antes das perguntas não diferem em nada do que até aqui foi visto sobre o período, afirmando ele que “os nossos [Brasil e Estados Unidos] interesses sempre foram comuns, a nossa afeição recíproca sempre foi profunda”.

As duas perguntas feitas por Orson ao Ministro brasileiro e reproduzidas no jornal da Capital Federal refletem as desconfianças mútuas que persistiam até, pelo menos, a Reunião de Janeiro de 1942. A primeira referiu-se ao medo da existência de um “quinta-coluna”<sup>313</sup> no Brasil, que afetava políticos e público estadunidense refratários à aliança entre os dois países. Aranha, fazendo jus a sua fama de sujeito pragmático, reconhecia a existência da quinta-coluna – seria impossível,

---

<sup>310</sup> Seria preciso ouvir a entrevista em busca do termo usado por Orson Welles. De qualquer modo, “sem esperteza” significa aqui algo como honesto, sem velhacaria, sem trapaça.

<sup>311</sup> Ver Frederick Turner, em KNAUSS, Paulo (org.). **Oeste Americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004.

<sup>312</sup> O Office não consegue superar totalmente essas oposições. Um exemplo disso são os filmes sobre saúde pública elaborados pelo órgão. Ver GATTI, 2010.

<sup>313</sup> “Termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam subrepticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas”. Fundação Getúlio Vargas, Glossário da Era Vargas, [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta\\_coluna](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna)

para ele, dar qualquer declaração verossimilhante que negasse a existência de uma “quinta-coluna”, quando ele mesmo lutava contra elementos pró-Eixo dentro do governo – afirmava que medidas drásticas estavam sendo tomadas e que uma vitória importante havia sido obtida com o sucesso da 3ª Reunião de Consulta, a derrota do que ele denominou “sexta-coluna”, ou seja, aqueles que negavam a existência de simpatizantes do Eixo no Brasil e, com isso, facilitavam a vida de tais elementos políticos.

A segunda pergunta, por outro lado, tratava de sanar qualquer desconfiança brasileira quanto à capacidade de defesa dos Estados Unidos que, como vimos até aqui e como expressou a formulação da pergunta de Orson, seria o responsável efetivo pela defesa militar do continente. A situação era particularmente delicada naquele mês porque desde fevereiro navios mercantes brasileiros começaram a ser atacados e afundados por submarinos do Eixo, e alguns dos incidentes ocorreram em águas do Atlântico Norte, próximas aos Estados Unidos, onde supostamente a Marinha de Guerra do país estaria protegendo os navios<sup>314</sup>. Aranha prontamente garantiu, para seu público ouvinte norte-americano e seus leitores brasileiros, que “não há um só brasileiro que culpe [por não ter sido capaz de defender] a Marinha americana por esses afundamentos trágicos”.

Esta transmissão radiofônica específica foi um exemplo de ação coordenada pelo Office. Muitos outros exemplos estão disponíveis e são extensamente analisadas nas obras citadas de Moura, Tota e outros artigos e não cabe aqui detalhar essa ação, o que pode ser buscado na bibliografia indicada. Há problemas, porém, no modo como os dois autores principais lidam com o pan-americanismo.

Os problemas decorrem, aparentemente, de uma consideração insuficiente sobre o que foi o pan-americanismo, o que tem implicações importantes no decorrer das considerações de ambos os autores. Um sintoma da falta do conceito, no caso da obra de Tota, é a sugestão de que as ideias do Office de Rockefeller tivessem uma grande dose de originalidade em todos os seus aspectos. Outro sintoma, agora na análise de Moura, é que, ao considerar o pan-americanismo como “filosofia do Office” (MOURA, 1984b, p. 25) e, portanto, deparar-se com a necessidade de explicar o que é o pan-americanismo, temos uma visão

---

<sup>314</sup> Dos cinco navios afundados entre meados de fevereiro até a data da entrevista, quatro deles, Buarque, Olinda, Arabutã e Cairu foram afundados próximos à costa estadunidense. Capítulo “As Forças Armadas” de *Estado Novo: um auto-retrato*, (Schwartzman, 1983, p. 268).

simplista do fenômeno simplesmente como uma ideia emanada dos Estados Unidos que, com certos mecanismos de sedução, principalmente com o discurso ilusionista de uma América harmônica, soube cooptar os países latino-americanos e, principalmente o Brasil. O problema dessa visão é a suposição implícita ao mesmo tempo de uma inocência geral dos brasileiros quanto à ideia pan-americana, e/ou um simples “entreguismo” maquiavélico de certas elites dirigentes que abraçaram esse discurso estranhamente simples e sedutor.

A questão, para os dois problemas levantados, é que o pan-americanismo tem uma história pregressa e uma reverberação (um *uso*) conceitual histórica que, no caso do Brasil, passou pelas fases que são aqui analisadas, e não simplesmente caiu do nada, seduzindo os inocentes. Assim, a ideia do Office não é tão original, embora ela tenha sido executada sem sombra de dúvida com inédito dispêndio de energia e recursos a partir do Office, uma vez que, como vimos, os boletins da União Pan-Americana já estavam desde a década de 1910, por exemplo, preocupados com a divulgação do progressivismo, da tecnologia, do modo de vida “americano” e, também, em divulgar, ainda que de modo caricatural, a América Latina. Particularmente, naquele tempo, a divulgação era ligada aos interesses primeiro de formação de uma união aduaneira, depois em relação à Primeira Guerra Mundial e, no fim dos anos 1930 e início dos 1940, à adesão ao esforço de guerra estadunidense. O Office, portanto, pôs em prática uma ideia já há muito gestada, tendo mais uma função de coordenação – até como indica o nome da instituição – do que propriamente elaboração de uma estratégia que, embora com novidades importantes, não foi uma mudança completa do que já se fazia desde o início do século. A diferença fundamental, é possível afirmar com certa segurança, proveio do advento da comunicação de massas, marcadamente o rádio e a proliferação do cinema.

Em fevereiro e julho de 1938 foram sido criados, respectivamente, nos Estados Unidos, um comitê para estudar as transmissões de rádio para América do Sul, e a Division of Cultural Relations do Departamento de Estado (McCANN, 1973, p. 107). Em março daquele mesmo ano a ideia do uso dos filmes de Walt Disney e a produção de animações específicas favoráveis à política de boa vizinhança a partir do famoso estúdio, incluindo a divulgação do Brasil nos Estados Unidos, já era conversada mesmo com Aranha, a partir de um relatório, intitulado *Memorandum on Brazil*, de certo Jay Jerome

Williams, encaminhado ao Ministro por Drew Pearson<sup>315</sup>.

Uma relação bastante evidente entre o Office e a história pregressa do pan-americanismo, negligenciada pelos autores, neste caso enquanto prática da diplomacia interamericana, é que o primeiro beneficiou-se de elementos concretizados pelo segundo (e legitimou-se através deles), ainda que Nelson Rockefeller criticasse, quando propôs o Office, a inoperância do pan-americanismo. Um exemplo evidente é o caso de um acordo, firmado na Conferência de 1936: a Convenção para Facilidades aos Filmes Educativos ou de Propaganda<sup>316</sup>, que resultou, no Brasil, na promulgação do Decreto nº 2762, de 15 de junho de 1938. O Decreto resultante do acordo internacional determinava, entre outras coisas, a isenção de “todo direito alfandegário, despesas e impostos acessórios de qualquer espécie” para a importação, trânsito ou exportação “de filmes de caráter educacional, ou de propaganda, produzidos por entidades ou instituições estabelecidas no território duma das altas partes contratantes”, todas as repúblicas americanas, no caso. Dava às autoridades competentes o direito de obrigar a exibição desses filmes em sessões comerciais de cinema, e determinava uma série de facilidades às exibições dos filmes, embora incluísse, em seu Artigo X, a autorização para que fossem feitas reservas “com o propósito de proteger [o mercado cinematográfico local] contra a invasão de filmes de origem estrangeira”.

O acordo é recíproco, mas o poder de fato de produção dos filmes e de coordenação entre essa produção e sua difusão no continente americano estava, é claro, nas mãos dos Estados Unidos e do Office. A consideração sobre o que seriam os filmes enquadrados pelo Decreto parece ter sido elaborado sob medida pelo Office, caso ele já existisse em 1938, mas também pela União Pan-Americana, tradicional agente da política continental:

#### Artigo II

Entender-se-á por filmes de caráter educativo ou de propaganda:

- a) Os filmes destinados a fornecer informações sobre os trabalhos e as finalidades das instituições internacionais, geralmente reconhecidas pelas Altas Partes Contratantes, que

<sup>315</sup> OA cp 1938.01.21/1. Carta de Drew Pearson a Oswaldo Aranha, 16 de março de 1938.

<sup>316</sup> Ministério de Relações Exteriores – Coleção de Atos Internacionais, n. 135. BN II-321,7,27. n.7.



- se ocupem da conservação da paz entre as nações [tal como a União Pan-Americana];
- b) Filmes destinados para usos educativos, em qualquer curso;
  - c) Filmes destinados à orientação profissional, incluídos os filmes técnicos relacionados com a indústria e filmes para a organização científica do trabalho;
  - d) Os filmes de investigações científicas ou técnicas ou de vulgarização científica;
  - e) Os filmes que tratem de higiene, educação física, bem-estar social e assistência social;
  - f) Filmes de propaganda, com fins turísticos ou outros que não tenham caráter político<sup>317</sup>.

Se este acordo advindo de uma conferência pan-americana extraordinária serve para marcar a interação entre o Office e as ações diplomáticas pautadas pelo pan-americanismo, outra convenção firmada na mesma ocasião, a Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas<sup>318</sup>, mostra a desproporcionalidade entre as ações da União Pan-Americana e as efetivadas pelo Office a partir de 1940. De título pomposo, a convenção, que entrou em vigor no Brasil através do Decreto nº 3111, de 28 de setembro de 1938, estipulava apenas o oferecimento de bolsas de estudo, em cada país, para dois estudantes ou professores de cada uma das outras repúblicas americanas. Considerando que o Decreto tenha de fato funcionado<sup>319</sup>, a vinda de 42 bolsistas anuais americanos para o Brasil parece pouco perto da estrutura de comunicação de massas que já começava a operar e se consolidou com a ação do Office.

Ainda assim, antes e durante a guerra, a União Pan-Americana, precursora da ação do Office, ainda que em termos que se distanciaram muito da massividade de recursos e instrumentos comunicativos do segundo, continuou produzindo materiais importantes e cultivando a

---

<sup>317</sup> Ministério de Relações Exteriores – Coleção de Atos Internacionais, n. 135, p. 9. BN II-321,7,27. n.7.

<sup>318</sup> Ministério de Relações Exteriores – Coleção de Atos Internacionais, n. 145, BN Anexo II-597,3,4,n.38.

<sup>319</sup> O que é duvidoso devido à ausência de comentários específicos sobre este programa nos Relatórios Anuais do Ministério de Relações Exteriores que costuma registrar esse tipo de evento. Em 1942, ao contrário, no auge da ação do Office, há extensa descrição do tópico “Cooperação Intelectual”. Relatório Anual do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, 1942, p. 73.

ideia pan-americana. Um exemplo revelador das semelhanças entre as ideias do Office e da União Pan-Americana e, ao mesmo tempo, das diferenças em seus métodos e recursos, são as comemorações escolares do dia pan-americano idealizadas pela União, já durante a guerra.

Em 1943 a União Pan-Americana elaborou uma espécie de cartilha<sup>320</sup>, direcionada para o público dos Estados Unidos, contendo instruções sobre eventos comemorativos a serem realizados no 14 de abril, o dia pan-americano. Dentre as inúmeras sugestões de celebrações cívicas, como pronunciamentos de prefeitos, exposições locais de produtos latino-americanos, exibição de filmes com “temática pan-americana”, etc., chama atenção o “coordinated school programs”. Tal comemoração seria uma série de eventos nas escolas que ocuparia toda a semana, atingindo o auge no dia 14 de abril, envolvendo todos os alunos e professores. Provavelmente distribuído entre diretores de escolas estadunidenses a cartilha contém até mesmo quatro endereços de fábricas de bandeiras para que possam ser encomendadas as das 21 repúblicas americanas para decoração das instituições de ensino.

No momento em que o documento sugere que professores e alunos se vistam como latino-americanos vê-se um pequeno cuidado: afirma que eles “se vestem como na América (EUA)”, destacando que os trajes ditos típicos são usados apenas em festas. As vestimentas do *gaucho*<sup>321</sup> são, como de praxe, comparadas às do *cow boy*, em uma tentativa de aproximação das “duas Américas”. No fim das contas, porém, ao destacar que pode ser pouco prático vestir toda uma escola com “trajes típicos”, ou seja, estereotipados<sup>322</sup>, a cartilha sugere, rocambolescamente, que se encontre um modo de representar nas vestimentas os produtos principais de exportação de cada país; açúcar para representar Cuba, borracha (e não o café) para o Brasil, e assim por diante<sup>323</sup>. As dicas da cartilha incluem uma lista de publicações que

---

<sup>320</sup> Pan American Day, escrito por Annie D’Armond Marchant, do corpo de editores da União Pan-Americana. BN Anexo II – D350, 04, 16.

<sup>321</sup> Curiosamente, em um filme produzido pelo OCIAA em 1943, *Brazil at War*, o narrador fala nos “gauchos” enquanto a imagem nos mostra claramente vaqueiros do sertão nordestino (GATTI, 2010, p. 11). Havia certa confusão entre os diversos “tipos” brasileiros e suas analogias com os “tipos” estadunidenses. Para um estudo sobre o filme, ver DUARTE; VALIM, 2010.

<sup>322</sup> Isto é, mesmo que a cartilha afirme que “eles se vestem como nós”, a representação permanece marcada pela diferença.

<sup>323</sup> Pan American Day, escrito por Annie D’Armond Marchant, do corpo de editores da União Pan-Americana, p. 8. BN Anexo II – D350, 04, 16.

contém fotos de trajes típicos, totalizando dez números do Boletim Mensal da União Pan-Americana entre 1932 e 1941, e 38 números da revista *National Geographic* entre 1904 e 1943.

As comemorações do Dia Pan-Americano de 1943 que ocorreram no James Monroe High School, em Nova York, 1300 Boynton Avenue, bairro do Bronx, são descritas como modelares. Neste dia, diz o relatório, os 6000 alunos do colégio apareceram trajados com algum tipo de referência à América Latina. Durante a manhã cantaram “Allá em el racho grande”; “Para Vigo me voy”; “Caminito”; “Jalisco nunca perde”, coordenados através do sistema de som por um professor de departamento de espanhol. Acompanharam as letras com cópias mimeografadas. Durante as aulas daquele dia os alunos apresentaram relatórios sobre os países americanos em salas de aula decoradas com bandeiras, posters, etc. Houve uma competição para saber qual era a turma mais envolvida; os avaliadores das turmas eram vários comitês formados por um professor e três alunos<sup>324</sup>.

No auditório foram exibidos filmes temáticos (não menciona quais foram os filmes), no salão do almoço o cardápio estava em espanhol, na aula de “Health Education” os alunos dançaram tango. Entre as 15 e 17 horas ocorreu um baile festivo, onde o governo aproveitou para vender os *war saving stamps*. O diretor da escola, vale destacar, era Henry E. Hein, que ocupava também o cargo de Diretor de Atividades Pan-Americanas para Escolas de Nova York e era membro de um “clube pan-americano” chamado Student League of the Americas<sup>325</sup>.

A União Pan-Americana elaborou textos para serem distribuídos entre os alunos nesses eventos. Um exemplo é *Know Your Neighbor*<sup>326</sup> (Conheça seu Vizinho), assinado pelo diretor L. S. Rowe, e o vice-diretor Pedro Alba. Contendo um pequeno artigo sobre cada uma das repúblicas americanas (exceto os EUA), quando trata do Brasil, como desde as raízes do pan-americanismo, os produtos primários são destacados, agora com a ênfase de que a extraordinária riqueza do país estava contribuindo para o “arsenal da democracia”. Curiosamente este é o único documento encontrado produzido pela União Pan-Americana nos anos 1940 que faz uma referência explícita ao sistema político

---

<sup>324</sup> Pan American Day, escrito por Annie D’Armond Marchant, do corpo de editores da União Pan-Americana, p. 11. BN Anexo II – D350, 04, 16.

<sup>325</sup> Pan American Day, escrito por Annie D’Armond Marchant, do corpo de editores da União Pan-Americana, p. 7. BN Anexo II – D350, 04, 16.

<sup>326</sup> Know Your Neighbor, BN 319,3,15 n. 5.

brasileiro, embora o faça de modo anacrônico, referindo-se à organização política de antes de 1937, o que é um fato extremamente significativo. Seria no mínimo incômoda uma referência mais explícita ao Estado Novo enquanto aliado dos arsenais da democracia, para o público estadunidense.

Outro texto elaborado para distribuição nas escolas estadunidenses em 1943 também enfatiza, como era de se esperar, a questão da guerra em andamento. Em *The Americas: yesterday, today and Tomorrow*<sup>327</sup>, escrito por Dorothy M. Tercero, editora assistente do Boletim da União Pan-Americana, a estrutura é simples: no passado o pan-americanismo é mostrado como uma resistência à Europa e suas tentativas de recolonização e uma tentativa de resolução dos problemas interamericanos de modo pacífico e sempre pautado pela ideia de paz continental e de discussão dos “interesses comuns”. O presente, da época, o teste definitivo do pan-americanismo, que se mostrou funcional, segundo o documento, quando a América veio em solidariedade aos Estados Unidos após o ataque a Pearl Harbor. A democracia aparece como cimento dessa união. Para o público interno americano, e mais, escolar, bastava isso quanto ao sistema político. É uma forma de consolidar ainda mais o discurso da democracia estadunidense para o seu próprio público, independente da condição política de fato de seus vizinhos latino-americanos aliados na guerra contra o Eixo. A cooperação militar do Brasil é destacada, assim como a integração econômica causada pela exportação maciça de produtos estratégicos, novamente, para os “arsenais da democracia”.

Acompanhava este texto uma pequena prova com questões de múltipla escolha, intitulada *What do you know about pan-americanism*<sup>328</sup>, a ser respondida após a leitura deste panfleto. Completava o material uma versão em espanhol do texto, contendo um glossário do pan-americanismo em espanhol e aproveitando momentos do texto para ensinar regras gramaticais. Chamava-se *Six Lessons in Spanish*<sup>329</sup>.

Completando o material escolar produzido pela União Pan-Americana no ano de 1943, há três encenações teatrais de temática pan-americana para serem montadas com os alunos. A primeira, *Latin*

---

<sup>327</sup>The Americas: yesterday, today and tomorrow, escrito por Dorothy M. Tercero, editora assistente do Boletim da União Pan-Americana. BN Anexo II – D350, 04, 16.

<sup>328</sup> BN Anexo II – D350, 04, 16, n. 3.

<sup>329</sup> BN Anexo II – D350, 04, 16, n. 6.

*America Bound*<sup>330</sup>, escrita por certa Silvia Brull, funcionária da União Pan-Americana, se utiliza de recurso metalinguístico ao encenar, justamente, o *backstage* de uma peça de teatro escolar sobre América Latina. Os personagens, com indicação de figurino – “Alice: fantasiada de brasileira”, “Nancy: roupas peruanas”, “Harry: outras roupas latino-americanas”, etc. – discutem sua vida futura; todos pretendem ir à América Latina. Um deles para fazer uma criação de gado com métodos científicos, outro para trabalhar com arqueologia, outro pretende tornar-se médico e trabalhar com doenças tropicais, e mais alguém pretende ir à Venezuela trabalhar com engenharia de petróleo. Em certo sentido, nessa peça, a política da boa vizinhança aparece como o desejo sincero de cidadãos comuns americanos, no caso, adolescentes planejando seu futuro, de ir ganhar a vida na “outra América”, ajudando-a. A peça fala sobre o mesmo público que pretende atingir.

As outras duas tem uma característica comum do discurso pan-americano da época da guerra: a tentativa de assemelhar as duas Américas, ainda que na maior parte das vezes as tentativas não consigam, de fato, superar uma visão caricata dos vizinhos do sul. Fica evidente, ao menos, uma *tentativa* de superação da visão clássica das oposições assimétricas<sup>331</sup>. Em *The Promise of the Americas*<sup>332</sup>, apresentada originalmente pelas quarta, quinta e sexta séries do *Friends Select School*, uma escola Quaker na Filadélfia, o texto lido como prólogo foi “O Destino da América”, do escritor e diplomata mexicano Alfonso Reyes, que compara a América a Atlantis mitológica, como um continente que, em tradução livre, “emergiu das águas para reavivar os sonhos políticos de todos os utopistas europeus”, e que “Foi o refúgio para aqueles que buscavam a liberdade da consciência. Foi o berçário dos ideais republicanos. Foi, é, e será o sonho de Bolívar”.

Os dois personagens iniciais são a América do Norte e a América do Sul, que se cumprimentam em perfeita sintonia, com a segunda fazendo referência efusiva à Roosevelt e seu discurso das quatro liberdades. A conversa imediatamente cai para as suas “economias combinadas”, o que é posto como algo natural, e, além

---

<sup>330</sup> BN Anexo II – D350, 04, 16, n. 2.

<sup>331</sup> É preciso destacar que essas tentativas de superação de certos preconceitos – e a inevitável criação de outros – não é característica de *todo* material produzido pela União Pan-Americana ou pelo OCIAA. Ao contrário, há casos muito claros de preservação das oposições assimétricas, como os filmes sobre saneamento produzidos pela Disney a pedido do OCIAA.

<sup>332</sup> BN Anexo II – D350, 04, 16.

disso, incentivada pelo esforço comum de guerra. A seguir, cada uma das Américas apresenta à outra seus “filhos”: as regiões dos Estados Unidos de uma, e os dez países da América do Sul da outra. Cada “filho” é apresentado como um tópico enciclopédico sobre sua geografia e seus produtos de exportação. As semelhanças entre as duas Américas aparecem, por exemplo, na comparação dos pampas argentinos com a grande planície do centro dos Estados Unidos, ou ao identificar o “filho” brasileiro como um importante “bussiness man” a la Estados Unidos, ou ao afirmar que Buenos Aires é “tão moderna quanto Nova York”.

A mesma igualdade de modernidade aparece na peça *Let Us Be Friends*<sup>333</sup>, escrita por certa Glenna C. Fogt, para ser encenado por sétimas e oitavas séries. Nela, Alice, uma estudante estadunidense de escola secundária, reclama sobre ter que fazer uma prova sobre a América do Sul. “Quem se importa com eles?”, diz Alice, “O Tio Sam poderia muito bem viver sem eles”. Todo o propósito do material, a partir daí, é mostrar o contrário e, para isso, o recurso é aproximar a América do Sul de uma autoimagem civilizada dos Estados Unidos. Em sonho, a América do Sul aparece à Alice, para informar que seus países também são civilizados. Aprecem Simon Bolívar, Francisco de Miranda e San Martín. O primeiro é, novamente, o George Washington sul-americano; a guerra de independência conduzida pelos três “heróis” americanos é comparada à guerrilha iugoslava que combatia os nazistas naquele momento na Europa. Alice, chocada, afirma: “mas não há nada como a estátua da liberdade na América do Sul”, ao que vem a pronta e curiosa resposta de que há, sim: ela é o Cristo do Andes, na passagem de Uspallata, na fronteira entre Argentina e Chile. Em uma abordagem ao estilo das oposições assimétricas, a estátua do Cristo jamais poderia ser comparada em termos de igualdade à Estátua da Liberdade; ao contrário, ela seria reflexo de um povo católico de mentalidade atrasada.

Entram, então, Argentina, Brasil e Chile. O Brasil, diz o texto, deveria ser representado por um “menino grande”, o Chile por uma “menina esguia”. Alice diz, desafiadora, que não há nada como Chicago ou Nova York na América do Sul, ao que a América do Sul responde prontamente sobre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. O material tem um tom bastante diferente daquele dos Boletins Mensais das décadas de 1910 e 1920, no qual todos os traços de modernidade que se podia observar eram postos como frutos de uma cooperação benevolente dos estadunidenses, como no exemplo do texto sobre Iquitos, de 1916.

Ainda assim, aparece o *gap* histórico da América do Sul que,

---

<sup>333</sup> BN Anexo II – D350, 04, 16, n. 7.

finalmente, só poderá ser superado com uma colaboração – de duas vias, porém, ao menos idealmente – e uma boa dose de “progressivismo”, tipicamente estadunidense, ao que vem como ajuda a União Pan-Americana:

América do Sul: É claro que sei que ainda temos muito o que fazer. Nossas terras, especialmente os Andes e as selvas, são difíceis de conquistar. Precisamos de mais pessoas educadas e de classe média, nos recursos precisam ser explorados, eletricidade deve ser gerada em nossas incontáveis cachoeiras, e mais escolas devem definitivamente ser estabelecidas. Faltam trabalhadores qualificados. Há poucas estradas e ferrovias. Mas eu prometo que em algum momento future nós superaremos essas dificuldades. Nós estamos crescendo e assim continuaremos, no comércio, na educação, e em outros progressivismos [progressiveness].

Alice: Podemos ajudar-nos mutuamente?

América do Sul: De fato podemos! Esse é um dos propósitos da União Pan-Americana – encorajar relações mais amistosas entre as Américas. “Pan” significa “todos”, e a União está trabalhando arduamente em busca de uma relação toda-americana. Vocês norte-americanos podem aprender muito sobre nós e conosco, e nós podemos aprender de vocês. Então, sejamos amigos e estabeleçamos mais fortes e mais amigáveis laços<sup>334</sup>.

---

<sup>334</sup> South America: Of course I know we have a lot to do yet. Our lands, particularly the high Andes and the jungles, are hard to conquer. We need more people of the educated middle classes, our resources need to be developed, electricity should be generated from our numerous waterfalls, and more schools should definitely be established. Skilled labor is lacking. Railroads and highways are all too few. But I promise you that we will sometime in the future overcome these difficulties. We are growing, and will continue to grow, in commerce, in education, and in other progressiveness.

Alice: Can't we help each other?

South America: Indeed we can! That is one purpose of the Pan American Union – to encourage more friendly relations between us Americas. Pan means all, and the Union is truly working toward a close *all*-American relationship. You North Americans can learn much *about* us and *from* us, and we can learn from you. So let us be friend and keep making stronger and more friendly ties.

É importante notar que o material da União Pan-Americana encontrado em um arquivo brasileiro é todo direcionado para os Estados Unidos. Isso sugere duas coisas: o OCIAA assumiu por completo a produção para a América Latina, e a própria União perdeu espaço de ação diante da massividade do trabalho do Office. De qualquer modo, ainda que de maneira muitas vezes atabalhoada, existiu um esforço para mudar a imagem dos latino-americanos nos Estados Unidos e por melhorar a imagem do último para os primeiros. É sintomático, porém, que foi o próprio Office, órgão do governo estadunidense, que assumiu a função de “advogado da América Latina”, através de uma política cultural elaborada e executada, em sua maior parte, pelos Estados Unidos. A aproximação cultural era, sem dúvida, assimétrica. O pan-americanismo do Office e da União Pan-Americana não visava “pan-americanizar” o continente, mas americanizar a América Latina, ainda que a margem de diálogo tenha sido indubitavelmente muito maior do que em anos anteriores.

As considerações de Antônio Pedro Tota sobre essa relação cultural são incorrigíveis, e seguem na mesma linha que venho defendendo acerca de um pan-americanismo que, para funcionar, teve que encontrar alguma correspondência interna no Brasil:

Um povo só incorpora um determinado valor cultural de outro povo se ele fizer sentido no conjunto geral de sua cultura. Isso significa que a assimilação cultural não se faz por imitação, mas por um complicado processo de recriação. A assimilação cultural nunca ocorre em bloco. Um povo não aceita todos os elementos culturais de outro, mas apenas uma parte, e, mesmo assim, dando a eles novos sentidos. Essa assimilação envolve, portanto, uma escolha e uma recriação. Resistência, antropofagia, condição e sincretismo ocorrem simultaneamente (TOTA, 2000, p. 193).



### **Considerações Finais a partir do *Pensamento da América* e do *Autorretrato* do Estado Novo**

Se nos Estados Unidos um dos principais problemas enfrentados pelo discurso pan-americano que sustentou a Política de Boa Vizinhança era o combate – ainda que caricato – às visões pejorativas sobre a América Latina, no Brasil o caso era outro. Enquanto todo o restante do discurso pan-americano era fundamentalmente conveniente ao público estadunidense ao engrandecer os valores das ditas “liberdades democráticas”, o regime do Estado Novo precisou responder, por meios oficiais, sobre o seu próprio pan-americanismo, vinculado a outros termos e com um uso diferente.

Nos Estados Unidos houve um casamento quase harmônico entre o discurso pan-americano e a política interna estadunidense, incluindo aí as justificativas que o governo Roosevelt precisava dar ao público interno sobre a política de boa vizinhança. O apelo ao discurso pan-americano na execução dessa política é como uma reposta tardia às propostas latino-americanas relacionadas a não intervenção e o respeito à soberania que apareciam nas Conferências e só foram aceitas pelos Estados Unidos em 1933. Internamente o discurso pan-americano serviu como parte importante da sustentação da política de boa vizinhança para os eleitores e a imprensa estadunidense: todos os elementos historicamente caríssimos aos Estados Unidos – a defesa da democracia, a oposição à Europa (parte dela), o progressivismo, a civilização americana, o liberalismo econômico e político, etc. – estavam presentes no pan-americanismo. Assim, o discurso pan-americano ajudou a sustentar uma prática política pan-americana, que era a política de boa-vizinhança, o abandono das intervenções diretas, a adoção dos princípios de não-intervenção unilateral e, fundamentalmente, uma busca mais sutil pela cooperação latino-americana no contexto da guerra: uma apelo à ideais, diplomacia, ofensiva cultural, e, claro, sabendo explorar as limitações estruturais de economias agroexportadoras que se viam profundamente prejudicadas com o fechamento dos mercados europeus.

No Brasil, ao contrário, a ausência de harmonia entre o pan-americanismo e as ideias que sustentavam o Estado Novo, exigiram do regime uma ressignificação que aqui foi sendo reconstruída. Se o antigo pan-americanismo entrou no Brasil através das discussões sobre a modernidade da civilização, ele entra no Estado Novo como uma *prática política* que visava à consolidação de uma aliança com os Estados Unidos, como defendido até aqui, pautado por um discurso que

apelava para uma *tradição*, independentemente da questão dos regimes políticos.

O suplemento *Pensamento da América*, do jornal *A Manhã*, porta-voz oficial do Estado Novo, foi um dos locais que serviram para a exposição do pan-americanismo do regime. O jornal, encampado pelo governo em 1941, “cumpria em geral a função ideológica de explicar, justificar e homenagear diretamente o regime”. Dirigido pelo poeta Cassiano Ricardo, o jornal manteve desde seu primeiro número uma coluna cultural denominada “Pensamento da América”, editado por Ribeiro Couto, na qual eram publicados textos relevantes de autores do continente, em sua maioria, latino-americanos, traduzidos por escritores como Manuel Bandeira e Cecília Meireles (MOREIRA, 2010b, p. 192). Eminentemente cultural, a princípio, e focado em “resgatar ícones, teorias e correntes de pensamento (americano) para monumentalizá-los, e não apresentar novidades literárias e artísticas que se transformariam em cânones” (NEVES; PIAZZA, 2012, p. 288), a coluna ainda assim manteve-se aberta e plural até janeiro de 1942, publicando, inclusive, muitos textos de autores reconhecidos por sua militância anti-franquista em relação à Espanha e anti-fascista em geral, ou seja, considerados “de esquerda”<sup>335</sup>. Havia, no suplemento, uma vasta gama de interpretações sobre temas americanos (NEVES; PIAZZA, 2012, p. 293), demonstrando a existência de relativa liberdade de composição da coluna.

Em 22 janeiro de 1942, durante a 3ª Reunião de Consulta que ocorria no Rio de Janeiro, a coluna semanal muda de formato e passa a ser um suplemento mensal colecionável de até 32 páginas. É notável a grande mudança de orientação editorial. Antes focado principalmente em literatura, principalmente latino-americana, sem referências diretas à política do regime e destoando do caráter oficial do jornal como um todo, o editorial que inaugurou a nova fase destacava a mudança. O novo suplemento colocou-se como meio de difusão de “todas as informações, todos os estudos, e todos os conhecimentos que se referem à América”, colocando-se, assim, como um material que “até hoje conservava uma característica meramente literária e artística passará a revestir também um caráter político”. Em seguida clara referência a “hora culminante da história da América”, enquanto ocorria a reunião que selaria a aliança continental. Logo abaixo do editorial, destacado na coluna central, uma foto de Vargas e Roosevelt, quando da visita do

---

<sup>335</sup> Ver MOREIRA, 2005b.

segundo ao Rio de Janeiro, em 1936<sup>336</sup>.

É preciso fazer uma ressalva quanto à mudança editorial; embora tenha sido uma mudança muito gritante, a versão anterior a janeiro de 1942 não parece ser tão descolada do projeto do regime como sugere Moreira (2010a, 2010b). Ao contrário, mesmo contendo textos considerados “de esquerda”, a divulgação da América, o entendimento continental por via do intercâmbio cultural já era, em 1941, parte da política internacional do governo brasileiro. Mesmo que as intenções do editor Ribeiro Couto não tenham sido necessariamente voltadas para a execução de um projeto neste sentido, a coluna *Pensamento da América* já servia a estes propósitos. Neste sentido me aproximo de Neves e Piazza (2012), ao considerar já o caráter político do *Pensamento da América* antes de 1942, quando mesmo sem ter uma visão única e “oficial” da América, contribuía claramente para uma divulgação cultural do continente.

De qualquer modo, a mudança editorial foi bastante relevante e inseriu claramente o *Pensamento da América* como instrumento de divulgação da política externa brasileira, ao ancorá-lo firmemente no discurso de propaganda do governo (MOREIRA, 2010a, p. 27). Neves descreve com precisão a composição e a função cumprida pela nova fase do suplemento, que se aproxima bastante de uma versão brasileira do que o Office e a União Pan-Americana faziam nos Estados Unidos:

Nessa empreitada foram apresentados textos sobre a história, descrições de aspectos físicos e humanos dos países americanos, nomes dos ‘pais-fundadores’ da nacionalidade de cada país e, como tal se pretendia mostrar, as nações americanas eram sempre retratadas como promissoras, deixando assim os aspectos negativos que pudessem existir silenciados. Nesse sentido, a apresentação da história oficial dos países selecionados, bem como de toda a série de elementos nela encarnados (...) cumpria o papel de quebrar a distância, instruir para superar o pouco conhecimento e promover a ampliação do sentimento de união (NEVES, 2012, p. 46).

---

<sup>336</sup> *Pensamento da América*, p.1, suplemento de A Manhã, dia 22 de janeiro de 1942. As cópias digitalizadas do Suplemento *Pensamento da América* foram gentilmente cedidas pela historiadora Livia Lopes Neves.

Diante de uma análise de outros dois textos que abrem a nova fase do suplemento, uma particularidade dessa propaganda precisa ser observada: ela procurava responder sobre o pan-americanismo do governo Vargas, não ignorando certas contradições que já foram aqui apontadas, mas, ao justamente tentar respondê-las por uma *ressignificação*, reconhecendo-as. O pan-americanismo era readaptado a um contexto político e a um contexto linguístico<sup>337</sup> diferente daquele do seu “local de origem”, os Estados Unidos.

Os outros dois textos que têm início na página de abertura, ao lado do editorial, “A Cooperação das Américas” e “O Estado Novo e o Pan-Americanismo”<sup>338</sup> trazem as respostas para o problema do regime político. O primeiro, que afirma tratar-se de “palavras do próprio Presidente Vargas”, concilia o pan-americanismo que, em um sentido, vimos ter substituído a ideia da soberania nacional por algum tipo de soberania continental, novamente com a primeira. Ele aponta o novo pan-americanismo (sem usar o termo “novo”) como uma conjugação de demandas históricas latino-americanas pela não-intervenção e a política de boa vizinhança de Roosevelt, que, finalmente, deu margens à essas demandas. Daí a questão do regime político poder ser considerada irrelevante, já que, “o nosso pan-americanismo nunca teve em vista a defesa de regimes políticos, pois isso seria atentar contra o direito que tem cada povo de dirigir a sua vida interna e governar-se”. O texto, na verdade, é o discurso de Vargas aos Marítimos, de 1940. O ponto fundamental, agora, é o diálogo que se estabelece com o segundo texto, escrito pelo próprio Cassiano Ricardo.

O texto é uma refinada forma de engenharia ideológica. Afirma os princípios de solidariedade continental baseada na suposta história de solução pacífica dos conflitos no continente. Depois, partindo de uma interpretação do mundo como em um momento de disputa ideológica internacional, exalta o regime de 10 de novembro como uma antecipação do caminho da América em uma estratégia vitoriosa de defesa em relação às instabilidades das ideologias *externas*.

---

<sup>337</sup> Contexto linguístico em sentido próximo ao de Skinner: ou seja, considerando o termo inserido em um debate com outros termos. No Brasil o pan-americanismo tipicamente estadunidense não se encaixa porque os termos aos quais o pan-americanismo precisa adaptar-se ou responder são os do Estado Novo, fundamentalmente diferentes daqueles dos Estados Unidos de Franklin Roosevelt.

<sup>338</sup> Pensamento da América, p.1 e p. 22, suplemento de A Manhã, dia 22 de janeiro de 1942.

Ele afirma que

A Revolução de 10 de novembro representa, portanto, o único caminho compatível com a lição que a inquietação universal nos oferecia. De onde se conclui que o Brasil antecipou corajosamente a defesa dos princípios sobre os quais repousa hoje a solidariedade americana. Ou mais claramente: defendendo o seu tipo de cultura, o seu estilo de vida, o Brasil reajustava suas instituições para melhor defesa das Américas<sup>339</sup>.

Essa consideração é muito mais significativa do que simplesmente dizer que o pan-americanismo brasileiro nunca significou a defesa de tipos específicos de regimes político, pois afirma, de modo contundente, que o Estado Novo *defende* os princípios da solidariedade americana. O argumento é refinado: se pensamos na origem do pan-americanismo relacionada à Doutrina Monroe<sup>340</sup>, vemos que parte da inserção da questão do regime político, que perpassou décadas, se deu, no século XIX e princípio do XX, por duas oposições assimétricas: republicanismo ou democracia/monarquia e América/Europa, um lado positivo, outro negativo. Ou seja, parte da aparição da questão do regime político no pan-americanismo aparece em termos de interno/externo; americano/não-americano. Assim, colocando a implantação do Estado Novo, não liberal, como algo essencialmente *brasileiro* e, portanto, *americano* (uma vez suprimidas as dúvidas quanto à influência política do Eixo na implantação do novo regime), enfatiza-se uma aspecto do pan-americanismo histórico que, nessa interpretação, encaixa-se com o regime. O que se nota, portanto, é o cuidado de ressignificar o pan-americanismo e adaptá-lo a outro contexto, sem abandonar completamente seu significado “ortodoxo”. A adaptação precisa ser minimamente convincente para ter efeito político e, portanto, uso. É importante notar que aqui é utilizado o próprio discurso do momento da implantação do Estado Novo, de que o Brasil corria risco de cair nas mãos dos comunistas, não-americanos, portanto. Em suma, puxa-se do conceito de pan-americanismo dos Estados Unidos os elementos que mais se adaptam ao próprio discurso de sustentação do Estado Novo.

---

<sup>339</sup> Pensamento da América, p. 22, suplemento de A Manhã, dia 22 de janeiro de 1942.

<sup>340</sup> Que, afinal de contas, é elemento invocado pela política externa brasileira em inúmeros momentos, como vimos.

Fundamentalmente a autoimagem do Estado Novo, que afirma seu caráter salvador diante de rumos internacionais tenebrosos aparece em outros textos e é associado ao pan-americanismo ao afirmar que resguardar as soberanias nacionais, ou seja, evitar a influência de estados não-americanos, salvou a defesa continental. Defende-se o regime afirmando sua necessidade para a própria defesa continental. Um texto do Pensamento de América de 19 de abril de 1942<sup>341</sup>, escrito por ninguém menos que o capitão Severino Sombra<sup>342</sup>, vai mais fundo na questão ao conseguir juntar no mesmo texto a defesa do pan-americanismo e um elogio a Mikhail Manoilescu<sup>343</sup>, teórico romeno do corporativismo. Logo abaixo deste texto, dando o tom geral do Pensamento da América, há longo artigo elogioso a James Monroe.

A questão do regime político teve, também, outro tipo de resposta, que apareceu frequentemente em discursos de Vargas e textos do Pensamento da América. Ela é a associação do Estado Novo com um tipo *peculiar* de democracia. Este discurso não estava presente apenas para as justificativas do pan-americanismo varguista, mas também na própria fundamentação do regime<sup>344</sup>. Assim, no dia 26 de junho de 1941, Vargas respondeu do seguinte modo a um enviado especial do jornal argentino *La Nación*, que lhe perguntou sobre a aparente incompatibilidade entre a estrutura ideológica do Estado Novo e o pan-americanismo assumido pelo governo:

---

<sup>341</sup> Pensamento da América, suplemento de A Manhã, dia 19 de abril de 1942.

<sup>342</sup> Cearense, foi militar, ligado a grupos católicos e antiliberais, foi preso na revolução de 1930, quando servia no 8º Regimento de Infantaria, em Passo Fundo. Fundou, em 1931, a Legião Cearense do Trabalho, de inspiração corporativista e fascista. Tornou-se membro do Grupo 3 de Outubro, tenentista. No início de 1932 fundou a Legião Brasileira do Trabalho, aderiu à revolta constitucionalista de 1932, acabou sendo exilado em Portugal. Foi beneficiado pela Anistia de janeiro de 1934, voltando ao Brasil e reintegrando-se ao Exército. Flertou com o Integralismo, mas teve sérias divergências com Plínio Salgado. Foi promovido a Capitão em outubro de 1934, criou e foi o primeiro professor do curso de sociologia da Escola Militar. Fundou o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a Biblioteca do Exército, em 1937. Assumiu totalmente a defesa do regime, publicando, em 1940, “As duas linhas de nossa evolução política”. Em 1941 organizou e chefiou o Serviço Secreto do Exército da 3ª Região Militar (RS). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV, verbete Sombra, Severino.

<sup>343</sup> Ver MANOILESCO, 1938. Traduzido para o português por Azevedo Amaral.

<sup>344</sup> Este ponto foi trabalhado no item 3.2.

Só a primeira vista, como diz você, a estrutura do Estado Nacional pode parecer obstáculo à defesa dos princípios democráticos de formação americana, o Brasil nunca deixou de ser, sob o novo regime, uma democracia, de vez que, mais que as palavras e as convenções legais das democracias parlamentares, o regime atende aos interesses do povo e consulta as suas tendências, através das organizações sindicais e associações produtoras. É mais uma democracia econômica que política e por isso apresenta, simplificando, o mecanismo adequado de consulta e de controle da opinião pública. Não temos assembleias numerosas aonde seja possível, à custa do dinheiro público, desperdiçar o tempo em arroubos oratórios e debates estéreis. Substituímo-las, e parece que com vantagem, pelos conselhos técnicos, pela consulta direta aos órgãos representativos da vida econômica e social do país. Na realidade, o que parece divergência ideológica e doutrinária no regime brasileiro em relação aos demais Estados da América, é somente uma afirmação de nossas peculiaridades históricas<sup>345</sup>.

Deste modo, é possível dizer que Vargas assumia o anti-liberalismo de seu regime, sem abrir mão, porém, de um conceito de democracia diferenciado, distante da democracia liberal representativa típica do restante de América. O discurso do pan-americanismo brasileiro procurava ser coerente com seu próprio discurso de sustentação política ao se aproveitar de brechas existentes no conceito, hora apelando para uma ênfase em determinados aspectos do pan-americanismo nem tão contraditórios com o regime, como a defesa do princípio de não-intervenção, hora encontrando em seu próprio discurso elementos que, embora diferentes do pan-americanismo “puro”, eram vistos como peculiaridades históricas. Afinal, “há vinte e uma formas de ser americano, e não apenas uma delas”, afirmava Cassiano Ricardo no *Pensamento da América*<sup>346</sup>.

---

<sup>345</sup> A entrevista completa encontra-se disponível em *A Nova Política do Brasil*, p. 277-287. Ela foi reproduzida na imprensa brasileira em 27 de junho de 1941.

<sup>346</sup> *Pensamento da América, O Estado Novo e o Pan-americanismo*, p. 1, suplemento de A Manhã, dia 22 de janeiro de 1942.

Paradoxalmente, talvez, na tentativa de associar o regime a um tipo de democracia peculiar a situação histórica brasileira para ajustar os termos do regime aos termos do pan-americanismo, o Estado Novo na verdade revela ainda mais sua condição de decadência a partir de 1942. Isso porque, em certo sentido, havia a necessidade de responder à oposição ao regime que se organizava em torno de um discurso democrático tipicamente estadunidense, que ganhava força conforme o Brasil se envolvia na guerra ao lado dos Aliados. Isso reforça a ideia de que a questão da defesa do pan-americanismo, suas ressignificações, está sempre associada a questões internas, muito mais do que a questões internacionais. Em 1942 não havia mais qualquer tipo de contradição nas relações entre Brasil e Estados Unidos, já convergidas; os problemas do pan-americanismo eram internos.

Em um documento produzido no ocaso do Estado Novo<sup>347</sup>, entre 1943 e 1945, nunca publicado por causa da queda do regime em outubro daquele ano, a defesa da “democracia” estadonovista era explicitada:

A sua ação (do Estado) devia se estender a todos os planos da vida nacional, como elemento coordenador de todas as classes e para proceder à sistematização de todas as atividades produtivas, num senso novo e mais amplo de *democracia*, em que os direitos e os interesses gerais do povo predominassem sobre o dos indivíduos, dos grupos e das facções<sup>348</sup>.

Como afirma Schwartzman (1983, p. 12), o documento reflete o ocaso do Estado Novo pelo aparecimento constante de um discurso populista, da ênfase na construção mitológica da figura de Vargas e no trabalhismo, elementos marcantes da decadência do regime (GOMES, 1988), e da democracia e valores ocidentais, enquanto a neutralidade

---

<sup>347</sup> O documento é um texto que começou a ser produzido em 1943 a partir de contribuições de diferentes setores do governo Vargas. Sob coordenação do Ministro Gustavo Capanema, o documento procurava ser um autorretrato do Estado Novo, “uma visão interna, ‘compreensiva’, do regime Vargas”. O governo terminou antes da conclusão do trabalho. Documento escrito por muitas mãos ao longo de muito tempo, sua conclusão era virtualmente impossível, pois as mudanças internas do governo o faziam rever seu próprio passado constantemente. SCHWARTZMAN, 1983, p. 2-12.

<sup>348</sup> *Introdução: Getúlio Vargas e sua Política*, In. SCHWARTZMAN, 1983, p. 30.



diante da guerra dava lugar ao alinhamento definitivo com os Estados Unidos.

A parte sobre política externa<sup>349</sup>, composta em 1943, pelo Ministério de Relações Exteriores, quando este ainda era chefiado por Oswaldo Aranha, é praticamente uma ode ao pan-americanismo. Nenhum outro feito da política externa é mencionado. Embora possamos fazer a ressalva de que o texto, provavelmente, nunca foi concluído, e uma parte sobre relações com outros países estivesse ainda por ser escrita, é inegável que o tema pan-americano era de importância muito maior para o governo. O curioso deste texto é que há um pequeno parágrafo que permite juntar novamente o discurso pan-americano do Estado Novo com sua prática de política internacional, estudada anteriormente.

O texto afirma que

Além do seu sentido pan-americanista, outro traço característico da política exterior do Brasil é sua tradicional e mais que secular amizade com os Estados Unidos. Um dos principais objetivos sempre foi o de assegurar a solidariedade e a defesa coletiva do continente, estendendo a todos os países americanos a Doutrina de Monroe, a fim de que ela perdesse a unilateralidade, que sobremodo a enfraquecia<sup>350</sup>.

A política pan-americanista e a amizade com os Estados Unidos são postos como traços diferentes da política exterior brasileira. Concluo, afirmando, com base no que foi discutido até aqui, o contrário: é preciso entender o pan-americanismo no Brasil em dois âmbitos; um de discurso e outro de prática política. Eles estão, porém, fundamentalmente conectados, a partir do momento em que o discurso é assumido e ressignificado (incluindo toda a América, é claro), como parte de uma prática política, exercida também no âmbito pan-americano das Conferências e Reuniões de Consulta. Esta prática política usava o mesmo termo fundamental ao pan-americanismo “meramente discursivo” – a coletivização da Doutrina Monroe – em busca de uma aliança com os Estados Unidos, e não com o continente americano como um todo, em favor de um projeto de poder político,

---

<sup>349</sup> *A Política Exterior*, In. SCHWARTZMAN, 1983, p. 289-324.

<sup>350</sup> *A Política Exterior*, In. SCHWARTZMAN, 1983, p. 323.

econômico e militar incidente sobre o subcontinente sul-americano.

Além de uma série de questões sobre a “americanização”, em diferentes âmbitos – hábitos de consumo, imprensa, cinema, planejamento urbano, organização militar, saúde pública, linguagem, etc. – algumas questões mais imediatas podem ser levantadas. A aliança com os Estados Unidos da guerra teve consequências políticas graves para o regime instalado em 1937. Ele resistiu poucos meses após o final das hostilidades na Europa, a Força Expedicionária retornava ao país tendo lutado ao lado das democracias ocidentais. No Brasil, a partir de 1943, a oposição ao regime crescia. O episódio do fechamento da Sociedade Amigos da América<sup>351</sup> pela polícia do Rio de Janeiro, em agosto de 1944, justamente quando o Ministro Oswaldo Aranha iria assumir a vice-presidência da associação, é emblemático; as contradições ferviam. Até que ponto certos setores oposicionistas se formaram a partir de “ideais pan-americanos”? Por outro lado, como estas contradições entre o regime e o pan-americanismo foram instrumentalizadas por oposições antigas?

---

<sup>351</sup> OA cp 1943.01.05/5. Sediada no edifício do Automóvel Club, Rua do Passeio, n. 90, Rio de Janeiro, na época do seu fechamento era presidida pelo General Manoel Rabelo.

## Referências Bibliográficas

ALVARADO, M. Rodó y su Ariel: el Ariel de Rodó. **Anuario de Filosofía Argentina y Americana**, Mendoza, nº 20, p. 155-173, 2003.

ALVES, Vágner Camilo. Ilusão Desfeita: a ‘aliança especial’ Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 48, nº 1, p. 151-177, 2005.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANTOINE, Prost. **Doze Lições Sobre História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ARRAES, Marcos A. Anúncios e Enunciados: a emergência do americanismo no Brasil. **Revista Tempo Histórico**, Recife, vol. 3, nº 1, 2011.

AZEVEDO, Cecília. O sentido de missão no imaginário político norte-americano. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 3, nº 2, 1998, p. 77-90.

\_\_\_\_\_, Cecília. A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA. In: **Revista Tempo**, Niterói, vol. 6, n. 11, 2008, p. 111-129.

BANDEIRA, Luiz A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_, Luiz A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: da tríplice aliança ao Mercosul (1870-2003). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BERABA, Ana Luiza. **América Aracnídea**: teias culturais interamericanas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BETHELL, Leslie. Brazil and Latin America. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, vol. 42, 2010, p. 457-485.

BLOCH, Marc. **A Estranha Derrota**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CARONE, Edgard. **A República Velha**, Vol. 1, Instituições e Classes Sociais. Rio de Janeiro: Difel, 1975.

\_\_\_\_\_, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CASSELLS, Alan. **Ideology and International Relations in Modern World**. Londres: Routledge, 1996.

CASTRO, Fernando Vale. Um projeto de diplomacia cultural para a República: a Revista Americana e a construção de uma nova visão continental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 32, n. 63, 2012, p. 301-324.

CEASER, James. The origins and character of American exceptionalism. In: **American Political Thought**, Chicago, vol. 1, n. 1, 2012, p. 3-28.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Unb, 2002.

CHARTIER, Roger. Textos, Impressos, Leituras. In: \_\_\_\_\_. **História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONNELL-SMITH, G. **The United States and Latin America: An Historical Analysis of Inter-American Relations**. Londres: Heinemann Educational Books, 1974.

DABÈNE, O. **América Latina no Século XX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

D'ARAUJO, Maria Celina (org). **Getúlio Vargas: perfis parlamentares**, n. 62. Brasília: Edições Câmara, 2011.

DUARTE, Adriano Luiz; VALIM, Alexandre Busko. Brazil at War: Modernidade, liberdade e democracia nos filmes produzidos pelo Office of Interamerican Affairs. In: SILVA, Francisco C. T; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge. (Org.). **O**

**Brasil e a Segunda Guerra Mundial.** 1 ed. v. 1. Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO UFRJ/FINEP/CNPq, 2010.

DULCI, T. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928).** 2008. 134 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_, T. **O Pan-Americanismo em Joaquim Nabuco e Oliveira Lima.** In: Anais eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC, UNICAMP, Campinas, 2006.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2010.

FERES Jr, João. **A História do Conceito de “Latin America” nos Estados Unidos.** Bauru: EDUSC, 2005a.

\_\_\_\_\_, João. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n. 3, 2005b, p. 655-680.

FERRAZ, Francisco; MCCANN, Frank. A participação conjunta de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. In: MUNHOZ, S.; SILVA, F. (Orgs). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2011. p. 65-101.

GATTI, Maria. **Cinema e Diplomacia: Estados Unidos, América Latina e as Imagens da Política de Boa Vizinhaça (1939-1946) - Tradução e Legendagem.** In: XIII Encontro Estadual de História - ANPUH Regional, 2010, Chapecó - SC. XII Encontro estadual de História: Desafios para o Tempo Presente, 2010.

\_\_\_\_\_, Maria. **Nas Entrelinhas da Boa Vizinhaça: literatura e política na trajetória de Érico Veríssimo entre Brasil e Estados Unidos (1941-1945).** Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GERTZ, Rene Ernaini. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo,**

nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Ângela Castro. A invenção do trabalhismo In: *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e a construção do mito Vargas. In: MARTINHO, Francisco C. P.; PINTO, Antônio C. (orgs.) **O Corporativismo em Português**: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Dias. **Sucupira, ame-a ou deixe-a**: venturas e desventuras de Zeca Diabo e sua gente na terra de Odorico, o Bem-Amado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia**: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2010.

\_\_\_\_\_, Greg. Your Americanism and Mine: Americanism and Anti-Americanism in the Americas. **The American Historical Review**, Bloomington, vol. 111, n. 4, 2006, p. 1042-1066.

HILTON, Stanley: **O Brasil e a Crise Internacional (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JASMIN, Marcelo. Mimesis e Recepção: encontros transatlânticos do pensamento autoritário brasileiro da década de 1930. In: FERES Jr., J.; JASMIN, M. **História dos Conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola; IUPERJ, 2007.

JOFFILY, Jose. **O caso Panther**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Charles Wilkes, a U. S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo (1838-1842). In: **Revista Tempo, Niterói**, vol. 23, n. 25, 2008.

KRATOCHWIL, German. Pan-Americanismo. In: SILVA, Benedito; et al (orgs). **Dicionário de Ciências Sociais**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 860-861.

KNAUSS, Paulo (org.). **Oeste Americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-Rio, 2006.

LANGLEY, Lester D. **America and the Americas**: the United States in the western hemisphere. Athens: The University of Georgia Press, 1989.

LENS, Sidney. **A Fabricação do Império Americano** – Da revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINO, Sonia Cristina. Onde Está Waldo Frank? God Bless a América Hispânica. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, 2009, p. 522-538.

LOBO, Helio. **O pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1939.

MANOÏLESCO, Mihaïl. **O Século do Corporativismo**: doutrina do corporativismo integral e puro. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

MANWARING, Max. **U.S. Security Policy in the Western Hemisphere**: why Colombia, why now, and what is to be done? Carlisle: Strategic Studies Institute, 2001.

MAUL, Carlos. **As Fontes Brasileiras do Pan-Americanismo**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941.

McCANN, Frank. **The Brazilian-American Alliance**. Princeton: Princeton University Press, 1973.

MENEZES, Albene Miriam. Tensão Política entre o Brasil e a Alemanha, o pulsar dos acontecimentos em 1938. In: **XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011.

MINELLA, Jorge. Pan-Americanismo e Estado Novo: considerações conceituais. In: **História: debates e tendências**, Passo Fundo, vol. 12, n. 1, jan/jun. 2012, p. 22-37.

MOREIRA, Luiza Franco. Contextos e Pistas: um editorial de “Pensamento da América”. In: **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 23, julho/dezembro 2010<sup>a</sup>, p. 25-36.

\_\_\_\_\_, Luiza Franco. Frente Conjectural: escritores brasileiros de izquierda y el Estado Novo. In: **Revista de Indias**, Madri, vol. 70, n. 249, 2010b, p. 381-408.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_, Gerson. **O Aliado Fiel**: a natureza do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, contexto das relações internacionais. Tese de Doutorado. Londres: University College, 1984a.

\_\_\_\_\_, Gerson. **Tio Sam Chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1984b.

MOTTA, Marly Silva da. **A Nação Faz 100 Anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1992.

NABUCO, Joaquim. **Discursos e conferencias nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: B. Aguila, 19-.

NEVES, Livia Lopes. Políticas da imagem e da escrita: aspectos da imprensa estadonovista em prol da política de boa vizinhança (1941-



1945). In: **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, vol. 1, n. 1, jan. 2012.

\_\_\_\_\_, Livia Lopes; PIAZZA, Maria de Fátima. Pensamento da América: campo intelectual, ideias e dilemas de um suplemento cultural. In: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, n. 12, p. 280-305, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_, Livia Lopes. **Pensamento da América: intelectualidade e Estado Novo em um projeto comungado (1941-1945)**. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

NEVILLE, M. American Nationalism, the Monroe Doctrine and Woodrow Wilson's New World Order. In: CERVO, A. L.; DÖPCKE, W. (orgs). **Relações Internacionais dos Países Americanos: vertentes da história**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994. p. 230-248.

OLIVEIRA, L. **Pan-americanismo: Monroe, Bolivar, Roosevelt : 1907**. Brasília: Senado Federal, 1980.

OLTON, Roy; PLANO, Jack C. **Diccionario de Relaciones Internacionales**. Cidade do México: Editorial Limusa, 1980.

PEREIRA, P. J. R. A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 48, n. 2, 2005, p. 111-128.

RAHMEIER, Andrea Petry. Alemanha e Brasil: as relações diplomáticas em 1938. In: **IX Encontro Estadual de História ANPUH-RS**, 2008. Porto Alegre. *Anais do IX Encontro Estadual de História ANPUH-RS, 2008*.

RÉ, F. M. Estados Unidos e América Hispânica: espelhos para uma jovem república. **Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política**, São Paulo, n. 3, 2011, p. 222-271.

ROOSEVELT, Franklin D. **The public papers and addresses of Franklin D. Roosevelt**, Vol. 2, The year of crisis, 1933. New York: Random House, 1938.

\_\_\_\_\_, Franklin D. **The public papers and addresses of Franklin D. Roosevelt**, Vol. 5, The people approve, 1936. New York: Random House, 1938.

SANTOS, L. C. V. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVA, Benedito; et al (orgs). **Dicionário de Ciências Sociais**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, Francisco C. Teixeira Da. Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco C. P.; PINTO, António C. (orgs.) **O Corporativismo em Português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 274-303.

SILVA, Ricardo. História intelectual e teoria política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 17, 2009, p. 301-318.

SCHWARTZMAN, Simon (org). **Estado Novo: um auto-retrato**. Brasília: Ed. UnB, 1983.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à Guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri: Manole, 2003.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, Middletown, vol. 8, n. 1, 1969, p. 3-53.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TOTA, Antonio P. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_, Antonio P. **Os Americanos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

VIRGINIA, Valdez. **Além da Segurança Hemisférica: diplomacia,**

propaganda e política nas relações entre Brasil e Estados Unidos (1937-1946). Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

VALIM, Alexandre. Da Boa Vizinhança à Cortina de Ferro: política e cinema nas relações Brasil-EUA em meados do século XX. In: MUNHOZ, S.; SILVA, F. (Orgs). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011, p. 409-452.

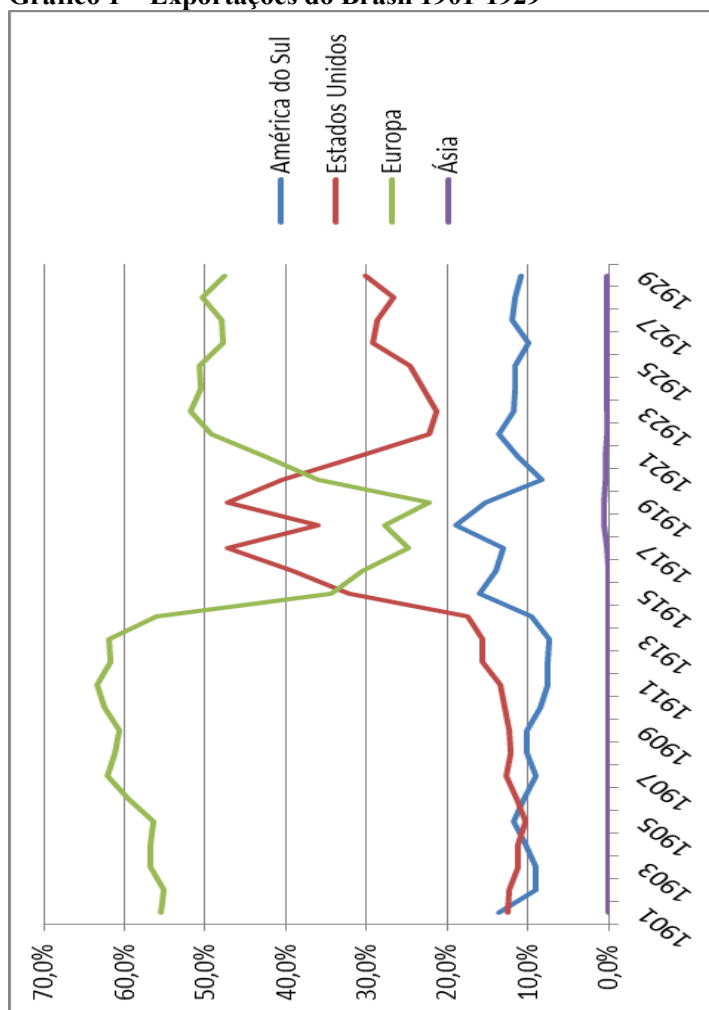
VILLAÇA, M. Estados Unidos: ‘farol’ e ‘polícia’ da América Latina. In: MUNHOZ, S.; SILVA, F. (Orgs). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011, p. 65-101.

ZINN, Howard. **A People’s History of the United States**. Nova York: HarperCollings, 2003



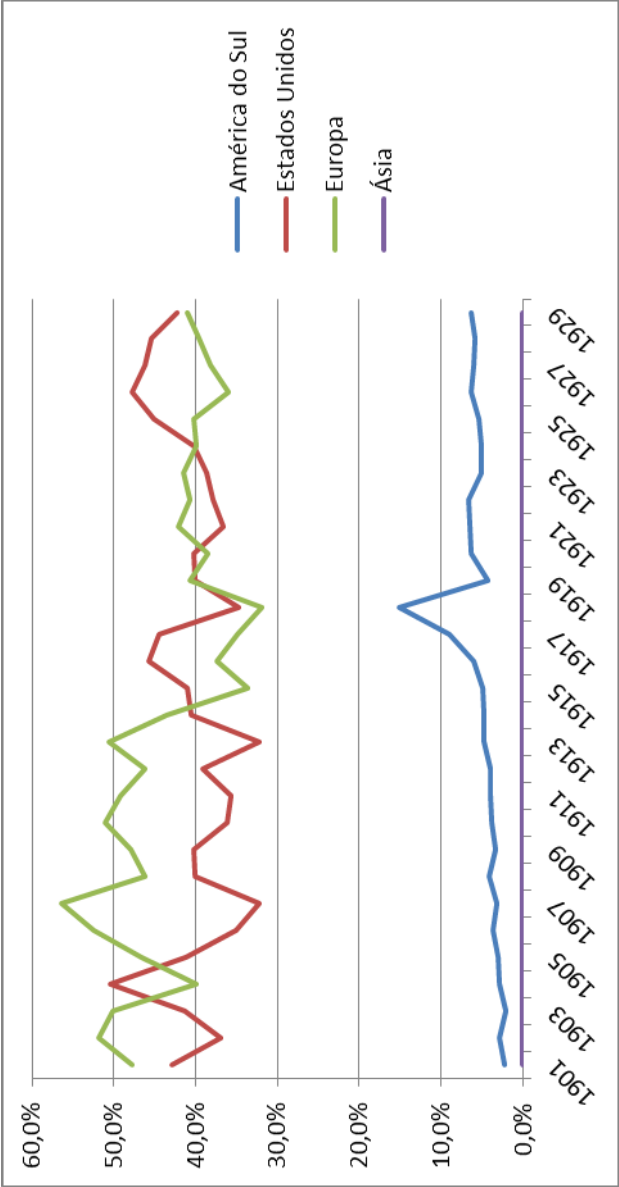
## Anexo I – Comércio Internacional do Brasil

**Gráfico 1 – Exportações do Brasil 1901-1929**



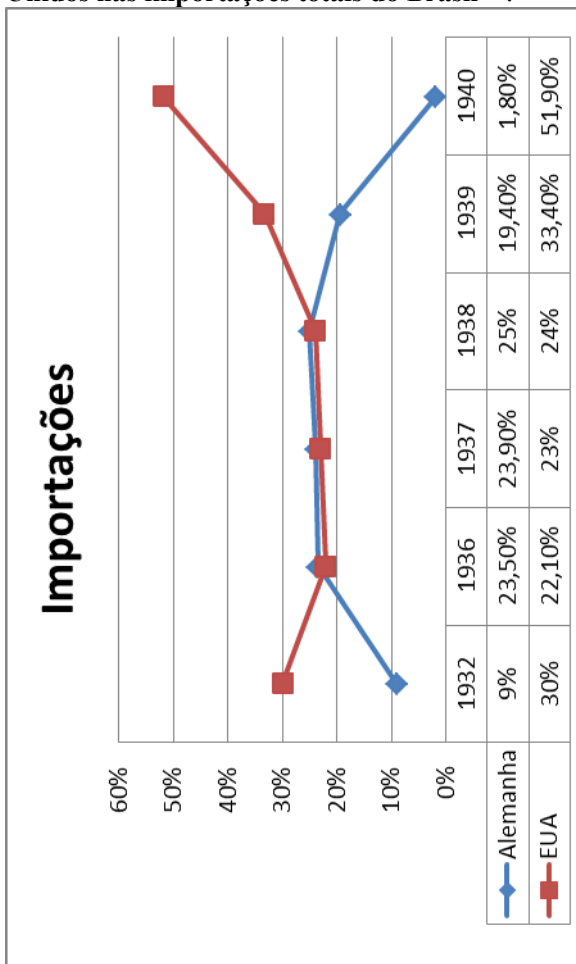
Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados estatísticos do IBGE, da série “200 anos de comércio exterior brasileiro”, disponíveis em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2041&refr=608> (Acesso setembro de 2012).

Gráfico 2 – Importações do Brasil 1901-1929



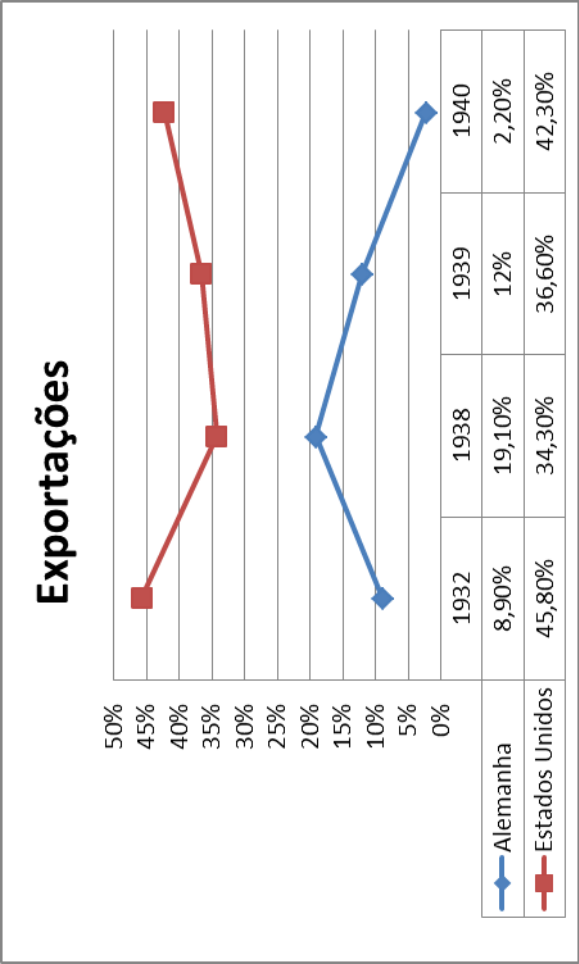
Fonte: idem gráfico 1.

**Gráfico 3 – Comparativo da participação de Alemanha e Estados Unidos nas importações totais do Brasil<sup>352</sup>.**



<sup>352</sup> Cervo; Bueno, 2002, p257; IBGE. O Brasil em números. *Anuário estatístico do Brasil-1960*, p. 85-6. Apêndice.

**Gráfico 4 – Comparativo da participação de Alemanha e Estados Unidos nas exportações totais do Brasil<sup>353</sup>.**



<sup>353</sup> Cervo; Bueno, 2002, p257; IBGE. O Brasil em números. *Anuário estatístico do Brasil-1960*, p. 85-6. Apêndice.



## Anexo II – Imagem do Destino Manifesto



*American Progress* – John Gast, 1872.